

SERGIO TISKI

A QUESTÃO DA MORAL EM AUGUSTO COMTE

Tese de Doutorado  
apresentada ao Departamento de Filosofia  
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas  
sob a orientação do Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior

Este exemplar corresponde à redação  
final da Tese defendida  
e aprovada em  
25 de fevereiro de 2005.

BANCA:

Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior (orientador)

Prof. Dr. César de Alencar Amaut de Toledo (membro)

Prof. Dr. José Mário Angeli (membro)

Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani (membro)

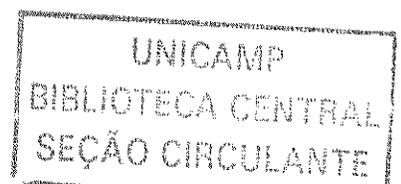
Prof. Dr. Francisco Benjamin de Souza Neto (membro)

Prof. Dr. Volnei Edson dos Santos (suplente)

Prof. Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (suplente)



CAMPINAS – 2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Tunicamp T524q
V	EX
TOMBO BC/	63211
PROC.	16-P-00086-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	25/04/05
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bib. id. 350081

T524q Tiski, Sergio.  
A questão da moral em Augusto Comte / Sergio Tiski. --  
Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Oswaldo Giacóia Júnior.  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comte, Augusto, 1798-1857. 2. Positivismo.  
3. Ética. 4. Religião. 5. Filosofia. 6. Ciência. I. Giacóia  
Júnior, Oswaldo. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Palavras -chave em inglês (Keywords): Positivism.  
Ethics.  
Religion.  
Philosophy.  
Science.

Área de concentração: Filosofia.

Titulação: Doutor em filosofia.

Banca examinadora: Oswaldo Giacóia Júnior, César de Alencar Arnaut de Toledo, José Mário Angeli, Luiz Roberto Monzani, Francisco Benjamin de Souza Neto.

Data da defesa: 25/02/2005.

**Meus Agradecimentos a todos que sofreram comigo este trabalho:**

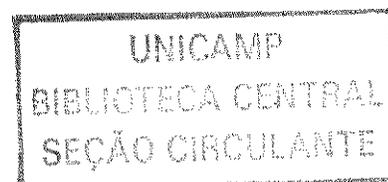
Ao Deus eterno.

À minha família, especialmente a minha esposa, Celimara, a minha filha, Verena, os meus filhos, Vandr e e Vandro.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior.

Aos que participaram da banca de qualifica o: Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior, Prof. Dr. C zar de Alencar Arnaut de Toledo e Prof. Dr. José Mário Angeli.

Aos que participarão da banca de defesa pública: Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Júnior, Prof. Dr. C zar de Alencar Arnaut de Toledo, Prof. Dr. José Mário Angeli, Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani e Prof. Dr. Francisco Benjamin de Souza Neto. E como suplentes: Prof. Dr. Volnei Edson dos Santos e Prof. Dr. Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.



## Lista de abreviaturas

- = Augusto Comte, para Isidore Auguste Marie François Xavier Comte.
- = *A Indústria*, para a Revista *A Indústria* (9 e 10/1817), escrita por Augusto Comte, em nome de Saint-Simon, in: R. T. MENDES, *Evolução original*.
- = *Sumária apreciação*, para a *Sumária apreciação do conjunto do passado moderno* (4/1820), de Augusto Comte, in: R. T. MENDES, *Evolução original*. Republicada no *Sistema IV*, Apêndice, 1854.
- = *Plano*, para o *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade* (1ª ed: 1822 / 2ª: 5/1824), de Augusto Comte, in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854.
- = *Considerações filosóficas*, para o *Considerações filosóficas sobre as ciências e os sábios* (11/1825), de Augusto Comte, in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854.
- = *Considerações*, para o *Considerações sobre o poder espiritual* (3/1826), de Augusto Comte, in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854.
- = *Exame do tratado de Broussais*, para o *Exame do tratado de Broussais sobre a irritação* (8/1828), de Augusto Comte, in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854.
- = *Curso*, para o *Curso de filosofia positiva* (publicado de 1830 a 1842), de Augusto Comte.
- = *Tratado de geometria analítica*, para o *Tratado elementar de geometria analítica a duas e a três dimensões, contendo todas as teorias gerais acessíveis de geometria à análise comum* (1843), de Augusto Comte.
- = *Discurso*, para o *Discurso sobre o espírito positivo* (1844), de Augusto Comte.
- = *Tratado de astronomia*, para o *Tratado filosófico de astronomia popular* (1844), de Augusto Comte.

= *Sistema*, para o *Sistema de política positiva ou Tratado de sociologia Instituído a Religião da Humanidade* (publicado de 1851 a 1854), de Augusto Comte.

= *Discurso preliminar*, para o *Discurso Preliminar sobre o conjunto do Positivismo* (de 7/1848 e republicado em 1851 como 1ª grande parte do *Sistema I*).

= *Introdução fundamental*, para a *Introdução fundamental, ao mesmo tempo científica e lógica* (escrita de 10/1849 a 24/2/1850, 2ª grande parte do *Sistema I*).

= *Calendário positivista*, para o *Calendário positivista ou Sistema geral de comemoração pública* (4/1849), de Augusto Comte.

= *Catecismo positivista*, para o *Catecismo positivista ou Sumária exposição da religião universal* (1852), de Augusto Comte.

= *Apelo*, para o *Apelo aos conservadores* (1855), de Augusto Comte.

= *Testamento*, para o *Testamento de Augusto Comte, Com os documentos correspondentes: Peças justificativas, Orações cotidianas, Confissões anuais, Correspondência com a Sra. De Vaux*, publicado pela primeira vez em 1883.

= *Síntese Subjetiva I*, para *A síntese subjetiva de Augusto Comte ou Sistema universal das concepções próprias ao estado normal da humanidade* – Volume primeiro (único publicado): *Sistema de Lógica Positiva ou Tratado de Filosofia Matemática* (1856).

= *Escritos de juventude*, para a coletânea COMTE, Auguste. *Escritos de juventude 1816-1828: seguidos da Memória sobre a cosmogonia de Laplace, 1835*, textos estabelecidos por P. E. de B. Carneiro e P. Arnaud, Col. Arquivos positivistas, 5.

= *Juventude*, para o *A juventude de Augusto Comte e a formação do positivismo* (3 volumes: 1933, 1936 e 1970 2ª ed. corrigida), de H. Gouhier.

= *Evolução original*, para o *Augusto Comte – Evolução original: Documentos publicados até agora mostrando a perfeita continuidade desta evolução sem igual, apesar das perturbações profundas devidas à funesta ligação com Saint-Simon*. Primeiro volume: 1798-1820 [1913], de R. T. Mendes.

## Sumário

Resumo .....	7
Résumé .....	8
Introdução .....	9
Capítulo I: A trajetória de Augusto Comte a respeito da moral .....	12
1.1. Período católico: 1798 - 1812 .....	12
1.2. Período antimonarquista e anticlerical: 1812 - 1817 .....	12
1.3. Período relativista, anti-sobrenaturalista, anti-religioso, mas de <i>paciência histórica</i> em relação ao monarquismo e ao catolicismo: 1817 - 1848 .....	14
1.3.1. Escritos de 1817 a 1830 .....	15
1.3.1.1. Escritos não reconhecidos posteriormente .....	15
1.3.1.2. Escritos reconhecidos .....	25
1.3.1.3. Nas cartas .....	33
1.3.2. Escritos de 1830 a 1848 .....	36
1.3.2.1. <i>Curso, Discurso, Tratado de astronomia popular</i> .....	36
1.3.2.1.1. <i>Curso</i> .....	36
1.3.2.1.2. <i>Discurso, Tratado de astronomia popular</i> .....	75
1.3.2.2. <i>Cartas</i> .....	81
1.4. Período religioso .....	92
1.4.1. Do surgimento da religião (1848) até o ano do surgimento da 7ª ciência (cap. 1º do <i>Sistema II</i> , escrito de 12/1850 a 1/1851) .....	92
1.4.2. Do surgimento da 7ª ciência ao surgimento da promessa do tratado de moral e da identificação entre moral prática e educação (1854) .....	126
1.4.3. Escritos de 1855 em diante .....	171
Capítulo II: A moral como possibilitadora da continuidade no ou do pensamento e obra de Augusto Comte – A propósito da obra <i>A doutrina da educação universal na filosofia de Augusto Comte</i> , de Paul Arbousse-Bastide .....	197
Capítulo III: A questão da liberdade em Augusto Comte – A propósito da obra <i>A concepção moral no sistema de Augusto Comte</i> , de Jorge Riezu .....	205
Conclusão .....	210
Apêndice 1 – Quadro da utilização do termo “moral” e derivados nos escritos de Augusto Comte: .....	213
Apêndice 2 – Quadro dos escritos de Augusto Comte nos quais não aparece o termo “moral” ou derivados: .....	216
Anexo único – [Transcrição incompleta do] Quadro cerebral elaborado por Augusto Comte .....	218
Bibliografia .....	219

## A QUESTÃO DA MORAL EM AUGUSTO COMTE – SERGIO TISKI

### ERRATA

- Página 31, linha 2: substituir “aparecerm” por “aparecem”.
- Página 59, linha 14: eliminar o ponto posto após “652”.
- Nota 176, linha 1: substituir “deste” por “desse”.
- Nota 197, linha 7: eliminar a vírgula posta após “fecunda”.
- Nota 204, linha 2: eliminar as vírgulas postas após “Doravante” e “moral”.
- Nota 243, linha 22: substituir “quanto às leis” por “quanto as leis”.
- Página 139, linha 6: substituir “gnoseológico” por “gnosiológico”.
- Nota 342, linha 8: eliminar a vírgula posta após “social”.
- Nota 350, linha 1: substituir “estas” por “essas”.
- Página 200, linha 23: inverter a aspa simples posta antes de “O sistema”.
- Página 209, linha 10: substituir “fará” por “fez”.
- Página 211, linha 32: substituir “o” por “ou”.
- Página 214, linha 26: substituir “539” por “540”.
- Página 216, substituir “Ibidem” por “*Ibidem*” nas linhas 4, 6, 8, 9, 12, 14, 16 e 21.
- Página 217, substituir “Ibidem” por “*Ibidem*” nas linhas 1, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 21, 22, 23 e 26.

## A questão da moral em Augusto Comte

### Resumo

Este trabalho discute a questão da moral em Augusto Comte, a partir de três hipóteses: primeira, a da existência da moral como 7ª ciência, última e suprema, em Augusto Comte. Neste sentido ele colaborou na fundação também da ciência moral e não apenas da ciência social. A segunda afirma a moral como o núcleo possibilitador da continuidade do pensamento e da obra de Augusto Comte; núcleo, porque o fio condutor completo, enquanto problema e solução, é o âmbito religioso-moral-educacional. Segundo ele, a moral é o núcleo da religião e, na sua parte prática, isto é, enquanto moral prática, é a educação. A terceira leva à constatação de que, apesar da dificuldade teórica, Augusto Comte sempre supôs a existência da liberdade humana, condição indispensável para a moral. Apesar de utilizar o termo "ética" apenas duas vezes, e unicamente como acrósticos para a sua última obra, e apesar de usar a expressão "filosofia moral" se referindo à 6ª e 7ª ordens de fenômenos da realidade, os fenômenos sociais e morais, a ética ou filosofia moral (ou teoria moral), no sentido que usamos, comparece do começo ao fim da obra comtiana: é o que aparece nas 5.090 referências diretas à moral, nos 5.090 usos do termo "moral" ou derivados ao longo de seus escritos. Enfim, este trabalho se liga à necessidade mais geral cada vez mais urgente da discussão da possibilidade de consenso moral em termos também de ciência e de filosofia científica.

## La question de la morale chez Auguste Comte

### Résumé

Ce travail discute la question de la morale chez Auguste Comte à partir de trois hypothèses: la première, celle de l'existence de la morale en tant que la septième science, ultime et suprême. Dans ce sens, il participa également aux principes de la science morale outre que la science sociale. La deuxième hypothèse soutient la morale comme le noyau qui permet la continuité de la pensée et de l'oeuvre d'Auguste Comte; noyau, parce que le fil conducteur complet, en tant que problème et solution, est le domaine de la religion, de la morale et de l'éducation. D'après lui, la morale est le noyau de la religion et, dans sa partie pratique, c'est-à-dire, en tant que morale pratique, c'est l'éducation. La troisième hypothèse mène à constater que, nonobstant la difficulté théorique, Auguste Comte supposa toujours l'existence de la liberté humaine, condition indispensable à la morale. Malgré n'utiliser le mot "éthique" que deux fois, et exclusivement comme acrostiches dans son dernier ouvrage, et malgré employer l'expression "philosophie morale" se rapportant aux sixième et septième ordres de phénomènes de la réalité, les phénomènes sociaux et moraux, l'éthique ou la philosophie morale (ou théorie morale), au sens qu'on les utilise, elle est présente du début à la fin de l'oeuvre comtienne: c'est ce qui apparaît dans les cinq mille quatre-vingt-dix références directes à la morale, dans les cinq mille quatre-vingt-dix usages du mot "moral" ou de ses dérivés tout au long de ses écrits. Enfin, ce travail est lié au besoin plus général et à chaque fois plus urgent de la discussion de la possibilité de consensus moral en termes aussi de science et de philosophie scientifique.

## Introdução

Augusto Comte nasceu a 17/1/1798, em Montpellier, sul da França, e faleceu a 5/9/1857, em Paris. Fundou o positivismo e a religião da humanidade, criou o termo sociologia, e, como veremos, deu significativa contribuição no sentido da criação de uma moral científica.

Ele escreveu bastante (cerca de 10.000 páginas). Temos dele 8 volumes de cartas <sup>1</sup>, e o último volume apresenta uma relação de 657 cartas que foram escritas, mas que estão dispersas. Quanto aos escritos de juventude, os não reconhecidos constam nas 608 páginas da coletânea Augusto COMTE – *Escritos de juventude*, enquanto os reconhecidos, além de constar nesta coletânea, foram republicados por Augusto Comte em Apêndice ao *Sistema IV*, de 1854 (228 páginas). Na seqüência temos os 6 volumes do *Curso* (1.682 páginas), publicados de 1830 a 1842, o *Tratado de geometria analítica* (609 páginas), de 1843, o *Tratado de astronomia popular*, precedido do *Discurso* (ambos perfazendo 492 páginas), de 1844, os 4 volumes do *Sistema* (2.644 páginas), publicados de 1851 a 1854, o *Catecismo* (314 páginas), de 1852, o *Apelo* (136 páginas), de 1855, o *Testamento* (40 páginas), também de 1855, e a *Síntese Subjetiva I* (775 páginas), de 1856.

Já escrevemos a respeito da questão da moral em Augusto Comte em duas ocasiões anteriores. A primeira na nossa Dissertação de Mestrado, de 1995 <sup>2</sup>, e a segunda em 1997, ao iniciarmos o Doutorado, no texto antecipador do

---

<sup>1</sup> São 1.237 cartas, escritas de 21/11/1814 a 1/9/1857, 3.452 páginas.

<sup>2</sup> *A questão da religião em A. Comte: uma periodização da sua vida e do seu pensamento a respeito da religião*. Dissertação de mestrado. Puc-SP. 1995. 199 p. (versão corrigida e ampliada, de 10/2003, para publicação pela Eduel – ver no CD que acompanha este trabalho). Transcrevemos os títulos das obras sempre em itálico. Não sendo título de obra e não sendo citação, os termos ou expressões em itálico são grifo nosso, equivalendo à colocação entre aspas.

trabalho atual <sup>3</sup>. Desde então relemos o que já tínhamos lido e lemos o que faltava ler de Augusto Comte e de outros autores que localizamos (sobre a questão da moral em Augusto Comte).

Augusto Comte só usou duas vezes o termo “ética”, e como acrósticos para dois parágrafos da *Síntese Subjetiva I*: uma na Introdução (o 27º parágrafo do fim para o começo, p. 68) e outra na Conclusão (o 39º parágrafo do fim para o começo, p. 748) <sup>4</sup>.

Quanto ao emprego do termo “moral”, contamos 5.090 usos, cerca de uma vez a cada duas páginas escritas. Nesta soma contabilizamos o substantivo “moral” e todos os seus derivados, mas sem contar sinônimos ou quando estão substituídos por pronomes <sup>5</sup>.

Ele nunca se preocupou em assinalar diferenças entre moral e ética, ou entre moral e filosofia moral, ou entre moral e ciência moral. Ou ainda entre as expressões respectivas, apesar de que diferencia entre moral espontânea e moral sistemática. O próprio livro *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, é chamado por Augusto Comte de *Moral a Nicômaco* <sup>6</sup>. Desde 1817 ele já escreve as expressões “ciências morais e políticas”, “moral terrestre e positiva” e “ciência moral positiva”. Veremos no capítulo I os usos comtianos do termo moral.

O âmbito principal deste nosso trabalho é antes de tudo o âmbito da história da filosofia, da história da filosofia comtiana, da história da ética ou filosofia

---

<sup>3</sup> *Urgência da moral: a questão da moral em A. Comte e algumas sugestões quanto à preocupação moral contemporânea*. Londrina: digitado, 1997. Texto antecipador da Tese de doutorado. 33 p. Ver no CD que acompanha este trabalho.

<sup>4</sup> O uso da esquematização acróstica, a partir da *Síntese Subjetiva I*, foi anunciado no *Sistema IV*, 3º capítulo, p. 206-207 e comentado na própria *Síntese Subjetiva I*, Conclusão, p. 755-761 e 766. O esquema é comentado, também, na *Carta a Alfred Sabatier*, de 12/5/1857 (*Correspondência VIII*, p. 462-463). A escolha dos termos é aleatória: “É provável, portanto, que começando, na primeira sexta-feira de fevereiro próximo, o segundo volume de minha *Síntese subjetiva*, praticarei a vossa correção a fim de aperfeiçoar a coordenação especial de minhas terceiras partes de capítulo, mas sem me limitar aos nomes concretos, individuais ou mesmo coletivos, e me reservando, como sempre, a faculdade de empregar também termos abstratos, substantivos ou mesmo verbos, que, às vezes, serão preferíveis.” (P. 462. Nesta citação e neste trabalho inteiro a tradução é sempre nossa. As citações são feitas entre aspas duplas ou simples. Os grifos dos próprios autores são transcritos em itálico.). Ver o esquema acróstico completo para a *Síntese Subjetiva I* apresentado por Angèle Kremer-Marietti, in: Augusto COMTE, *Correspondência VIII*, Anexos, p. 591-597.

<sup>5</sup> Para a distribuição desses usos ao longo de seus escritos, ver o Apêndice 1: Quadro da utilização do termo “moral” e derivados nos escritos de Augusto Comte, no final deste trabalho ou no CD que o acompanha. Para se ter a relação completa dos escritos de Augusto Comte, acrescentamos também o Apêndice 2 – Quadro dos escritos de Augusto Comte nos quais não aparece o termo “moral” ou derivados.

<sup>6</sup> Ver em Augusto COMTE, *Biblioteca do Proletário no século XIX* [1ª edição 8/10/1851], 2ª ed. melhorada, 4/9/1852, in: *Catecismo*, Garnier-Flammarion, p. 55. Ver também na sua *Biblioteca positivista no século XIX*, 18/7/1854, in: *Sistema IV*, Apêndice, p. 560.

moral comtiana. E só secundariamente, indiretamente, o âmbito da ética ou filosofia moral propriamente dita.

A nossa tese principal afirma a existência de uma 7ª ciência (a moral) na classificação das ciências de Augusto Comte, contrariamente ao que apresentam a maioria dos historiadores da filosofia comtiana. No 1º capítulo vamos reconstituir a trajetória de Augusto Comte a respeito da moral, suas definições, sua fundamentação e outros aspectos pertinentes. A maior parte de nossa pesquisa se encontra consubstanciada nele. Esse capítulo fundamentará também os dois seguintes, no sentido de que irá mostrando concomitantemente a relação da moral com a educação e com a liberdade, preocupações, respectivamente, dos capítulos dois e três, que poderão, por isto, ser bem menores, diretos e conclusivos.

No 2º capítulo localizaremos a importância da moral nos escritos comtianos, mostrando-a como a realizadora da continuidade e da coerência ao longo de sua obra, através das discontinuidades e das conversões pelas quais passou. Trata-se de nossa 2ª tese. Para tanto estaremos fazendo referência a Paul Arbousse-Bastide, que afirma ter sido a educação a cumpridora desta função<sup>7</sup>.

No 3º capítulo, contrapondo-nos a Jorge Riezu<sup>8</sup>, mostraremos que Augusto Comte não nega a liberdade humana, cuja negação inviabiliza qualquer tentativa de construção moral. Trata-se de nossa 3ª tese.

Finalmente, concluiremos, resumindo o desenvolvimento da verificação da razoabilidade de nossas teses, e apresentaremos a nossa Bibliografia.

---

<sup>7</sup> *A doutrina da educação universal na filosofia de Augusto Comte*, 1957, principalmente p. XV, 138s, 200, 300, 328, 336.

<sup>8</sup> *A concepção moral no sistema de Augusto Comte*, 1981, p. 125, 127, 160s, 169, 172, 174, 178ss, 183, 186.

## Capítulo I: A trajetória de Augusto Comte a respeito da moral

### 1.1. Período católico: 1798 - 1812

Augusto Comte nasceu, segundo ele próprio, “de uma família eminentemente católica e monárquica”<sup>9</sup>. E recebeu de sua família a moral correspondente.

### 1.2. Período antimonarquista e anticlerical: 1812 - 1817

Por volta de 1812, Augusto Comte, segundo ele mesmo, emancipou-se. Tratou-se de emancipação em relação ao monarquismo e ao catolicismo institucional. Ele se tornou antimonarquista e anticlerical, isto é, republicano e adversário do clero da religião na qual nascera. Mas não se tratou ainda de uma emancipação em relação ao sobrenaturalismo, que continuou aparecendo, ainda que vacilante e decrescente, até fins de maio de 1817. Não se tratou ainda, portanto, de anti-sobrenaturalismo, antiteísmo, antiteologia, anti-religião. A partir de fins de maio de 1817 a situação se inverteu: ele assumiu o relativismo<sup>10</sup>, o antiabsolutismo

---

<sup>9</sup> Augusto COMTE, *Curso VI*, 1842, Prefácio pessoal, p. 466.

<sup>10</sup> Sobre o relativismo em Augusto Comte, ver Sergio TISKI, *Contribuição para repensar A. Comte: o seu relativismo*. Londrina: Digitado, 1995. Ver no CD que acompanha este trabalho.

e se tornou anti-sobrenaturalista, mas passou a tolerar a monarquia e revalorizar o aspecto sócio-político, moralizador, cumprido pelas religiões, pelo sobrenaturalismo, pela teologia, pelo seu clero. E até passou a reivindicar um novo poder espiritual. E, finalmente, a partir de 1848 uma nova inversão: ele deixou de ser anti-religioso. Afirmou a sua própria religião, e, a partir de então, distinguiu entre as religiões e a religião <sup>11</sup>.

De 1812 até fins de maio de 1817 Augusto Comte foi simplesmente *iluminista, revolucionário, liberal*. Ele era contra o Antigo Regime. A sua revolta, a sua indignação moral, aparecem em *Minhas reflexões* <sup>12</sup>, de junho de 1816: "... ao menos os Montanhesees, com seu zelo aparente pela liberdade, definiam como *legítimo* todo governo criado ou aceito pela nação, ao passo que hoje nossos tiranos fazem consistir sua legitimidade não na vontade nacional, mas sim na vantagem de se ter nascido de uma certa família que Deus destinou (não sei quando) a nos governar, como se Deus (supondo que ele se ocupe dos nossos negócios) tivesse querido que milhões de indivíduos se tornassem propriedade de uma raça privilegiada!" <sup>13</sup>.

Quanto aos termos explícitos, neste 2º período, em *Carta a Valat*, de 13/10/1816, aparece o termo "moralmente" <sup>14</sup>. A seguir, na de 12/2/1817 ele já usa a expressão "ciências morais" <sup>15</sup>, e, na de 25/2/1817, a expressão "nos desmoralizou" <sup>16</sup>.

<sup>11</sup> Em relação à periodização que usamos, ver nossa Dissertação de Mestrado.

<sup>12</sup> Augusto Comte nunca se referiu e muito menos reconheceu o texto intitulado *Minhas reflexões. Humanidade, verdade, justiça, liberdade, pátria. Aproximações entre o regime de 1793 e o de 1816, endereçadas ao povo francês*. Como se pode notar, os termos morais aparecem desde o título. Sobre a autenticidade deste texto, ver R. T. MENDES, *Evolução original*, 1913, p. 38.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 45-46.

<sup>14</sup> *Correspondência I*, p. 12: "... é, com efeito, moralmente impossível, para a maioria deles [da segunda divisão], aprender, sozinhos, em um ano, o que teriam visto em dezoito meses, na Escola, e mais ainda o é de aprender de maneira a poder lutar contra os alunos da primeira divisão, que têm sobre eles uma enorme vantagem; ...". Trata-se da primeira aparição do termo moral em escritos de Augusto Comte, através do derivado "moralmente", na expressão "moralmente impossível"; a (uma) moral é suposta como (uma) perspectiva de análise e ou (um) parâmetro de julgamento.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 19: "Eu continuo trabalhando em solidão filosófica; é verdade que o inglês e as ciências exatas não tomam todo o meu tempo, e que acrescento o estudo das ciências morais e políticas; percorro Siret e Boyer, leio Monge e Lagrange, medito Condorcet e Montesquieu.". A moral que está suposta na primeira aparição, citada na nota anterior, apresenta-se neste segundo comparecimento sob perspectiva científica: ciência moral. Note-se que ao "estudo" das "ciências morais" corresponde a meditação de "Condorcet".

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 23: "Aliás serviu de ocasião para me assegurar de que os costumes deviam ter ganhado nessa maldita revolução que tanto nos desmoralizou, pois que este baile [o baile da Ópera], tal como o vi, é muito decente e muito honesto, enquanto que as descrições feitas por Louvet e outros escritores dessa época são de coisa quase licenciosa.". Este terceiro comparecimento do termo moral é semelhante ao primeiro, só que paradoxal, a não ser que se interprete do seguinte modo: A

A expressão “ciências morais”, acima, principalmente pelo fato de se referir a Condorcet, revela a presença de uma *nova* moral em relação à situação monárquica e católica. Trata-se, agora, de chegar “à virtude pela instrução”<sup>17</sup> e não mais pela “devoção” (“*dévouement*”)<sup>18</sup>. Trata-se, agora, de imitar Benjamin Franklin, que “restituiu a liberdade ao seu país”, tomá-lo como “modelo de conduta”, imitá-lo “não por seus talentos, mas por seus costumes”, enfim, já filósofo “por teoria”, “no presente começo a sê-lo pela prática”<sup>19</sup>. Imitar B. Franklin e se livrar do “convento” no qual transformaram, segundo Augusto Comte, a Escola Politécnica, com missa, orações, etc., na tentativa de Restaurar o Antigo Regime<sup>20</sup>.

### 1.3. Período relativista, anti-sobrenaturalista, anti-religioso, mas de *paciência histórica* em relação ao monarquismo e ao catolicismo: 1817 - 1848

---

Revolução desmoralizou porque, segundo Augusto Comte, teria acabado de derrubar a moral cristã-católica e deixado o sujeito e sua ação em um interregno moral, mas os costumes, isto é, as ações, e seus sujeitos, ganharam, melhoraram, cumprindo, portanto, outra moral, já existente de algum modo. No *Discurso*, de 1844, referindo-se ao “verdadeiro estado da sociedade moderna”, Augusto Comte diz: “Se, apesar de ativos princípios de desordem, a moralidade prática realmente melhorou, este feliz resultado (...) é devido, no mais alto grau, à ação do espírito positivo, já eficaz sob sua forma espontânea, que consiste no bom-senso universal, cujas sábias inspirações secundaram o impulso natural de nossa civilização progressiva para combater utilmente as diversas aberrações, ...” (p. 73-74).<sup>17</sup>

<sup>17</sup> *Carta a Valat*, 13/10/1816 (*Correspondência I*, p. 15): “... eu acreditava poder contar este homem entre os que tinham chegado à virtude pela instrução, ...”. Note-se a ligação já existente entre a “virtude” (moral) e a “instrução” (a partir de 1854 Augusto Comte identifica moral prática e educação). No *Curso VI*, 57ª, ele fala da “independência fundamental de todas as virtudes reais em relação às crenças que, na infância da humanidade, tinham sido durante muito tempo indispensáveis à sua estimulação permanente.”, e que, “Considerando o conjunto da evolução humana, não há, segundo nossa teoria histórica, nenhuma virtude qualquer que, para se converter em hábito suficiente, não tenha tido primitivamente necessidade de uma sanção religiosa, que o progresso intelectual e moral fez em seguida eliminar sem perigo, na medida que a sã apreciação das influências reais tornou supérfluos os estimulantes quiméricos.” (p. 612).

<sup>18</sup> *Carta a Valat*, 12/2/1817 (*Ibidem*, p. 20): “Você não esqueceu, sem dúvida, que um velho imbecil dizia há um ano: ‘Menos instrução e mais devoção’. Pois bem! seu desejo se cumpriu, com uma única emenda. Ao invés de dizer: ‘Menos instrução’, disse-se melhor: ‘Nenhuma instrução’.”. Em 1851 ele fala da “necessidade atual de um digno fanatismo” e “*dévouement*” terá o sentido positivo de dedicação. O sentido negativo fica para a expressão “*dévotion*”: *Carta a A. Leblais*, 15/1/1851, *Correspondência VI*, p. 11.

<sup>19</sup> *Carta a Valat*, 29/10/1816 (*Ibidem*, p. 16). Na *Carta a Valat*, de 15/5/1818, o ascetismo extremado já estará corrigido: *Ibidem*, p. 34.

<sup>20</sup> *Carta a Valat*, 12/2/1817 (*Ibidem*, p. 20): “Eu poderia te dizer outras tantas coisas, mas você as imaginará facilmente, e, para resumir tudo em poucas palavras, acrescentarei que se votou este estabelecimento ao ilustre Obscurecedor [Éteignoir], que nasceu na França e que morrerá ... não sei quando.”.

### 1.3.1. Escritos de 1817 a 1830

#### 1.3.1.1. Escritos não reconhecidos posteriormente

A partir de fins de maio de 1817, conforme já nos referimos acima, Augusto Comte se tornou relativista, antiabsolutista, anti-sobrenaturalista, antiteísta, antiteologista, anti-religioso. E continuou republicano, posição da qual só recuou momentaneamente pelo apoio dado a Napoleão Bonaparte durante os 100 dias (1815). Portanto, desde então, em princípio, nem Deus e nem rei. Mas na prática surge a *paciência histórica*, conciliadora do Antigo Regime com a Revolução, ou conciliadora da Revolução com a Restauração. É necessário um novo sistema, “terrestre e positivo”, “industrial e científico”, como quer a Revolução; mas também é necessário garantir a continuidade, como quer o Antigo Regime, ou, a Restauração: contemporizar com o poder espiritual vigente e com a monarquia. Levar o poder espiritual ao estudo das ciências positivas (a manutenção e a reciclagem do clero acaba sendo a proposta de um novo poder espiritual) e a monarquia a se tornar constitucional, parlamentar.

O relativismo concilia eliminando o Absoluto católico (Deus, rei), e também o absoluto revolucionário (liberdade absoluta, soberania popular radical, democracia direta), de tal modo a atender “aos interesses dos povos e dos reis”: “Enfim, penso que os trabalhos filosóficos necessários para a execução da segunda tarefa [Construir. A primeira foi de destruição do sistema teológico, durante o século XVIII.] empregarão a totalidade do XIXº século, e que não será antes do fim deste século que o estabelecimento de um regime verdadeiramente positivo, industrial e liberal, será praticável; mas tanto mais estes trabalhos serão feitos, mais os ministérios existentes atualmente na Europa serão forçados a se conduzir de uma maneira conforme aos interesses dos povos e dos reis.”<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> *Prospecto distribuído por Saint-Simon anunciando o terceiro volume da A Indústria* (título dado por R. T. Mendes), intitulado *Opinião que será emitida no terceiro volume da A Indústria*, do começo de junho ou do final de maio de 1817 (in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 91). Em nossa Dissertação de Mestrado consideramos este *Prospecto* da revista como sendo de Saint-Simon e não

Mesmo havendo dúvidas quanto à autoria desse *Prospecto*, de qualquer modo Augusto Comte se engajou no projeto, e escreveu os textos prometidos nele.

No *Prospecto* é claro que a moral é o que resta de legítimo da religião. E sem o sobrenaturalismo. São duas tarefas: a primeira, do século XVIII, destruidora do "edifício que o clero construiu": "um sistema teológico geral", "um sistema de teologia". Portanto, "Que se percorra as obras escritas no século XVIII, (...), e se verá dominar por toda parte o espírito antiteológico; ..." <sup>22</sup>. A segunda tarefa "terá por objeto a organização de um sistema de moral terrestre", "tomar positivas todas as idéias", fazer "a enciclopédia das idéias positivas", "um regime verdadeiramente positivo, industrial e liberal". O que substitui a religião, o que cumpre a função da religião é a moral: "Os filósofos do século XVIII chegaram a fazer geralmente admitir a opinião, segundo a qual cada um devia ser livre para professar e para fazer ensinar às suas crianças a religião que preferisse. Os filósofos do século XIX farão sentir a necessidade de submeter todas as crianças ao estudo do mesmo código de moral terrestre, porque a similitude das idéias morais positivas é a única ligação que pode unir os homens em sociedade, e que, definitivamente, o aperfeiçoamento do estado social não é outra coisa senão o aperfeiçoamento do sistema de moral positiva." <sup>23</sup>.

---

de Augusto Comte. Apontamos diferenças entre o *Prospecto* e os textos da *A Indústria* escritos por Augusto Comte. Fomos influenciados pela interpretação de H. Gouhier (ver as obras listadas na nossa Bibliografia) que data a conversão de Augusto Comte ao relativismo como tendo ocorrido nos fins de maio, sem a intervenção de Saint-Simon. Mas R. T. Mendes (p. 88), e a coletânea *Escritos de juventude*, relacionam o *Prospecto* como sendo de Augusto Comte. Vejamos o que diz Paul Arbousse-Bastide (*op. cit.*, p. 9): "O *Prospecto* de junho de 1817 que tem por título: *Opinião (...)* é atribuído a A. Comte por R. T. Mendes (p. 88). H. Gouhier, menos afirmativo, pergunta-se se Comte conheceu a circular de junho (*Juventude III*, 2ª ed. corrigida, 1970, p. 169). Comte não começou a trabalhar para Saint-Simon senão em agosto de 1817: 'Eu comecei a ser publicista no mês de agosto ...', escreve a Valat (*Carta a Valat*, 17/4/1818, p. 38). Seria necessário admitir, para atribuir a Comte a circular de junho de 1817, que agosto marca somente a data oficial da instalação do sucessor de A. Thierry junto a Saint-Simon. De fato, desde junho de 1817, é verossímil que Comte tenha trabalhado para *A Indústria*. H. Gouhier não hesita em pensar como provável a redação, por Comte, das circulares anunciando o tomo III de *A Indústria* (*Juventude III*, p. 173). R. T. Mendes estaria, portanto, bem fundado em atribuir a Comte a circular de junho de 1817.". Apesar dessas posições, preferimos continuar considerando o *Prospecto* como sendo de Saint-Simon, e principalmente por causa do seguinte testemunho do próprio Augusto Comte, em *Carta a Holmes*, de 18/9/1852 (*Correspondência VI*, p. 377): "Minha ligação pessoal com o Sr. de Saint-Simon começou em agosto de 1817, quando eu não tinha ainda completado o meu vigésimo ano de vida."

<sup>22</sup> R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 88-89.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 90-91. P. Arbousse-Bastide (*op. cit.*, p. 11) se refere a este último trecho (e o considerando como sendo de Augusto Comte) chamando a atenção para a ligação entre a educação e a moral positiva ("Este texto é, sem dúvida, o primeiro onde se encontram sistematicamente associadas, em Comte, as noções de educação e de moral positiva."). Mas já vimos acima que em

Como se pode notar, aparece o termo "moral". E com um destaque, um acento, uma importância, impressionantes. Neste sentido, soa totalmente estranha a segunda parte da seguinte afirmação de P. Arbousse-Bastide: "A preocupação moral é ao menos tão constantemente presente em Comte quanto a preocupação política (...). Ela aparece, desde 1826, nas *Considerações sobre o poder espiritual*." <sup>24</sup> . Afinal, o texto *Minhas reflexões*, de junho de 1816, já comparava os regimes políticos de 1793 e de 1816. E, por outro lado, no começo de 1817 ele já estudava e meditava "ciências morais". E a partir de agosto se engajou com Saint-Simon, na organização de "um sistema de moral", de um "código de moral", com Saint-Simon que já falava que "... a similitude das idéias morais positivas é a única ligação que pode unir os homens em sociedade, e que, definitivamente, o aperfeiçoamento do estado social não é outra coisa senão o aperfeiçoamento do sistema de moral positiva.". E nos escritos que veremos a seguir, isto é, nos não reconhecidos posteriormente por Augusto Comte, apesar de escritos por ele, já há toda uma ética ou filosofia moral.

Os escritos não reconhecidos posteriormente, nos quais existem referências diretas (131 vezes) à moral, são de 1817 a 1819 <sup>25</sup> . Por incrível que possa parecer, no seu conjunto já contém quase um tratado de moral <sup>26</sup> .

A moral é explicitamente tematizada (por exemplo: "Terceira consideração – Sobre a moral" <sup>27</sup>) e, além disto, (a nova moral) é suposta como

*Carta a Valat*, de 29/10/1816, Augusto Comte já falava de chegar "à virtude pela instrução". Além disso passa despercebida a ligação mais acentuada, isto é, entre moral e religião.

<sup>24</sup> *Op. cit.*, p. 497.

<sup>25</sup> A explicitação da desautorização destes escritos se deu em 1854, no Prefácio especial, do Apêndice, do *Sistema IV*, conforme a nota 36 abaixo. Além do motivo explicitado, isto é, a prematuridade (erro ou erros? confusão? ambigüidade?) inspirada pela influência de Saint-Simon, ou incluídos nele, como constituindo o seu conteúdo, podemos acrescentar pelo menos dois motivos principais: o primeiro é a proximidade com as posições materialistas, que aparece na intenção de fundamentar a moral, a política, e, enfim, a ciência social "inteira", na economia política, posição abandonada já desde os anos seguintes; e o segundo é o crescente abandono da "monarquia representativa" como meio de transição, substituído pela "ditadura republicana". Desde 1839 (*Curso IV*, lição 51, p. 224) e 1841 (*Curso VI*, lição 56, p. 568) já aparece a crítica ao "regime parlamentar", ao "governo parlamentar" (monarquia representativa); ela se aprofunda a partir de 1848, e principalmente a partir de 1851, com o apoio dado à ditadura de Napoleão III (que, no entanto, foi criticado por Augusto Comte pelo fato de *retrogradar* para "Império", a partir de 1852, ao invés de viabilizar a ditadura republicana). Para a discussão da questão da "ditadura republicana" em Augusto Comte, ver: Jorge LAGARRIGUE, *A ditadura republicana segundo Augusto Comte* e Arthur VIRMONT DE LACERDA NETO, *A república positivista ...* (indicações bibliográficas completas na nossa Bibliografia).

<sup>26</sup> Para conferir essas referências, ver o Apêndice 3: Quadro da utilização do termo "moral" e derivados, nos escritos de 1817 a 1819 não reconhecidos posteriormente por Augusto Comte, no CD que acompanha este trabalho.

<sup>27</sup> *A Indústria*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 174.

existente para funcionar como perspectiva de análise e ou parâmetro de julgamento (por exemplo: “Nada como o que é moral pode suportar a luz.”: p. 134). “Consideração sobre” (p. 174), “considerações” (p. 175), são, inegavelmente, ética ou filosofia moral. Mas, por sua vez, o *parâmetro* novo (a nova moral) suposto, ainda não existe de fato.

A moral é referida como um *fato natural*, em dois sentidos, como algo do ou no sujeito, e como exterior a ele. Por um lado a “disposição” ou as “disposições”, as “nossas idéias e os nossos hábitos morais”, a “moralidade”, e, por outro, os “princípios de moral”, o “governo moral”<sup>28</sup>, as “... instituições morais (...)”, isto é, as instituições religiosas; ...”<sup>29</sup>, “a regra” ou “regras”, o “regime liberal e moral”, a “lei do interesse comum”, isto é, a “força moral”, enfim, o “sistema das idéias morais”. Este último, isto é, o “sistema das idéias morais”, por sua vez, já foi ou é “moral celeste”, “moral grega e romana”, “moral cristã”, “moral evangélica”, “moral teológica”, “moral metafísica”, e será “moral terrestre”, “moral terrestre e positiva”, “moral industrial”, “moral fundada sobre a economia política”<sup>30</sup>.

Estas duas acepções, a saber, a moral como instinto moral, e a moral como princípios, regras, costumes padronizados espontaneamente (com as diversas expressões caracterizadoras destas *padronizações*: “grega e romana”, “cristã”, “industrial”, ...), já caracterizam bastante a moral. Por um lado o costume individual, e, por outro, o costume repetido pelos outros, padronizado, de tal modo a poder chegar a ser pensado e ensinado como ideal. E se transformar em ligação entre as partes (3ª acepção, conforme aparecerá a seguir).

<sup>28</sup> Quanto às localizações destas expressões, ver: “disposição”: *A Indústria*, p. 151; “disposições”: *Cartas ao Sr. H. Saint-Simon, da parte de uma pessoa que se identificará mais tarde*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 282; “idéias e hábitos”: *A Indústria*, p. 159-160; “moralidade”: *Reflexões sobre o espírito militar a propósito do discurso de um sargento*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 225; “princípios”: *A Indústria*, p. 176; *Cartas ao Sr. H. Saint-Simon, ...*, p. 280, 281; “governo”: *A Indústria*, p. 157.

<sup>29</sup> P. 181. Note-se a identidade entre “instituições morais” e “instituições religiosas”.

<sup>30</sup> Quanto à localização destas expressões, ver: “regra”: *A Indústria*, p. 178; “regras”: *Cartas ao Sr. H. Saint-Simon, ...*, p. 282; “regime”: *Carta de um antigo aluno da Escola Politécnica aos Srs. Autores da revista O Político*, in: *Escritos de juventude*, p. 111; “lei”: p. 111; “força”: p. 111; “sistema”: *A Indústria*, p. 93, 97, 99, 143, 144, 179; *Apêndice – (1819). Sobre os trabalhos políticos de Condorcet*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 476; “moral celeste”: *A Indústria*, p. 179; “moral grega e romana”: *Apêndice – (1819). Sobre os trabalhos políticos de Condorcet*, p. 479; “moral cristã”: *A Indústria*, p. 179; “moral evangélica”: *Sobre uma doutrina singular professada recentemente na Câmara dos Deputados*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 414; “moral teológica”: *A Indústria*, p. 181; *Notas sobre um artigo do Courier*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 427; “moral metafísica”: *Notas sobre um artigo do Courier*, p. 427; “moral terrestre”: *A Indústria*, p. 179; “moral terrestre e positiva”: p. 180; “moral industrial”: p. 181; “moral fundada sobre”: *Notas sobre um artigo do Courier*, p. 427.

Nesta perspectiva se torna compreensível a definição de moral: ela "... é a ligação necessária da sociedade; pois, a menos que a força compareça, não pode haver associação durável entre os homens, a não ser que cada um deles pense que a associação lhe é útil." (*A Indústria*, p. 176) <sup>31</sup>. Ou dizendo de outro modo: "Não há sociedade possível sem idéias morais comuns." (p. 175) <sup>32</sup>. Trata-se da "força moral, isto é, a lei do interesse comum", contraposta à "força física, isto é, a lei do mais forte" (*Carta de um antigo aluno ...*, in: *Escritos de juventude*, p. 110).

Mas se trata também de "pensamento": "a não ser que cada um deles pense que a associação lhe é útil" (*A Indústria*, p. 176). De "conhecimento": A moral "... consiste no conhecimento das regras que devem presidir as relações entre o indivíduo e a sociedade, para que um e a outra sejam o mais feliz que é possível." (p. 174); "A moral, fazendo conhecer os meios de felicidade fornecidos ao homem pelas relações com seus semelhantes, é a ligação necessária da sociedade; pois, a menos que a força compareça, não pode haver associação durável entre os homens, a não ser que cada um deles pense que a associação lhe é útil." (p. 175-176). E de "verdade": "... que todos aqueles que se dedicam à pesquisa das verdades morais, isto é, ao estudo das relações verdadeiras e naturais que nascem da sociedade; ..." (p. 156).

Trata-se também de pensamento, de conhecimento, e de verdade, *científicos*: "Assim [os filósofos fundadores do cristianismo] imprimiram à moral o caráter de ciência distinta, oposta, exterior à política, mas subalterna; e este caráter, embora tenha sofrido grandes alterações depois, conservou-se até nossos dias. Esta moral subalterna e exterior à política ..." ((4) a. – 54. *Sobre a divisão que tem existido até agora entre a moral e a política (1819)*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 453); "Depois do aperfeiçoamento aportado pelo cristianismo à moral, esta ciência não fez nenhum passo tão importante, e ficou, durante dezoito séculos, em um estado quase absoluto de estagnação." (*A Indústria*, p. 176-177).

<sup>31</sup> Note-se que a liberdade é suposta: comportar-se de um modo ou de outro voluntariamente, e não constrangido. Por sua vez este convencimento dos indivíduos é condição preferencial de sociedade "durável".

<sup>32</sup> E quanto maior for o grupo, maior a necessidade: "... uma vez que o organismo internacional pode ainda menos do que o organismo nacional ficar sem uma base intelectual e moral, e não poderia, conseqüentemente, jamais repousar solidamente sobre o simples antagonismo físico, ..." (*Curso V*, 55ª, p. 422).

E chegamos às “ciências morais”<sup>33</sup>. Mas agora não basta ciência moral teológica, ou ciência moral metafísica: “... pode-se desejar a formação de uma ciência moral positiva.” (*Cartas ao Sr. H. Saint-Simon, ...*, p. 282). E, neste momento, baseada na economia política: “... pode-se desejar a formação de uma ciência moral positiva. Esta ciência, do mesmo modo que a política, parece-me dever ser baseada sobre a economia política, pois penso que as regras (...), como as instituições políticas, devem ser julgadas a partir da influência que exercem ou podem exercer sobre a *produção*.” (p. 282). Deste modo, reencontramos as expressões “terrestre”, “industrial”, “fundada sobre a economia política”, e, enfim, “terrestre e positiva”. A “moral terrestre e positiva” deve ser “ciência moral positiva”.

Mas a moral, juntamente com a política, e com a ciência social toda inteira, da qual são as duas partes, é ciência “de aplicação”: “... a política, e mesmo a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral), não é outra coisa senão um caso particular das ciências de aplicação. (...). Na enciclopédia das ciências de aplicação, a política será considerada, portanto, como um caso particular, e os princípios gerais da organização social não serão mais do que uma parte dos princípios gerais da produção.” (*A Indústria*, p. 108-109).

Com respeito ao fim, à finalidade da moral (ver, por exemplo, na p. 178), trata-se do “bem dos homens”, identificado com a *eudaimonía*, isto é, a felicidade. Mas isto é *em geral*: há que se *especificar, praticizar, concretizar, materializar*. Nesta perspectiva, se a moral já se preocupa com o que é “possível”, a política se localiza ainda mais para o lado prático, concreto, “útil”: “E, com efeito, a política é uma consequência da moral. Esta consiste no conhecimento das regras que devem presidir as relações entre o indivíduo e a sociedade, para que um e a outra sejam o mais feliz que é possível. Ora, a política não é outra coisa senão a ciência daquelas dentre estas regras que são assaz importantes para que seja útil de as organizar, e ao mesmo tempo assaz claras, assaz universalmente adotadas, para que a organização seja possível.” (p. 174).

Quanto à localização e relações da moral, a ambigüidade é a mesma da política e da sociologia. Trata-se, neste momento, do tatear inventivo, fundador, que acabou resultando, mais tarde, na fundação da sociologia. A moral é “ciência”,

---

<sup>33</sup> *Cartas ao Sr. H. Saint-Simon, ...*, 4 ou 5/1818, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 278; (3) c. 53. *Sobre a ideologia* (1819), 1819, in: *Ibidem*, p. 468; *Apêndice – (1819). Sobre os trabalhos políticos de Condorcet*, 1819, in: *Ibidem*, p. 470, 471 e 472. Note-se que se trata de cinco usos.

mas “de aplicação” (*A Indústria*, p. 108-109; p. 125); foi distinguida da política pelos “filósofos fundadores do cristianismo” ((4) a. – 54. *Sobre a divisão que tem existido ...*, p. 453), mas só permanecerá diferenciada até que a política se torne positiva. Esta imperfeição, isto é, a política ainda não ser positiva, exige a ciência moral separada; enquanto houver a imperfeição, permanecerá a necessidade de tratar a moral “como uma ciência distinta” (p. 453-454).

Mesmo sendo uma “ciência de aplicação” (“aplicação” se referindo à aplicação na “produção”, na “indústria”), a moral é “a razão” da política (*A Indústria*, p. 154-155), é onde se assenta a política (p. 152), é de onde “deriva” a política (p. 174-175). Trata-se da sucessão: teórico, prático, concreto; “ciências de teoria”, “ciências de aplicação”, “ciências concretas”. Mas há também a sucessão inversa: do concreto para o prático e a seguir para o teórico (“produção”, “ciências de aplicação”, “ciências de teoria”).

Por sua vez, portanto, há uma certa superioridade da moral em relação à política, no sentido da política derivar da moral (as instituições políticas derivam das decisões humanas), e deverá haver, deverá ser atingida (nunca totalmente) a superioridade da moral, no sentido de ideal a ser construído. Mas historicamente ocorreu, ocorre e ocorrerá (apesar de cada vez menos, mas sem nunca atingir a inversão completa) a superioridade da política (as decisões são condicionadas pela necessidade).

Com relação à fundamentação da moral, ela não deve mais ser teológica, sobrenaturalista. Ela deve ser científica, no sentido de ciência positiva. Trata-se de fundamentação “terrestre e positiva” (p. 180). Trata-se de positividade, no sentido de motivar-se em “interesses palpáveis, certos e presentes” (p. 179-180), no sentido de basear-se sobre observações que lhe sejam próprias, isto é, nesta época (1817-1819), “aquelas que compõem a que chamam economia política” (*Apêndice – 1819. Considerações sobre as tentativas que têm sido feitas para fundar a ciência social sobre a fisiologia e sobre algumas outras ciências*, 1819, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 458-459). Fundamentando a moral, conjuntamente com a política, como partes da ciência social, nesta época (1817-1819), na economia política, descarta-se de a fundamentar na fisiologia, como se descarta também de a fundamentar na matemática e na “ideologia” (Destutt de Tracy) (p. 458-459, 463-464).

Quanto à história da moral, ela é resumida desde o início. A origem da moral é a mesma da sociedade (porque ela é exatamente a ligação, o amálgama social) (*A Indústria*, p. 176).

Entre os gregos a moral já tinha caminhado alguns passos, mas ainda estava muito imperfeita. Só conseguia “manter a paz e a caridade entre os homens de uma mesma povoação” (p. 176), e nada além. “Neste estado da moral, o que havia de mais urgente a fazer para a aperfeiçoar, era destruir o politeísmo e substituir todas as idéias sobrenaturais particulares por uma só crença geral, na qual todos os homens pudessem se conciliar. É o que Sócrates concebeu, e este empreendimento, continuado por seus sucessores, foi terminado pelo estabelecimento do cristianismo. A religião cristã também fez a civilização efetuar um grande passo, reunindo todos os homens pela crença em um só Deus e pelo dogma da fraternidade universal. Por este meio foi possível organizar uma sociedade mais vasta e reunir todos os povos em uma família comum. Depois do aperfeiçoamento aportado pelo cristianismo à moral, esta ciência não fez passo tão importante, e ficou, durante dezoito séculos, em um estado de estagnação quase absoluto.” (p. 176-177). É desde o estabelecimento do monoteísmo cristão e do princípio da fraternidade universal que a moral modificou forte e utilmente a política ((4) a. – 54. *Sobre a divisão que tem existido ...*, p. 452).

Desde então entramos em transição social, política, moral ...: “Entre os povos que abraçaram a reforma, o ensino da moral se faz a partir de princípios mais positivos. Entre os outros, as instituições morais permaneceram submetidas a todo o antigo império da teologia; mas, apesar disso, os progressos do espírito humano, junto a eles, provocaram igualmente a queda das velhas idéias e a tendência na direção das idéias positivas.” (*A Indústria*, p. 180)<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Note-se nesta citação e na anterior, a transitividade, a quase sinonímia até, entre religião e moral. Trata-se do processo de substituição da religião pela moral, sendo esta o que resta de legítimo (e necessário) daquela, durante o período de 1817 a 1848 da vida de Augusto Comte. A valorização entre reformados e não-reformados será invertida mais tarde: “Nelas [nas populações da Itália] o coração é mais bem disposto do que em qualquer outro lugar ao positivismo, a partir de uma alteração menor dos instintos de fraternidade, tão comprometido no desenvolvimento industrial dos protestantes do norte.” (*Discurso preliminar, Sistema I*, 1851, p. 270-271); “Na elaboração de um sistema destinado sobretudo a fazer irrevogavelmente prevalecer o espírito orgânico sobre o espírito crítico, excluí rigorosamente todos aqueles que não fizeram senão destruir, sem nada construir. Não se encontrará aí, portanto, nem Lutero, nem Calvino, nem Rousseau: Voltaire não figura senão sob o título de poeta trágico.” (*Calendário positivista, 5/4/1849, Correspondência V, Anexos*, p. 301); “Entre os ocidentais que, preservados do protestantismo, conservaram melhor a feliz cultura moral da idade média, o instinto público pressentiu e conteve esta fatal tendência de nossos estudos matemáticos, tão temidos sobretudo pelas mães espanholas.” (*Introdução fundamental, Sistema I*, p. 470).

O que resta a fazer em moral? Falta preencher duas lacunas dela, isto é, fazer com que os homens passem a considerar o governo como seu delegado, e não mais como seu diretor, e convencer os povos a se tratarem como irmãos; e dar-lhe nova base: terrestre e positiva (p. 177-178).

Do visto a respeito da moral nestes escritos de 1817 a 1819, podemos perceber que a sua definição como "... a ligação necessária da sociedade; pois, a menos que a força compareça, não pode haver associação durável entre os homens, a não ser que cada um deles pense que a associação lhe é útil." (p. 175-176), e como "... o conhecimento das regras que devem presidir as relações entre o indivíduo e a sociedade, para que um e a outra sejam o mais feliz que é possível." (p. 174), constitui uma conciliação entre a aceção de moral como exterior ao sujeito ("sociedade") e a aceção de moral como algo do ou no sujeito ("indivíduo", sujeito ou agente, detentor primário da liberdade imposta ou permitida pelo determinismo). Por sua vez, o "pense" e o "conhecimento das regras" são sugeridos em termos de uma perspectiva científico-positiva, como opção para atingir a finalidade, isto é, a finalidade possível (o bem possível).

O "sistema" supõe, naturalmente, a sistematização; o "sistema terrestre e positivo" supõe a sistematização correspondente. Neste momento (escritos do Apêndice 3) a sistematização positiva é reivindicada em oposição à sistematização religiosa (equivalendo a ela, substituindo-a), em termos de ciência, em parte como distinta, e, em parte, como setor da sociologia (da "ciência social").

Nos escritos reconhecidos e republicados em 1854 (Apêndice 4) e na primeira metade do *Curso* (volumes I a III) a sistematização moral está incluída na sistematização da biologia, mesmo havendo também o uso da expressão "ciências morais" em cartas de 1824 e 1832, que sugere a moral como uma ciência distinta (ver abaixo, na nota 40). Na segunda metade do *Curso* (volumes IV a VI) a sistematização anterior está incluída na sistematização da sociologia, apesar do uso da expressão "ciência moral" no próprio *Curso VI*, na lição 57, escrita do final de 1841 ao início de 1842, que sugere a moral como ciência distinta (ver na nota 40).

Todas as vezes que os textos comtianos estiverem como que sugerindo uma espécie de 4ª aceção para o termo "moral", significando quase o mesmo que filosofia ou quase o mesmo que religião, o sentido será exatamente o dessa tensão entre o já e o não ainda dessa sistematização, que Augusto Comte não teve tempo de completar.

A história da moral contida na *A Indústria*, e contida na filosofia da história da segunda metade do *Curso* (e em escritos posteriores) é a história da moral no sentido de uma melhor sistematização (do que estava contido na ordem primitiva e veio se desenvolvendo). Assim, da dominação romana derivou a necessidade de "... uma moral verdadeiramente universal, suscetível de ligar convenientemente povos que, ... (*Curso V*, 53ª lição, p. 320). Do mesmo modo o catolicismo "... não foi essencialmente senão o órgão ativo e racional de um progresso naturalmente trazido pela nova fase geral que tinha então atingido a evolução social da humanidade. É claro, com efeito, que a moral puramente militar e nacional, sempre subordinada à política, (...), devia necessariamente tender em seguida a se transformar espontaneamente em uma moral cada vez mais pacífica e universal, ..." (54ª, p. 358). Enfim "A moral universal (...) forma necessariamente um precioso patrimônio transmitido por nossos ancestrais ao conjunto da humanidade; sua influência pertencerá doravante àqueles que a saberão melhor consolidar, completar e aplicar, ..." (p. 377).

Para Augusto Comte a sistematização seria feita por ele, terminando Aristóteles: "Hoje mesmo, (...), esta memorável separação [entre filosofia natural e filosofia moral] não esgotou inteiramente ainda sua eficácia filosófica e social, embora ela deve logo essencialmente cessar, porque não constitui, nela mesma, uma separação plenamente racional para sobreviver definitivamente a esta destinação provisória, que será proximamente completada: se ao menos o grande trabalho que ousei empreender atinge suficientemente seu fim principal, conduzindo a filosofia natural a tornar-se enfim moral e política, para servir de base intelectual à reorganização social; o que terminaria certamente o grande sistema de trabalhos filosóficos de início rascunhado por Aristóteles em oposição radical com o sistema platônico, como explicarei em seu lugar." (p. 375).

De 1841-1842 até 1850-1851 não se fala de "ciência morais" ou de "ciência moral" sugerindo uma ciência moral distinta. Fala-se de "sistematização". Ver, por exemplo, no *Curso VI* ("sistematização final da moral humana", "sistematizar a moral sem nenhuma intervenção religiosa": 57ª, p. 663-664), no *Discurso*, de 1844<sup>35</sup> e na *Carta para Clotilde de Vaux*, de 11/1/1846: "Sob todos estes aspectos, o

<sup>35</sup> "Uma tal indicação das altas propriedades sociais que caracterizam o espírito positivo, não seria ainda suficientemente decisiva, se não se acrescentasse uma sumária apreciação de sua aptidão espontânea a sistematizar enfim a moral humana, o que constituirá sempre a principal aplicação de

positivismo, sucessor necessário do catolicismo, após o fechamento do interregno metafísico, deverá sobretudo cumprir, em um meio mais favorável, a sistematização final da moral humana tentada pelo nobre regime da idade média, consolidando sobre bases inabaláveis e aperfeiçoando a partir de melhores inspirações o que o sistema anterior não pôde esboçar senão com crenças passageiras, logo hostis ao desenvolvimento natural da inteligência e da sociabilidade.” (*Carta filosófica sobre o matrimônio, Correspondência III*, p. 285).

### 1.3.1.2. Escritos reconhecidos

Nos escritos reconhecidos e republicados em 1854 (2 referências reconhecedoras em relação aos escritos de 1817 a 1819 <sup>36</sup>, e 6 opúsculos escritos

---

toda verdadeira teoria da humanidade. (...). Foi somente depois dessa indispensável separação [da moral em relação à política, na Idade Média], sancionada e completada pela divisão necessária dos dois poderes, que a moral humana pôde realmente começar a tomar um caráter sistemático, estabelecendo, ao abrigo das impulsões passageiras, regras verdadeiramente gerais para o conjunto de nossa existência, pessoal, doméstica e social.” (p. 69). Vejamos também nas p. 73: “... incompatibilidade necessária que existe evidentemente entre estas duas maneiras de sistematizar a moral. (...). Não existe, portanto, nenhuma alternativa durável entre fundar enfim a moral sobre o conhecimento positivo da humanidade, e a deixar repousar sobre a injunção sobrenatural: ...”, 74: “Para terminar de apreciar as pretensões atuais da filosofia teológico-metafísica a conservar exclusivamente a sistematização da moral usual, é suficiente ...” e 75: “Se for preciso admitir a necessidade de uma verdadeira sistematização moral também para os espíritos emancipados, ela não poderá repousar, desde então, senão sobre bases positivas, que assim finalmente serão julgadas indispensáveis.”.

<sup>36</sup> “Minha política, ao contrário de ser oposta à minha filosofia, constituiu-se, de tal modo, como a sua seqüência natural, que esta foi diretamente instituída para servir de base àquela, como o prova este apêndice. De conformidade com esta finalidade, ele deve incluir somente os opúsculos que caracterizam gradualmente minha direção geral, descartando os escritos prematuros que me inspirou a funesta ligação através da qual se cumpriu meu início espontâneo. Destas produções artificiais, não recolho aqui senão duas indicações decisivas de minha tendência contínua em direção à religião positiva. A primeira surgiu, em 1817, desta sentença característica, ao meio de uma vã publicação: *Tudo é relativo; eis o único princípio absoluto*. Quanto à segunda, menos pronunciada, mas mais desenvolvida, ela se cumpriu, em 1818, na memória especial na qual eu considerava a liberdade de imprensa como concedendo a todos os cidadãos uma autoridade consultiva. Tais são as únicas menções que me parecem merecer, finalmente, minhas publicações anteriores aos seis opúsculos dos quais este apêndice se compõe: desautorizo antecipadamente toda outra reprodução de trabalhos publicados, e já destruí os materiais que permaneceram inéditos.” (*Sistema IV*, Apêndice, Prefácio especial, 1854, p. II). A “sentença característica” é da *A Indústria* (in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 140); a 2ª “indicação” se refere ao artigo *Sobre a liberdade de imprensa* (in: p. 382-401).

de 1819 a 1828), e nos não republicados (1828), existem 123 referências diretas à moral (respectivamente 121 e 2 referências)<sup>37</sup>.

A moral é explicitamente tematizada no opúsculo *Considerações*<sup>38</sup>, e além disto, (a nova moral) continua suposta como perspectiva de análise e ou julgamento. Por exemplo: “A sociedade está, hoje, evidentemente, sob o aspecto moral, em uma verdadeira e profunda anarquia, ...” (*Considerações filosóficas*, p. 138).

As acepções de moral como algo do ou no sujeito e de moral como algo exterior continuam do mesmo modo. A diferença mais notável é a quase ausência da expressão “sistema ...”, na segunda acepção (aparece uma vez “sistema moral”: *Considerações*, p. 197), como também a ausência das expressões caracterizadoras do “sistema”: “teológica”, “positiva”, etc.. Em compensação, surge a expressão “fenômenos morais”, conforme veremos abaixo. E continua a terceira acepção, conciliadora das duas primeiras, na definição explícita: “... a moral, que é a base, ou melhor, a ligação geral, da organização social.” (*Sumária apreciação*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 606). A moral como ligação aparece também, implicitamente, na p. 626: “a moral (...) idéias destinadas a servir de ligação geral”, e nas *Considerações*: “Como se conceberia, por exemplo, em uma população extensa como a da França, na qual nenhuma ligação moral combina assaz fortemente as diversas partes, que a nação não se dissolvesse em comunidades cada vez mais restritas, se, na falta de um espírito comum, um poder temporal central não retivesse todos os elementos sociais em uma dependência imediata e contínua?” (p. 187-188).

Como nos escritos não reconhecidos posteriormente, há trechos de textos que permitem pensar a moral como ciência positiva distinta. Por exemplo: “... mais tarde a química, e nos nossos dias, enfim, a fisiologia, foram constituídas ciências positivas. Esta revolução está, portanto, plenamente efetuada por todos os nossos conhecimentos particulares, e ela tende, evidentemente, a ocorrer hoje para a filosofia, a moral e a política, sobre as quais a influência das doutrinas teológicas e metafísicas já foi destruída, aos olhos de todos os homens instruídos, sem que,

<sup>37</sup> Para conferir essas referências, ver o Apêndice 4: Quadro da utilização do termo “moral” e derivados, nos escritos reconhecidos e republicados em 1854, e nos não republicados (1828), no CD que acompanha este trabalho.

<sup>38</sup> “Mas para esclarecer totalmente o estado moral da sociedade atual, que é o assunto próprio deste opúsculo, ...”: *Sistema IV*, Apêndice, 1854, p. 178.

todavia, elas já estejam fundadas sobre observações. É a única coisa que falta ao desenvolvimento espiritual do novo sistema social." (*Sumária apreciação*, p. 625) <sup>39</sup>.

As expressões que mostram a moral como parte da fisiologia, isto é, como ciência parte da ciência fisiologia, veremos abaixo. Quanto à expressão "ciência de aplicação", Augusto Comte não a utiliza nestes escritos e nem nos posteriores. Desaparece também, nestes escritos (só nestes), a expressão "ciência social", e surge para o seu lugar a expressão "física social".

Mais complexa é a questão da localização, das relações e da fundamentação da moral.

Como vimos acima, há expressões que ainda permitem pensar a moral como ciência distinta. E o mesmo ocorre com a política: "Considerando a política como uma ciência e aplicando-lhe as observações precedentes, descobre-se que ela já passou pelos dois primeiros estados, e que está na situação de chegar ao terceiro." (*Plano*, p. 78); "Em resumo, nunca houve nenhuma revolução moral mais inevitável, mais madura e mais urgente do que esta que deve agora elevar a política à posição das ciências de observação, por obra dos sábios europeus combinados." (*Plano*, p. 80) <sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Vejamos também: "Pode-se dizer, sem exagerar, que as doutrinas religiosas só têm, sobre os espíritos, a influência correspondente ao fato de que a moral permaneceu anexada nelas. Esta influência durará necessariamente até a época na qual a moral tiver sofrido a revolução que já aconteceu em todos os nossos conhecimentos particulares, tornando-se positiva. Desde este momento, o império das crenças teológicas se extinguirá para sempre; pois é muito evidente que este estado de coisas, no qual todas as partes do nosso sistema de idéias se tornaram positivas, enquanto que as idéias destinadas a servir de ligação geral permaneceram supersticiosas, não poderia ser senão transitório, porque do contrário implicaria contradição na marcha geral das coisas." (p. 626); "... fundar a moral sobre a observação dos fatos. (...) Ora, é o que só poderá acontecer na época na qual a moral tiver se tornado uma ciência positiva." (p. 628); "O novo sistema não tem, portanto, mais do que um último degrau a subir para atingir sua inteira organização e terminar de substituir o antigo. Não lhe falta mais do que completar seus progressos quanto ao temporal e ao espiritual. Ao temporal, apropriando-se da câmara dos comuns; ao espiritual, estabelecendo a moral sobre princípios deduzidos unicamente da observação. Ora, tudo está preparado para isto, os meios existem e não falta senão empregá-los." (p. 646); "É sensível, portanto, que os fenômenos sociais não podiam, por sua natureza, ser trazidos às teorias positivas antes que esta revolução fosse efetuada em relação aos fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Como, relativamente a estes últimos, a transformação não teve lugar senão nos nossos dias, e mesmo que ela apenas começa a ser sentida para os fenômenos morais, cuja teoria é a mais diretamente indispensável à física social, percebe-se facilmente porque esta ciência não foi possível até agora." (*Considerações filosóficas*, p. 153).

<sup>40</sup> A expressão "ciências morais e políticas", permitindo pensar a moral como ciência distinta, só reaparece mais três vezes até o cap. 5º (escrito no 1º quadrimestre de 1852; mas a moral volta a ser tratada como ciência distinta desde o cap. 1º, escrito de 12/1850 a 1/1851) do *Sistema II*, publicado em 1852: Em uma carta de 1/5/1824 (a G. d'Eichthal, *Correspondência I*, p. 84), em outra de 7/1/1832 (a Marrast, p. 233) e no *Curso VI*, lição 57, escrita de 25/6 a 14/7/1841 e de 23/12/1841 a 15/1/1842, p. 638 (no singular: "ciência moral e política"). Nos escritos de 1817 a 1819, além da expressão "ciências morais", Augusto Comte utiliza também "idéias morais", "princípios morais", "verdades morais", "considerações morais". Nos escritos que estamos focalizando neste momento, isto é, nos opúsculos de 1819 a 1828, não aparecem as expressões ciência moral e ciências morais; aparecem,

Mas a grande novidade é a inclusão dos fenômenos morais entre os fisiológicos, da moral na fisiologia. E em grau menor os fenômenos políticos e a política, e, em grau menor ainda, os fenômenos sociais e a física social. Estes últimos, e esta última, são tão pouco incluídos que até estão separados, apesar de continuarem a se apoiar na fisiologia.

A maioria das referências que ainda permitem pensar a moral como ciência distinta está no segundo dos opúsculos (1820). A partir do terceiro (1822/1824) há um crescendo que culminará na distinção só da física social.

Vejamos no terceiro opúsculo. Primeiramente quanto aos fenômenos morais: "... fisiologia (...). (...) para a porção desta ciência que considera os fenômenos especialmente chamados *morais*, concebidos por uns como o resultado de uma ação sobrenatural contínua, por outros como efeitos incompreensíveis da atividade de um ser abstrato, e, por outros, enfim, como dependendo de condições orgânicas susceptíveis de ser demonstradas, e para além das quais não se poderia remontar." (*Plano*, p. 78). A seguir incluindo também os fenômenos políticos <sup>41</sup>. E enfim os coletivos (expressão que junta os fenômenos sociais e os fenômenos políticos) <sup>42</sup>. E no quarto opúsculo, onde o processo continua <sup>43</sup>.

em compensação, "doutrina moral", "idéias morais", "teorias morais". Nas cartas de 1817 a 1830, além da expressão "ciências morais", da carta de 1/5/1824, referida acima, aparecem também "idéias morais", "idéia moral". No tempo do *Curso*, além das duas expressões referidas acima, aparecem também "idéias morais", "teorias morais", "estudos morais".

<sup>41</sup> "... as considerações pelas quais (...) mostraram (...) a impossibilidade radical de fazer qualquer aplicação real e importante da análise matemática aos fenômenos dos corpos organizados, aplicam-se, de uma maneira direta e especial, aos fenômenos morais e políticos, que não são senão um caso particular dos primeiros."; "... para os fenômenos morais e políticos da espécie humana, que formam a classe mais complicada dos fenômenos fisiológicos." (p. 120).

<sup>42</sup> "Nenhum motivo real pode levar a isolar, no estudo do indivíduo, os fenômenos especialmente chamados morais, dos outros fenômenos. A revolução que os ligou deve ser vista como o passo mais essencial que a fisiologia fez até hoje sob o aspecto filosófico. Pelo contrário, considerações de primeira ordem de importância demonstram a absoluta necessidade de separar o estudo dos fenômenos coletivos da espécie humana, daquele dos fenômenos individuais, estabelecendo, de resto, entre estas duas grandes secções da fisiologia total, sua relação natural." (p. 129).

<sup>43</sup> "Tal é o estado presente do desenvolvimento intelectual. A fim de conhecer com toda a precisão necessária a verdadeira época na qual chegou esta grande revolução, é preciso distinguir, na última ciência (a fisiologia), a secção relativa às funções intelectuais e afetivas, daquela que compreende as outras funções orgânicas. Não é senão após todos os outros que os fenômenos morais saíram do domínio da teologia e da metafísica, para entrar naquele da física. (...) (...) os fisiologistas consideram, hoje, os fenômenos morais absolutamente no mesmo espírito que os outros fenômenos da animalidade. (...) (...) a fisiologia moral. É inútil tomar partido, aqui, pró ou contra alguma das diversas opiniões que disputam a verdade, hoje, sobre a espécie, o número, a extensão e a influência recíproca dos órgãos assinaláveis às diferentes funções, sejam intelectuais, sejam afetivas. Sem dúvida a ciência ainda não encontrou, sob este aspecto, suas bases definitivas; e não há solidamente estabelecido senão algumas generalidades insuficientes, embora muito preciosas. Mas o fato mesmo desta diversidade de teorias, que indica uma incerteza inevitável em toda ciência nascente, constata claramente que a grande revolução filosófica se efetuou para esta parte de nossos conhecimentos, como para todas as outras, (...) (...). Assim, já possuímos uma física celeste, uma física terrestre,

E, finalmente, no sexto opúsculo: "... todos vêem o estudo das funções intelectuais e afetivas como inseparavelmente ligado ao daquele de todos os outros fenômenos fisiológicos, e como devendo ser feito com os mesmos métodos e no mesmo espírito. Entretanto, alguns homens, desconhecendo a este respeito a direção atual e irrevogável do espírito humano, ensaiaram transplantar para o nosso meio, há dez anos, a metafísica alemã, e constituir, sob o nome de *psicologia*, uma pretensa ciência inteiramente independente da fisiologia, superior a ela, e à qual pertenceria exclusivamente o estudo dos fenômenos especialmente chamados *morais*. Embora estas tentativas retrógradas ..." (*Exame do tratado de Broussais*, p. 217)<sup>44</sup>.

É provável que a incorporação da moral na fisiologia, nesta época, tenha sido influenciada pela necessidade que Augusto Comte sentiu de se contrapor à reação da psicologia introspectiva de Cousin (1792-1867) ao empirismo exagerado de Condillac (1715-1780) e Helvétius (1715-1771) (rever as p. 217 e 220 do *Exame do tratado de Broussais*, acima e na nota 44). Outro fator a levar a moral perder força como ciência distinta, neste tempo, talvez tenha sido a sua transitividade com a religião. Outro ainda talvez tenha sido a sua posição intermediária de passagem

---

seja mecânica, seja química, uma física vegetal e uma física animal: falta-nos ainda uma última, a física social, a fim de que o sistema dos nossos conhecimentos naturais esteja completo. Uma vez cumprida esta condição, podemos, por um resumo geral de todas as nossas diversas noções, construir, enfim, uma verdadeira filosofia positiva, ..." (*Considerações filosóficas*, p. 148-150; ver também nas p. 166, 170 e 171).

<sup>44</sup> Vejamos também: "Uma negligência mais grave, cometida pelo Sr. Broussais, consiste em que ele não assinalou suficientemente a diferença imensa que existe entre a doutrina fisiológica sobre o homem intelectual e moral, e as teorias dos metafísicos do século passado, que não viam na nossa inteligência senão a ação dos sentidos externos, deixando de lado toda predisposição dos órgãos cerebrais internos. A crítica, merecida, desta ideologia de Condillac e de Helvétius, é só o que dá algum fundamento à influência da psicologia atual, ..." (p. 220); "O exame geral da obra do Sr. Broussais dá lugar a uma última consideração filosófica de uma grande importância: é que o autor não circunscreveu mais exatamente do que os fisiologistas seus antecessores, o verdadeiro campo da fisiologia. Quando Cabanis, por primeiro, reivindicou diretamente o estudo dos fenômenos morais, como pertencendo ao domínio da fisiologia, não separou com suficiente cuidado, ou melhor, confundiu, o estudo do homem individual e aquele da espécie humana vista em seu desenvolvimento coletivo. Ambos lhe pareceram dever fazer parte igualmente, sem divisão, de uma mesma ciência, a fisiologia. Esta confusão foi mantida pelos Srs. Gall e Spurzheim; ela subsiste ainda no espírito de quase todos os fisiologistas que se dedicam seriamente à porção de sua ciência relativa aos fenômenos morais. O Sr. Broussais nada tentou para fazê-la desaparecer, embora pareça, a partir de algumas passagens de sua obra, ter sentido o vício principal. É claro, com efeito, que o estudo do indivíduo e aquele da espécie, embora tendo, por sua natureza, relações tão íntimas que possam ser considerados como duas partes de uma ciência única, são, entretanto, assaz distintos, e principalmente suficientemente extensos, ambos, para dever ser cultivados separadamente, e concebidos, por conseqüência, como formando duas ciências, a fisiologia propriamente dita e a física social. A segunda é, sem dúvida, fundada sobre a primeira, que lhe fornece seu ponto de partida positivo, e seu guia permanente. Mas nem por isto ela constitui menos uma ciência separada, tendo suas observações próprias na história do desenvolvimento da sociedade humana, e seus métodos especiais." (p. 220-221).

para a sociologia, por ser a parte final mais alta da fisiologia, ligando-a e separando-a da física social: "... para os fenômenos morais e políticos da espécie humana, que formam a classe mais complicada dos fenômenos fisiológicos." (*Plano*, p. 120).

Não aparece nenhuma menção de superioridade ou inferioridade entre a moral e a política e a relação continua como anteriormente: procurar-se-á sempre a superioridade da moral, para que ela ocorra cada vez mais; mas historicamente, praticamente, sempre haverá, só que cada vez menos, a preponderância da política (força bruta, física, militar, pecuniária).

Quanto à fundamentação, além do abandono do fundamento teológico e ou metafísico em geral (*Sumária apreciação*, p. 606; *Plano*, p. 53 e *Considerações filosóficas*, p. 159), Augusto Comte abandona também a economia política: a moral como parte da fisiologia tem a mesma fundamentação orgânico-natural dela. Trata-se de observar e trabalhar (teorias, opinião) com os fenômenos morais, isto é, intelectuais e afetivos (sentimentos, interesse, instinto, moralidade): "Por fim, uma observação indireta pode dispensar, a este respeito, até um certo ponto, da verificação imediata. É o fato da preponderância obtida, quase sempre, ao menos na prática, pelas teorias morais que pretendem explicar todos os sentimentos do homem ligando-os exclusivamente ao interesse pessoal. Se consideradas especulativamente, o instinto moral as rejeita; elas se tornaram, no mundo real, o modo permanente de explicação, e conservam ainda, entre os filósofos, um crédito que não é senão um índice muito fiel do verdadeiro estado da sociedade. A opinião dominante, hoje, entre eles, de que a legislação penal é, em última análise, o único meio eficaz de garantir a moralidade nas classes inferiores, confirma claramente esta observação." (*Considerações*, p. 186) <sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Vejamos também nas p. 203-204: "Esta necessidade de uma direção espiritual se mostra, não menos claramente, se, deixando de considerar o homem somente como inteligente, vemo-lo também sob o aspecto moral. Pois, mesmo admitindo que cada indivíduo ou cada corporação pudesse formar para si, somente por suas próprias faculdades, o plano de conduta conveniente, seja ao seu próprio bem-estar, seja à boa harmonia do conjunto, continuaria certo que esta doutrina, devendo se encontrar freqüentemente em oposição, em um grau qualquer, com as impulsões mais enérgicas da natureza humana, não exerceria por ela mesma quase nenhuma influência sobre a vida real. Ela tem necessidade de ser, portanto, por assim dizer, vivificada por uma força moral regularmente organizada, que, lembrando-a sem cessar, a cada um, em nome de todos, imprime-lhe toda a energia resultante desta adesão universal, e única capaz de superar ou mesmo contrabalançar suficientemente a potência das inclinações anti-sociais, naturalmente preponderante na constituição do homem."

Como parte da sociologia (esta inclusão, que já aparecia em 1817 <sup>46</sup>, só foi desenvolvida na segunda metade do *Curso*), situação na qual aparecem principalmente seus aspectos intelectuais (3 estados intelectuais e, ao mesmo tempo, religiosos: teológico, metafísico e positivo, ou, fetichismo – politeísmo – monoteísmo, ateísmo, positivismo) e práticos (guerra de conquista, de defesa e relações industriais), ela tem a mesma fundamentação na observação histórica: "... formando duas ciências, a fisiologia propriamente dita e a física social. A segunda é, sem dúvida, fundada sobre a primeira, que lhe fornece seu ponto de partida positivo, e seu guia permanente. Mas nem por isto ela constitui menos uma ciência separada, tendo suas observações próprias na história do desenvolvimento da sociedade humana, e seus métodos especiais." (*Exame do tratado de Broussais*, p. 221).

Quanto à liberdade, apesar de que problemáticamente <sup>47</sup>, ela continua suposta: "Em uma população, na qual a convergência indispensável dos indivíduos à ordem pública, não pode mais ser determinada pelo assentimento voluntário e moral dado por cada um a uma doutrina social comum, não resta outro expediente, para manter uma harmonia qualquer, senão a triste alternativa da força ou da corrupção." (*Considerações*, p. 188).

Uma última questão em relação a estes escritos se refere à relação entre religião, moral e educação, ou, entre poder intelectual, moral e educação. Ela aparece na *Sumária apreciação*. Há uma identificação entre religião e moral, mas poderia não haver. Acontece que a moral permaneceu anexada nas doutrinas religiosas, mas isto será superado pelo estado positivo: p. 626 (ver este texto na nota 39, acima).

A direção da educação simplesmente se acresce a quem já tem o poder de ensinar a moral e o poder intelectual. Portanto, o que temos é a direção da educação nas mãos do corpo teológico, porque a moral está pendendo das crenças religiosas; e o que teremos é a educação sob os sábios, a partir de quando a moral penda da observação dos fatos, seja positiva: "Se se considera, sob este aspecto [isto é, de dirigir a educação], as atribuições legais às quais a primeira classe do

---

<sup>46</sup> *A Indústria*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 108-109: "... a política, e mesmo a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral), ...".

<sup>47</sup> "Em uma palavra, é claro que a liberdade ilimitada de consciência e a indiferença teológica absoluta, chegam ao mesmo resultado, quanto às conseqüências políticas. Em um e no outro caso, as crenças sobrenaturais não podem mais servir de base à moral." : *Sumária apreciação*, p. 606; "... o preconceito crítico da soberania moral, concebida como um direito inato de todo indivíduo, ..." : *Plano*, p. 73. No *Curso V*, lição 55, p. 424, ele diz "esta espécie de soberania moral atribuída a cada um".

Instituto está atualmente investida, concorda-se que elas são tão extensas quanto podem ser, enquanto o corpo que as exerce não está encarregado do ensino da moral. (...). É claro, em tese geral, que a direção suprema da educação nacional, e o ensino da moral, devem estar nas mesmas mãos: separá-los seria absurdo <sup>48</sup>. Assim, enquanto a moral permanecer unicamente fundada sobre as crenças religiosas, é inevitável que a direção geral da educação pertença, em última análise, a um corpo teológico, ou, ao menos, ao espírito teológico. Os homens que se elevam vivamente, hoje, contra os jesuítas, contra os missionários e outras corporações religiosas, deveriam, portanto, bem sentir que o único meio de fazer desaparecer o resto de influência destas sociedades, é fundar a moral sobre a observação dos fatos. (...). Ora, é o que só poderá acontecer na época na qual a moral tiver se tornado uma ciência positiva.” (p. 627-628).

A situação atual do embate entre o “antigo” e o “novo sistema”, quanto ao temporal e quanto ao espiritual, e deste com relação ao ensino da moral, é a seguinte: “O poder temporal [do antigo] foi reduzido às menores dimensões que ele possa ter, até a extinção inteira do antigo sistema e sua substituição pelo novo. O poder espiritual foi completamente arruinado, enquanto potência política. Ele não tem mais outra influência senão aquela derivada do fato de que o ensino da moral ainda se encontra em suas mãos, estando fundado ainda sobre suas doutrinas. O novo sistema (...). No temporal, foi reconhecido que as comunas tinham o direito de modificar, conforme a sua vontade, o plano político geral, e o exercício legal deste direito foi regularmente constituído, o que estabeleceu, ao mesmo tempo, o meio de transição. No espiritual, a capacidade científica obteve sobre a educação nacional toda a influência que ela pode ter, enquanto o ensino da moral ainda não tiver passado para as suas mãos.” (p. 645).

A imbricação, a transitividade entre espiritual, intelectual, moral e educação aparece de forma contundente no opúsculo *Considerações*, mas começando pela “educação” e pelo “governo moral” <sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> Note-se a proximidade, a transitividade, a quase identificação entre moral e educação.

<sup>49</sup> “Nós vimos que, sob este aspecto, a ação do poder espiritual consiste, essencialmente, em estabelecer *pela educação* as opiniões e os hábitos que devem dirigir os homens na vida ativa, e, em seguida, em manter, por uma influência moral, regular e contínua, exercida, seja sobre os indivíduos, seja sobre as classes, a observação prática destas regras fundamentais (...). Trata-se, portanto, de examinar os motivos principais que, em oposição aos preconceitos atuais, necessitem, no novo estado social, um governo moral incidindo sobre as idéias, sobre as inclinações e sobre a conduta, seja na ordem individual, seja na ordem coletiva.” (p. 202).

Enfim, uma das duas grandes realizações necessárias para melhorar a realidade, a realização moral, é o estabelecimento da educação: “A verdadeira maneira de melhorar este estado de coisas, nos parece ser, essencialmente, a realização de duas grandes providências, uma política [a organização das relações que devem existir entre os trabalhadores diretos e os empreendedores da indústria], outra moral [a melhoria, ou para dizer melhor, o estabelecimento da educação industrial].” (Resenha do escrito *Curtas observações sobre ...*, de SWAN, 27/5/1828, in: R. T. MENDES, *Clotilde de Vaux e Augusto Comte ...*, II/2, p. 291-292).

Se vão rareando as expressões que permitem pensar a moral como ciência distinta, de qualquer modo ela continua aparecendo como distinta. Mas não como ciência. Enquanto ciência ela é parte da fisiologia. Mas, independentemente disto, ela é algo do ou no sujeito, mas também algo exterior a ele, e, como conciliação, é amálgama social. E tem relações também com a religião, com a educação, ...; continua tendo história e continua suposta como parâmetro para análise e ou julgamento.

### 1.3.1.3. Nas cartas

Nas cartas dessa época existem 56 referências diretas à moral<sup>50</sup>.

Se não há nenhuma referência na qual a moral seja explicitamente tematizada, mesmo assim ela continua suposta como perspectiva de análise ou julgamento. E há toda uma tematização muito significativa dos fenômenos morais, isto é, intelectuais e afetivos (na *Carta a Valat*, de 8/9/1824, p. 124-126), além de outras tematizações, conforme veremos a seguir.

Com relação às três acepções de moral, cumpre observar e comentar a fundação orgânico-natural da moral, através do aparecimento dos nomes dos fisiologistas. Se nos escritos do Apêndice 3 (não reconhecidos posteriormente, de 1817 a 1819) aparece Cabanis, mas Augusto Comte reprovando a fundamentação na fisiologia, e, se no *Exame do tratado de Broussais*, de 1828 (Apêndice 4), a moral

---

<sup>50</sup> Para conferir essas referências, ver o Apêndice 5: Quadro da utilização do termo “moral” e derivados, nas cartas de Augusto Comte de 1817 a 1830, no CD que acompanha este trabalho.

já faz parte da fisiologia, já existe “a predisposição dos órgãos cerebrais internos” (p. 220), e Gall, Spurzheim e Broussais já são mais criticados, na *Carta a Valat*, de 8/9/1824 (Apêndice 5), Gall é louvado “... como tendo, com a sua doutrina, completado a revolução que tornou positiva a fisiologia, submetendo a ordem de fenômenos vulgarmente chamados *morais* ao método positivo.” (*Correspondência I*, p. 124), e, como tendo afirmado a inerência das funções intelectuais e afetivas dentro do próprio homem (descartando, portanto, a necessidade indispensável da graça divina) e a pluralidade dos órgãos cerebrais, correspondendo às funções cerebrais: “Pois penso que não duvidas de que haja disposições inatas, independentes da educação e das circunstâncias exteriores, sem pretender por isto que os atos que resultarão a partir de tal ou tal educação e em tais ou tais circunstâncias, sejam rigorosamente determinados pela organização <sup>51</sup>, absurdo que comumente se recrimina ao doutor Gall, e que ele, certamente, jamais ensinou, embora ele esteja longe de ser isento de repreensão sob outros aspectos muito essenciais.” (p. 126).

Portanto, a própria acepção 2 se funda na acepção 1, mas o mais nobre da acepção 1, isto é, o intelectual (a sabedoria) e o afetivo (o altruísmo ou sociabilidade) só se desenvolvem pela influência da acepção 2, isto é, do desenvolvimento social, que funciona como regra exterior ao sujeito e como amálgama, surgindo, portanto, a acepção 3. Os indivíduos são sujeitos ou agentes, mas o coletivo é, de certo modo, o grande sujeito.

Em outra carta de 1824 já apareciam também o que depois foi afirmado como constituindo as três partes do cérebro ou alma: “A reunião, se não completa, ao menos tão grande quanto eu possa racionalmente esperar, das qualidades do espírito, do coração e do caráter, indispensáveis para o meu bem, encontro nesta jovem pessoa [Caroline Massin] (...), cuja organização moral tem verdadeiramente um lado marcante, que uma cultura conveniente pode desenvolver <sup>52</sup>, como já tive mil ocasiões de me assegurar nos mais de três anos que a conheço.” (*a Émile Tabarié*, 22/8/1824, p. 115).

Quanto às especificações implícitas da moral, há a expressão “ciências morais e políticas”, que, conforme já comentamos, permite pensar a moral ainda

<sup>51</sup> Note-se a relação entre o que é inato e o que se pode fazer nascer a partir da ação educativa.

<sup>52</sup> Note-se a já citada possibilidade de educação moral, isto é, de se chegar à virtude pela instrução.

como uma ciência distinta<sup>53</sup>. Mas outra, na *Carta a Valat*, de 16/11/1825, não cita o termo *ciência*, apesar do sentido de moral distinta: “Há agora pessoas que têm suficiente espírito para não crer em Deus, e quase não há que tenham suficiente para se ter recomposto sobre outras bases uma moral fixa e positiva, capaz de influir utilmente sobre a vida e de produzir outra coisa que argumentações.” (p. 167). E outras ainda, apesar de a caracterizarem no sentido de ser ciência positiva, já a colocam como parte da fisiologia (da ciência positiva chamada fisiologia). Por exemplo: “... a doutrina de Gall. Eu a vejo, (...), como tendo completado a revolução que tornou positiva a fisiologia, submetendo a ordem de fenômenos vulgarmente chamados *morais* ao método positivo.” (*a Valat*, 8/9/1824, p. 124)<sup>54</sup>.

Com respeito à localização e relações da moral e seus fundamentos, conforme já vimos acima, há a moral distinta, há a moral positiva distinta, há a moral como ciência distinta e há a moral como ciência parte da ciência fisiológica. Há também a moral dependente das “opiniões religiosas” e “as verdadeiras idéias do século sobre a moral”: “Veja, caro amigo, quais são (apesar da influência ainda grande, sobre meus pais, das opiniões religiosas), as verdadeiras idéias do século sobre a moral; ter êxito, ganhar dinheiro de tudo, e enviar o bom Deus ao diabo, na prática, fazendo-lhe muito grandes e muito sinceros elogios na teoria.” (*a Émile Tabarié*, 17/7/1824, p. 100-101). Enfim existe também a moral ou “organização moral (...) que uma cultura conveniente pode desenvolver”, como vimos acima (22/8/1824, p. 115).

E, para poder passar aos escritos seguintes observemos ainda que a liberdade continua suposta: “Ele [o Sr. Bailly] começou de uma maneira que não me agrada muito, de uma maneira espiritual, por uma demonstração da existência de Deus e da liberdade moral do homem, fundada sobre a doutrina de Gall. (...). O primeiro ponto do seu escrito (a existência de Deus) é tratado com infinita habilidade; ele tem um aparelho de demonstração muito espiritualmente combinado. Mas

<sup>53</sup> “Há em projeto duas sociedades de ciências morais e políticas, que devem publicar um volume por mês, ...” (*a G. d'Eichthal*, 1/5/1824, *Correspondência I*, p. 84, já citada acima, na nota 40).

<sup>54</sup> Vejamos também: “Ele acrescentou uma primeira determinação das funções e de suas sedes, que é evidentemente absurda sob muitos aspectos, e precipitada, sob quase todos, mas que, vindo a coisa do meu ponto de vista filosófico, parecia-me indispensável para *fixar as idéias* e bem introduzir os espíritos neste terreno, contando com que a discussão e a cultura desta nova parte da ciência retificariam cada dia mais a determinação primitiva, o que efetivamente acontecerá certamente. (...). (...), e se sabe, aliás, muito positivamente pela anatomia, (...). (...) se, efetivamente, a lista das funções intelectuais e afetivas e aquela das partes cerebrais que lhes são a sede, fossem feitas de uma maneira positiva (o que, repito, não é ainda, e não será antes de uma ou duas gerações, ao menos, pois isto deve ser obra do tempo e de uma observação variada), ...” (p. 125-126).

quanto ao segundo (a liberdade moral, onde era preciso mais do que habilidade, porque ele significa alguma coisa), ele é assaz fracamente examinado. Todo o seu discurso se baseia na distinção muito sutilmente inventada, entre *a inteligência*, que ele liga à organização, e *a alma*, que ele deixa independente, e à qual, como você sabe, ele não dá muito que fazer. Enfim, tudo isto não me deu uma impressão muito favorável.” (a G. d’Eichthal, 5/8/1824, p. 108-109).

### 1.3.2. Escritos de 1830 a 1848

#### 1.3.2.1. *Curso, Discurso, Tratado de astronomia popular*

Augusto Comte começou a expor oralmente o curso de filosofia positiva no domingo dia 2/4/1826. Ministrou a segunda e a terceira aulas nos dias 5 (4ª feira) e 9 (domingo). Desde então o curso foi interrompido por causa de uma espécie de doença mental que durou mais ou menos um ano e meio. A exposição foi retomada a 4/1/1829. E o curso foi ministrado novamente a partir de 9/12/1829. De 1830 a 1842 ele foi publicado em seis volumes. A 14/12/1830 Augusto Comte escreveu ao Presidente da Associação politécnica propondo o curso de astronomia popular, que foi ministrado até 1847, e no ano seguinte foi substituído pelo de história da humanidade. É esse curso de astronomia que foi colocado por escrito e publicado em 1844, no *Tratado de astronomia*; e é o discurso introdutório desse mesmo curso que foi posto por escrito no *Discurso* (escrito do final de 1843 ao começo de 2/1844) que antecede o texto do *Tratado de astronomia*<sup>55</sup>.

##### 1.3.2.1.1. *Curso*

---

<sup>55</sup> Para conferir as 995 referências diretas à moral e derivados no *Curso* (931 vezes), *Discurso* (63 vezes) e *Tratado de astronomia* (1 vez), ver o Apêndice 6: Quadro da utilização do termo “moral” e derivados no *Curso, Discurso e Tratado de astronomia*, no CD que acompanha este trabalho.

Na primeira metade do *Curso*, volumes I a III, escritos de 1830 a 1837, a moral é referida sobretudo como correspondendo aos fenômenos morais dos indivíduos vivos, e fazendo parte da fisiologia.

Os “fenômenos morais” podem indicar apenas os sentimentos no sentido passivo de sentir – sofrer, mas podem se estender ao sentido ativo de inclinações – tendências, e, portanto, referir-se à vontade, ao caráter. E podem também se estender ao conhecimento (*sentir*) sensível e intelectual. Então a referência pode ser só ao sentimento, também ao desejo, e, ainda, também ao conhecimento. Ou, com outras palavras: coração, caráter e espírito.

Trata-se principalmente, portanto, da primeira acepção de moral, como algo do ou no sujeito. Mas como o sujeito também pode ser coletivo, um coletivo tratado como um indivíduo <sup>56</sup>, trata-se também da segunda e da terceira acepções: algo exterior aos indivíduos, que os transcende (2ª), mas que os junta, liga, e já desde o interior, funcionando como um amálgama (3ª). A sociedade, além de ter “crise moral”, é “dirigível”, carece de “direção moral”: “a partir da sua [isto é, das teorias psicológicas ou ideológicas] universal pretensão à soberana direção moral da humanidade” (*Curso III*, 45ª, p. 861).

Apesar de não serem usadas as expressões “ciência moral” ou “ciências morais” <sup>57</sup>, trata-se de ciência. Em primeiro lugar porque faz parte da fisiologia, que é ciência: “a parte da fisiologia que se refere aos fenômenos intelectuais e morais” (45ª, p. 842); “a fisiologia intelectual e moral” (p. 877, 881). Mas também pelas afirmações indiretas: “... estes dois princípios [da frenologia de Gall: a pluralidade e a inerência das faculdades e disposições] <sup>58</sup> não constituem senão, na verdade, a formulação científica dos resultados gerais da experiência universal sobre a verdadeira constituição intelectual e moral do homem” (p. 864) <sup>59</sup>.

<sup>56</sup> Por exemplo: “... a grande crise política e moral das sociedades atuais se liga, em última análise, à anarquia intelectual.” (*Curso I*, 1ª lição, p. 38).

<sup>57</sup> São utilizadas as expressões “estudo” (*Curso II*, 33ª, p. 530; *III*, 40ª, 731; 45ª, p. 846, 851, 854, 858), “análise” (*III*, 40ª, p. 707; 44ª, p. 839), “considerações” (45ª, Índice e p. 842), “estudos” (p. 849, 853, 863), “noções” (p. 868). São usadas também, apesar de que não ligadas diretamente ao termo “moral”, as expressões “teoria”, “teorias”, “exame” (p. 863) e “doutrina” (p. 866, 870). Além, naturalmente, das expressões “formulação científica” (p. 864), “base científica” (p. 866) e “concepção científica” (p. 881), que veremos a seguir.

<sup>58</sup> Note-se a retomada de Gall. Enquanto que a “inerência” se contrapõe à graça divina vista como exterior ao homem, a “pluralidade” se contrapõe à “vaga e misteriosa unidade metafísica” (p. 868), à “vã unidade ontológica” (*Curso V*, 55ª, p. 447).

<sup>59</sup> Vejamos também: “Se, agora, consideramos, mas somente no seu conjunto, a doutrina geral que Gall deduziu do método assim caracterizado, será fácil constatar que ela representa, com uma admirável fidelidade, a verdadeira natureza moral e intelectual do homem e dos animais. A primeira

E se trata do âmbito positivo: “o estudo positivo do homem intelectual e moral” (p. 851); “uma tendência muito mais pronunciada na direção do verdadeiro estado positivo” (p. 863).

Antes de passarmos à segunda parte do *Curso*, acompanhemos ainda dois últimos trechos, da última lição, da primeira parte, nos quais aparece a manutenção da liberdade e conseqüente manutenção da possibilidade da educação, apesar do determinismo de base: “Enfim, os fenômenos intelectuais e morais, que, por sua natureza, são, ao mesmo tempo, mais complicados e mais especiais do que todos os outros fenômenos precedentes, devem evidentemente comportar as mais importantes modificações, e manifestar, por conseqüência, uma irresistibilidade muito menor, sem que cada uma das numerosas influências elementares colaboradoras cesse por isto de obedecer, em seu exercício espontâneo, a leis rigorosamente invariáveis, embora freqüentemente desconhecidas até agora.”; “Por haver negado, contra a ideologia francesa, a possibilidade de converter, à vontade, através de instituições convenientes, todos os homens em outros Sócrates, Homeros ou Arquimedes, e, contra a psicologia alemã, o império absoluto, ainda mais absurdo, que a energia do *eu* exerceria para transformar, ao seu bel prazer, sua natureza moral, a doutrina frenológica foi representada como radicalmente destrutiva de toda liberdade razoável<sup>60</sup>, e de todo aperfeiçoamento do homem através de uma educação bem concebida e sabiamente dirigida! É evidente, todavia, já desde a própria definição geral da *educação*, que esta incontestável perfectibilidade supõe necessariamente a existência fundamental de predisposições convenientes, ...” (p. 870).

---

divisão fundamental das faculdades frenológicas em afetivas e intelectuais, (...), restabelece, com um só golpe, sobre uma base científica inabalável, a proeminência necessária das faculdades afetivas, ...” (P. 866. Note-se a afirmação da proeminência necessária das faculdades afetivas. Vejamos também na p. 856: “... as afeições, as inclinações, as paixões (...) constituem os principais móveis da vida humana; ...”. Este *sentimentalismo* foi superacentuado por Augusto Comte a partir de 1846.); “Sem dúvida, ela [a fisiologia cerebral] teve que primeiro descartar cuidadosamente os erros antigos sobre a pretensa sede das paixões nos órgãos da vida vegetativa, que impediriam toda concepção científica da natureza moral do homem e dos animais, como já expliquei. Mas depois ela negligenciou muito a grande influência que os diversos gêneros de outros fenômenos fisiológicos exercem sobre as principais funções intelectuais e afetivas, influência tão claramente apontada na célebre obra de Cabanis, que, apesar do vago e da obscuridade de suas visões gerais, foi, todavia, tão útil à ciência, servindo de precursor imediato para a feliz revolução filosófica que devemos ao gênio de Gall.” (p. 881).

<sup>60</sup> Se aqui se fala de “liberdade razoável”, no *Curso IV*, 46ª, fala-se de “liberdade vagabunda”: “Eis, sobretudo, o que deve tornar toda verdadeira ordem moral necessariamente incompatível com a liberdade vagabunda dos espíritos atuais, ...” (p. 50).

A segunda metade do *Curso*, volumes IV a VI, foi escrita de 1839 a 1842. Ela funda a sociologia (termo criado por Augusto Comte e introduzido a partir do *Curso IV*, 47ª lição<sup>61</sup>, p. 88), até então chamada de “ciência social” e de “física social”. E que em 1817, como sabemos, incluía a moral e a política.

Se na primeira metade do *Curso* a moral é referida sobretudo como correspondendo aos fenômenos morais dos indivíduos vivos<sup>62</sup>, e fazendo parte da fisiologia (sendo, portanto, ciência); e se se tratava principalmente da 1ª acepção de moral (como algo do ou no sujeito), mas também da 2ª (como algo exterior ao sujeito) e da 3ª<sup>63</sup>, repetimos, se se tratava principalmente da 1ª acepção, porque o coletivo acabava sendo tratado como um indivíduo, na segunda metade todo este conjunto é incluído na sociologia (no coletivo). E inverte-se o acento, que passa para a 3ª e 2ª acepções, continuando a supor a 1ª. Mas mais ainda: A moral fazendo parte da sociologia, mas até transcendendo-a, no sentido de ser independente, limite ideal<sup>64</sup>, significando mais ou menos o mesmo que filosofia (fazendo até pensar em uma 4ª acepção para o termo “moral”) ... e religião, isto é, substituindo a religião<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> Esta lição 47, até pelo seu título, “Apreciação sumária das principais tentativas filosóficas empreendidas até agora para constituir a ciência social”, retoma escritos comtianos de 1819 não reconhecidos posteriormente.

<sup>62</sup> “... como principalmente reconhecemos, terminando o volume precedente, em relação aos fenômenos intelectuais e morais da vida individual, que, excetuando-se em um muito pequeno número de espíritos avançados, são ainda estudados freqüentemente de uma maneira quase tão anticientífica quanto os próprios fenômenos políticos.” (*Curso IV*, 48ª lição, p. 103).

<sup>63</sup> Como algo ao mesmo tempo exterior e interior ao sujeito, isto é, como amálgama necessário ao coletivo: ao mesmo tempo o senso moral que governa desde dentro, e uma espécie de governo moral exterior, por exemplo, a aprovação do grupo consolidando a *bondade* de um ato. Trata-se de “convicções morais” e de “opiniões públicas”: “Enquanto que a perfeita unidade mental que caracteriza o estado positivo determinará, assim, junto a cada um dos espíritos convenientemente cultivados, ativas convicções morais, ela constituirá, não menos inevitavelmente, potentes preconceitos públicos, ...” (*Curso VI*, 60ª, p. 776). Augusto Comte usa também “senso moral” em sentido coletivo: “... o senso moral, cujo degrau social constitui somente a mais completa manifestação, ...” (p. 778). Para a relação entre “preconceito público” e “preceito religioso”, vejamos no *Curso V*, 54ª: “... deste aforisma verdadeiramente capital de estática social: os preconceitos públicos são habitualmente mais potentes do que os preceitos religiosos, em todo antagonismo que venha a se estabelecer entre duas forças morais, até então freqüentemente convergentes.” (p. 360). Na p. 361 ele fala da “força insuperável da opinião pública”.

<sup>64</sup> “... considerando (...) a apreciação moral do catolicismo, não é preciso esquecer que, (...), a doutrina moral desde então se compôs essencialmente de uma seqüência de tipos [modelos] destinados sobretudo (...) a caracterizar convenientemente o limite, sempre mais ou menos ideal, (...). A natureza e a destinação desses tipos morais ...” (*Curso V*, 54ª, p. 363); “Assim concebida, a legítima supremacia social não pertence, propriamente falando, nem à força nem à razão, mas à moral, dominando igualmente os atos de uma e os conselhos da outra: tal é, ao menos, o limite ideal do qual a realidade deve gradualmente se aproximar, embora sem poder jamais o atingir rigorosamente, como em relação a um tipo qualquer.” (*Curso VI*, 57ª, p. 657).

<sup>65</sup> “Apreciada, em terceiro lugar, em relação à moral social propriamente dita, a filosofia positiva desenvolverá, quanto a ela, ainda mais evidentemente do que nos dois outros casos, sua alta aptidão orgânica. Nem a filosofia metafísica, que consagra espontaneamente o egoísmo, nem mesmo a filosofia teológica, que subordina a vida real a uma destinação quimérica, jamais puderam fazer

Trata-se da superacentuação da perspectiva de conjunto já retomada a partir da biologia <sup>66</sup>. Continua o pertencimento à biologia, mas com ela a moral é englobada na sociologia (sendo, portanto, ciência), no sentido de que o homem ser-vivo social é mais complexo do que o homem ser-vivo <sup>67</sup>. Trata-se, enfim, da já referida tensão no sentido da “sistematização”, da “sistematização moral”, da

---

ressaltar diretamente o ponto de vista social, como o fará, por sua natureza, esta filosofia nova, que o toma necessariamente por base universal da sistematização final. Estes dois regimes anteriores eram tão pouco próprios a permitir o impulso das afeições puramente benevolentes e plenamente desinteressadas, que freqüentemente conduziram a lhes negar dogmaticamente a existência, um a partir de vãs sutilezas escolásticas, e, o outro, sob o ascendente inevitável das preocupações contínuas relativas à salvação pessoal. (...) (...) a religião, ao contrário, ...” (p. 778); “Sua [da moral positiva] eficácia contínua será tanto mais assegurada porque ela poderá sempre se adaptar espontaneamente, com uma plena oportunidade e sem alguma inconseqüência, às exigências variáveis de cada caso especial, individual ou social, segundo a natureza eminentemente relativa da nova filosofia: enquanto que a imobilidade necessária da moral religiosa devia, no tempo mesmo de seu principal ascendente, tirar-lhe quase toda a sua força a respeito das situações, que, desenvolvidas após sua constituição inicial, não foram aí suficientemente previstas.” (p. 779); “Todavia, a aptidão natural da filosofia positiva a permitir uma associação espiritual muito mais vasta do que a filosofia anterior jamais pôde comportar, já é tão evidente, que seria felizmente supérfluo de a fazer especialmente ressaltar. A mesma propriedade fundamental que, individualmente considerada, destina o espírito positivo a constituir uma harmonia mental até então impossível, o chama também, na aplicação coletiva, a determinar não menos necessariamente uma comunhão intelectual e moral ao mesmo tempo mais completa, mais extensa e mais estável do que qualquer comunhão religiosa.” (p. 782).

<sup>66</sup> “Os dois eternos legisladores primitivos da filosofia positiva, Bacon e sobretudo Descartes, tinham dignamente pressentido quanto devia ser puramente provisório este ascendente prévio do gênio analítico sobre o gênio sintético: (...) indispensáveis materiais para a construção ulterior de um verdadeiro sistema filosófico, (...). Se esta tendência espontânea pudesse ser plenamente motivada, esta marcha preparatória teria evidentemente cessado logo que a chegada decisiva da grande ciência biológica, estendida mesmo às funções intelectuais e morais, tivesse duplamente marcado o termo necessário, durante o meio século ao qual este capítulo é consagrado, seja completando assim o sistema fundamental da filosofia natural, sob a única reserva de um próximo acréscimo inevitável dos estudos sociais, seja constituindo uma ordem de especulações na qual, pela natureza dos fenômenos, o espírito de conjunto deve ordinariamente prevalecer sobre o espírito de detalhe.” (57<sup>a</sup>, p. 626); “Na evolução científica, a extensão definitiva do método positivo ao estudo dos corpos vivos, aqui incluídos os fenômenos intelectuais e morais da vida individual, tendia a manifestar diretamente os vícios crescentes de uma especialização dispersiva, ...” (p. 650).

<sup>67</sup> Vejamos a seguinte sucessão de trechos: “Enfim, a moral, cujas exigências diretas estavam implicitamente desconhecidas durante a elaboração preliminar, recupera logo seus direitos eternos por seqüência da supremacia mental do ponto de vista social, restabelecendo, com uma enérgica eficácia, o reino contínuo do espírito de conjunto, ao qual o verdadeiro sentimento do dever permanece sempre profundamente ligado.” (59<sup>a</sup>, p. 769); “Seria seguramente supérfluo, aliás, insistir aqui, sobre a tendência eminentemente moral própria ao ascendente científico do ponto de vista social e à supremacia lógica das concepções de conjunto, ...” (60<sup>a</sup>, p. 776); “Constituindo por toda parte a preponderância direta, ao mesmo tempo lógica e científica, do ponto de vista social, a filosofia positiva certamente não poderia jamais a desconhecer em relação à própria moral, que deve oferecer sempre a principal aplicação, e na qual, até no caso puramente individual, tudo deve ser relacionado sem cessar, não ao homem, mas à humanidade.” (p. 780); “... o espírito positivo, (...), sua aptidão espontânea a sistematizar enfim a moral humana, o que constituirá sempre a principal aplicação de toda verdadeira teoria da humanidade.” (*Discurso*, p. 69); “Doravante, ao contrário, todas as especulações reais, convenientemente sistematizadas, concorrerão sem cessar para constituir, tanto quanto possível, a universal preponderância da moral, pois o ponto de vista social se tornará necessariamente, nelas, o laço científico e o regulador lógico de todos os outros aspectos positivos.” (p. 77).

41

sistematização do “sistema terrestre e positivo” (ver acima, a partir do 3º parágrafo após a nota 34).

Quanto à hierarquia das ciências fundamentais, a moral se localiza entre a biologia e a sociologia, entre a 5ª e a 6ª (e última, até 12/1850 e 1/1851, período no qual foi escrito o cap. 1 do *Sistema II*, no qual surge a 7ª ciência): “... os fenômenos intelectuais e morais, dos quais os fenômenos sociais constituem a seqüência necessária e o complemento natural.” (*Curso IV*, 48ª, p. 144) <sup>68</sup>.

O *Curso IV* é constituído pelas lições 46 a 51. Se o título da 46 (“Considerações políticas preliminares sobre a necessidade e a oportunidade da *física social*, a partir da análise fundamental do estado político atual.”) fala de sociologia e política, no seu desenvolvimento se fala também da moral, já que ela está incluída, com a política, na sociologia, e já que o que se busca é “... a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral), ...” (*A Indústria*, p. 108-109).

A moral já pertencia à sociologia antes de pertencer à biologia. E a segunda metade do *Curso* retoma este pertencimento. As “noções sociais” necessariamente influenciam “a vida moral e a vida política”: “... o estado flutuante e contraditório no qual vemos hoje todas as grandes noções sociais, e que, por uma invencível necessidade, perturba assim deploravelmente a vida moral e a vida política: ...” (46ª, p. 15). Por sua vez, “tudo”, o “social”, sofrem a tensão entre a moral e a política: “Vê-se, assim, o quanto é profundamente perturbadora, e, ao mesmo tempo, vã e cega, esta tendência dos espíritos atuais a relacionar tudo às instituições políticas, ao invés de esperar principalmente da reorganização intelectual e moral o que só ela pode dar.”; “... pois agora está demonstrado que a necessidade fundamental das sociedades atuais é, por sua natureza, eminentemente teórica, e que, em conseqüência, a reorganização intelectual, e, em seguida, moral, deve necessariamente preceder e dirigir a reorganização política propriamente dita.” (p. 78-79) <sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Vejamos também na seqüência: “... nesta parte elementar da sociologia que quase se confunde com a biologia intelectual e moral ou, ao menos, com o que se nomeia a história natural do homem, da qual ela parece constituir um simples prolongamento geral; ...” (p. 145); “... atribuir sobretudo esta insuficiente preponderância atual da filosofia biológica, no conjunto das teorias sociais, à imperfeição mais pronunciada que distingue a parte transcendente da biologia, relativa ao estudo geral dos fenômenos intelectuais e morais. É, com efeito, por uma tal parte que deve naturalmente se estabelecer a principal subordinação [objetiva] direta da sociologia em relação à biologia, ...” (49ª, p. 157).

<sup>69</sup> A questão da relação, da ligação e ou separação entre moral e política, retoma textos anteriores e reaparece sempre, é recorrente, como uma das principais questões em Augusto Comte. Vejamos, por exemplo, no *Curso VI*: “Nós podemos, neste sentido, resumir já o conjunto das condições

Quanto à fundamentação, continua-se a crítica às "crenças religiosas": "Longe de poder fornecer, hoje, bases reais à moral propriamente dita, doméstica ou pessoal, as crenças religiosas tendem cada vez mais, na verdade, a se tornar duplamente corrosivas, seja se opondo à sua edificação sobre fundamentos mais sólidos, (...), seja nisto que (...) [seus fundamentos] são naturalmente muito vagos para comportar alguma grande eficácia prática sem a ativa intervenção contínua da autoridade sacerdotal, (...) essencialmente absorvida (...) pelo difícil cuidado de sua própria conservação, ..." (p. 52).

A 46ª lição, enfim, além de se referir às várias extensões morais ("moral universal": p. 32, 41; "moral pública": p. 50, 51, 53; "moral privada": p. 51, 53; "moral doméstica": p. 51, 52; "moral pessoal ou individual": p. 51, 52), explicita qual deve ou deverá ser "o princípio mais usual da moral universal"<sup>70</sup>, e cita "o princípio mais geral e mais comum da simples moral individual", isto é, "a subordinação necessária das paixões à razão" (p. 52)<sup>71</sup>.

Outro princípio, ainda mais fundamental em vista de como se desenvolveria o pensamento de Augusto Comte, é explicitado na 48ª lição, como "base racional da moral positiva", sem especificar nenhuma restrição à sua extensão: "... a humanidade, concepção verdadeiramente capital e toda moderna, que deve se tornar ulteriormente a principal base racional da moral positiva." (p. 136)

<sup>72</sup>

---

ulteriores próprias ao principal ofício político da filosofia positiva, concebendo a sabedoria sistemática como devendo enfim conciliar os atributos opostos que a sabedoria espontânea da humanidade manifesta sucessivamente na antiguidade e na idade média. Pois se o regime monotéico teve o mérito de proclamar enfim, embora com muito pouco sucesso, a legítima independência da moral, ou melhor, sua dignidade superior, havia, sem dúvida, uma tendência eminentemente social no fundo de sua antiga subordinação em relação à política, embora o regime político a tenha conduzido até uma perniciosa confusão, aliás então impossível de se evitar, e mesmo indispensável à concentração militar, segundo nossas explicações históricas." (p. 780-781).

<sup>70</sup> "... dos cuidados gerais inerentes à dignidade do homem, e cujo conjunto, ainda muito imperfeitamente apreciado, constituirá cada dia mais o princípio mais usual da moral universal." (p. 32). No *Curso V*, 53ª, Augusto Comte diz: "... o desenvolvimento moral, (...), estava essencialmente privado do sentimento habitual da dignidade humana, que constitui a sua principal base, ..." (p. 296).

<sup>71</sup> Na 53ª ele diz: "... este império do homem sobre ele mesmo, que constitui o primeiro princípio do desenvolvimento moral, ..." (p. 297). E na 54ª: "Consagrando a opinião unânime dos filósofos anteriores, o catolicismo considerou as virtudes individuais como a primeira base de todas as outras, no sentido de que elas oferecem o exercício mais natural e mais decisivo ao ascendente enérgico da razão sobre a paixão, do qual depende todo o aperfeiçoamento moral." (p. 363).

<sup>72</sup> No *Curso V*, 54ª, Augusto Comte escreveu que "A profunda sabedoria do catolicismo, constituindo enfim a moral acima de toda a existência humana, a fim de dirigir e controlar sem cessar os diversos atos quaisquer, certamente estabeleceu, portanto, o princípio mais fundamental da vida social, e que, embora momentaneamente estremeado ou obscurecido por perigosos sofismas, surgirá finalmente, sempre com uma evidência crescente, de um estudo cada vez mais aprofundado de nossa verdadeira natureza, sobretudo quando o positivismo racional tiver espontaneamente

As duas últimas lições do *Curso IV*, explicitando as teorias comtianas da ordem e da evolução desta ordem, incluem também, coerentemente, o aspecto moral. A ordem natural e sua evolução são as seguintes: a vida afetiva domina a vida intelectual, e, entre os afetos, os mais baixos (egocêntricos) dominam os outros. Mas temos também a inteligência e os afetos nobres, isto é, sociocêntricos (50ª, p. 180). Essa preponderância é necessária. Amar os semelhantes como a nós mesmos é um ideal a ser perseguido, sem que jamais seja atingido (p. 181). A atividade intelectual e o instinto social (sociabilidade) trabalham para a diminuição contínua daquela preponderância, sem poder ou dever eliminá-la. A primeira finalidade da moral universal é potencializar esta dupla influência moderadora (p. 182) <sup>73</sup>. A evolução é exatamente no sentido de que "... as forças intelectuais e morais tendem necessariamente a dominar, cada vez mais, o mundo social, depois que uma conveniente divisão dos trabalhos humanos permitiu suficientemente o seu desenvolvimento próprio." (p. 199), mas sem jamais atingir: "... o desenvolvimento (...) das funções intelectuais e morais, tendendo, ao contrário, cada vez mais, em direção a um ascendente vital, que, todavia, nunca poderia ser plenamente obtido, ..." (51ª, p. 203).

Finalmente, o resumo de Augusto Comte a respeito de toda a parte moral, ao qual ele faz referência nas lições seguintes: "... a vida individual se mostrou principalmente caracterizada pela preponderância necessária e direta dos instintos pessoais, a vida doméstica pelo impulso contínuo dos instintos simpáticos, e a vida social pelo desenvolvimento especial das influências intelectuais; (...). Um tal encadeamento científico apresenta, nele mesmo, a preciosa vantagem prática de preparar, desde este momento, a coordenação racional da moral universal, inicialmente pessoal, em seguida doméstica e finalmente social; a primeira sujeitando a uma sábia disciplina a conservação fundamental do indivíduo, a segunda tendendo a fazer predominar, tanto quanto possível, a simpatia sobre o egoísmo, e a última a dirigir cada vez mais o conjunto de nossas diversas inclinações a partir das luminosas indicações de uma razão convenientemente desenvolvida, sempre preocupada pela consideração direta da economia geral, de

---

dissipado, a este respeito, as trevas metafísicas." (p. 362-363). Por sua vez, no *Discurso*, de 1844, escreveu: "Uma apreciação mais íntima e mais extensa, ao mesmo tempo prática e teórica, representa o espírito positivo como sendo, por sua natureza, o único capaz de desenvolver diretamente o sentimento social, primeira base necessária de toda a moral." (p. 78).

<sup>73</sup> Note-se que a finalidade da moral recua do "bem" ("felicidade") para a luta para o(a) conquistar.

maneira a fazer habitualmente convergir ao fim comum todas as faculdades quaisquer de nossa natureza, segundo as leis que lhes são próprias.” (50ª, p. 201).

No *Curso V* inteiro (lições 52-55) e na maior parte do *Curso VI* (lições 56-57), Augusto Comte retoma <sup>74</sup> e desenvolve a dinâmica ou evolução, a história da humanidade. Afinal, o positivismo é “Uma filosofia que toma necessariamente a história por principal base científica, ...” (*Curso IV*, 50ª, p. 189). Narrando a história da humanidade, Augusto Comte narra principalmente os três estados intelectuais (teológico, metafísico e positivo) e os três estados práticos (guerra de conquista, guerra defensiva e indústria), mas, conjuntamente acaba narrando também os três estados afetivos (sociabilidade doméstica, nacional e universal), apesar de que confusamente, conforme reconheceu mais tarde. Referindo-se ao social e ao político, acaba falando também do moral, que, com a política, constituem o social <sup>75</sup>. Toda a história é retomada: fetichismo (52ª), politeísmo (53ª), monoteísmo (54ª), transição metafísica (55ª), era da especialidade (56ª) e era da generalidade (57ª).

No fetichismo está o nosso ponto de partida necessário: “... nosso verdadeiro ponto de partida, intelectual ou moral, é, inevitavelmente (...) o fetichismo ...” (*Curso V*, 52ª, p. 244). Nele começamos a sair da animalidade: “... nos tempos primitivos, (...) o passo principal devia consistir, ao físico como ao moral, em retirar o espírito humano de seu torpor animal: ...” (p. 257) <sup>76</sup>.

No politeísmo também era “... o mundo moral, que lhe servia, como a toda outra teologia, de ponto de partida universal para a explicação do mundo físico: ...” (53ª, p. 273). O politeísmo inaugurou a separação entre o poder temporal (política) e o poder espiritual (moral) <sup>77</sup>, mas com este subordinado àquele: “Com

<sup>74</sup> Lembremo-nos da história da moral contada na *A Indústria*. As lições 58-60 são conclusivas: em relação ao método positivo, aos resultados próprios à elaboração preliminar da doutrina positiva, e em relação à ação final própria à filosofia positiva.

<sup>75</sup> “... regime monotético, do qual a análise social, de início política, em seguida moral, está assim terminada, ...” (*Curso V*, 54ª, p. 368), “A análise fundamental deste regime, de início convenientemente operada quanto aos atributos sociais, sejam políticos, sejam morais, que o caracterizam, ...” (p. 374).

<sup>76</sup> O “estado teológico” inteiro também é ponto de partida necessário: “... pertence inevitavelmente ao estado teológico na evolução fundamental da humanidade, na qual esta filosofia primitiva, apesar dos seus eminentes perigos, é a única que pode, em virtude da admirável espontaneidade que a caracteriza, determinar o primeiro despertar das diversas faculdades intelectuais, morais e políticas, que constituem a preeminência de nossa espécie, e dirigir em seguida seu desenvolvimento contínuo até que o estado definitivo comece a se tornar possível.” (*Curso VI*, 57ª, p. 641).

<sup>77</sup> “A existência permanente livremente tolerada, no meio das populações gregas, de uma classe de pensadores independentes, que, sem alguma missão regular, propunham-se espontaneamente, aos olhos espantados mas satisfeitos do público e dos magistrados, para servir habitualmente de guias intelectuais e morais, seja na vida individual, seja na vida coletiva, tornava-se, evidentemente, um germe efetivo de poder espiritual futuro, plenamente separado do poder temporal.” (53ª, p. 320).

efeito, é por seqüência de uma tal confusão [entre o poder espiritual e o poder temporal] que a moral devia ser, entre os antigos, essencialmente subordinada à política, enquanto que, entre os modernos, ao contrário, sobretudo sob o reino do catolicismo propriamente dito, a moral, radicalmente independente da política, tendeu cada vez mais a dirigi-la, ...”; “... a moral dos antigos era, em geral, como sua política, eminentemente militar, isto é, essencialmente subordinada à destinação guerreira, ...”; “... este fim principal, (...) se tornava a regra suprema na apreciação habitual das diversas disposições morais, ...” (p. 297).

A principal eficácia moral do politeísmo se referiu sobretudo, conseqüentemente, à moral individual ou pessoal. Mas também quanto à moral social, com o “patriotismo”, que constitui degrau indispensável, apesar da incontestável preeminência do termo final felizmente estabelecido, em seguida, pelo cristianismo, no “amor universal da humanidade” (nas p. 315-316 ele escreveu “caridade universal”). A maior imperfeição moral do politeísmo se refere à moral doméstica, da qual a Antiguidade não pôde sentir a inevitável interposição natural entre a moral pessoal e a moral social, então muito diretamente ligadas uma à outra, por seqüência da preponderância necessária da política (p. 299) <sup>78</sup>.

O “politeísmo teocrático” desenvolveu a moral pessoal no que ela oferece de mais fundamental, mas sobretudo a moral doméstica. Quanto à moral social, como o grande sentimento do patriotismo ainda não existia, ele desenvolveu o amor à casta, que constitui um intermediário indispensável (p. 304). O “politeísmo militar grego”, a “filosofia grega” dividiu a filosofia em natural e moral, tendendo vagamente a conceber a economia social de uma maneira independente de toda filosofia teológica qualquer (p. 312). “Quanto à evolução moral [no politeísmo militar romano] (...). (...) a moral pessoal, então cuidadosamente cultivada (...). Na moral doméstica, o melhoramento, embora menos resplandecente, não é menos real ...” (p. 315); e na moral social: “Enfim, para a própria moral social, (...), não se pode, entretanto, desconhecer, (...), que ela tenha recebido um aperfeiçoamento capital, quanto ao sentimento fundamental do patriotismo, modificado e enobrecido pelas melhores disposições em relação aos vencidos, e aproximando-se bem mais da

---

<sup>78</sup> A moral doméstica constitui, ao contrário, a maior glória do catolicismo: “É principalmente este o título mais especial do catolicismo ao eterno reconhecimento da humanidade, por ter enfim organizado a moral sobre seus verdadeiros fundamentos, lançando-se principalmente a constituir a família, e a fazer depender as virtudes sociais das virtudes domésticas. Todavia não se poderia desconhecer a influência prévia do politeísmo no primeiro impulso da moral doméstica.” (p. 300; ver também na p. 301).

caridade universal, logo erigida pelo monoteísmo em verdadeira finalidade do impulso moral. Em uma palavra, junto a esta memorável nação, mais ainda do que em algum outro caso da antiguidade, a moral foi realmente, em todos os sentidos, dominada pela política, cuja consideração direta poderia quase fazer exatamente adivinhá-la.” (p. 315-316) <sup>79</sup>.

O grande progresso do monoteísmo foi promover a independência do poder espiritual e da moral, e a supremacia desta última (54<sup>a</sup>, p. 332; ver também na p. 357). O poder espiritual deve ser independente e moderador (isto é, não hegemônico), e sua função é a educação e derivações (p. 333-334; ver também na p. 343). A moral deve ser hegemônica: “... a moral universal, assim constituída, por confissão unânime, fora e acima da política propriamente dita, autoriza espontaneamente, até um certo grau, o mais fraco cristão a lembrar formalmente, em caso oportuno, ao mais potente senhor, as inflexíveis prescrições da doutrina comum, ...” (p. 335).

Falando de monoteísmo católico não se deve esquecer o outro lado constituído pelo feudalismo: “Se o catolicismo veio, pela primeira vez, regularizar enfim a verdadeira constituição moral da humanidade, atribuindo diretamente à moral, com uma irresistível autoridade, o ascendente social conveniente à sua natureza, não é duvidoso, por outro lado, que a ordem feudal, (...), (...) introduziu preciosos germes elementares de uma alta moralidade, que lhe eram inteiramente próprios, e sem os quais a operação católica não podia ter suficiente êxito, ...” (p. 357) <sup>80</sup>.

Outro erro seria atribuir a eficácia moral do catolicismo essencialmente apenas à sua doutrina, desconhecendo sua organização: “... a grande eficácia moral do catolicismo dependeu essencialmente de sua constituição social [a ativa intervenção contínua de um poder espiritual convenientemente organizado e suficientemente independente], e muito acessoriamente da influência própria e direta somente de sua doutrina, abstratamente vista, ...” (p. 359).

<sup>79</sup> No *Curso VI*, 57<sup>a</sup>, Augusto Comte escreveu, referindo-se aos três politeísmos: “O aspecto moral, o mais desfavorável a um tal regime [politéico], deve, aliás, ser apreciado relativamente ao ponto de vista político, segundo o gênio de toda a antiguidade, na qual as exigências políticas dirigiram constantemente até os progressos sucessivos que se realizaram na moral pessoal, doméstica ou social.” (p. 642).

<sup>80</sup> Vejamos também na seqüência: “... a feliz harmonia que reinou, (...), entre estes dois grandes elementos sociais, não fará exagerar, em detrimento de um, a influência do outro, atribuindo unicamente ao catolicismo ...” (p. 358; pode-se ver o restante deste trecho na p. 24, acima).

A supremacia da moral é a realização da precedência necessária do mais geral e do mais fixo: “A admirável regeneração gradual que, na idade média, o catolicismo cumpriu suficientemente, na moral humana, consistiu sobretudo, conforme nossas indicações anteriores, em transportar enfim, tanto quanto possível, para a moral, a supremacia social até então sempre pertencente à política, fazendo justamente prevalecer as necessidades mais gerais e as mais fixas sobre as necessidades particulares e variáveis, ...” (p. 361), a realização da “grande finalidade da vida humana” : “... a moral foi, enfim, dignamente situada na cabeça das necessidades sociais, concebendo todas as faculdades quaisquer de nossa natureza como não constituindo senão meios, mais ou menos eficazes, sempre subordinados a esta grande finalidade da vida humana, ...” (p. 361-362) e o estabelecimento do “princípio mais fundamental da vida social” (p. 362-363: ver este trecho acima, na nota 72).

A moral que deve ou deverá ser hegemônica não é diretamente a moral na primeira acepção do termo (como algo do ou no sujeito, fazendo parte principalmente da biologia). Trata-se mais da moral na segunda acepção do termo, isto é, como algo exterior ao sujeito, como “doutrina comum” (54ª, p. 335). Mas se trata principalmente da moral na terceira acepção do termo, conciliando as duas anteriores. Trata-se de pertencimento à ciência sociologia, mas transcendendo no sentido de ser, de algum modo, filosofia e de substituir a religião. Politicamente se trata do republicanismo, de bem-comum, coisa pública: “... transportar enfim, tanto quanto possível, para a moral, a supremacia até então sempre pertencente à política, fazendo justamente prevalecer as necessidades mais gerais e as mais fixas<sup>81</sup> sobre as necessidades particulares e variáveis, ...” (54ª, p. 361). Na 55ª,

---

<sup>81</sup> Estas “necessidades mais fixas” até fazem lembrar a noção contemporânea de democracia como o governo das leis; “lei” no sentido do *fixo* ou do *fixado* em relação à variação real ou possível. No *Curso VI*, 57ª, Augusto Comte diz “colocando as leis imutáveis relativas às necessidades mais íntimas e mais gerais da humanidade ao abrigo das inspirações variáveis emanadas dos interesses mais secundários e mais particulares” (p. 653), e que “A sã teoria elementar do organismo social, instintivamente esboçada na idade média, proibindo à inteligência a suprema direção imediata dos negócios humanos, destina o espírito a lutar constantemente, segundo sua natureza, para modificar cada vez mais o reino necessário da preponderância material, sujeitando-o ao respeito contínuo das leis morais da harmonia universal, do qual toda atividade prática, seja privada, seja mesmo pública, tende sempre a se desviar espontaneamente, por falta de vistas assaz elevadas e de sentimentos assaz generosos.” (p. 657). No *Discurso preliminar* ele fala de “... uma doutrina universal que impõe, sem arbitrariedade, regras gerais de conduta, relativas tanto ao comando quanto à obediência.” (*Sistema I*, 1851, p. 366-367). Apesar do elitismo de sua doutrina dos dois poderes, ele afirma ou reivindica a “massa popular” como “regulador final”: “Ora, a massa popular, igualmente ligada a estas duas potências [espiritual e material], a uma pela educação fundamental e a assistência moral, à outra pelo trabalho diário e os socorros materiais, tomar-se-á naturalmente, muito mais ainda do que

valorizando o lado bom da transição metafísica, ele diz que “É a mesma coisa, por seqüência, na ordem puramente política, na qual o dogma da soberania popular marcava energicamente a alta subordinação moral de todos os poderes sociais à consideração permanente do interesse comum, muito sacrificado então pela doutrina católica em favor apenas dos grandes; igualmente o dogma da igualdade ressaltava espontaneamente a dignidade universal da natureza humana, ...” (p. 429; ver também acima no parágrafo referente às notas 31 e 32)<sup>82</sup>.

O monoteísmo católico fez progredir as três partes da moral: “Todas as diversas partes essenciais da moral universal receberam do catolicismo aperfeiçoamentos capitais, que não poderiam ser especialmente mencionados aqui, (...). Devo me limitar agora à indicação rápida dos mais importantes progressos, nas três partes sucessivas que compõem o conjunto da moral, de início pessoal, em seguida doméstica, e enfim social, segundo a divisão estabelecida no capítulo cinquenta.” (p. 363).

Quanto à moral individual, o catolicismo considerou as virtudes individuais como a primeira base das outras (p. 363), utilizou muito bem as práticas de jejum e higiênicas (p. 363-364), prescreveu a humildade e condenou o suicídio (p. 364). Por sua vez, “A aptidão moral do catolicismo se manifestou principalmente na feliz organização da moral doméstica, enfim colocada na sua posição verdadeira, ao invés de ser absorvida pela política, segundo o gênio de toda a antiguidade.” (p. 364). “Considerando enfim a moral social propriamente dita, certamente seria

---

na idade média, o regulador final de seus principais conflitos, cuja solução efetiva dependerá sempre da direção que a sua cooperação política seguirá.” (*Curso VI*, 57<sup>a</sup>, p. 684). Vejamos também no *Discurso preliminar*, onde ele fala de “autoridade das regras” e de “opinião pública”: “Ao mesmo tempo em que mais necessária ao novo regime moral, nele a força da opinião pública se desenvolve mais.”; “... a invocação direta e contínua da sociabilidade, como princípio único da moral positiva, provoca logo aí a intervenção permanente da opinião pública, único juiz natural de toda conduta assim destinada ao bem comum.” (p. 140).

<sup>82</sup> Em 1848, no começo da Segunda República, na circular que propõe a fundação da Sociedade Positivista, Augusto Comte explicita que o ideal da subordinação da política à moral é o ideal republicano, e vice-versa, que a república é (deve ser) a subordinação da política à moral, a hegemonia da moral: “... o título *República* apresenta, em sua feliz acepção orgânica, o programa universal, mais sentimental do que racional, do verdadeiro futuro social. Ele anuncia assim a subordinação contínua da política à moral, admiravelmente esboçada, na idade média, sob o princípio católico, mas que não era plenamente realizável senão a partir de um melhor regime espiritual e em um meio mais favorável.” (*O fundador da Sociedade Positivista a quem deseje nela se incorporar*, 8/3/1848, *Correspondência IV*, p. 267). Explicita também, em *Carta a Lewes*, que “Nós positivistas somos necessariamente os doutores nascidos da república francesa, ou melhor, ocidental, como os psicólogos foram os doutrinários da realeza constitucional, e os ideólogos aqueles da parte negativa da revolução.” (12/4/1848, *Correspondência IV*, p. 149). Ver também a seguinte seqüência de textos do *Discurso preliminar*: p. 70, 118, 136-137, 163 e 378. Enfim, um trecho da *Carta a Vieillard*, de 22/11/1849, onde ele diz ter sido sempre republicano (*Correspondência V*, p. 117-118).

supérfluo constatar expressamente aqui a influência capital do catolicismo para modificar o patriotismo, (...), pelo sentimento mais elevado da humanidade ou da fraternidade universal, felizmente vulgarizado por ele sob a doce denominação de caridade." (p. 366).

Mas o monoteísmo também era provisório <sup>83</sup>. Esta superação estava implícita na separação feita entre a filosofia natural e a filosofia moral. Como a mentalidade metafísica se apoderou dos estudos inorgânicos e depois dos estudos morais e sociais, mas sem prejudicar a aptidão das concepções teológicas para civilizar os homens, assim também chegou a hora do positivismo <sup>84</sup>. Enfim, "A moral universal, da qual o catolicismo foi inicialmente o órgão indispensável, não pode lhe constituir, certamente, uma propriedade exclusiva, se ele finalmente perdeu a aptidão geral de a fazer prevalecer na economia social: ela forma necessariamente um precioso patrimônio transmitido por nossos ancestrais ao conjunto da humanidade; sua influência pertencerá doravante àqueles que saberão melhor consolidá-la, completar e aplicar, quaisquer que possam ser seus princípios intelectuais. Embora a razão humana tenha feito felizes empréstimos da astrologia, por exemplo, assim como da alquimia, ela não pôde, sem dúvida, por tais aquisições, crer-se ligada irremediavelmente à sorte delas, desde que ela pôde ligar em melhores bases esses importantes resultados: será essencialmente a mesma coisa para todos os progressos quaisquer, morais ou políticos, ..." (p. 377).

A partir do final do século XII e começo do XIII o poder espiritual se esforçou para passar de moderador para dominador, isto é, hegemônico (*Curso V*, 55<sup>a</sup>, p. 385-386). Tratou-se da influência do espírito guerreiro ainda vigente, apesar

---

<sup>83</sup> "Tal foi, portanto, no fundo, o grande ofício intelectual, evidentemente transitório, próprio ao catolicismo: preparar, sob o regime teológico, os elementos do regime positivo. É a mesma coisa, em realidade, na ordem moral propriamente dita, aliás intimamente ligada à primeira: pois constituindo uma doutrina moral, plenamente independente da política, e colocada mesmo acima dela, o catolicismo forneceu diretamente a todos os indivíduos um princípio fundamental de apreciação social dos atos humanos, que, apesar da sanção puramente teológica ser a única que podia permitir a sua introdução primitiva, devia tender necessariamente a se ligar cada vez mais à autoridade preponderante da simples razão humana, à medida que o uso desta doutrina fizesse gradualmente penetrar os verdadeiros motivos de seus principais preceitos; o que não podia, evidentemente, deixar de acontecer logo, (...), pois nada é mais susceptível, seguramente, por sua natureza, do que as prescrições morais de serem finalmente apreciadas a partir de uma experiência suficiente: de modo que a influência teológica, de início indispensável a este respeito, devia pouco a pouco se tornar essencialmente inútil, uma vez que sua missão primordial estivesse suficientemente cumprida; ..." (p. 375).

<sup>84</sup> "... será proximamente completada: se ao menos o grande trabalho que usei empreender atinge suficientemente seu fim principal, (...); o que terminaria certamente o grande sistema de trabalhos filosóficos de início rascunhado por Aristóteles ..." (p. 375; este trecho completo se encontra na p. 24, imediatamente antes do parágrafo referente à nota 35).

de já apenas defensivo (p. 388). Mas o que acabou ocorrendo foi a vitória do poder temporal, a formação de “ditadura temporal, seja monárquica, seja aristocrática” (p. 436). Obviamente quase desapareceu a divisão dos dois poderes: “Proscurendo mais do que nunca toda divisão real entre o poder político e o poder moral, esta seita, ...” (p. 461); “... as medidas puramente políticas, das quais uma cega imitação da antiguidade conduzia a fazer violentamente depender até a disciplina moral; ...” (p. 462).

O lado teórico desta prática é chamado de transição metafísica. Vigorou nela “... uma doutrina sistemática de negação absoluta, sucessivamente estendida às principais questões morais e sociais, ...” (p. 394). “Desde esta divisão verdadeiramente fundamental da filosofia grega em filosofia moral e filosofia natural, (...), o espírito metafísico apresentou concorrentemente duas formas (...): a primeira, da qual Platão deve ser visto como o principal órgão, muito mais próximo do estado teológico, (...); a segunda, tendo por tipo Aristóteles, bem mais vizinho, ao contrário, do estado positivo, ...” (p. 398; ver também nas p. 399 e 403).

O espírito metafísico aristotélico-tomista, escolástico, tendeu a se apossar da hegemonia filosófica, e, estendendo-se também ao mundo moral e até social ..., tinha essencialmente invadido a biologia intelectual e moral do homem individual, e começava também a se estender diretamente à sociologia ... (p. 399).

Por um lado esta inversão metafísica merece elogio <sup>85</sup>. Note-se, nesta citação da nota 85, o “dogma fundamental da liberdade de consciência”. Para a questão da completa negação do “dogma da liberdade ilimitada de consciência”, ver no *Plano*, in: *Sistema IV*, p. 52-53 <sup>86</sup>.

<sup>85</sup> “... a doutrina crítica, (...), herdou provisoriamente as eminentes atribuições morais às quais o catolicismo era conduzido a renunciar essencialmente; pois os princípios críticos eram então os únicos próprios a lembrar, com uma suficiente energia, os direitos reais daqueles aos quais a moral oficial não sabia mais falar senão de seus deveres. Tal é, com efeito, a tendência evidente, e somente muito exclusiva ou absoluta, de cada um desses diversos princípios, vistos sob o aspecto moral; (...). É assim que o dogma fundamental da liberdade de consciência lembrava, à sua maneira, a grande obrigação moral, inicialmente estabelecida pelo catolicismo, mas que ele tinha então claramente abandonado, de não empregar senão somente armas espirituais para a consolidação das opiniões quaisquer. É a mesma coisa, por seqüência, na ordem puramente política, na qual o dogma da soberania popular marcava energicamente a alta subordinação moral de todos os poderes sociais à consideração permanente do interesse comum, muito sacrificado então pela doutrina católica em favor apenas dos grandes; igualmente o dogma da igualdade ressaltava espontaneamente a dignidade universal da natureza humana, (...); enfim, só o dogma da independência nacional podia, desde a dissolução das ligações católicas, inspirar um respeito eficaz pela existência dos pequenos Estados, ...” (p. 429).

<sup>86</sup> Teoricamente há uma negação ou diminuição da liberdade na afirmação comtiana de que “Não há liberdade de consciência em astronomia, em física, em química, em fisiologia, neste sentido de que qualquer um acharia absurdo não crer em confiança nos princípios estabelecidos nestas ciências

Por outro lado, "As aberrações morais engendradas pelo esboço protestante da doutrina crítica, ..." (p. 436) "... devia produzir, na ordem moral, as mais graves perturbações, e tender rapidamente a não deixar intactas, (...), senão somente as noções morais relativas aos casos mais grosseiramente evidentes." (p. 436-437) <sup>87</sup>.

Abandonando o catolicismo, abandonava-se também a moral: "... o catolicismo, cuja moral é, assim, cegamente incluída na justa antipatia que inspira há muito tempo sua teologia." (p. 438).

E chegou-se, sempre segundo Augusto Comte, ao pior, a "esta espécie de soberania moral atribuída a cada um" (p. 424), e à "... primeira coordenação racional da famosa teoria do interesse pessoal [oferecida pela elaboração hobbesiana], (...), e que constitui, por sua natureza, o fundamento necessário da moral puramente metafísica." (p. 446). E "... a irrecusável preponderância efetiva das inclinações pessoais no conjunto de nosso organismo moral, (...), conduz naturalmente a reduzir somente ao egoísmo todos os diversos impulsos humanos, ..." (p. 447). Por sua vez, "Os penosos esforços tentados em seguida, em sentido inverso, (...), para concentrar, (...), toda a nossa natureza moral na direção da benevolência ou da justiça, não puderam ter nenhuma eficácia prática, (...), de tal modo que este insuficiente protesto não pôde impedir o triunfo crescente, (...), da aberração primitiva, em grande detrimento de nossa evolução moral" (p. 447).

---

pelos homens competentes. Se não é assim em política, é porque os antigos princípios tendo caído, e os novos não estando ainda formados, não há, propriamente falando, nesse intervalo, princípios estabelecidos." (p. 53). Afinal, a vontade pode escolher contra o conselho da inteligência e determinar a busca eterna, se necessário, da negação, por exemplo, da lei da gravitação universal. A negação ou diminuição da liberdade só se repetiu, em Augusto Comte, no seu *Catecismo positivista*, em 1852. E, ao contrário, em sua correspondência de 1855 a 1857 há o que pode ser visto como uma *retratação* implícita dessa negação ou diminuição. Mas praticamente o que Augusto Comte nega realmente aparece no termo "ilimitada", que, segundo ele, inviabiliza a sociedade. Porém como a ação modificadora sobre o indivíduo (educação), sobre o grupo (política) e até sobre a ordem material (química, física) permaneceu sempre afirmada, a liberdade sempre foi suposta. Sob outro aspecto, a exigência de total ausência de cálculo dos interesses na realização do bem, isto é, a exigência dos sentimentos benevolentes totalmente desinteressados, supõe um ser totalmente livre (é muito significativo que Augusto Comte tenha afirmado a humanidade como deusa, pois só Deus é tão livre), desprendido, solto, gratuito. Augusto Comte supõe o determinismo, mas um determinismo que forma o ser humano capaz de se desprender na direção de uma bondade total, de um amor totalmente gratuito. Mas a realização não é automática (a humanidade é mortal!); pode, mas depende da vontade, que, portanto, é livre. A caridade totalmente desinteressada supõe e exige liberdade total.

<sup>87</sup> Vejamos também na seqüência: "... a fase puramente protestante, que, sob diversos títulos importantes, ofereceu graves alterações aos verdadeiros princípios fundamentais da moral universal, não somente social, mas doméstica, que o catolicismo tinha dignamente constituído, ..."; "... a posição social cada vez mais subalterna do poder moral tendia desde então a lhe tirar radicalmente a força, e mesmo a vontade, de manter a inteira inviolabilidade das regras morais ..." (p. 437; ver também na p. 439).

A “teoria do egoísmo”, ainda que especulativamente própria da filosofia metafísica, emana sobretudo da própria teologia, pela preponderância que toda moral religiosa concede necessariamente à preocupação com a salvação pessoal, cuja consideração, habitualmente exclusiva, deve dispor naturalmente a desconhecer a existência real das afeições benevolentes puramente desinteressadas, que só a filosofia positiva pode diretamente sistematizar, segundo o estudo verdadeiramente racional do homem intelectual e moral. A metafísica apenas troca a destinação do egoísmo, substituindo os cálculos relativos aos interesses eternos por combinações relativas aos interesses temporais, mas sem escapar de uma moral exclusivamente calculista (p. 447; ver também na p. 428): “Mas, quanto ao princípio mesmo da moral dos interesses privados, não é duvidoso que a sua consagração empírica inicialmente pertenceu, necessariamente, às doutrinas puramente religiosas, que impõem diretamente a cada crente um fim pessoal ...” (p. 448) <sup>88</sup>.

Quanto à relação da moral com a educação, apesar de sua proximidade e imbricação, elas são distintas: “... viu-se, entretanto, seus mais rigorosos sectários chegarem a deduzir dogmaticamente, seja a inteira superfluidade de todo ensino moral regular, seja ...” (p. 461). Mas são inseparáveis; se é imprescindível um “ensino moral regular”, por outro lado a moral depende intrinsecamente de “uma educação regular”: “... é de tal modo impossível substituir suficientemente uma educação regular, que nenhuma noção moral pôde permanecer inteiramente intacta sob a influência dissolvente da metafísica negativa, ...”; “conduziu (...) a esquecer assaz todas as leis da moralidade humana”; “indica em qual grau tinha já chegado a desmoralização universal” (p. 462).

Finalmente, com respeito à fundamentação da moral, continua-se descartando o fundamento religioso, teológico (p. 438), e metafísico: “Todavia, esta inaptidão radical da filosofia metafísica não deve jamais fazer esquecer a

---

<sup>88</sup> Enfim, “Quanto às aberrações morais propriamente ditas, seguramente seria supérfluo parar aqui para caracterizar expressamente os estragos que provocou uma metafísica que, destruindo todas as bases anteriores, da moral pública e mesmo privada, sem lhes substituir diretamente algum equivalente racional, liberava desde então todas as regras de conduta à apreciação superficial e parcial das consciências individuais, então freqüentemente conduzidas a criticar as noções morais por ódio das concepções teológicas correspondentes. Se o instinto natural da moralidade humana e a influência crescente da civilização moderna não tivessem felizmente compensado, (...). Os diversos preconceitos morais sabiamente consagrados pelo catolicismo, (...); (...) não podiam resistir ao modo irracional das discussões metafísicas (...), nas quais a elaboração negativa abandonava inteiramente a reconstrução das leis morais à simples solicitude espontânea daqueles mesmos que deviam sofrer o seu ascendente, ...” (p. 462).

decrepitude, há muito tempo equivalente, da filosofia teológica: se uma tendeu a dissolver a moral, a outra não pôde preservá-la, e sua vã intervenção não chegou senão a tornar esta dissolução mais ativa, fazendo refletir sobre a moral o irrevogável descrédito mental da teologia, ..." (p. 463). E reafirmando a necessidade de uma fundação positiva, "... a filosofia positiva, como única base real hoje de uma verdadeira reorganização social, tanto moral quanto intelectual, ..." (p. 463): "... a moral universal, (...), não pode mais agora encontrar sólidos fundamentos intelectuais senão fora de toda teologia qualquer, repousando sobre uma apreciação verdadeiramente racional e suficientemente aprofundada das diversas inclinações, ações e hábitos, desde o conjunto de suas conseqüências reais, privadas ou públicas." (p. 438).

A "idade da especialidade" (56ª lição, 1ª do *Curso VI*) desenvolve os elementos, as partes que serão sistematizadas para formar o conjunto teoricamente positivo e praticamente industrial. Teoricamente, "Em uma palavra, nossa época continua, (...), a sofrer o império expirante desta célebre divisão que, (...), foi instituída, vinte séculos atrás, pelas escolas gregas, entre a filosofia natural, sobretudo relativa ao mundo inorgânico, e a filosofia moral, imediatamente aplicada ao homem e à sociedade: divisão que, apesar de sua profunda irracionalidade abstrata, constitui, (...), um expediente fundamental muito tempo indispensável à evolução intelectual da humanidade, e da qual nosso século não é, sem dúvida, destinado a determinar a extinção total senão quando a ciência, enfim completada e sistematizada, deverá se confundir gradualmente com uma filosofia emanada de seu próprio seio, assim como a seqüência desde volume tornará, espero, incontestável. Esta separação provisória foi eminentemente pronunciada durante todo o curso dos cinco últimos séculos, em virtude do impulso correspondente da filosofia natural propriamente dita, e das transformações consecutivas da filosofia moral." (p. 489).

Desde o início já havia a impulsão científica: "Já expliquei (...) como o primeiro impulso científico tinha espontaneamente determinado, há mais de vinte séculos, esta divisão capital entre a filosofia natural e a filosofia moral, cujo ascendente provisório devia dirigir até hoje a marcha geral do espírito humano; ..." (p. 549)<sup>89</sup>, que, na seqüência, se isolou ("O isolamento do espírito científico, na

---

<sup>89</sup> Nas p. 567-568 ele diz: "Mas, apesar da necessidade histórica desta distinção transitória [entre o espírito científico e o espírito filosófico], é claro que nossa apreciação da progressão científica deve nos permitir abreviar bastante aquela da progressão filosófica, cujas diversas fases foram sempre

antiguidade, depois da separação fundamental entre a filosofia natural e a filosofia moral, ...": p. 553). Por sua vez, "Tanto que estas solitudes políticas deviam justamente prevalecer, isto é, até a inteira ascensão do organismo católico e feudal durante o século XI, o impulso científico, então necessariamente ligado à doutrina de Aristóteles, não podia ser encorajado senão pelas felizes disposições espontâneas que acabamos de apreciar, mas que não podiam ainda neutralizar suficientemente a antiga antipatia fundamental entre a filosofia natural, tomada metafísica, e a filosofia moral, ainda teológica." (p. 551). Nesta época a "transação escolástica" realizou, tanto quanto possível, o triunfo do "espírito metafísico". "Desde então, com efeito, a filosofia metafísica, sempre limitada outrora ao estudo do mundo inorgânico, completou seu domínio fundamental, estendendo também suas entidades características ao homem moral e social; ..." (p. 568).

E chegamos a Francis Bacon (1561-1626) e a Descartes (1596-1650)<sup>90</sup>, quando a filosofia natural é passada ao estado positivo e a filosofia moral é tomada puramente metafísica: "Tal era, portanto, o primeiro resultado geral da alta impulsão filosófica imprimida por Bacon e Descartes, sob a influência espontânea da evolução científica: o espírito positivo, tendo enfim conquistado sua emancipação parcial, tornava-se único mestre da filosofia natural propriamente dita. O espírito metafísico, desde então essencialmente isolado, exercia sobre a filosofia moral sua vã dominação provisória, cujo termo natural era já apreciável: por esta situação se encontrou irrevogavelmente dissolvida a sistematização passageira que, no fim da idade média, a uniforme sujeição das diversas concepções humanas ao puro regime das entidades tinha estabelecido. Desde este momento, não pôde realmente existir nenhuma filosofia qualquer, até a tentativa direta que empreendi nesta obra para a organização total da filosofia positiva, da qual todos os elementos principais me

---

determinadas por aquelas da primeira, a partir da divisão fundamental, organizada nas escolas gregas, entre a filosofia natural tornada metafísica, e a filosofia moral mantida teológica, como já tanto expliquei."

<sup>90</sup> "Descartes, apreciando uma tal situação com mais profundidade e clareza do que seu ilustre colega, empreendeu diretamente regularizar esta nova divisão, estendendo o domínio positivo tanto quanto se podia ousar então, fazendo entrar nele até o estudo intelectual e moral dos animais, a partir da sua célebre hipótese do automatismo, (...); ele não deixou à metafísica senão apenas o domínio que não pôde ainda lhe ser tirado, reduzindo-a ao estudo isolado do homem moral e da sociedade." (p. 572); "Quanto a Bacon, que não tinha em vista nenhuma divisão metódica, e que, ao contrário, perseguia sobretudo a regeneração dos estudos morais e sociais, ele estava espontaneamente preservado de todo semelhante desvio; mas, entretanto, a alta impossibilidade, logo constatada, de tornar já positivas estas duas partes extremas do sistema filosófico, conduziu necessariamente sua escola a reconhecer igualmente, de uma maneira mais ou menos explícita, a necessidade provisória da divisão estabelecida, ou melhor, modificada, por Descartes, evitando assim, todavia, de lhe atribuir, em geral, uma igualmente viciosa consistência." (p. 572).

pareceram suficientemente elaborados para que sua construção final se tornasse possível, desde a extrema extensão que me esforço por lhe dar, fazendo entrar nela os estudos sociais, como Gall nela suficientemente introduziu os estudos morais: e, se fracasso, o interregno filosófico se prolongará necessariamente até uma mais feliz elaboração ulterior.” (p. 572).

Praticamente, isto é, quanto às relações práticas, “... considerando somente as indústrias urbanas, (...), vê-se facilmente que, por uma deplorável consequência universal da preponderância crescente do espírito de individualismo e de especialidade, o desenvolvimento moral, nelas, ficou muito atrasado em relação ao desenvolvimento material; enquanto parece, ao contrário, que adquirindo novos meios de ação, o homem tem mais necessidade de lhes regrar moralmente o exercício, a fim de que este não seja nocivo nem a ele mesmo nem à sociedade. A natureza absoluta e imutável da moral religiosa a tendo forçado, como já indiquei, a deixar, por assim dizer, fora de seu domínio esta nova ordem de relações humanas, que sua organização inicial não pôde suficientemente prever, ela foi facilmente abandonada ao simples antagonismo espontâneo dos interesses privados, salvo a sã intervenção acessória de algumas vagas máximas gerais, cujo ascendente real devia, aliás, rapidamente decrescer, conforme nossas explicações anteriores, (...). É assim que a sociedade industrial se encontrou, junto aos modernos, radicalmente desprovida de toda moral sistemática, destinada a uma sábia regularização prática das diversas relações elementares que constituem a existência diária. (...), parece convencionado que, (...), cada um deve se preocupar somente com seu interesse pessoal, sem se ver como cooperando em uma verdadeira função pública: (...). Nada pode melhor caracterizar uma tal desordem do que seu contraste universal com a ordem admirável da antiga sociabilidade militar, na qual, sob a influência prolongada de uma potente organização, todas as relações estavam submetidas a regras invariáveis, marcando a cada um deveres e direitos justamente relativos à sua própria participação na economia correspondente: ...” (p. 578-579).

Note-se o reaparecimento e a retomada da definição de moral: “regrar o exercício” em relação aos meios de ação, e das “relações humanas”. A “moral sistemática” é “destinada a uma sábia regularização prática das diversas relações elementares que constituem a existência diária”, e a compor o *público*, “a ordem”, a “organização”, submetendo “todas as relações” “... a regras invariáveis, marcando a cada um deveres e direitos justamente relativos à sua própria participação na

economia correspondente: ...". Ela junta, liga, concilia, acomoda (acepções 3 e 2 de moral) "empreendedores" e "trabalhadores" (p. 580).

Antes de passarmos à "idade da generalidade", vejamos um trecho que junta religião, educação, moral e liberdade (note-se a quase sinonímia entre religião e moral, a imbricação da educação e a suposição da liberdade): "Desde a origem da servidão, fazendo plenamente participar todos os inferiores na mesma religião que os superiores quaisquer, e, por conseqüência, ao grau comum de educação fundamental, ao menos moral, que resultava necessariamente, é claro que não somente o catolicismo tinha por toda parte estabelecido uma sanção permanente para os direitos elementares dos servos, e imposto em relação a eles obrigações regulares; mas também que ele tinha espontaneamente proclamado, de uma maneira mais ou menos explícita, a libertação voluntária como um verdadeiro dever cristão, à medida que a população manifestava ao mesmo tempo sua tendência e sua aptidão para a liberdade." (p. 495).

Com a 57ª lição, "idade da generalidade", a filosofia da história chega na atualidade de Augusto Comte. Se a 56ª fez um balanço dos elementos já desenvolvidos <sup>91</sup>, agora se trata de uma nova generalização, de uma nova visão de conjunto: "... a elite da humanidade, (...), aproxima-se agora da chegada da vida plenamente positiva, da qual os principais elementos já receberam a elaboração parcial suficiente e não esperam senão sua coordenação geral para constituir naturalmente um novo sistema social, (...). Esta indispensável coordenação deve ser, por sua natureza, primeiro intelectual, em seguida moral, e enfim política; pois a revolução que se trata de consumir provém, em última análise, da tendência necessária do espírito humano a substituir finalmente o método filosófico conveniente à sua infância por aquele que convém à sua maturidade."; "... a evolução intelectual tende a fazer doravante prevalecer, necessariamente, o verdadeiro espírito de conjunto, e, por seqüência, o verdadeiro sentimento do dever, que se encontra, por sua natureza, estreitamente ligado <sup>92</sup>, de maneira a conduzir

---

<sup>91</sup> "Imenso quanto deva inicialmente parecer um tal intervalo [da origem até o tempo atual], nós o vimos essencialmente preenchido pelos dois primeiros degraus da evolução fundamental [estados teológico e metafísico], que constituem somente o conjunto da educação preliminar, intelectual, moral e política, própria à nossa espécie, cujo estado definitivo não pôde ser suficientemente esboçado até agora, senão relativamente à preparação, parcial, isolada e empírica, de seus diversos elementos principais." (*Curso VI*, 57ª, p. 640).

<sup>92</sup> Na p. 687 ele diz que "Fazendo diretamente prevalecer enfim o espírito de conjunto sobre o espírito de detalhe, e, por seqüência, o sentimento do dever sobre o sentimento do direito, ela [a nova filosofia política] demonstra a natureza essencialmente moral das principais dificuldades sociais; ...".

naturalmente à regeneração moral. As regras morais não são hoje perigosamente abaladas senão em virtude de sua aderência exclusiva às concepções teológicas justamente desacreditadas; elas retomarão um irresistível vigor quando forem convenientemente ligadas a noções positivas geralmente respeitadas.” (p. 651) <sup>93</sup>.

Como se vê pelo final desta citação da p. 651, a luta para a substituição da fundamentação religiosa ou teológica da moral, pela fundamentação nas noções positivas, continua acirrada <sup>94</sup>. O mesmo ocorre em relação à fundamentação metafísica: “... todavia a inconseqüência metafísica, (...), continua sonhando a regeneração social como fundada sobre a conservação contraditória dos impotentes restos do regime antigo; vã solução, correspondente à necessidade de rechaçar, com poucos esforços, a censura, cada vez mais iminente, de uma tendência unicamente negativa, que, na realidade, não podia conduzir imediatamente senão a uma inteira anarquia intelectual e moral, destruindo, sem poder ainda os substituir, os frágeis fundamentos espirituais da ordem social.” (p. 648) <sup>95</sup>.

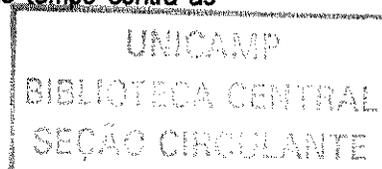
Além desta substituição da fundamentação positiva da moral em relação às fundamentações teológica e metafísica, além da “moral positiva” substituir a “moral religiosa” (“... as prescrições, gerais ou especiais, da moral positiva serão muito mais precisas e menos irrecusáveis <sup>96</sup> do que podiam ser aquelas da moral religiosa.”: p. 669), a moral aparece, também, por sua vez, em uma espécie de quase sinonímia com a religião, substituindo a própria religião, o próprio “ismo”, ou vice-versa, uma religião, um novo “ismo” trazendo uma nova moral, fazendo uma regeneração moral: “Depois que o perigo comum cessou de poder conter suficientemente estas inevitáveis divergências, a enérgica solicitude da escola

<sup>93</sup> Vejamos também na p. 660: “É principalmente para servir de base geral a um tal sistema [universal de educação positiva] que deverá ser previamente coordenada a filosofia positiva propriamente dita, da qual ousei, por primeiro, conceber e esboçar o verdadeiro conjunto, destinado a fornecer doravante ao entendimento humano um ponto de apoio fundamental por uma seqüência homogênea e hierárquica de noções positivas, ao mesmo tempo lógicas e científicas, sobre todas as ordens essenciais de fenômenos, desde os menores fenômenos matemáticos, fonte inicial da positividade racional, até aos mais eminentes fenômenos morais e sociais, termo indispensável de sua plena maturidade.”.

<sup>94</sup> Ver também nas p. 612, 613, 614, 643, 645-646, 668 e 669.

<sup>95</sup> Vejamos também na p. 659: “Em geral, esta nova filosofia tenderá cada vez mais a substituir espontaneamente, nos debates atuais, a discussão vaga e perigosa dos *direitos* pela determinação calma e rigorosa dos *deveres* respectivos. (...). (...), pois esta distinção geral representa alternativamente a preponderância social do espírito metafísico ou do espírito positivo: um conduzindo a uma moral quase passiva, na qual domina o egoísmo; a outra a uma moral profundamente ativa, dirigida pela caridade.”. Um trecho fundamental, ao mesmo tempo contra as fundamentações teológico – religiosa e metafísica, encontra-se nas p. 663-664.

<sup>96</sup> O caráter absoluto impedia, segundo Augusto Comte, a recusa.



política [de Rousseau] empurrou a escola filosófica [de Voltaire], até então preponderante, a constatar diretamente sua impotência orgânica formulando precipitadamente, para a regeneração intelectual e moral, uma espécie de politeísmo metafísico, dominado pela adoração da grande entidade escolástica, e que não podia obter, seguramente, nenhuma consistência efetiva; ..." (p. 597) <sup>97</sup>. Assim como o "novo governo moral" substitui a "autoridade teológica" <sup>98</sup>.

A fundamentação deve ser a partir das "influências reais" (p. 612), deve ser científica <sup>99</sup>, deve ser a partir de "... fundamentos reais, seja pelo método, ou pela doutrina.", que só podem ser fornecidos pelos estudos científicos: "... à medida que a ciência, nos séculos XVI e XVII, separava-se irrevogavelmente de uma filosofia caduca, sem poder ainda se tornar a base de alguma outra, a filosofia, por sua vez, isolando-se sempre mais da evolução científica que ela dirigia desde a terceira fase da idade média, restringia-se exclusivamente à vã elaboração imediata das teorias morais e sociais, desde então concebidas independentemente de toda relação permanente com os únicos estudos que podiam lhes fornecer fundamentos reais, seja pelo método, ou pela doutrina." (p. 636; rever também a p. 668, na nota 98: "universal admissão das principais noções científicas", "a força lógica das demonstrações verdadeiras") <sup>100</sup>.

<sup>97</sup> Ver também nas p. 612 e 613 ("Muitos séculos depois do impulso universal do cristianismo, um grande número de homens de Estado e até muito filósofos continuavam a deplorar gravemente a iminente desmoralização que eles concebiam ligada à queda das superstições politéticas.")

<sup>98</sup> "Mas, embora a fé positiva não possa ser tão intensa quanto a fé teológica, a experiência dos três últimos séculos já mostrou que, por ela mesma, sem nenhuma organização regular, ela pode doravante determinar espontaneamente uma suficiente convergência a respeito de assuntos convenientemente elaborados. A universal admissão das principais noções científicas, apesar de sua freqüente oposição às crenças religiosas, nos permite entrever de qual irresistível preponderância será susceptível, na virilidade da razão humana, a força lógica das demonstrações verdadeiras, sobretudo quando sua extensão usual às considerações morais e sociais lhe tiver propiciado toda a energia que ela comporta, e cuja falta atual de generalidade deve profundamente neutralizar o impulso."; "Estas considerações tendem a dissipar espontaneamente as incomodantes inquietações teocráticas que levanta, hoje, todo pensamento qualquer de reorganização espiritual; pois a natureza filosófica do novo governo moral não lhe permite de nenhum modo comportar usurpações equivalentes àquelas da autoridade teológica." (p. 668). Note-se a "fé positiva", isto é, um *ismo*, fazendo "convergência", isto é, *amalgamando*, algo que é próprio da moral, segundo Augusto Comte.

<sup>99</sup> "... a evolução científica (...) como primeira base direta da reorganização espiritual, (...) considerar mais de perto, seja seus últimos progressos essenciais, seja principalmente a deplorável extensão simultânea das graves aberrações que, sob o empírico ascendente de uma especialidade dispersiva, ameaçam imprimir hoje um caráter altamente retrógrado nas únicas doutrinas de onde possa doravante sair um verdadeiro princípio de regeneração universal, primeiro mental, em seguida moral, e enfim política." (p. 622); "... uma reorganização espiritual da qual a ciência, convenientemente sistematizada, é a única que pode fornecer enfim a base racional, ..." (p. 625).

<sup>100</sup> Vejamos também nas p. 639: "... o estudo do homem moral e social obterá, sem resistência, o justo ascendente normal que lhe pertence no sistema de nossas especulações, porque, cessando de ser hostil ao desenvolvimento ativo das contemplações mais simples e mais perfeitas, ele tirará delas, necessariamente, sua primeira base racional para, em seguida, refletir, a respeito delas, luminosas

Mas os cientistas próprios para a nova realidade não são os das quatro primeiras ciências fundamentais (matemática, astronomia, física, química) e suas academias, não são os especialistas (p. 625, 630). Eles ainda são da “idade da especialidade”, são metafísicos: “A íntima degeneração indicada por tais sintomas confirma o estado puramente provisório de uma classe especulativa na qual o ativo sentimento do dever enfraqueceu no mesmo grau que o verdadeiro espírito de conjunto, e na qual se nota hoje, com efeito, ainda mais do que por toda parte, aliás, uma sistemática preponderância da moral metafísica fundada sobre o interesse pessoal.” (p. 633). A maioria desses “sábios propriamente ditos” será transformada em “engenheiros” (p. 633), “Mas os mais eminentes entre eles se tornarão, sem dúvida, o núcleo de uma verdadeira classe filosófica, diretamente reservada hoje a conduzir a regeneração intelectual e moral das sociedades modernas, sob a impulsão permanente de uma comum doutrina positiva, instituindo uma educação científica verdadeiramente geral, ...” (p. 634; ver também nas p. 635, 650 e 652.). Quanto aos da 5ª ciência fundamental, a biologia, também são impróprios os que pretendem “observação interior”; os próprios são os seguidores de Gall <sup>101</sup>.

A moral é, portanto, ciência, como parte da biologia <sup>102</sup>, e como parte da sociologia: “... a inconcebível cegueira que acabo de assinalar se manifestou

---

indicações gerais, ...” e 643: “Por esta situação se encontra irrevogavelmente rompida a antiga unidade do nosso sistema mental, até então uniformemente teológica, e que não pôde reencontrar ainda uma equivalente homogeneidade, para a qual só o ascendente final do espírito positivo poderá fornecer o princípio inabalável.”.

<sup>101</sup> “... a metafísica moderna (...), finalmente chegou, nos nossos dias, (...), a consagrar dogmaticamente este isolamento característico e esta prioridade decisiva das especulações morais, representando esta pretensa filosofia como fundada, como a própria ciência, sobre um conjunto de fatos observados. Para isso foi suficiente imaginar, paralelamente à verdadeira observação, sempre necessariamente exterior ao observador, esta famosa *observação interior*, (...). Eis o que se formulava doutoralmente, enquanto Gall incorporava, de uma maneira irrevogável, o estudo das funções cerebrais ao domínio positivo da ciência real!; “Esta sofisticada parodia do regime científico, inicialmente limitada apenas ao princípio lógico, foi estendida em seguida à sua marcha geral. A mais servil irracionalidade fez transportar cegamente, aos estudos morais e sociais, a especialidade característica dos estudos científicos propriamente ditos, no tempo no qual esta especialidade, durante muito tempo indispensável à filosofia inorgânica de onde ela emanava, tinha já chegado, (...), ao termo natural de seu ofício provisório. Uma filosofia verdadeiramente digna deste nome teria então, conforme a sua destinação normal, sabiamente advertido os sábios, e sobretudo os biólogos, do imenso desvio lógico ao qual eles se expunham cada vez mais estendendo, por uma imitação rotineira, à ciência dos corpos vivos, onde todos os aspectos são radicalmente solidários, um modo de elaboração que não pôde provisoriamente convir senão em relação aos corpos inertes.” (p. 637). A expressão “ciência moral e política”, da p. 638, na citação abaixo, faz lembrar a inclusão de 1817: “... a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral), ...” (*A Indústria*, p. 108-109).

<sup>102</sup> “... esta marcha preparatória teria evidentemente cessado logo que a chegada decisiva da grande ciência biológica, estendida mesmo às funções intelectuais e morais, ...” (p. 626); “Na evolução científica, a extensão definitiva do método positivo ao estudo dos corpos vivos, aqui incluídos os fenômenos intelectuais e morais da vida individual, tendia a manifestar diretamente os vícios crescentes de uma especialização dispersiva, ...” (p. 650).

diretamente, da maneira menos equívoca, pelo irracional despedaçamento da ciência moral e política entre as diversas alas de uma academia metafísica, a partir da imitação servil do fracionamento provisório inerente às academias positivas. Felizmente, Bonaparte, embora com uma intenção retrógrada, destruiu logo esta estranha instituição, ..." (p. 638) <sup>103</sup>. Porém, a expressão "ciência moral" também aponta, como já dissemos anteriormente, para a moral como uma ciência distinta, tanto da biologia quanto da sociologia, mas cuja cientificidade distinta só será retomada e explicitada a partir do primeiro capítulo do *Sistema II*.

Com a "idade da generalidade", na qual a positividade se estenderá aos estudos morais e sociais, tomando-os da metafísica, acabará a divisão entre filosofia natural e a filosofia moral, também tornada positiva: "Mas, quando o inevitável aparecimento de uma verdadeira filosofia, emanada enfim da ciência real, tiver tirado suficientemente da metafísica atual o único privilégio que lhe possa ainda ligar os espíritos conscienciosos, este único vestígio de sua antiga preponderância desaparecerá espontaneamente, (...). Então se dissipará totalmente o grande cisma preparatório consumado, por Aristóteles e Platão, entre a filosofia natural e a filosofia moral, cuja indispensável separação provisória, radicalmente modificada por Descartes, chegou hoje na sua última época, após ter convenientemente cumprido sua destinação provisória. A unidade mental, inutilmente perseguida antes do tempo sob a nobre impulsão escolástica, resultará irrevogavelmente da convergência diária entre uma ciência tornada filosófica e uma filosofia tomada científica; o estudo do homem moral e social obterá, sem resistência, o justo ascendente normal que lhe pertence no sistema de nossas especulações, ..." (p. 638-639) <sup>104</sup>.

<sup>103</sup> No Prefácio pessoal, referindo-se a "Quando o Sr. Guizot ligou seu nome à perigosa restauração de uma academia felizmente suprimida por Bonaparte, ...", Augusto Comte substituiu ciência moral e política por "estudos morais e sociais" (*Curso VI*, p. 476). Essa problemática reaparece, além de no *Discurso preliminar*, p. 122-123, também na *Síntese Subjetiva I*, p. 521ss.

<sup>104</sup> Vejamos também: "Cumprindo a fácil demolição mental do politeísmo, a metafísica se apodera essencialmente, desde essa época, do estudo do mundo exterior, mas a impotência orgânica que lhe é própria neutraliza seus vãos esforços por estabelecer a universal dominação filosófica de suas entidades características; de modo que, sem poder tirar da teologia o império sobre as concepções morais e sociais, ela o reduziu, entretanto, à simplificação monotéica, bem mais vizinha de um desuso total. Por esta situação se encontra irrevogavelmente rompida a antiga unidade do nosso sistema mental, até então uniformemente teológica, e que não pôde reencontrar ainda uma equivalente homogeneidade, para a qual só o ascendente final do espírito positivo poderá fornecer o princípio inabalável. Assim surgiu esta estranha divisão filosófica, ou melhor, este longo antagonismo provisório, que dominou até hoje o desenvolvimento geral do espírito humano, empregando simultaneamente duas filosofias incompatíveis: uma *natural*, desde então chegada ao estado metafísico; a outra *moral*, ainda essencialmente teológica, conforme a complicação superior de seus fenômenos, combinada com as necessidades de sua destinação social. Enquanto esta, mais ativa, procurava imediatamente a fundação do regime monotéico, a outra, mais especulativa, preparava

Se a divisão entre a “filosofia natural” e a “filosofia moral” deve acabar, a divisão entre o governo político e o governo moral, ao contrário, será aperfeiçoada e coordenada, apesar de que utopicamente a evolução também caminhe no sentido de governo cada vez mais moral e cada vez menos político <sup>105</sup>. Mas como historicamente ocorre a preponderância necessária do poder temporal ou poder material <sup>106</sup>, a luta do poder espiritual é no sentido de realizar a utopia <sup>107</sup>.

No início da Revolução Francesa “... a ausência de toda doutrina real, lá, conduzia mais à íntima confusão do governo moral com o governo político; ...” (p. 589). Mas “É preciso notar também, nesta memorável organização da ditadura revolucionária [a Convenção], uma certa tendência espontânea a uma primeira apreciação geral, vaga mas real, da divisão fundamental entre o governo moral e o governo político das sociedades modernas, ...” (p. 595). A confusão implica menor sociabilidade: “... pois a confusão social entre o governo moral e o governo político supõe e prolonga o isolamento excepcional destes diferentes povos, cuja reunião não poderia resultar, assim, senão da opressiva preponderância de um deles.” (p. 665). Atualmente há “... uma espécie de renúncia voluntária, implícita mas irrecusável, do regime oficial ao estabelecimento regular de qualquer ordem intelectual e moral: tornada diretamente material, a política pretende ficar independente das doutrinas e dos sentimentos, e repousar desde então sobre a consideração ativa somente dos interesses propriamente ditos.”, “e abandonando a uma livre concorrência privada toda procura ativa da regeneração intelectual e moral” (p. 607; ver também nas p. 609, 610, 639 e 649).

A divisão dos dois poderes impulsiona no sentido da realização da utopia: “... a divisão fundamental dos dois poderes (...). (...) esta tentativa

---

indiretamente o impulso ulterior da filosofia positiva.” (p. 643); “... enfim, sob esta irresistível impulsão, uma crise verdadeiramente decisiva se operou logo na evolução puramente filosófica, a partir da feliz emancipação fundamental do espírito positivo em relação ao espírito metafísico, que chega ao compromisso, evidentemente provisório, instituído por Descartes, última modificação da divisão primordial organizada por Aristóteles e Platão entre a filosofia natural e a filosofia moral, divisão já alterada, em proveito da metafísica, pela escolástica da idade média; o método positivo toma posse exclusiva, então, irrevogavelmente, do estudo inteiro do mundo exterior, reduzindo o antigo método ao estudo, tão restrito quanto possível, da inteligência e da sociabilidade, onde ele não podia mais manter por muito tempo uma supremacia tomada profundamente estéril.” (p. 648).

<sup>105</sup> “... o impulso crescente de nossa sociabilidade tende necessariamente, em todos os sentidos, a tornar o governo humano de mais em mais moral e de menos em menos político.” (p. 655).

<sup>106</sup> “o reino necessário da preponderância material” (p. 657).

<sup>107</sup> “Até que a reorganização mental, e, por seqüência, moral, esteja convenientemente desenvolvida, a elaboração filosófica terá, portanto, necessariamente, muito mais importância do que a ação puramente política, quanto à regeneração final das sociedades modernas.” (p. 652); “Um poder espiritual qualquer (...): sua missão característica consistindo sobretudo em fazer, tanto quanto possível, a moral universal prevalecer diretamente no conjunto do movimento social, ...” (p. 680).

antecipada, (...), não realizou menos suficientemente um resultado verdadeiramente fundamental, base imperecível de todos os progressos ulteriores, constituindo enfim a indispensável independência da moral em relação à política, tão conveniente às novas necessidades da humanidade que ..." (p. 644-645; ver também nas p. 645 e 654). Enfim, a proclamação católica da supremacia da moral se deu por seqüência da separação dos dois poderes: "Depois que o catolicismo nobremente proclamou a inteira supremacia social da moral, não somente sobre a força, mas também sobre a inteligência, por seqüência da separação fundamental dos dois poderes, o menor crente adquiriu, a partir desta regra universal, um direito legítimo de censura conveniente ..." (p. 669).

Finalmente, a divisão dos dois poderes deverá ser aperfeiçoada pela civilização moderna: "Quanto mais se aprofundará uma tal discussão, mais se sentirá que a civilização moderna deve, por sua natureza, oferecer o principal desenvolvimento desta divisão fundamental dos dois poderes, que não pôde ser senão muito imperfeitamente esboçada na idade média, vista a dupla inaptidão do estado social correspondente e da filosofia então preponderante; o impulso crescente de nossa sociabilidade tende necessariamente, em todos os sentidos, a tomar o governo humano de mais em mais moral e de menos em menos político." (p. 655), no sentido de uma cada vez melhor "coordenação racional entre o poder moral e o poder político" (p. 695).

A utopia, o sentido da evolução é a supremacia da moral: "Creio ter suficientemente caracterizado, (...), o passo verdadeiramente fundamental que o admirável esforço do catolicismo chegou a cumprir, ou ao menos a esboçar, (...), no desenvolvimento essencial da sociabilidade humana, libertando a moral da estreita subordinação na qual a mantinha até então a política, para a elevar enfim à inteira supremacia social conveniente à sua natureza, e sem a qual ela não podia adquirir, nem a pureza, nem a universalidade indispensáveis à extensão final de nossa civilização." (p. 653). A supremacia não será nem do governo temporal e nem do poder intelectual, mas sim da moral: "A sã teoria elementar do organismo social, instintivamente esboçada na idade média, proibindo à inteligência a suprema direção imediata dos negócios humanos, destina o espírito a lutar constantemente, segundo sua natureza, para modificar cada vez mais o reino necessário da preponderância material, sujeitando-o ao respeito contínuo das leis morais da harmonia universal, do qual toda atividade prática, seja privada, seja mesmo pública, tende sempre a se

desviar espontaneamente, por falta de vistas assaz elevadas e de sentimentos assaz generosos. Assim concebida, a legítima supremacia social não pertence, propriamente falando, nem à força nem à razão, mas à moral, dominando igualmente os atos de uma e os conselhos da outra: tal é, ao menos, o limite ideal do qual a realidade deve gradualmente se aproximar, embora sem poder jamais o atingir rigorosamente, como em relação a um tipo qualquer.” (p. 657).

A moral de que se trata aparece, além de na primeira acepção <sup>108</sup>, e na segunda <sup>109</sup>, sobretudo na terceira, como ligação, amálgama entre as partes: “O movimento filosófico já tinha tomado esta extrema fase religiosa [o monoteísmo] a única susceptível, embora passageiramente, de uma suficiente estabilidade intelectual, enquanto que a extensão política da sociedade humana manifestava a aptidão, exclusiva do monoteísmo, para juntar <sup>110</sup>, sob um culto comum, populações separadas por religiões nacionais tomadas sem objeto, e junto às quais devia então surgir a necessidade contínua de uma moral verdadeiramente universal, cuja elaboração lhe estava evidentemente reservada.”; “Mas antes de sua extinção gradual, o organismo teológico e militar, assim radicalmente modificado, devia esgotar enfim suas eminentes propriedades civilizadoras, determinando, junto à elite da humanidade, uma última preparação indispensável à sua vida definitiva, e que devia consistir, por um lado, no primeiro estabelecimento social da moral universal <sup>111</sup>, e, por outro, na evolução direta, embora necessariamente parcial e empírica, dos diversos elementos próprios à sociabilidade moderna.” (p. 644).

<sup>108</sup> “disposições morais próprias da nação francesa” (p. 585); “a constituição moral de uma população” (p. 595); “toda a sua [de Napoleão Bonaparte] natureza intelectual e moral” (p. 601), “convicções morais” (p. 664); “... as disposições atuais, mentais e morais, das classes superiores, ...” (p. 686); “se suas [dos banqueiros] disposições intelectuais e morais estivessem em suficiente harmonia com a dignidade real de sua situação social” (p. 690).

<sup>109</sup> “Já indiquei a comparação geral entre o organismo guerreiro e o mecanismo industrial como eminentemente própria, por sua natureza, a fazer rapidamente perceber, na indústria moderna, a ausência de toda moral especial, impondo deveres, não somente aos trabalhadores, mas também aos chefes, obrigando estes a uma solicitude permanente em relação aos seus associados subalternos, convenientemente equivalente à admirável solidariedade dos diversos interesses militares.”, “... insuficiência radical das medidas políticas propriamente ditas, isto é, temporais, para a solução contínua dessa imensa dificuldade social que, por sua natureza, deve, com efeito, depender sobretudo de uma verdadeira reorganização intelectual e moral, regrando enfim, em um espírito de conjunto, os deveres respectivos das diversas classes industriais, sob a constante vigilância imparcial de um poder espiritual unanimemente respeitado, ...” (p. 620); “... a moral positiva, que prescreverá a prática habitual do bem, ...” (p. 664).

<sup>110</sup> Note-se que o “ismo” junta, isto é, cumpre a função que Augusto Comte atribui à moral.

<sup>111</sup> Era sua “missão”: “Na ordem mental, uma teologia que, desde sua primeira elaboração histórica, não pôde incorporar o movimento intelectual, já dirigido por uma metafísica implicitamente hostil, não podia evitar ser enfim desacreditada, quando tivesse suficientemente realizado, pelo estabelecimento incontestável da moral universal, a alta missão social que unicamente pôde durante

Esta última acepção aparece sobretudo aplicada. Como amálgama justificador ou legitimador da divisão de classes: “Enfim, quanto à influência moral, não se compreendeu ainda dignamente que a Convenção, elevando o povo sem o corromper, tinha irrevogavelmente terminado a decomposição crônica da antiga hierarquia social, consolidando, todavia, nas classes menores, o respeito de cada um pela sua própria condição, segundo a atração universal de uma nobre atividade política, tendendo espontaneamente a conter por toda parte a disposição ao deslocamento privado, honrando e melhorando as mais inferiores posições: é sobretudo sob a dominação guerreira de Bonaparte que o generoso sentimento primitivo da igualdade revolucionária sofreu este imoral desvio, que devia associar diretamente, a mais ativa porção de nossa população a um desastroso sistema de retrogradação política, oferecendo-lhe, como prêmio para a sua cooperação permanente, a Europa a pilhar e a oprimir; ...” (p. 601) <sup>112</sup>. E como combate às ligações e amálgamas produzidos através de concepções viciosas: “Em um estado de profunda desordem intelectual e moral, que deve tornar sempre iminente a anarquia material, é preciso que os meios de repressão adquiram uma intensidade correspondente àquela das tendências insurreccionais, a fim de que uma ordem indispensável proteja suficientemente o verdadeiro progresso social contra o esforço contínuo de ambições mal dirigidas, ligadas por concepções viciosas. Esta necessidade nova tem sido até aqui comum a todas as formas sucessivas da crise revolucionária, e se pode antecipadamente assegurar que ela não será menos sentida junto a todos os governos quaisquer que poderiam sobreviver até que a reorganização intelectual e moral venha colocar para esta necessidade excepcional um termo definitivo, cuja realização não poderia ser próxima, ...” (p. 617).

Quanto à relação entre a moral e a educação, nesta lição 57, elas continuam distintas, mas de certo modo aparece mais bem explicitada a sua transitividade, a sua imbricação.

---

muito tempo fazer esquecer sua inferioridade filosófica, desde então cada vez mais antipática ao espírito humano, então impelido a procurar seu livre desenvolvimento especulativo, logo inconciliável com toda teologia qualquer.” (p. 646).

<sup>112</sup> Vejamos também: “... pois a nova predicação filosófica, judiciosa quanto possa ser, restaria essencialmente desprovida de eficácia popular, se, assinalando a natureza eminentemente moral de tais embaraços sociais, e sua independência essencial em relação às instituições propriamente ditas, não fizesse ao mesmo tempo perceber sua verdadeira solução geral, a partir da uniforme sujeição de todas as classes aos deveres morais ligados às suas posições respectivas, sob a ativa impulsão contínua de uma autoridade espiritual suficientemente enérgica e independente para assegurar a manutenção usual de uma tal disciplina universal.” (p. 658). Ver também nas p. 682, 683 e 684.

Os estados teológico e metafísico constituem "... o conjunto da educação preliminar, intelectual, moral e política, própria à nossa espécie, ..." (p. 640).

Educação "preliminar". Agora se trata de "educação científica verdadeiramente geral" (p. 634), de "... um sistema universal de educação positiva, não somente intelectual, mas também e sobretudo moral, ..." (p. 660), de "educação positiva, ao mesmo tempo intelectual e moral" (p. 661), de "... educação positiva, ao mesmo tempo industrial, estética, científica e filosófica, na qual o desenvolvimento moral corresponderá sem cessar ao progresso intelectual: ..." (p. 661).

A perda da religião como o lugar da moral não deve deixar a moral sem lugar; a educação moral não pode parar, o ensino regular da moral tem que continuar: "Só uma viciosa preocupação sistemática pode fazer, hoje, espíritos filosóficos persistirem em ver a moral como devendo repousar sempre sobre as concepções teológicas, pois é evidente que a moralidade humana essencialmente resistiu, até hoje, à profunda impotência prática das crenças religiosas, apesar da ausência desastrosa de toda outra organização espiritual: esta independência efetiva até chegou ao ponto no qual, observadores de fraca visão, mas de incontestável lealdade, ousaram concluir pela inutilidade radical de todo ensino moral regular." (p. 664).

E não só no aspecto "sentimento", mas também pelo aspecto "caráter" do moral do homem, que aparece mais na "estética" e, sobretudo, no "industrial" ou "vida ativa": "... para o conjunto da vida ativa, uma espécie de prolongamento universal, destinado a impedir, tanto quanto possível, que o movimento especial faça esquecer ou desconhecer os princípios gerais, (...). Esta necessidade devendo ser muito mais imperiosa quando concernir às concepções mais complicadas, é sobretudo em relação às doutrinas morais e sociais que importa mais de a satisfazer, sob pena de uma deplorável insuficiência prática da educação primordial." (p. 666)<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> Vejamos também: "Relativamente à influência social que resulta necessariamente da atribuição inicial, a experiência atual quase não pode fornecer a noção familiar, pois a instrução especial, nos nossos dias, impropriamente qualificada de educação, não deixa nenhuma espécie de impressão moral, da qual possa derivar a autoridade ulterior dos instituidores primitivos, cuja lembrança é logo dissipada pelos impulsos ativos." (p. 666-667). Ver também nas p. 667, 677 e 680.

Construir a hegemonia da moral, isto é, cumprir a evolução no sentido de diminuir o poder da força e aumentar o poder da moral, é a “primeira base racional de toda a educação moral” (p. 653).

A educação “constitui necessariamente a principal destinação elementar de todo poder espiritual”, e caracteriza “o primeiro degrau do governo intelectual e moral” (p. 630), isto é, espiritual <sup>114</sup>. Por sua vez, “Esta elaboração fundamental da educação positiva será principalmente caracterizada pela sistematização final da moral humana, que, desde então libertada de toda concepção teológica, repousará diretamente, de uma maneira inabalável, sobre o conjunto da filosofia positiva, como indicarei melhor no capítulo sessenta. Na economia geral de uma tal educação, hábitos sadios cuidadosamente cultivados, sob a direção de preconceitos convenientes, serão destinados, desde a infância, ao ativo desenvolvimento do instinto social e do sentimento do dever, para ser definitivamente racionalizados, em tempo oportuno, a partir do conhecimento real de nossa natureza e das principais leis, estáticas ou dinâmicas, de nossa sociabilidade; de maneira a estabelecer solidamente primeiro as obrigações universais do homem civilizado, sucessivamente visto quanto a sua existência pessoal, doméstica ou social, e, em seguida, suas diferentes modificações regulares segundo as diversas situações essenciais próprias à civilização moderna.” (p. 663).

Finalmente, todo este contexto supõe a liberdade, o “livre assentimento”: “... a autoridade espiritual, ao mesmo tempo mais doce e mais íntima, repousa sempre sobre uma confiança espontaneamente depositada na superioridade intelectual e moral; ela supõe previamente um livre assentimento contínuo de convicção ou de persuasão, a uma comum doutrina fundamental, que regra simultaneamente o exercício e as condições de um tal ascendente, que é logo arruinado com a cessação desta fé. Mas a natureza filosófica desta doutrina deve afetar profundamente estes caracteres elementares, igualmente aplicáveis a todos

---

<sup>114</sup> “Assim, a organização fundamental, e em seguida a aplicação diária, de um sistema universal de educação positiva, não somente intelectual, mas também e sobretudo moral, constituirá a atribuição característica do poder espiritual moderno, do qual só uma tal elaboração gradual poderá desenvolver convenientemente o gênio próprio e o ascendente social. É principalmente para servir de base geral a um tal sistema que deverá ser previamente coordenada a filosofia positiva propriamente dita, da qual ousei, por primeiro, conceber e esboçar o verdadeiro conjunto, destinado a fornecer doravante ao entendimento humano um ponto de apoio fundamental por uma seqüência homogênea e hierárquica de noções positivas, ao mesmo tempo lógicas e científicas, sobre todas as ordens essenciais de fenômenos, desde os menores fenômenos matemáticos, fonte inicial da positividade racional, até aos mais eminentes fenômenos morais e sociais, termo indispensável de sua plena maturidade.” (p. 660).

os modos possíveis do governo moral.” (p. 667-668). E, conseqüentemente, “é preciso, por um lado, que o acesso a toda carreira social fique constantemente aberto às justas pretensões individuais, e que, entretanto, por outro lado, a exclusão dos indignos fique sempre praticável; a partir da comum apreciação das garantias normais, ao mesmo tempo intelectuais e morais, que a educação fundamental formulou especialmente para cada caso importante.” (p. 680). E, do mesmo modo, cabem as reprovações: “... é claro que estes procedimentos tirânicos comportariam muito menos eficácia real do que a reprovação universal aplicada pela moral positiva a todo uso demasiado egoísta das riquezas possuídas.” (p. 682).

Como já dissemos, as três últimas lições do *Curso VI* são conclusões, quanto ao método positivo, quanto aos resultados próprios à elaboração preliminar da doutrina positiva e quanto à ação final própria à filosofia positiva <sup>115</sup>.

Retorna-se as divisões em vista da síntese. Esta, a conciliação, é na *sociedade*, no sentido correspondente já visto de “... a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral); ...” (*A Indústria*, p. 108-109): Nós devemos considerar o “novo regime filosófico” “... sucessivamente em relação a cada um dos modos essenciais da existência humana, primeiro mental, depois social. Relativamente a este último, será preciso examinar separadamente a ordem puramente moral e, em seguida, a ordem política propriamente dita.” (*Curso VI*, 60ª, p. 770).

Quanto à divisão entre filosofia natural e filosofia moral, que envolve a divisão das ciências <sup>116</sup> (e dos fenômenos correspondentes), e a própria divisão de poder entre elas (e seus cultores), há que se superar a herança cartesiana (58ª, p. 708). Há que se promover a “invasão do espírito positivo” <sup>117</sup>. E, portanto, superar a divisão <sup>118</sup>.

<sup>115</sup> Ver na *Carta a Audiffrent*, de 28/5/1857, o julgamento que Augusto Comte acabou fazendo destas três lições e do *Curso* (*Correspondência VIII*, p. 477).

<sup>116</sup> A hierarquia das ciências positivas continua com 6 ciências, e a moral continua figurando entre a 5ª e a 6ª, no final da 5ª e no começo da 6ª: “... princípio positivo, que, após ter gradualmente obtido, durante os dois últimos séculos, uma preponderância incontestada em relação aos diferentes estudos inorgânicos, finalmente prevaleceu também, nos nossos dias, na ciência do homem individual, mesmo intelectual e moral.” (58ª, p. 723); “Depois de se ter inicialmente passado assim à ciência da animalidade, se nela se aborda enfim as mais altas especulações positivas, elevando-se diretamente até às funções morais e intelectuais do aparelho cerebral, ...” (p. 747); “... a biologia não poderia ser completamente constituída sem a intervenção preponderante da sociologia; pois, enquanto que, por sua extremidade inferior, ela toca na ciência inorgânica pelo estudo elementar da vida vegetativa, ela adere, por sua extremidade superior, à ciência final do desenvolvimento social, no estudo transcendente da vida intelectual e moral.” (59ª, p. 765).

<sup>117</sup> “... a iminente invasão do espírito positivo, que, a partir desta época, devia gradualmente desenvolver sua comum incompatibilidade com estes dois modos, um principal, o outro acessório, do antigo sistema mental. Quando o impulso contínuo dos conhecimentos reais, sobretudo astronômicos,

Quanto à relação entre política e moral, há que se superar a herança do catolicismo, que promoveu “uma primeira consagração da independência fundamental da moral em relação à política”, e as “divagações revolucionárias” (60ª, p. 780). “Devendo assim retomar, desde seus primeiros fundamentos, o conjunto desta operação decisiva, (...), o futuro positivo cumprirá inicialmente a retificação essencial, a partir de uma justa apreciação do curso inteiro da evolução humana; pois o princípio cristão certamente conduzia a independência da moral até um vicioso isolamento, tão funesto quanto irracional.” (p. 780). Independência, portanto, mas não isolamento. Pelo contrário, ligação <sup>119</sup>.

Coordenação, composição, mas também sem perder a divisão necessária: “Sua divisão necessária não resultará doravante, como já expliquei, senão da instituição sistemática de uma decomposição interior entre os aspectos teóricos e os aspectos práticos, indispensável à sua destinação comum.” (p. 780). Justifica-se, portanto, a história até na atualidade de Augusto Comte: “Nós podemos,

---

determinou enfim esta inevitável colisão, o célebre compromisso cartesiano veio caracterizar uma situação bem mais evidentemente provisória do que a precedente, proclamando a supremacia direta e definitiva do método positivo em toda a extensão da filosofia natural, sob a única reserva de uma vã presidência deixada ainda ao método teológico-metafísico em relação aos estudos morais e sociais; quebrando assim para sempre a frágil unidade metafísica instituída no século XIII. Esta posição incoerente, que persistiu até agora, não comporta outra saída, segundo o conjunto de minha teoria histórica, senão a universal preponderância da positividade racional, doravante a única capaz de um verdadeiro ascendente geral: ...” (p. 714).

<sup>118</sup> “Mas as impotentes tentativas operadas durante os dois últimos séculos, para constituir uma verdadeira filosofia positiva sob a impulsão matemática, deviam, entretanto, dispor a razão pública a ver esta exclusiva solução como essencialmente impossível. Nesta dolorosa perplexidade, a extensão final do espírito positivo às especulações morais e sociais, suficientemente cumprida por este tratado, vem espontaneamente desfazer uma dificuldade fundamental, de toda outra maneira insolúvel, ...” (p. 714-715), e “Por isto desaparece, enfim, a deplorável oposição que, desde a evolução grega, parecia tornar o progresso intelectual contraditório com o progresso moral, e que, com efeito, a partir da transação escolástica, enquanto as exigências mentais prevaleciam gradualmente, fez cada vez mais negligenciar a apreciação das necessidades morais; assim como testemunha ainda freqüentemente a situação atual dos povos avançados, onde a educação do indivíduo, reflexo necessário daquela da espécie, é sobretudo dirigida na direção do desenvolvimento intelectual, sem quase se inquietar com o desenvolvimento moral.” (p. 715). Ver também na 59ª, p. 766 e na 60ª, p. 775. E também no Prefácio pessoal, último escrito do *Curso VI*, no qual Augusto Comte aproxima a presidência matemática das presidências metafísica e teológica (p. 476-477).

<sup>119</sup> “Constituindo por toda parte a preponderância direta, ao mesmo tempo lógica e científica, do ponto de vista social, a filosofia positiva certamente não poderia jamais a desconhecer em relação à própria moral, que deve oferecer sempre a principal aplicação, e na qual, até no caso puramente individual, tudo deve ser relacionado sem cessar, não ao homem, mas à humanidade. Pode-se estender, evidentemente, às leis morais a observação essencial já indicada, nos dois capítulos precedentes, em relação às leis intelectuais, como sendo, por sua natureza, tanto umas quanto as outras, muito mais bem apreciáveis no organismo coletivo do que no organismo individual. Embora o tipo fundamental do aperfeiçoamento humano seja necessariamente idêntico para o indivíduo e para a espécie, ele deve ser, todavia, bem mais completamente caracterizado a partir do exame da evolução social do que segundo a evolução pessoal. É certo, portanto, que a moral propriamente dita não cessará jamais, a este duplo título, de ligar na política, convenientemente vista, o seu ponto de partida geral.” (p. 780).

neste sentido, resumir já o conjunto das condições ulteriores próprias ao principal ofício político da filosofia positiva, concebendo a sabedoria sistemática como devendo enfim conciliar os atributos opostos que a sabedoria espontânea da humanidade manifestou sucessivamente na antiguidade e na idade média. Pois se o regime monotético teve o mérito de proclamar enfim, embora com muito pouco sucesso, a legítima independência da moral, ou melhor, sua dignidade superior, havia, sem dúvida, uma tendência eminentemente social no fundo de sua antiga subordinação em relação à política, embora o regime politético a tenha conduzido até uma perniciososa confusão, aliás então impossível de se evitar, e mesmo indispensável à concentração militar, segundo nossas explicações históricas.” (p. 780-781).

A moral e a política se estendem a governo moral e governo político. Aquele não pode invadir este (p. 782). A evolução aponta no sentido de mais moral e menos política, mas sem que o governo político perca a hegemonia prática (p. 782-783: ver este trecho adiante, no penúltimo parágrafo do subitem 1.3.2.1.1., p. 74). De qualquer modo, o dever-ser, o movente, a utopia é a supremacia da moral, cuja realização maior é a humanidade (o máximo de sociabilidade e simpatia é a humanidade)<sup>120</sup>.

Trata-se também, certamente, da humanidade do indivíduo, mas sobretudo do humano social, coletivo: “Para não deixar nenhuma grave incerteza sobre o núcleo fundamental da filosofia positiva, importa hoje dissipar diretamente, junto a todos os bons espíritos, a última fonte essencial das ilusões metafísicas, fazendo especialmente ressaltar a verdadeira natureza do ponto de vista humano, que, necessariamente, deve ser eminentemente social, e não somente individual: pois, sob o aspecto estático assim como sob o aspecto dinâmico, o homem propriamente dito não é, no fundo, senão uma pura abstração; não há nada de real senão a humanidade, sobretudo na ordem intelectual e moral. Ora, a filosofia plenamente teológica, seja politética, seja monotética, é até agora a única, na

---

<sup>120</sup> “Nós reconhecemos, no capítulo precedente, que, entre a soberania espontânea da força e a pretensa supremacia da inteligência, esta filosofia final tende a realizar diretamente a universal preponderância da moral, (...). As propriedades morais inerentes à grande concepção de Deus não poderiam ser, sem dúvida, convenientemente substituídas por aquelas que comporta a vaga entidade da natureza; mas elas são, ao contrário, necessariamente inferiores, em intensidade, como em estabilidade, àquelas que caracterizarão a inalterável noção de humanidade, presidindo enfim, após este duplo esforço preparatório, a satisfação combinada de todas as nossas necessidades essenciais, sejam intelectuais, sejam sociais, na plena maturidade de nosso organismo coletivo. Esta inteira preponderância normal da moral ...” (p. 715). Ver também na 60ª, p. 783.

verdade, que efetivamente satisfez, à sua maneira, a esta evidente condição geral; e é sobretudo por isto que, apesar de sua extrema caducidade, ela não foi ainda suficientemente substituída. A metafísica antiga, escolástica, ou moderna, nunca ousou se elevar acima do simples ponto de vista individual, do qual se esforçou por consagrar dogmaticamente, sobretudo depois da transação cartesiana, a preponderância absoluta, como o indica diariamente sua linguagem característica, recordando sempre pensamentos de isolamento e de concentração pessoal, que, apesar de vãs pretensões morais, devem o mais freqüentemente desenvolver sentimentos de egoísmo.” (p. 715-716) <sup>121</sup>.

Quanto à fundamentação da moral, além das reafirmações que aparecem na 60ª lição (p. 776, 777, 779), cabe registrar também a reafirmação que consta no Prefácio pessoal, devido à sua candência: “No início do presente ano, na ocasião da reabertura habitual do curso popular de astronomia, que professo gratuitamente, há doze anos, os mais ignóbeis órgãos desta escola [teológica], na vã esperança de um triunfo próximo, ousaram pedir altamente, a um poder que não lhes é mais devotado, a destruição direta de todos os meus meios atuais de existência, por ter sistematicamente proclamado a necessidade e a possibilidade de tomar enfim a moral plenamente independente de toda crença religiosa, a partir do universal ascendente do espírito positivo enfim diretamente constituído como única base sólida de todas as noções humanas.” (p. 472) <sup>122</sup>.

Comparando, em sentido substitutivo, superador, “... a moral positiva, apenas mentalmente esboçada, e ainda desprovida de toda instituição regular, e a moral religiosa, completamente desenvolvida por uma elaboração secular, e de há muito tempo assistida por todo o aparelho social que a sua aplicação exigia.”, Augusto Comte retoma “... cada um dos três degraus necessários que reconhecemos, no capítulo 50, como próprios à moral universal, de início pessoal, depois doméstica e enfim social.” (60ª, p. 776).

“Sob o primeiro aspecto, a moral positiva, convenientemente organizada, certamente comportará muito mais eficácia moral do que jamais pôde obter, mesmo no estado monotéico, a moral religiosa, (...). (...), este degrau inicial

---

<sup>121</sup> Moral, ponto de vista social, espírito de conjunto, dever, visões de conjunto, espírito sociológico, humanidade, inteligência, simpatia e universal dominação da moral, são todas expressões muito transitivas no trecho da lição 59, p. 769. Quanto à transitividade entre espírito positivo, ponto de vista social e concepções de conjunto, ver na 60ª, p. 776.

<sup>122</sup> Sobre esta luta ver também na *Carta para a Sra. Augusto Comte*, de 3/12/1842, *Correspondência II*, p. 114; na *Carta a Stuart Mill*, de 30/12/1842, p. 127 e na de 22/1/1843, p. 139.

será desde então habitualmente visto sob seu aspecto verdadeiro, não mais somente quanto à sua utilidade privada, mas como base primordial de todo o desenvolvimento moral, ..." (p. 776-777). As "regras morais", neste nível, são "meios" destinados "a permitir a convergência"; são, portanto, "meios" para a moral na 3ª acepção do termo, "meios" amalgamadores <sup>123</sup>. É deste modo que aparece também na seqüência, nas expressões *estimular e conter, desenvolver por exercício os nobres atributos*, isto é, conciliar, equilibrar, amalgamar <sup>124</sup>.

Estes três níveis da moral levam ao exercício da conquista do bem, mas recuando-o novamente ao próprio exercício para o conquistar <sup>125</sup>.

Com respeito à relação entre a moral e a educação, como na lição 57, a educação continua distinta <sup>126</sup>, mas de certo modo aparece mais a sua transitividade e imbricação com a moral. Se na 57ª se diz em geral que a "elaboração fundamental da educação positiva será principalmente caracterizada pela sistematização final da moral humana" (p. 663; ver acima, no parágrafo referente à nota 114), "elaboração" se referindo ao "sistema universal de educação

<sup>123</sup> "Exagerando os perigos momentâneos de uma franca renúncia a todas as esperanças quiméricas, desconheceu-se muito, até agora, as vantagens permanentes que deve produzir, sob uma sábia direção filosófica, a concentração final dos esforços humanos sobre a vida real, seja individual, seja sobretudo coletiva, da qual o homem é, assim, diretamente conduzido a aperfeiçoar o mais possível a economia total, a partir do conjunto dos meios que lhe são próprios, e entre os quais as regras morais ocupam certamente a primeira posição, como imediatamente destinadas a permitir esta convergência universal na qual reside evidentemente nossa principal potência." (p. 777).

<sup>124</sup> "Uma sã apreciação de nossa natureza, na qual inicialmente predominam necessariamente as inclinações viciosas ou abusivas, tomará vulgar a obrigação unânime de exercer, sobre nossas diversas inclinações, uma sábia disciplina contínua, destinada a estimulá-las e a contê-las segundo suas tendências respectivas. Enfim, a concepção fundamental, ao mesmo tempo científica e moral, da verdadeira situação geral do homem, como chefe espontâneo da economia real, fará sempre aparecer claramente a necessidade de desenvolver sem cessar, por um judicioso exercício, os nobres atributos, não menos afetivos do que intelectuais, que nos situam na cabeça da hierarquia vivente." (p. 777). Quanto à moral doméstica, ver nas p. 777 e 778. Quanto à moral social, ver na p. 778 (ver acima, na nota 65). Ver também a aplicação da acepção 3 nas expressões "associação espiritual", "harmonia mental", "comunhão intelectual e moral", na p. 782 (no final da nota 65).

<sup>125</sup> "A partir desta tríplice aptidão fundamental, a moral positiva tenderá cada vez mais a representar familiarmente o bem de cada um como ligado principalmente ao mais completo desenvolvimento dos atos benevolentes e das emoções simpáticas em relação ao conjunto de nossa espécie, e mesmo, em seguida, por uma indispensável extensão gradual, em relação a todos os seres sensíveis que nos são subordinados, proporcionalmente à sua dignidade animal e à sua utilidade social." (p. 779).

<sup>126</sup> Ver da 60ª, p. 778. Vejamos na p. 776: "Enquanto que a perfeita unidade mental que caracteriza o estado positivo determinará, assim, junto a cada um dos espíritos convenientemente cultivados, ativas convicções morais, ela constituirá, não menos inevitavelmente, potentes preconceitos públicos, (...). Aliás, já expliquei assaz, antecipadamente, sobretudo no capítulo 57, que esta dupla eficácia moral da filosofia final não supõe apenas a influência direta e espontânea das doutrinas correspondentes, (...). Nós reconhecemos plenamente que, sob o regime mais favorável, tais resultados exigirão, além disso, por sua natureza, inicialmente a ação fundamental de um sistema conveniente de educação universal, e mesmo, em seguida, a intervenção contínua de uma sábia disciplina, ao mesmo tempo privada e pública, emanada do mesmo poder moral que tiver dirigido esta iniciação comum."

positiva, não somente intelectual, mas também e sobretudo moral”, que será constituído pelo poder espiritual, aqui se fala “da organização positiva da moral, que constituirá a principal parte de uma tal elaboração”, “elaboração” se referindo a “um tratado fundamental sobre a educação positiva”, terceiro volume a ser futuramente escrito, sobre “educação propriamente dita”: “Passando agora às duas obras relativas à aplicação geral do novo sistema filosófico, devo inicialmente anunciar, em terceiro lugar, um tratado fundamental sobre a educação positiva, que, a partir da maturidade atual de minhas idéias, parece-me redutível a um só volume. Este grande assunto ainda não pôde ser abordado de uma maneira convenientemente sistemática entre os modernos, pois a marcha geral da educação individual não pode ser, em nenhum sentido, suficientemente apreciada senão a partir de sua conformidade necessária com a evolução coletiva, única imediatamente julgável, segundo as explicações diretas do capítulo 58. Mas, a verdadeira teoria desta evolução fundamental estando agora estabelecida, pode-se enfim tratar também da educação propriamente dita <sup>127</sup>. Por outro lado, a destinação social de um tal trabalho está, aqui, claramente posta, antecipadamente, ao mesmo tempo em que seu princípio filosófico, como devendo constituir a primeira base universal da regeneração política, cujo inevitável acontecimento já se encontra demonstrado e caracterizado. Esta terceira obra deriva, portanto, da maneira mais natural, do tratado atual. Quanto à sua alta importância, ela não poderia ser duvidosa,

---

<sup>127</sup> Em *Carta a Stuart Mill*, de 30/12/1842, Augusto Comte chega a falar de antecipar o tratado sobre a educação, juntamente com o *Sistema*, por causa da coordenação decisiva da moral: “... lamento ser obrigado a adiar muito meu tratado especial de filosofia matemática, (...); mas, o tratado de filosofia política deve certamente ser antecipado, em todos os sentidos, e mesmo também, em seguida, o tratado sobre a educação positiva, por causa da coordenação decisiva da moral.” (*Correspondência II*, p. 127). Mas na *Carta a Clotilde de Vaux*, de 22/7/1845, ele diz que ainda não é possível e que se deve esperar o *Sistema*: “Não se poderá tratar seriamente, portanto, da questão da regeneração da educação, pública ou privada, senão quando uma nova filosofia tiver suficientemente estabelecido uma verdadeira sistematização durável das concepções humanas. Eu mesmo, que dediquei minha vida a esta obra fundamental, olharia ainda como prematura hoje para mim a elaboração imediata da educação. Embora este deve ser o assunto próprio de uma das quatro obras prometidas ao fim de meu grande tratado, não acreditaria poder o tratar convenientemente senão após este que me ocupa agora [o *Sistema*].” (*Correspondência III*, p. 73). Vejamos também no *Discurso preliminar*, p. 122 (*Sistema I*): “O positivismo está longe, portanto, de negar que o ensinamento deve ser regrado. Mas ele estabelece que esta organização não é possível ainda, enquanto durar o interregno espiritual; e que, quando ela se tornar realizável, a partir do livre ascendente de uma doutrina universal, pertencerá exclusivamente ao novo poder intelectual e moral. Até lá, o Estado deve renunciar a todo sistema completo de educação geral, salvo ...” e p. 181: “A partir das indicações precedentes, uma tal educação geral não comporta hoje nenhuma organização imediata. (...) Com efeito, todo verdadeiro sistema de educação supõe o ascendente prévio de uma verdadeira doutrina filosófica e social, que lhe determina a natureza e a destinação.”. Ver também na *Introdução* (12/11/1850) ao *Relatório à Sociedade Positivista feito pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano da Escola positiva destinada sobretudo a regenerar os médicos* (*Correspondência V*, Anexos, p. 277).

sobretudo por causa da organização positiva da moral, que constituirá a principal parte de uma tal elaboração, e que deve, hoje, determinar, com o máximo de eficácia, a inteira eliminação da filosofia teológica, cuja dominação caduca ainda entrava, em todos os sentidos, apesar de sua própria impotência, o impulso fundamental do pensamento e da sociabilidade modernas.” (p. 789-790).

Até na lição 57 vigorava a promessa feita no *Plano*, em 1822, de fundar o sistema completo de educação positiva, sem mencionar, ao menos explicitamente, a moral: “A segunda [série de trabalhos] tende a fundar o sistema completo de educação positiva que convém à sociedade regenerada, constituindo-se para agir sobre a natureza; ou, em outros termos, ela se propõe a aperfeiçoar esta ação na medida em que ela depende das faculdades do agente.” (*Sistema IV*, Apêndice, p. 81). Ao aperfeiçoamento educativo foi identificada, depois, a moral prática, arte, que necessita do conhecimento a respeito do agente, a moral teórica ou moral propriamente dita, ciência ... mas o que está realmente explícito é que a educação faz o aperfeiçoamento ...

A lição 57 acrescenta que a “elaboração fundamental da educação positiva será principalmente caracterizada pela sistematização final da moral humana”, e a 60ª repete o acréscimo, mas se referindo especificamente ao terceiro tratado a ser escrito, sobre a educação positiva <sup>128</sup>, sobre a educação propriamente dita, de indubitável importância principalmente por causa da organização positiva da moral, que constituirá a sua principal parte e que deve determinar, com o máximo de eficácia, a inteira eliminação da filosofia teológica.

Até na 57ª se falava normalmente de educação moral, ensino da moral, etc., e desde então se acrescenta este outro lado, isto é, que a “sistematização final da moral humana” principalmente caracterizará a “elaboração fundamental da educação positiva”, o “tratado” e a “educação propriamente dita”. Sem dúvida, a moral parece haver crescido em importância, mas o mesmo se pode afirmar em relação à educação, no sentido dela ter se tomado um pouco mais o lugar de acolhimento e cultivo da moral.

Finalmente, deve-se notar que se trata de uma obra relativa “à aplicação geral do sistema filosófico”. Recordemo-nos de que há pouco as “regras

---

<sup>128</sup> Neste sentido ver também na *Carta a Stuart Mill*, de 30/12/1842, *Correspondência II*, p. 127, acima, no começo da nota anterior.

morais” foram ditas “meios” e de que em 1817 a moral foi chamada de “ciência de aplicação”.

Com relação à manutenção ou negação da liberdade, temos três referências que ilustram bem a situação da liberdade em Augusto Comte.

Na primeira aparece o determinismo, a imutabilidade, a invariabilidade, que em Augusto Comte não é contraditória com a liberdade e espontaneidade, e sim com a anarquia e a imprevisibilidade: “... o princípio fundamental da sã filosofia consiste necessariamente na subordinação contínua de todos os fenômenos quaisquer, inorgânicos ou orgânicos, físicos ou morais, individuais ou sociais, a leis rigorosamente invariáveis, sem as quais, toda previsão racional sendo evidentemente impossível, a ciência real ficaria limitada a uma estéril erudição.” (58ª, p. 722).

O determinismo determina a liberdade e a espontaneidade principalmente para os homens (mas elas podem ser vistas também, decrescentemente, nos demais seres vivos). Tanto que na lição 60, escrita menos de um mês após a 58, Augusto Comte se refere à “justa liberdade” (2ª referência): “O caso europeu sendo, por sua natureza, muito mais próprio do que o caso nacional a fazer convenientemente apreciar a verdadeira constituição espiritual, esta deverá, em seguida, adquirir um novo degrau de consistência e de eficácia a partir de cada nova existência do organismo positivo, assim tomado cada vez mais moral e cada vez menos político, sem que o poder prático possa perder, por isto, nele, sua ativa preponderância. Conforme uma reação necessária, esta inevitável progressão não será menos favorável à justa liberdade do que à ordem indispensável; pois, à medida que a associação intelectual e moral se consolidará se estendendo, a concentração temporal, sem a qual, hoje, a desagregação seria evidentemente iminente, diminuirá espontaneamente por falta de urgência, de maneira a permitir a cada elemento político uma especialidade de impulso que agora exporia a uma desastrosa anarquia, cujos perigos seriam certamente muito mais graves do que os diversos inconvenientes atuais de uma excessiva centralização prática.” (p. 782-783).

Do mesmo modo, no Prefácio pessoal, escrito um pouco mais do que um mês após, ele comenta a necessidade de cobrar a responsabilidade das ações voluntárias (3ª referência): “Como importa muito à moral pública que o ativo cumprimento voluntário das más ações, individuais ou coletivas, não possa, em

nenhum caso, fugir de uma inflexível responsabilidade, acreditei dever especialmente retificar aqui este erro oficioso.” (p. 475) <sup>129</sup>.

#### 1.3.2.1.2. *Discurso, Tratado de astronomia popular*

O *Tratado de astronomia* e o seu *Discurso* introdutório fazem 64 (1 e 63, respectivamente) referências à moral <sup>130</sup>.

Além de sua ligação com o curso de astronomia e com o *Tratado de astronomia*, o *Discurso* sintetiza o *Curso* e funciona como uma espécie de manifesto sistemático do positivismo (*Carta a Mill*, 6/2/1844, *Correspondência II*, p. 238).

Augusto Comte sintetiza a filosofia da história do *Curso*, no sentido de justificar a superação dos espíritos teológico e metafísico pelo espírito positivo, quanto à fundamentação da ordem intelectual e moral (*Discurso*, p. 63, 69-70).

O espírito positivo faz a única filosofia que pode “consolidar hoje a moral”. O espírito metafísico a dissolve e o espírito teológico não a preserva. Apesar de que a introdução de toda regra moral sempre se operou primeiramente sob inspirações teológicas, “... os preceitos morais, assim como todos os outros, têm sido cada vez mais reduzidos a uma consagração puramente racional, ...” (p. 70). O próprio catolicismo, separando irrevogavelmente a moral da política, desenvolveu muito esta tendência contínua. Do mesmo modo que as sinistras predições de muitos filósofos ou magistrados politeístas, sobre a iminente imoralidade que seria trazida necessariamente pelo advento do monoteísmo não impediram esse processo, assim também “As declamações atuais das diversas escolas monotéicas não impedirão mais o espírito positivo de acabar, hoje, sob as condições convenientes, a conquista prática e teórica do domínio moral, já espontaneamente liberado cada vez mais à razão humana, para a qual não nos falta senão principalmente sistematizar enfim as inspirações particulares.” (p. 71). O retardamento desse processo é cada vez mais nocivo <sup>131</sup>. A nocividade aparece

<sup>129</sup> Na *Carta a Stuart Mill*, de 18/12/1845, ele diz: “Cada um devendo sofrer a responsabilidade de todos os seus atos voluntários, tenho adquirido, portanto, o direito de repreender moralmente todos aqueles que, recusando, de diversas maneiras, sua justa intervenção, conscientemente colaboraram em deixar um consciencioso filósofo lutar sozinho contra a miséria e a opressão; ...” (*Correspondência III*, p. 247).

<sup>130</sup> Para conferir estas referências, ver o Apêndice 6, no CD que acompanha este trabalho.

<sup>131</sup> “A humanidade não poderia, sem dúvida, ficar indefinidamente condenada a não poder fundar suas regras de conduta senão sobre motivos quiméricos, de maneira a eternizar uma desastrosa

triplamente: Em primeiro lugar porque em estado de extinção, a teologia não consegue impor a moral; em segundo lugar: “Além dessa impotência crescente para proteger as regras morais, o espírito teológico as tem freqüentemente prejudicado também de uma maneira ativa, pelas divagações que suscitou, depois que ele não é mais assaz disciplinável, sob o inevitável impulso do livre exame individual. Assim exercido, ele tem realmente inspirado ou secundado muitas aberrações anti-sociais, ...”; “Enfim, esta antiga aderência à teologia também se tornou necessariamente funesta à moral, sob um terceiro aspecto geral, opondo-se à sua sólida reconstrução sobre bases puramente humanas.” (p. 72) <sup>132</sup>.

O fracasso da filosofia teológico-metafísica aparece no “sistema de hipocrisia” que ela é obrigada a criar e manter: “Para terminar de apreciar as pretensões atuais da filosofia teológico-metafísica a conservar exclusivamente a sistematização da moral usual, é suficiente ver diretamente a doutrina perigosa e contraditória que o inevitável progresso da emancipação mental logo a forçou a estabelecer a esse respeito, consagrando por toda parte, sob formas mais ou menos explícitas, uma espécie de hipocrisia coletiva, ...” (p. 74) <sup>133</sup>. Este sistema de hipocrisia, mesmo que podendo funcionar em relação à massa inferior, vicia todas as fontes da moralidade, fazendo-a repousar sobre a falsidade. E apenas adia a solução <sup>134</sup>.

---

oposição, até agora passageira, entre as necessidades intelectuais e as necessidades morais. Bem longe de que a assistência teológica seja eternamente indispensável aos preceitos morais, a experiência demonstra, ao contrário, que ela se tornou, para eles, entre os modernos, cada vez mais nociva, fazendo-os inevitavelmente participar, por seqüência desta funesta aderência, à decomposição crescente do regime monotéico, sobretudo durante os três últimos séculos.” (p. 71).

<sup>132</sup> A oposição é radical, “... porque ela resulta da incompatibilidade necessária que existe evidentemente entre estas duas maneiras de sistematizar a moral. (...). Não existe, portanto, nenhuma alternativa durável entre fundar enfim a moral sobre o conhecimento positivo da humanidade e a deixar repousar sobre a injunção sobrenatural: as convicções racionais puderam secundar as crenças teológicas, ou melhor, substituir-se a elas gradualmente, à medida que a fé se extinguiu; mas a combinação inversa certamente não constitui senão uma utopia contraditória, na qual o principal seria subordinado ao acessório. Uma judiciosa observação do verdadeiro estado da sociedade moderna representa, portanto, como cada vez mais desmentida, pelo conjunto dos fatos diários, a pretensa impossibilidade de se dispensar doravante de toda teologia para consolidar a moral; pois que esta perigosa ligação se tomou, desde o fim da idade média, triplamente funesta à moral, seja enfraquecendo ou desacreditando suas bases intelectuais, seja suscitando-lhe perturbações diretas, seja impedindo-lhe uma melhor sistematização.” (p. 73).

<sup>133</sup> Mas essa “doutrina perigosa e contraditória” é adotada também pelos “metafísicos propriamente ditos”: “... os metafísicos propriamente ditos a adotam tanto quanto os próprios teólogos, ...” (p. 75). E em 1857 Augusto Comte teve que lutar também contra a “hipocrisia positivista”: “A partir da triste experiência recentemente cumprida, o público de elite deve doravante se manter em guarda contra a hipocrisia positivista, cujo desenvolvimento vai logo se tornar iminente.” (*Carta a Richard Congreve, 9/7/1857, Correspondência VIII, p. 520*).

<sup>134</sup> “... este pretenso sistema deixa subsistir completamente a dificuldade em relação às inteligências emancipadas, cuja própria moralidade se acha assim abandonada à sua pura

Se só a positividade pode trazer a solução moral, então vice-versa, Augusto Comte inverte os termos e propõe que, em vista da moral, seja promovida a vitória do espírito positivo: “Assim, o empírico expediente sugerido pelo vão desejo de manter, a qualquer custo, o antigo regime intelectual, não pode finalmente conseguir senão deixar indefinidamente desprovidos de toda doutrina moral a maior parte dos espíritos ativos, como se vê muito freqüentemente hoje. É, portanto, sobretudo em nome da moral que é preciso doravante trabalhar ardentemente para constituir enfim o ascendente universal do espírito positivo, para substituir um sistema decaído que, ora impotente, ora perturbador, exigiria cada vez mais a repressão mental como condição permanente da ordem moral. Só a nova filosofia pode estabelecer hoje, quanto aos nossos deveres, convicções profundas e ativas, (...). (...) Apesar da extrema dificuldade deste grande assunto, ousou assegurar que, convenientemente tratado, ele comporta conclusões tão certas quanto aquelas da própria geometria. Não se pode, sem dúvida, esperar conseguir tomar suficientemente acessíveis a todas as inteligências estas provas positivas de muitas regras morais destinadas, contudo, à vida comum: ...” (p. 76) <sup>135</sup>.

Antes de passarmos a focalizar as *Cartas* do período de 1830 a 1848, vejamos ainda a questão da comparação do grau de certeza das conclusões da moral com o da geometria, que aparece no final da citação da p. 76, acima, e a questão da inclusão explícita, pela primeira vez, em Augusto Comte, da moral entre as artes, que aparece na p. 39.

---

espontaneidade, já justamente reconhecida insuficiente para a classe submissa. Se for preciso admitir a necessidade de uma verdadeira sistematização moral também para os espíritos emancipados, ela não poderá repousar, desde então, senão sobre bases positivas, que assim finalmente serão julgadas indispensáveis.” (p. 75).

<sup>135</sup> Enfim, “Sem poder empreender aqui a apreciação moral da filosofia positiva, é preciso, contudo, assinalar a tendência contínua que resulta diretamente de sua própria constituição, seja científica, seja lógica, para estimular e consolidar o sentimento do dever, desenvolvendo sempre o espírito de conjunto, que a ele se acha naturalmente ligado. Este novo regime mental dissipa espontaneamente a fatal oposição que, desde o fim da idade média, existe cada vez mais entre as necessidades intelectuais e as necessidades morais. Doravante, ao contrário, todas as especulações reais, convenientemente sistematizadas, concorrerão sem cessar para constituir, tanto quanto possível, a universal preponderância da moral, pois o ponto de vista social se tornará necessariamente, nelas, o laço científico e o regulador lógico de todos os outros aspectos positivos. É impossível que uma tal coordenação, desenvolvendo familiarmente as idéias de ordem e de harmonia, sempre ligadas à humanidade, não tenda a moralizar profundamente, não somente os espíritos de elite, mas também a massa das inteligências, ...” (p. 77); “Uma apreciação mais íntima e mais extensa, ao mesmo tempo prática e teórica, representa o espírito positivo como sendo, por sua natureza, o único capaz de desenvolver diretamente o sentimento social, primeira base necessária de toda sã moral.” (p. 78).

Quanto ao grau de certeza, a citação completa diz que “Só a nova filosofia pode estabelecer hoje, quanto aos nossos deveres, convicções profundas e ativas, verdadeiramente capazes de suportar com energia o choque das paixões. Conforme a teoria positiva da humanidade, irrecusáveis demonstrações, apoiadas sobre a imensa experiência que agora a nossa espécie possui, determinarão exatamente a influência real, direta ou indireta, privada e pública, própria de cada ato, de cada hábito, e de cada inclinação ou sentimento; de onde resultarão naturalmente, como corolários inevitáveis, as regras de conduta, sejam gerais, sejam especiais, mais conformes à ordem universal <sup>136</sup>, e que, conseqüentemente, serão, normalmente, as mais favoráveis ao bem individual. Apesar da extrema dificuldade desse grande assunto, ousou assegurar que, convenientemente tratado, ele comporta conclusões tão certas quanto aquelas da própria geometria.” (p. 76).

Augusto Comte responde *não é possível* à alternativa da famosa posição determinista de Laplace <sup>137</sup>. Ele descarta como praticamente impossível fazer ciência do concreto, apesar, também, de não ser necessário. Menos problemática é a ciência da prática <sup>138</sup>. Possível e necessária é a ciência abstrata <sup>139</sup>. Por sua vez, o próprio objeto da geometria (e das ciências naturais que a utilizam), o espaço, segundo Augusto Comte, é subjetivo, é criação subjetiva <sup>140</sup>. A geometria

<sup>136</sup> Na p. 96 Augusto Comte escreveu: “... porque esta grande transformação equivale evidentemente àquela, acima motivada pelas mais altas considerações filosóficas, do movimento político atual em um simples movimento filosófico, cujo primeiro e principal resultado social consistirá, com efeito, em constituir solidamente uma ativa moral universal, prescrevendo a cada agente, individual ou coletivo, as regras de conduta mais conformes à harmonia fundamental.”

<sup>137</sup> Vejamos em ARANHA e MARTINS, *Filosofando ...*, p. 162: “Se pudéssemos conhecer as posições e os impulsos das partículas materiais num dado momento, poderíamos, segundo a hipótese de Laplace, deduzir pelo cálculo toda evolução posterior do mundo.”

<sup>138</sup> Vejamos, por exemplo, na p. 39: “Quando esta solidariedade espontânea da ciência com a arte tiver sido assim convenientemente organizada, não se pode duvidar de que, bem longe de tender a restringir as sãs especulações filosóficas, ela lhes destinará, ao contrário, um ofício final demasiado superior ao seu alcance efetivo, se, antecipadamente, não se reconheceu, como princípio geral, a impossibilidade de tomar a arte puramente racional, isto é, de elevar nossas previsões teóricas ao verdadeiro nível de nossas necessidades práticas. Mesmo nas artes mais simples e mais perfeitas, um desenvolvimento direto e espontâneo permanece sempre indispensável, sem que as indicações científicas possam, em algum caso, suprir completamente. Satisfatórias quanto tenham se tornado, por exemplo, nossas previsões astronômicas, sua precisão é ainda, e provavelmente será sempre, inferior às nossas justas exigências práticas, como terei freqüentemente ocasião de indicar.”

<sup>139</sup> Sobre isso ver *Curso I*, lições 1 e 2; *III*, 40ª, p. 741-742; *VI*, 56ª, p. 487-488. Ver também no *Discurso preliminar (Sistema I)*, p. 38ss (devemos nos reduzir às leis simples ou abstratas, deixando de lado as compostas ou concretas, à filosofia abstrata, deixando de lado a filosofia concreta); na *Introdução fundamental (Sistema I)*, p. 431ss (as ciências verdadeiramente concretas serão sempre proibidas e inúteis) e 433 (a redução de abstrato-prático-concreto à teoria e prática). Sobre estes três ou dois âmbitos, retomaremos adiante.

<sup>140</sup> Desde 1819 Augusto Comte já tinha percebido a noção de espaço como subjetiva: Ver *Ensaio sobre a filosofia das matemáticas*, 1819 (23/12), in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 541, 543 e 545-546.

(assim como a aritmética) é subjetividade quantitativa. As figuras da geometria (o espaço contido nelas) não existem em si mesmas. Mas, apesar de criações subjetivas, elas são muito próximas da realidade, pois, afinal, existem, por exemplo, coisas circulares, quadradas, retangulares ... Esta *objetividade*, principalmente desde Galileu Galilei, é a objetividade subentendida pelas ciências que utilizam a geometria. Quer dizer, sendo deste nível a certeza das conclusões da geometria, não haverá nenhum problema para as conclusões da moral abstrata as acompanharem. Problemática seria a certeza da conclusão moral no nível da prática e do concreto, mas exatamente como também seria para as conclusões da geometria nestes dois últimos níveis <sup>141</sup>.

Enfim, no próprio *Discurso* aparecem o agnosticismo e o fenomenalismo tanto a respeito do pensamento quanto da moralidade: "Quer se trate dos menores ou dos mais sublimes efeitos, de choque e de peso, como de pensamento e de moralidade, deles não podemos verdadeiramente conhecer senão as diversas ligações mútuas próprias à sua realização, sem jamais penetrar o mistério de sua produção." (p. 24).

A posição de Augusto Comte é a de um determinismo que permite a liberdade e a espontaneidade <sup>142</sup>. A humanidade, através dos grupos e indivíduos, como seus agentes, mesmo sendo mortal, tem o poder, pode escolher entre possibilidades, articular o próprio fim, retardá-lo ... Ela é um ser superior em relação aos indivíduos e aos grupos que são dependentes dela. Mas ela segue a ordem natural maior, obedecendo ao preceito de Francis Bacon: "À natureza não se vence, senão quando se lhe obedece." <sup>143</sup>.

Quanto à inclusão da moral entre as artes, Augusto Comte diz que ela segue a inclusão da moral na filosofia natural, isto é, a inclusão está sendo feita só

<sup>141</sup> Na *Carta a George Frederick Holmes*, de 18/9/1852, Augusto Comte diz que só dogmas capazes de disciplinar a geometria e a física poderão regradar as opiniões sociais e morais (*Correspondência VI*, p. 374). E que o positivismo subordina a princípios uniformes também as opiniões sociais e morais (p. 375). Na *Carta a A. Ribet*, de 15/1/1853, diz que o esquecimento não é mais facultativo em moral do que em geometria (*Correspondência VII*, p. 17). Enfim, na *Síntese Subjetiva I*, p. 638, diz que ação e reação vigoram também em moral.

<sup>142</sup> Conforme aparece na afirmação mais geral de Jacqueline RUSS a respeito de Alain (1868-1951): "Alain, filósofo da liberdade, rejeita aqui o *fatalismo*, a saber, uma doutrina segundo a qual todos os fatos do mundo se submetem a um destino irrevogável. A idéia de *destino*, potência que determina absolutamente o curso geral dos acontecimentos, não é uma idéia moral. Por oposição ao fatalismo preguiçoso, o *determinismo* – a idéia de que um conjunto de causas ou condições determina um conjunto de efeitos – não é incompatível com a ética; o conhecimento do determinismo permite agir sobre as coisas; contribui, pois, para o exercício de nossa liberdade." (*Dicionário de Filosofia* [1991]. Trad. A. A. Muñoz. SP: Scipione, 1994. P. 318).

<sup>143</sup> *Apud*: ARANHA e MARTINS, *Filosofando ...*, p. 154.

agora, porque só agora está sendo feita a inclusão da moral na filosofia natural: “Mas importa sobretudo bem reconhecer, a este respeito, que a relação fundamental entre a ciência e a arte não pôde até hoje ser convenientemente concebida, mesmo entre os melhores espíritos, por uma seqüência necessária da insuficiente extensão da filosofia natural, mantida ainda estrangeira às pesquisas mais importantes e mais difíceis, aquelas que concernem diretamente à sociedade humana. Com efeito, a concepção racional da ação do homem sobre a natureza permaneceu essencialmente limitada ao mundo inorgânico, de onde resultaria uma muito imperfeita excitação científica. Quando esta imensa lacuna tiver sido suficientemente preenchida, como começa a ser hoje, poder-se-á sentir a importância fundamental desta grande destinação prática para estimular habitualmente, e freqüentemente até para melhor dirigir, as mais eminentes especulações, sob a única condição normal de uma constante positividade. Porque a arte não será mais, então, unicamente geométrica, mecânica ou química, etc., mas também e sobretudo política e moral, devendo a principal ação exercida pela humanidade, em todos os sentidos, consistir no aperfeiçoamento contínuo de sua própria natureza, individual ou coletiva, entre os limites que o conjunto das leis reais indica, do mesmo modo que em todo outro caso.” (p. 38-39).

Esta inclusão explícita da moral entre as artes, esta afirmação da moral como arte, é, sem dúvida, a grande novidade do *Discurso*. Dizemos “explicitamente”, porque há pouco ela foi incluída em uma obra relativa “à aplicação geral do sistema filosófico”, as “regras morais” foram ditas “meios” e em 1817 ela foi chamada “ciência de aplicação”.

P. Arbousse-Bastide, referindo-se ao “*Tratado sobre a educação positiva*” anunciado, diz que “O problema da educação devia ser retomado nele, sem dúvida, de maneira mais individual e mais concreta em ligação com a teoria da natureza humana e, conseqüentemente, com a moral. Convirá ficar atento a esta ligação, sobretudo quando a moral, considerada até o presente como uma arte, será promovida à posição de sétima ciência.” (*op. cit.*, p. 157). A afirmação “considerada até o presente como uma arte”, para não induzir a erro, como vimos mostrando, deve valer literalmente só desde o *Discurso*. Ao nosso ver, a afirmação seguinte também exagera um pouco o que os textos comtianos permitem concluir sem problemas: “O *Tratado de moral* foi inicialmente apresentado sob o título de *Tratado sobre a educação universal* porque a moral era considerada, em 1842, como uma

'arte humana', diretamente derivante da sociologia, e podendo praticamente ser designada pelo termo *educação*." (p. 464-465). Em primeiro lugar, literalmente o tratado sobre a moral só foi anunciado e prometido em 1854; em segundo lugar, só no *Discurso*, de 1844, aparece a extensão explícita da arte no sentido de incluir "política e moral" (p. 39); em terceiro lugar, enfim, não há a identificação nem prática entre moral e educação, de tal modo a permitir a designação da moral com o termo "educação". O que houve, desde 1854, foi uma identificação entre moral prática e educação ...

### 1.3.2.2. Cartas

As cartas de Augusto Comte do período de 1830 a 1848 contêm 540 usos do termo "moral" ou derivados <sup>144</sup>.

Até no fim de 1844, quando conheceu Clotilde de Vaux, as referências à moral das suas cartas não trazem grandes novidades em relação ao *Curso, Discurso e Tratado de astronomia*.

Em 1832 ainda aparece a expressão "ciências morais", e em contexto de pertencimento à sociologia, apesar de em si mesma ela sugerir a moral como uma ciência distinta, como já mostramos <sup>145</sup>.

Em 1842, após a filosofia da biologia (*Curso III*), e terminando o *Curso* (terminando, portanto, a fundação da sociologia), a moral já foi incluída na biologia e, com esta, repensada a partir da sociologia: "... ela [a análise frenológica de Gall] certamente constituiu verdadeira tomada de posse final, pelo espírito positivo, dos

<sup>144</sup> Para conferir essas referências ver o Apêndice 7, no CD que acompanha este trabalho.

<sup>145</sup> "... é absolutamente impossível obter, ao meu ver, uma verdadeira renovação das teorias sociais e, por seqüência, das instituições políticas, de outro modo senão elevando o que chamam de ciências morais e políticas à dignidade das ciências físicas, pela aplicação conveniente do método positivo fundado por Bacon, Descartes e Galilei, e que já reorganizou as outras partes de nossos conhecimentos reais. Em uma palavra, empreendi tratar a ciência social como uma nova e última secção da filosofia natural; meus trabalhos, embora ainda pouco avançados, bastam, creio, no seu estado atual, para demonstrar pelo seu próprio fato, a possibilidade, tanto quanto a necessidade, de uma tal operação intelectual (o que é minha finalidade principal), estabelecendo algumas das leis naturais que se observam no desenvolvimento dos fenômenos sociais. Esta maneira de proceder me parece a única que pode conduzir hoje, nas teorias políticas e morais, a alguns princípios fixos, livremente debatidos e voluntariamente consentidos, capazes de resolver enfim esta horrível divergência das inteligências, principal sintoma característico de nossa situação social." (a Armand Marrast, 7/1/1832, *Correspondência I*, p. 233).

estudos intelectuais e morais relativos ao indivíduo, ..." (a *Stuart Mill*, 4/3/1842, *Correspondência II*, p. 39) <sup>146</sup>.

Portanto, a moral é científica, mas não como uma ciência distinta, e sim localizada entre a biologia e a sociologia, pertencendo ao final da biologia e ao começo da sociologia. Trata-se da moral na 1ª acepção da palavra, isto é, como algo do ou no sujeito. A 2ª e a 3ª acepções aparecem nas *sistematizações* religiosa ou positiva, apenas exteriores ou livremente assumidas. Por sua vez, ela já é arte ...

Ainda em 1842, Augusto Comte repete o final do *Curso* e o seu Prefácio pessoal, a respeito, respectivamente, do tratado sobre a educação e da continuidade da sua luta contra a moral religiosa.

O tratado sobre a educação deverá ser antecipado, juntamente com o *Sistema*, em relação ao tratado de matemática, por causa da coordenação decisiva da moral (a *Stuart Mill*, 30/12/1842, *Correspondência II*, p. 127).

Quanto à luta entre as morais religiosa e positiva (portanto na 2ª e 3ª acepções da palavra, isto é, como algo independente do sujeito e como algo ao mesmo tempo independente, mas também no ou do sujeito e entre eles, amalgamando-os), ela aparece em *Carta para a Sra. Augusto Comte*, de 3/12/1842 (*Correspondência II*, p. 114) e na *Carta a Stuart Mill*, de 30/12/1842 (p. 126) já citada acima na nota 122. No ano seguinte ele relata a *Stuart Mill* que desta vez os jornais religiosos silenciaram <sup>147</sup>. Trata-se, com relação a essa luta entre a moral positiva e a moral religiosa, da prática das virtudes morais sem a necessidade do impulso teológico, como inquietação humana <sup>148</sup>.

<sup>146</sup> Vejamos também na seqüência: "... a teoria de Gall como tendo não somente aberto a via à redução destes estudos ao estado positivo, mas mesmo já grandemente melhorado a concepção filosófica de nossa natureza moral e mental."; "como tendo decididamente incorporado o estudo das funções intelectuais e morais ao sistema dos estudos fisiológicos" (19/6/1842, p. 54); "... desde que reconheci claramente, (...), que o estudo intelectual e moral não poderia ser convenientemente instituído em pura biologia, porque o homem individual constitui, a este respeito, um ponto de vista bastardo e mesmo falso; é somente pela sociologia que esta operação deve ser dirigida, ..." (p. 55). Neste último sentido, ver *Curso VI*, 60ª lição, p. 765 (acima, na nota 116).

<sup>147</sup> "Proclamei diretamente, durante três horas consecutivas, diante de quatrocentas pessoas, a superioridade moral do positivismo sobre o teologismo, e reclamei, em nome da própria moral, a livre concorrência da nova filosofia em relação a todas as nuances da antiga, sem excitar a menor desaprovção, nem a menor marca de impaciência ou de discordância, sem mesmo que algum ouvinte, creio, tenha deixado a sala. Os jornais religiosos guardaram este ano o mais completo silêncio sobre o meu discurso de abertura; ..." (27/2/1843, *Correspondência II*, p. 139).

<sup>148</sup> "Nem tu, nem ninguém, ousa dizer, poderá agora crer suficientemente, por exemplo, na eterna condenação de todos aqueles que, como eu e muitos outros, rejeitaram todo dogma teológico e praticam todavia escrupulosamente o conjunto das virtudes morais."; "... tu não atingiste ainda o termo, assim desejável e assim inutilmente procurado nos nossos dias, de tuas íntimas inquietações mentais e morais." (a *Valat*, 25/8/1843, *Correspondência II*, p. 188).

Enfim, pouco antes de conhecer Clotilde de Vaux, ele mencionava o seu sistema de moral, como se ele já existisse de fato: "... em geral, trata-se pouco, no meu sistema de moral, de *direitos* propriamente ditos que, neles mesmos, parecem-me quase sempre afetados de um caráter essencialmente revolucionário. Não reconheço, em princípio, senão *deveres* e o que vós chamais vossos direitos não pode legitimamente resultar senão dos deveres dos outros em relação a vós. Ora, deste ponto de vista, único plenamente moral ou social, vós sentireis facilmente que os erros de vossos colegas e mesmo aqueles de vossos chefes em relação a vós não poderiam vos livrar de nenhum modo de vossos deveres em relação ao Estado, à sociedade geral, e especialmente à nação francesa, somente aos quais se relacionam vossas obrigações e pelos quais, em verdade, vós tendes até agora feito bem pouco, em retorno de suas imensas benfeitorias contínuas. Cumprais, portanto, com energia, todos os deveres regulares de vosso ofício, continuando, aliás, a empregar o resto de vosso tempo disponível ao aperfeiçoamento contínuo de vossa própria natureza, seja mental, seja moral, ...” (a *Barbot de Chement*, 1/9/1844, *Correspondência II*, p. 282) <sup>149</sup>.

Augusto Comte conheceu Clotilde de Vaux em outubro de 1844. A luta anti-religiosa, antiteológica ou anti-sobrenaturalista e antimetafísica ou anti-revolucionária <sup>150</sup> continuou do mesmo modo, até 1848, quando ele deixou de ser anti-religioso, continuando, porém, antiteológico ou anti-sobrenaturalista, antimetafísico ou anti-revolucionário.

A novidade é a experiência do amor, que é o grande sentimento, resumo e finalidade da moral <sup>151</sup>. Neste sentido ele diz que ela reanimou a sua vida moral (para *Clotilde de Vaux*, 17/5/1845, *Correspondência III*, p. 13), que lhe deve uma “doce ressurreição moral”, “a feliz ressurreição moral”, “a preciosa revolução

<sup>149</sup> Note-se neste trecho as acepções 2 (“sistema de moral”), 3 (direitos e deveres recíprocos entre as partes e destas com o coletivo, isto é, o amálgama) e 1 (“vossa própria natureza” “moral”).

<sup>150</sup> Ver, por exemplo, a *Maximilien Marie*, 2/11/1844, *Correspondência II*, p. 294; a *Jacquier Eusice*, 5/3/1845, p. 338; para a *Sra. Clotilde de Vaux*, 2/6/1845, *Carta filosófica sobre a comemoração social*, *Correspondência III*, p. 30; para *Clotilde de Vaux*, 23/6/1845, p. 41; 29/10/1845, p. 168; 11/11/1845, p. 188; a *Stuart Mill*, 18/12/1845, p. 247; para *Clotilde de Vaux*, 11/1/1846, *Carta filosófica sobre o matrimônio*, p. 276-278; p. 285; para *Clotilde de Vaux*, 11/3/1846, p. 355; a *Barbot de Chement*, 17/6/1846, *Correspondência IV*, p. 17; 29/10/1846, p. 72; p. 77; p. 77-78; a *Barbot de Chement*, 29/11/1846, p. 85; *Segunda [3ª, segundo R. T. Mendes] confissão anual para Clotilde de Vaux*, 2/6/1847, p. 118; a *Jacquemin*, 2/7/1848, p. 166; a *Grote*, 2/10/1848, p. 186; a *de Montègre*, 3/10/1848, p. 188; p. 189.

<sup>151</sup> “Pode-se diretamente definir o novo regime mental como destinado sobretudo a melhor satisfazer do que qualquer outro as necessidades morais da Humanidade, as quais se resumem todas em uma só, no amor.” (para *Clotilde de Vaux*, 31/10/1845, *Correspondência III*, p. 170-171).

produzida assim no conjunto de minha existência moral”, a “... potente influência de minha ressurreição moral, tanto sobre meu aperfeiçoamento quanto sobre o meu bem.”; que “Assegurando meu bem pessoal, este renascimento moral tende também a aperfeiçoar minha missão social, que doravante exige uma preponderância crescente dos sentimentos sobre as idéias.”; que lhe deve “... os profundos melhoramentos, não somente morais, mas também intelectuais, dos quais nossa intimidade é para mim a fonte imediata, e não, como pensa vossa admirável modéstia, a simples ocasião.”; que “A vida afetiva, assim tardiamente desenvolvida em mim, por falta de um digno objeto de adoração, adquire enfim, graças a vós, sua justa preponderância natural. Ela me faz de mais em mais sentir o quanto vos devo por esta ressurreição moral, ...”; que lhe deve o “complemento de educação moral”, que “... a profunda revolução moral, (...), felizmente reagiu sobre o conjunto de minha nova elaboração filosófica, fazendo ressaltar, de uma maneira mais clara e mais decisiva, o verdadeiro caráter sentimental do positivismo.”; que lhe deve “a regeneração moral”, enfim, “esta renovação inesperada”<sup>152</sup>.

Esta “ressurreição”, “regeneração” moral, alterou a moral na 1ª acepção do termo, isto é, “o moral” de Augusto Comte<sup>153</sup>. Mas é o amor que é prescrito, no fundo, no final das contas, em todas as prescrições morais (2ª acepção do termo “moral”), mesmo naquelas que regulamentam as necessidades mais grosseiras, por exemplo, o dever do poder temporal de sustentar o poder espiritual: “Desde que a sistematização direta da moral universal foi solenemente esboçada pelo catolicismo, estes princípios sempre mais ou menos prevaleceram na elite da Humanidade, e os particulares têm sido vistos como naturalmente devendo suprir, segundo seus meios próprios, a inevitável insuficiência dos governos, em todos os deveres de proteção social.” (a *Stuart Mill*, 18/12/1845, *Correspondência III*, p. 240). Mais ou menos prevaleceram e poderiam não ter prevalecido, porque justamente é necessária a moral na 3ª acepção do termo, no sentido da prescrição ser assumida

<sup>152</sup> As expressões e trechos entre aspas deste parágrafo são, respectivamente, das cartas para *Clotilde de Vaux*, de 17/5/1845, *Correspondência III*, p. 14; 29/10, p. 167; 11/11, p. 188; 24/11, p. 207; 26/12, p. 252; 15/2/1846, p. 323; 22/2, p. 327; 4/10, *Correspondência IV*, p. 60; para a *Sra. Comte*, de 10/1/1847, p. 96-97; da *Segunda confissão anual para Clotilde de Vaux*, de 2/6/1847, p. 114 e da *Carta para a Sra. Ernestine de Montfort*, de 3/8/1848, p. 172.

<sup>153</sup> “Um moral”, conforme ele disse a *Barbot de Chement*: “... a infeliz irresolução de caráter que mantém e agrava em vós uma flutuação de espírito, cujo conjunto de vossos estudos um moral mais enérgico já teria plenamente libertado.” (17/6/1846, *Correspondência IV*, p. 18). Mas o coletivo também pode ser visto como um indivíduo: “Vivais, portanto, meu jovem amigo, como um digno membro do grande ser humano, cuja regeneração moral e mental pode ser seriamente ajudada por vossa ativa cooperação.” (a *Thalès Bernard*, 26/5/1846, p. 14).

como dever pelo sujeito: "... uma sistematização decisiva da sã moral universal, cuja legislação propriamente dita não constitui naturalmente senão um indispensável complemento temporal." (*a de Tholouze*, 18/12/1847, *Correspondência IV*, p. 128). Se não é necessário, e se não se deve esperar a "legislação propriamente dita", muito menos se deve esperar a imposição das prescrições diretamente políticas: "Um vasto impulso voluntário das obrigações morais inerentes à fortuna constitui hoje, para os ricos, o único meio durável de escapar das tirânicas prescrições políticas, ..." (*a Stuart Mill*, 18/12/1845, p. 240-241). O *amálgama* deve agir desde o interior do indivíduo, entre eles, entre os grupos ... Esta é, segundo Augusto Comte, a fundamentação da moral no conhecimento da natureza humana: "Eles [os legistas magistrados] devem, portanto, utilizar muito um regime intelectual que, hoje, sistematizando as noções históricas, dirige sem interrupção suas especulações em direção à grande finalidade social que procuraram constantemente, apesar dos tantos entraves filosóficos e políticos, isto é, o ascendente prático de uma moral fundada unicamente sobre o conhecimento real da natureza humana, ao mesmo tempo individual e coletiva." (*a de Tholouze*, 18/12/1847, *Correspondência IV*, p. 129).

Da natureza humana e de seu conhecimento, segundo Augusto Comte, aparecem alguns esclarecimentos fundamentais nestas cartas. O ser humano, individual ou coletivamente considerado (supondo-se, portanto, pensamentos, sentimentos e atos coletivos), é pensante, ser sensível (*sentinte*) e agente. Estes aspectos (estas ações e seus produtos) são assunto, respectivamente, da filosofia (aspecto especulativo), da poesia (aspecto sentimental) e da política (aspecto ativo). A primeira sistematiza os pensamentos; o gênio estético equaciona os sentimentos (primeiramente no sentido passivo, mas não só); a arte social (a política, que rege as ações exteriores), da qual a moral (que rege os sentimentos no sentido ativo, isto é, tendências, inclinações, desejos, vontades, o caráter – coragem, prudência e perseverança, lado de dentro em relação aos atos exteriores) constitui a principal parte, rege imediatamente todos os nossos atos <sup>154</sup>.

<sup>154</sup> "Em todos os sentidos, Senhora, qual espírito poderia ser tão social quanto aquele do verdadeiro positivismo, único que abraça realmente o conjunto da vida humana individual e coletiva? Os três modos simultâneos de nossa existência, pensar, amar, agir, são nele diretamente combinados, em toda sua extensão possível, por um princípio igualmente aplicável ao indivíduo e à espécie. Eles se tornam nele os assuntos respectivos de nossas três grandes criações contínuas, a filosofia, a poesia e a política. A primeira sistematiza diretamente a vida humana, estabelecendo, entre todos os nossos pensamentos quaisquer, uma conexão fundamental, primeira base da ordem

O material, o temporal, é o exterior. São os atos exteriores. O espiritual, o moral, é desde o interior: os sentimentos no sentido passivo, os pensamentos, e os sentimentos no sentido ativo, conexões internas das ações exteriores, isto é, coragem, prudência e perseverança, que constituem o caráter. Ou, dizendo de outro modo, invertendo a ordem dos dois primeiros termos, por causa da prioridade cronológica do *Curso* em relação ao *Sistema*: “A reorganização espiritual das sociedades modernas, na qual minha juventude tinha visto uma operação única, decompõe-se necessariamente em dois empreendimentos sucessivos, a partir das duas faces simultâneas, mas distintas de nossa existência moral, conforme se considere a sistematização das idéias ou aquela dos sentimentos, dupla preparação indispensável à sistematização final das ações humanas.” (para Clotilde de Vaux, 5/8/1845, *Correspondência III*, p. 80).

Como se pode notar, na *Carta sobre a comemoração social*, de 2/6/1845 (nota 154), a moral aparece como arte, principal parte da arte social (a política), isto é, como principal parte da arte da ciência sociologia. Trata-se ainda daquela inclusão da política e da moral como constituintes da “ciência social toda inteira” (*A Indústria*, p. 108-109), mas com o acréscimo da qualificação em termos de arte. A sociologia é a ciência, da qual a política (e a moral) é a arte. Onze meses depois reaparecem a sociologia, a política e a moral, mas com a moral destacada, e não como arte, e em situação de superioridade: “... minha segunda grande obra, consagrada, de uma maneira direta e especial, à constituição dogmática da ciência social, em harmonia necessária com a arte correspondente. A principal característica deste novo trabalho consiste em sistematizar a superioridade moral do positivismo, do qual o meu livro fundamental estabeleceu assaz a superioridade intelectual.” (ao conde de Limbourg-Stirum, e aos Senhores Kretzer e van Hasfelt, 30/4/1846, *Correspondência III*, p. 380).

---

social. O gênio estético embeleza e enobrece toda nossa existência idealizando dignamente nossos diversos sentimentos. Enfim, a arte social, da qual a moral constitui a principal parte, rege imediatamente todos os nossos atos, públicos ou privados. Tal é a íntima solidariedade que o positivismo representa entre os três grandes aspectos, especulativo, sentimental e ativo, próprios da vida humana. Nossa existência é vista nele, seja no indivíduo, seja na espécie, como tendo por finalidade contínua o aperfeiçoamento universal, primeiro relativo à nossa condição exterior, e, em seguida, à nossa natureza interior, física, intelectual e sobretudo moral.” (para a Sra. Clotilde de Vaux, 2/6/1845, *Carta filosófica sobre a comemoração social*, *Correspondência III*, p. 31-32). Se aqui aparece melhor o lado mais exterior da moral, isto é, o caráter (sentimento em sentido ativo), no mesmo mês aparece também o seu lado mais interior, do sentimento (em sentido passivo), dos afetos: “Quanto à superioridade moral ou afetiva, espero que um estudo mais aprofundado vos fará finalmente sentir que o positivismo não receia mais a comparação com o teologismo.” (a Barbot de Chement, 17/6/1846, *Correspondência IV*, p. 17).

Há uma convergência para a superioridade moral do positivismo e para o *Sistema*. E para a superioridade da própria moral. Trata-se daquela tendência da evolução no sentido do poder espiritual ir civilizandando cada vez mais o poder temporal (sem que se consiga, porém, tirar do poder temporal a supremacia quanto à prática e principalmente quanto ao concreto), “Pois conforme a marcha invariável do progresso humano, as influências morais tendem de mais em mais a prevalecer sobre as potências materiais.” (para a Sra. Clotilde de Vaux, 2/6/1845, *Carta filosófica sobre a comemoração social, Correspondência III*, p. 32).

Se no início Augusto Comte falava da moral como uma ciência distinta, se a seguir já fala de *sistema* (que obviamente supõe *sistematização*), se na seqüência a trata como científica por fazer parte da sociologia e da biologia, e, com esta, depois, da sociologia, se a moral aparece também como quase filosofia ou quase religião, fazendo pensar até em uma 4ª acepção de uso do termo, mas de fato correspondendo à 3ª acepção <sup>155</sup>, se a partir do *Discurso* a moral começa a ser incluída entre as artes, se, mais tarde, a partir do capítulo 1º do *Sistema II*, a moral foi transformada em uma ciência distinta, a 7ª e última, a ciência suprema (mas a palavra “ciência” só aparece no cap. 5); se a política e o poder temporal ou poder político devem tender a se subordinar à moral e ao poder espiritual ou poder moral, se a tendência da evolução é a supremacia da moral, do sentimento (passivo e ativo resumidos no amor <sup>156</sup>), do coração <sup>157</sup>, da sociabilidade <sup>158</sup>, do bem comum <sup>159</sup>, nestas cartas tudo é reafirmado, conforme estas notas imediatamente anteriores. E inclusive se acirra a diferença entre ciência e moral, isto é, a crítica às ciências

<sup>155</sup> Ver acima, na nota 65 e proximidades, onde apontamos para esta quase 4ª acepção para o termo “moral”.

<sup>156</sup> “A vida afetiva, assim tardiamente desenvolvida em mim por falta de um digno objeto de adoração, adquire enfim, graças a vós, sua justa preponderância natural. Ela me faz de mais em mais sentir quanto vos devo por esta ressurreição moral, ...” (para Clotilde de Vaux, 22/2/1846, *Correspondência III*, p. 327).

<sup>157</sup> “... o reino do coração como o único que constitui o estado normal da natureza humana, individual ou coletiva, para o qual o pretense reino do espírito, tão almejado depois do fim da idade média, não pode formar senão uma transição revolucionária, hoje prestes a acabar.” (a Barbot de Chermont, 29/10/1846, *Correspondência IV*, p. 80).

<sup>158</sup> “... grande finalidade da síntese humana, a preponderância da sociabilidade sobre a personalidade.” (Terceira [2ª, segundo R. T. Mendes] confissão anual para Clotilde de Vaux, 25/6/1848, *Correspondência IV*, p. 164).

<sup>159</sup> “... o título *República* apresenta, em sua feliz acepção orgânica, o programa universal, mais sentimental do que racional, do verdadeiro futuro social. Ele anuncia assim a subordinação contínua da política à moral, admiravelmente esboçada, na idade média, sob o princípio católico, mas que não era plenamente realizável senão a partir de um melhor regime espiritual e em um meio mais favorável.” (O fundador da Sociedade Positivista a quem deseje nela se incorporar, 8/3/1848, *Correspondência IV*, p. 267). Ver as notas 81 e 82, acima.

inferiores, aos cientistas, aos “sábios” das ciências anteriores, candente no final do *Curso*<sup>160</sup>. E surge uma nova maneira de expressar a supremacia da moral, isto é, a afirmação da preponderância moral do sexo amante sobre o sexo pensante e agente: “Todavia, este salão normal tem talvez necessidade de ser preparado, durante algum tempo, por reuniões menos claras, nas quais os dois sexos continuariam portanto a se misturar, sem que o sexo amante já tenha obtido nelas sua justa preponderância moral sobre o sexo pensante e agente.” (*a de Montègre*, 24/8/1848, p. 176).

Finalmente, tudo isto converge para o *Sistema*, é a tendência do *Sistema*<sup>161</sup>. O *Curso* fez a “reorganização mental”, e o *Sistema* faria a “reorganização moral”<sup>162</sup>; o *Curso* estabeleceu a “superioridade intelectual” do positivismo, e o *Sistema* constituiria a sua “superioridade moral”<sup>163</sup>.

Até 1826 ele “perseguiu prematuramente uma imediata reorganização moral”<sup>164</sup>; pensava a “reorganização espiritual” como “uma operação única”, e desde

<sup>160</sup> “... vossas últimas páginas, assim dignamente consagradas, sob o evidente impulso do coração, a proclamar a subordinação fundamental do talento ao dever e da ciência à moral. Estou feliz, e ousado dizer orgulhoso, de que tendes assim profundamente captado este supremo caráter do positivismo, ousando propor às nossas soberbas inteligências o jugo contínuo da moralidade. Esta tendência sistemática especialmente distinguirá o grande tratado do qual estou agora ocupado sobre a filosofia política. Nele representarei diretamente o reino do coração como o único que constitui o estado normal da natureza humana, individual ou coletiva, para o qual o pretendo reino do espírito, tão almejado depois do fim da idade média, não pode formar senão uma transição revolucionária, hoje prestes a acabar. A mais nobre destinação da inteligência consiste em melhor desenvolver a sociabilidade, por luminosos conselhos e uma sábia sistematização. A sã filosofia não poderá completamente substituir a teoria senão se mostrando ainda mais própria do que ela para organizar esta indispensável subordinação, que só a metafísica faz perder de vista.” (*a de Tholouze*, 28/11/1846, *Correspondência IV*, p. 80); “a aptidão necessária do positivismo sistemático para fazer convenientemente prevalecer a moral sobre a ciência” (18/12/1847, p. 129).

<sup>161</sup> “... a subordinação fundamental do talento ao dever e da ciência à moral. (...) às nossas soberbas inteligências o jugo contínuo da moralidade. Esta tendência sistemática especialmente distinguirá o grande tratado do qual estou agora ocupado sobre a filosofia política. Nele representarei diretamente o reino do coração como o único que constitui o estado normal da natureza humana, ...” (*a de Tholouze*, 28/11/1846, *Correspondência IV*, p. 80).

<sup>162</sup> “Sem dúvida minha vida teria sido já utilmente preenchida ficando limitada à reorganização mental, para deixar a algum sucessor a reorganização moral, como será preciso necessariamente reservar a outros mais distantes a reorganização política. Todavia, felicito-me muito por ter começado suficientemente cedo, e por ter assaz conservado meu vigor filosófico após o cumprimento, ao menos inicial, da primeira operação, para poder também tentar, sem temeridade, pôr em obra a segunda, ...” (*a Stuart Mill*, 14/7/1845, *Correspondência III*, p. 61).

<sup>163</sup> “Em uma palavra, minha obra fundamental estabeleceu suficientemente, parece-me, para todos os espíritos avançados, a superioridade intelectual da filosofia positiva; é agora a esta segunda obra essencial, na qual o ponto de vista é, desde o início, puramente social, e na qual todos os princípios são postos antecipadamente, que pertencerá constituir também a esta nova filosofia o eminente privilégio da superioridade moral, não menos indispensável do que a outra ao seu ascendente decisivo, e aliás única seriamente contestável doravante.” (p. 61-62).

<sup>164</sup> “No início de minha carreira filosófica, quando perseguia prematuramente uma imediata reorganização moral, senti vivamente quanto o impulso das afeições temas importava, não somente

então a dividiu em dois empreendimentos sucessivos que constituíram o *Curso* e o *Sistema*. O primeiro sistematiza as idéias, e o segundo, os sentimentos, dupla preparação indispensável para a sistematização final dos atos <sup>165</sup>. Trata-se de duas grandes épocas: “Tal devia, portanto, ser o curso geral de minha evolução filosófica, inevitavelmente repartida em duas grandes épocas, uma acima de tudo mental, na qual o ponto de vista social não domina senão como principal fonte da sistematização abstrata, a outra eminentemente social, na qual se trata enfim de reconstituir, a partir de uma sã doutrina prévia, a vida moral da Humanidade.” (p. 80); base intelectual e parte moral <sup>166</sup>; superioridade intelectual e superioridade moral <sup>167</sup>. Doravante a moral, “as necessidades do coração” se tornarão preponderantes: “Mas, depois de três anos, minha elaboração deve, ao contrário, tornar-se, para todo o resto de minha vida, ainda mais moral do que mental; de tal modo que as necessidades do coração, sempre mantidas tão enérgicas em mim por falta de terem sido convenientemente satisfeitas, deveram logo adquirir uma irresistível preponderância.” (p. 82) <sup>168</sup>.

Enfim, o *Sistema*, cujo primeiro grande texto já está escrito (o *Discurso preliminar*, que será republicado como primeira grande parte do *Sistema I*, em 1851), satisfaria o coração, como o *Curso* satisfez o espírito: “Meu último escrito [o *Discurso preliminar*] põe as bases gerais de uma tal fundação [uma revista positivista], manifestando de uma maneira direta e decisiva, a aptidão moral e social do positivismo. Embora só a grande obra, da qual este *Discurso* não é senão o preâmbulo, possa estabelecer sistematicamente uma tal destinação, ela já está assaz caracterizada assim para que se possa representar hoje o positivismo como tão capaz de satisfazer o coração como ele é, a partir de meu tratado fundamental, para o espírito. A concorrência em relação ao catolicismo está agora caracterizada, quanto a todas as necessidades morais e sociais que o regime da idade média tinha

---

ao meu bem pessoal, mas também à plenitude de minha ação social, ...” (para Clotilde de Vaux, 5/8/1845, *Correspondência III*, p. 81).

<sup>165</sup> “A reorganização espiritual das sociedades modernas, na qual minha juventude tinha visto uma operação única, decompõe-se necessariamente em dois empreendimentos sucessivos, a partir das duas faces simultâneas, mas distintas de nossa existência moral, conforme se considere a sistematização das idéias ou aquela dos sentimentos, dupla preparação indispensável à sistematização final das ações humanas.” (p. 80).

<sup>166</sup> “Mas, hoje que a base intelectual está dignamente posta, devo diretamente encaminhar minhas principais forças em direção à parte moral de meu grande empreendimento.” (p. 80-81).

<sup>167</sup> P. 81; a *Stuart Mill*, 18/12/1845, *Correspondência III*, p. 242; ao conde de Limbourg-Stirum, e aos Senhores Kretzer e van Hasfelt, 30/4/1846, p. 380.

<sup>168</sup> “... o caráter mais moral do que mental, que deve, como já vos anunciei, distinguir esta obra da precedente.” (a *Stuart Mill*, 24/9/1845, p. 132).

em vista. Esta superioridade decisiva da nova filosofia, ..." (a Grote, 2/10/1848, *Correspondência IV*, p. 186).

Quanto à relação entre a moral e a educação nas cartas deste período, já mostramos que, em 1842, Augusto Comte pensa já ser possível a sistematização da educação e até fala na antecipação do tratado sobre a educação (e justamente por causa da coordenação da moral), mas que em 1845 ele aconselha a esperar (ver nota 127).

Apesar da aproximação promovida entre as duas, elas continuam distintas. Fala-se de reformar tanto a educação quanto os costumes <sup>169</sup>.

A moral deve ser ensinada normalmente. Neste sentido Augusto Comte fala de "educação moral da Humanidade" (a Stuart Mill, 18/12/1845, *Correspondência III*, p. 246), de "educação sentimental de nossa espécie" <sup>170</sup>, "educação simpática" <sup>171</sup>, "educação moral" (p. 60), "educação do coração" <sup>172</sup> e de "educação social", cujo ponto mais alto é a moral: "Uma vez habitualmente estimulado neles o instinto do progresso, sob o aspecto material, eles passarão facilmente em seguida a sentir o progresso físico e depois intelectual, para chegar enfim a saborear dignamente a preeminência do progresso moral. Sua educação social não pode se fazer solidamente senão conforme esta marcha necessária, prescrita pela teoria da evolução." <sup>173</sup>.

<sup>169</sup> "É em uma tal mudança de princípios que deve hoje consistir essencialmente a sã reconstrução filosófica da doutrina do casamento. A instituição atual não exige aliás nenhuma grande inovação especial, salvo os preciosos melhoramentos que trará espontaneamente a reforma geral da educação e dos costumes."; "A mesma potência moral que dirigirá sobretudo o seu [do matrimônio] uso habitual se achará aliás naturalmente autorizada, pela nova convicção pública, a corrigir tanto quanto possível seus inconvenientes acessórios ou excepcionais, ..." (para Clotilde de Vaux, 11/1/1846, *Carta filosófica sobre o matrimônio, Correspondência III*, p. 285).

<sup>170</sup> "... a educação sentimental de nossa espécie cumpriu o maior passo que ela pôde fazer até hoje. (...), o amor até então assim brutal, enfim desenvolveu a nobre natureza que o distingue na humanidade. (...), ele se tornou capaz, (...), de determinar com perseverança ativos devotamentos, igualmente favoráveis ao aperfeiçoamento moral, e mesmo físico, de um e do outro sexo." (para Clotilde de Vaux, 11/1/1846, *Correspondência III*, p. 284).

<sup>171</sup> "a nova filosofia situa a superioridade fundamental da moral moderna principalmente na sua justa preocupação com a vida privada como fonte indispensável da educação simpática" (*Dedicatória do Sistema de política positiva, À santa memória de minha Eterna Amiga, Sra. Clotilde de Vaux*, 4/10/1846, *Correspondência IV*, p. 50).

<sup>172</sup> "... grande finalidade da síntese humana, a preponderância da sociabilidade sobre a personalidade. Este ascendente final não pode ser realizado senão a partir de uma progressão moral que começa necessariamente nas simpatias mais especiais, únicas capazes de superar inicialmente o egoísmo fundamental. Teu culto me faz sentir sem cessar a eficácia de uma tal educação do coração." (*Terceira confissão anual para Clotilde de Vaux*, 25/6/1848, *Correspondência IV*, p. 164).

<sup>173</sup> *Carta a Pierre Laffitte*, 29/8/1848, *Correspondência IV*, p. 180. Vejamos também na de 13/10/1848, p. 193: "... aperfeiçoamento moral, que é, em definitivo, a grande obrigação de cada um e de todos."

Para o aprendizado da moral Augusto Comte recomenda algumas obras e desaconselha outras: "Entre as obras de moral propriamente ditas, não vos recomendo senão os *Conselhos* de uma mãe a seu filho e à sua filha, da Senhora de Lambert. Influencie muito vossa irmã a não ler La Rochefoucauld, nem La Bruyère, se todavia ela vos perguntar, a partir da clássica reputação destes senhores, porque vós não os enviareis a ela: estas leituras tendem a corromper o coração e a falsear o espírito. Se encontrardes os *Pensamentos* de Pascal, envie-os também, contanto que as *Provinciais* não estejam anexadas. As *Cartas* de Georges Leroy sobre o instinto e a inteligência dos animais lhe forneceriam uma leitura interessante e instrutiva, sem perigo para o coração. Em caso de que ela não conte jamais com aprender inglês, vós podereis lhe procurar, um pouco mais tarde, boas traduções em prosa de Shakespeare, de Milton e mesmo de Byron; mas isto não tem pressa." (p. 168) <sup>174</sup>.

Quanto à liberdade, ela continua suposta. Ele fala sem nenhum problema de "justa liberdade pessoal", de "liberação material", "justa liberdade moral", "moralmente livre", "liberado", de "impulso voluntário", de cada um "sofrer a responsabilidade de todos os atos voluntários", de "justa liberdade de sua vida interior", de "verdadeira liberdade" <sup>175</sup>, de "irrepreensível liberdade moral".

Finalmente, não valem nem o fatalismo nem o otimismo. A ordem comporta o espaço (a liberdade) suficiente para a ação aperfeiçoadora, para o cultivo (cultura) sistemático, isto é, para a educação: "Esta espécie de fatalismo ou de otimismo (o primeiro vale como o outro) que vós credes resultado da superioridade de vossa razão, é devida sobretudo a uma insuficiente sensibilidade moral. O que há, sob este aspecto, de irremediável em vosso organismo não impede em nada que possais vos aperfeiçoar muito por uma cultura sistemática, na qual o positivismo vos dirigirá muito melhor do que qualquer teologismo, se aplicardes dignamente nisto vossa potente inteligência e vosso escrupuloso amor pelo dever." (a *Barbot de Chement*, 29/10/1846, *Correspondência IV*, p. 77).

<sup>174</sup> Estas indicações bibliográficas são sistematizadas na sua *Biblioteca do Proletário no século XIX* e na sua *Biblioteca positivista no século XIX*. Ver acima, na nota 6.

<sup>175</sup> "... a verdadeira liberdade não se concede: conquista-se." (a *Stuart Mill*, 3/9/1846, *Correspondência IV*, p. 35). As expressões entre aspas deste parágrafo, anteriores a esta, são, respectivamente, das cartas para *Clotilde de Vaux*, de 9/11/1845, *Correspondência III*, p. 182; 7/12, p. 222 (expressões 2 a 5); a *Stuart Mill*, de 18/12/1845, p. 240; p. 247 e para *Clotilde de Vaux*, de 11/1/1846, p. 284. A posterior e última é da *Carta para a Sra. Clotilde de Vaux*, de 11/1/1846, *Correspondência IV*, p. 48.

#### 1.4. Período religioso

##### 1.4.1. Do surgimento da religião (1848) até o ano do surgimento da 7ª ciência (cap. 1º do *Sistema II*, escrito de 12/1850 a 1/1851)

Mesmo sem contar a correspondência do período, não há interrupção entre o *Tratado de astronomia* e seu *Discurso* introdutório (que em 1844 resume o *Curso*) e o *Sistema*. Quando este começa a ser publicado, em 1851, seu tomo I traz a *Carta sobre a comemoração social*, de 2/6/1845, a *Dedicatória*, de 4/10/1846, o *Quadro cerebral*, de 2/11/1846 (1ª redação), o *Discurso preliminar*, escrito de 1/1 a 18/6/1848 e distribuído ao público desde 29/7/1848, a *Introdução fundamental*, escrita de 10/1849 a 24/2/1850 (depois, portanto, da 1ª redação do *Calendário positivista*, que é de 5/4/1849), etc..

Mas houve a ruptura que Augusto Comte chamou de “regeneração moral”, “ressurreição moral”, oportunizada pelo seu relacionamento com Clotilde de Vaux, desde 1844-1845, e a ruptura que significou a afirmação da sua “Religião da Humanidade”, desde 1848. O que focalizaremos a seguir é o período de 1848 até o ano do surgimento da 7ª ciência fundamental (cap. 1º do *Sistema II*, escrito de 12/1850 a 1/1851) <sup>176</sup>.

O *Discurso preliminar* retoma o caminho, para o continuar: Já se está na perspectiva do coração, do método subjetivo, na perspectiva sentimental, do amor (que deve superar o egoísmo), da construção da supremacia moral do positivismo. Trata-se também da perspectiva estética, artística, poética e feminina. E se trata também, enfim, da perspectiva social, sociológica, coletivista, da humanidade. É uma visão de conjunto a partir da afirmação da humanidade como sendo o ser superior mais próximo do homem. Finalmente, e se trata da grande

<sup>176</sup> Para conferir as 1.125 referências à moral deste período, ver os Apêndices 8 e 9, no CD que acompanha este trabalho.

novidade sistemática do *Discurso preliminar*, é uma síntese religiosa, a partir de uma "Religião da Humanidade" <sup>177</sup>.

Mas é uma síntese que apenas inicia o *Sistema*. É uma retomada para continuar. Continuam as muitas ambigüidades. A *Introdução fundamental* reconheceu que o *Curso* terminou confuso: "Minha obra fundamental fez as diversas teorias positivas convergirem gradualmente para um conjunto inicialmente confuso." (*Sistema I*, 1851, p. 448). Nada de anormal se levarmos em conta que se tratava de um período muito especial de surgimento das ciências sociais e ou humanas.

Posteriormente o *Sistema III* (1853) reconheceu uma confusão no *Curso* em relação à sociologia e à moral: "... minha sociologia continha inicialmente a moral, embora confusamente." (p. 4-5) <sup>178</sup>. Mas neste mesmo *Sistema III*, em um momento de acentuar a unidade do saber, isto é, condensando a hierarquia ou classificação setenal em uma ternária, ele diz que "... a sociologia e a moral não exigem, nem mesmo admitem, nenhuma separação; ..." <sup>179</sup>.

Esta preocupação retornou também no próprio *Sistema IV*: "Mas a necessidade de uma tal separação [entre sociologia e moral] não deve fazer jamais

<sup>177</sup> Trata-se do primeiro escrito de Augusto Comte no qual aparece a expressão "Religião da Humanidade". Esta expressão aparece no *Programa do curso filosófico sobre a história geral da Humanidade*, que pode ser do final de 1847 ou do começo de 1848, pois este curso começou a ser ministrado depois de 22/1/1848, interrompido a partir do meio de março (Cf. *Carta a Vieillard*, 13/1/1849, *Correspondência V*, p. 4) e retomado nos três anos seguintes (ver também, sobre isto, o começo da Conclusão total do sistema de política positiva: *Sistema IV*, p. 529). É provável que isto tenha levado R. T. Mendes a afirmar que esta tenha sido a primeira vez que Augusto Comte teria usado a expressão ("O programa deste curso [de 1849] se encontra publicado no livro de Littré. É o primeiro documento, parece-nos, que contém a locução *Religião da Humanidade*, para caracterizar a sistematização positiva da existência humana.": Auguste COMTE, *Clotilde de Vaux et ... Tome troisième: L'année sans pareille ... Traduction, avec des amendements et des additions, de la primitive édition, en portugais, de 12/1900. Deuxième éd. R.J: Église positiviste du Brésil, 1918. P. 1129.*). P. Arbousse-Bastide, não levando em conta esta situação, e considerando, portanto, o *Programa ...* como posterior ao *Discurso preliminar*, fala de "espanto": "Espanta o fato de que R. Teixeira Mendes considere o programa do curso de 1849, reproduzido por Littré em *A. Comte e a filosofia positiva*, p. 621 [p. 606 da nossa edição], como o primeiro documento onde aparece a expressão *Religião da humanidade*. Cf. Teixeira Mendes, *O ano sem par*, p. 966 [p. 1129 da nossa edição, conforme acima]." (*op. cit.*, p. 350).

<sup>178</sup> O *Apelo*, mencionando que o *Sistema* separou a moral, também se refere à confusão dela com a sociologia: "Ao mesmo tempo, a decomposição normal da ordem humana erige a moral, que eu tinha inicialmente confundido com a sociologia, a termo supremo da hierarquia enciclopédica, enfim formada por sete domínios: ..." (p. 12).

<sup>179</sup> "Mas é fácil de deduzir daí [da escala ternária] a escala completa. Pois ela consiste em decompor assaz o primeiro termo para caracterizar o surgimento e a filiação de seus elementos irreduzíveis. Com efeito, a sociologia e a moral não exigem, nem mesmo admitem, nenhuma separação; seu encadeamento natural é, aliás, direto e sensível. Ao contrário, o domínio total da filosofia natural permanece demasiado heterogêneo, e não indica assaz a origem das teorias físicas nem sua ligação com as teorias intelectuais ou morais. É preciso inicialmente distinguir duas grandes ciências, a cosmologia e a biologia, que respectivamente estudam a ordem material e a ordem vital. Esta deve permanecer indivisível, e se liga evidentemente ao duplo estudo da ordem humana. Mas aquela ..." (p. 51).

desconhecer a afinidade mais pronunciada que as duas metades [sociologia e moral] da ciência sagrada apresentam, comparativamente às diversas partes da ciência profana [matemática, astronomia, física, química, biologia].” (p. 229). O *Sistema IV* (1854), por sua vez, aponta no sentido de que no *Sistema* a separação da moral devia ter prevalecido, mas não prevaleceu suficientemente: “... após ter separado a moral, cujo acontecimento, surgido de meu trabalho, não pôde prevalecer suficientemente nele.” (p. 229). Na seqüência reafirma a não-separação entre sociologia e moral no *Curso*: “... em 1842, no fim de minha obra fundamental, na qual eu não tinha ainda separado a moral da sociologia.” (p. 230-231), e, de novo, no próprio *Sistema*, só que com certo sentido positivo: Depois de dizer que a sociologia é “... uma última preparação, cujo caráter incompleto é irrecusável.”, porque ela trata da inteligência e da praticidade separadas do sentimento, o que constitui uma falsa posição, ele confessa que no *Sistema* a moral esteve misturada, mesclada, baralhada, confundida espontaneamente com a construção da sociologia: “Se esta falsa posição do espírito não se manifesta no tratado que termino, isto se deve unicamente a que nele a elaboração da moral se mistura espontaneamente na construção da sociologia.” (p. 232).

Mas, finalmente, a incompletude do *Sistema* é geral (só se salva este volume IV), e o problema continuou sendo a separação da moral em relação à sociologia, que teria devido dominar<sup>180</sup>.

Portanto, muito seria necessário ainda. Mas, no final de sua última obra antes de falecer, a *Síntese Subjetiva I* (1856), motivando o próximo volume, que constituiria o tratado de moral, que sistematizaria a moral, ele afirma que no *Sistema* a moral foi só instituída, mas não constituída: “Após ter regenerado irrevogavelmente, neste volume, a ciência fundamental, devo diretamente consagrar o tomo seguinte à sistematização da ciência final, instituída, mas não constituída, pela minha obra principal.” (p. 772)<sup>181</sup>. E no começo desta mesma *Síntese Subjetiva I* ele já tinha afirmado em geral que o *Sistema* não conseguiu elaborar suficientemente as soluções: “Embora minha principal obra [o *Sistema*] tenha

<sup>180</sup> “Sem me fazer nenhuma ilusão (...). Em uma palavra, eu devia instituir a religião positiva, mas sem poder a constituir. Apesar da superioridade sistemática de minha construção religiosa sobre minha fundação filosófica, o tratado que termino não poderia comportar a racionalidade completa a qual eu sempre aspirava. Pois a separação normal entre a sociologia e a moral, única sinteticamente decisiva, surgiu enquanto eu executava uma elaboração que ela devia dominar. A atitude que uma dogmatização direta exigia não podia prevalecer irrevogavelmente senão neste volume final, ...” (p. 232-233; ver o texto inteiro na nota 314, adiante).

<sup>181</sup> Note-se que na citação anterior, do *Sistema IV*, a afirmação era feita em relação à religião.

irrevogavelmente instituído esta maneira, única verdadeiramente religiosa, de conceber todas as questões reais, ela não pôde elaborar suficientemente as soluções correspondentes.” (p. 2).

Voltando ao *Discurso preliminar*, nele, quanto à moral, a maior parte das referências retoma afirmações anteriores, mas há algumas novidades.

Neste *Discurso preliminar*, a moral continua localizada entre a biologia e a sociologia (1ª acepção do termo “moral”: algo do ou no sujeito – determinado e determinado a poder livremente optar pelo altruísmo, objeto da biologia e da sociologia), pertencendo à biologia enquanto focaliza os fenômenos morais no indivíduo, e pertencendo à sociologia enquanto focaliza os fenômenos morais “sociais”, “políticos”, “coletivos”; e Augusto Comte não sentiu a necessidade de insistir: “A contribuição espontânea dos trabalhos científicos próprios aos três últimos séculos não deixava lacuna capital, a este respeito, senão em relação aos fenômenos morais e sobretudo sociais. Demonstrando também aí a existência de leis invariáveis, por uma primeira coordenação total do passado humano, a razão moderna termina ...” (p. 32-33). Fundada a sociologia, acaba a divisão entre filosofia natural e filosofia moral, pois tudo é natural: “Para fundar enfim a verdadeira ciência social, era suficiente, portanto (...). Esta fundação decisiva acaba de constituir o conjunto da filosofia natural, descartando para sempre a distinção provisória que, desde Aristóteles e Platão, separava-a profundamente da filosofia moral.” (p. 35).

Mas começa a aparecer a transferência da moral para além da biologia e da sociologia, em continuidade, sem dúvida, com a supremacia dela já afirmada antes <sup>182</sup>, mas não como ciência (como ciência, a 7ª e última, só ocorre a partir do cap. 1º do *Sistema II*).

Ela devia e deve dominar o próprio poder espiritual, isto é, o seu saber, a ciência: “... um princípio imperecível, a preponderância da moral sobre a ciência em toda verdadeira educação.” (p. 170). Ela deve dominar as pesquisas da filosofia

<sup>182</sup> Terceira e segunda acepções do termo “moral”: algo exterior, determinante e interior, liberdade, isto é, a lei assumida voluntariamente, desde o interior – 3ª; algo exterior, determinismo, isto é, leis, regras exteriores – 2ª. Vejamos, por exemplo, na *Carta a Barbot de Chement*, de 6/8/1850: “... o regime positivo regra toda a vida real, tanto privada quanto pública, mas sobre o princípio da confiança, com sua condição natural, a plena responsabilidade, sobretudo moral.” (*Correspondência V*, p. 175); a *Pierre Laffitte*, de 27/8/1850: “Combinada com a regeneração da educação, a responsabilidade moral resultada de uma tal liberdade [de testar e de adotar, em vista da transmissão] comporta uma profunda eficácia prática para remediar os principais inconvenientes da herança.” (p. 185) e a *Benedetto Profumo*, de 4/3/1851: “O regime positivista é um regime de confiança completado pela responsabilidade moral.” (*Correspondência VI*, p. 27).

e os empreendimentos da política: “Entre estas duas funções principais [filosófica e política] do grande organismo, a ligação contínua e a separação normal se encontram na moral sistemática, que constitui naturalmente a aplicação característica da filosofia e o guia geral da política <sup>183</sup>. Explicarei, por outro lado, como a moral espontânea, isto é, o conjunto dos sentimentos que a inspiram, deve sempre dominar as pesquisas da primeira e os empreendimentos da outra, como a minha obra fundamental já indicou.” (p. 9).

Note-se, neste trecho da p. 9, como ganham força as expressões “moral sistemática” e “moral espontânea”. Dizemos “ganham força” porque já eram usadas antes, como já explicitamos <sup>184</sup>.

A transferência aparece sobretudo na explicitação dos passos educacionais, nos passos da educação que permanece perfeitamente distinta da moral: “... a outra [parte da educação], diretamente sistemática, consistirá principalmente em uma seqüência pública de cursos científicos sobre as leis essenciais das diversas ordens de fenômenos, servindo de base à coordenação moral, que fará convergir todas as preparações anteriores em direção à sua comum destinação social.” (p. 172-173) <sup>185</sup>. Ela aparece também na indicação de acréscimo dos atributos morais às seis acepções já reconhecidas ao termo “positivo” <sup>186</sup>.

<sup>183</sup> Quanto à subordinação da política à moral, caminhamos incessantemente para ela: p. 327-328.

<sup>184</sup> Podemos retornar ao *Discurso* e ao *Curso* e, enfim, podemos retornar à expressão “sistema moral” das *Considerações*, de 1817, da *A Indústria* (in: *Sistema IV*, 1854, Apêndice, p. 197) e à expressão “sistema das idéias morais”, de 1817, da *A Indústria* (in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 93, 97, etc.). Finalmente, podemos voltar às expressões qualificadoras deste sistema (“moral celeste”, “moral grega e romana”, “moral cristã”, “moral evangélica”, “moral teológica”, “moral metafísica”, “moral terrestre”, “moral terrestre e positiva”) e ao próprio “sistema terrestre e positivo”. Ver acima, a partir do 3º parágrafo após a nota 34.

<sup>185</sup> Vejamos também: “Quanto à marcha geral da educação sistemática, ela já está traçada, sem alguma incerteza, pela lei enciclopédica que constitui o segundo elemento necessário de minha teoria da evolução. (...) Um tal fundamento permitirá ao último destes sete anos do noviciado positivo dirigir imediatamente o conjunto desta educação em direção à sua principal destinação social, pela exposição metódica da moral, da qual cada demonstração essencial se tomará então plenamente apreciável, segundo a sã teoria do mundo, da vida, e da humanidade.” (p. 175-176); “... ateísmo, finalmente substituído, sob a luminosa impulsão das concepções biológicas, e sobretudo sociológicas, pelo verdadeiro positivismo. É assim que a sistematização definitiva da moral coincidirá com um pleno sentimento pessoal da filiação humana, que permitirá ao novo membro da humanidade simpatizar dignamente com todos os seus ancestrais e seus contemporâneos, sem cessar de trabalhar por seus sucessores quaisquer.” (p. 177); “... as mulheres, (...), retomarão, (...), a presidência geral de uma educação na qual a moral dominará sempre, (...). (...) Os homens não são indispensáveis senão para a instrução, tanto teórica quanto prática. Quanto à educação moral, os filósofos não deverão se ocupar, como já indiquei, senão na idade na qual ela se torna sistemática, isto é, durante os últimos anos que precedem a maioridade.” (p. 241-242).

<sup>186</sup> “Nesta condensação gradual das [seis] principais acepções da verdadeira sabedoria humana em torno de uma feliz denominação, não faltará logo a desejar senão a reunião, necessariamente mais tardia, dos atributos morais aos simples caracteres intelectuais. (...) o termo *positivo* adquirirá finalmente uma destinação ainda mais relativa ao coração do que ao espírito. (...), a impulsão positiva

Como a expressão “filosofia moral” já era usada em contraposição à expressão “filosofia natural”, e como ainda não se fala de *cientificar*, isto é, de *ciência moral* distinta, os termos “sistematizar”, “sistematização”, “regeneração”, “coordenar”, “reorganizar”, são os que são usados em relação à moral: “... a sistematização humana, (...). Sem uma tal apreciação, a inteligência, (...), tenderia a exagerar seu ofício necessário, (...), adiando a regeneração moral e política para além do adiamento que este preâmbulo filosófico exige. Esta última determinação manifestará uma nova propriedade de minha teoria da evolução, assim representada como situando já a coordenação especulativa no ponto de poder hoje começar a sistematização afetiva e mesmo ativa, ao menos quanto à sua parte mais eminente e mais decisiva, a moral propriamente dita.” (p. 38) <sup>187</sup>.

Neste sentido, a partir da p. 91 ele vai indicar sumariamente a aptidão necessária do positivismo para “... sistematizar definitivamente a moral universal, o que constitui o fim da filosofia e o ponto de partida da política.” “No estado positivo, (...). Enquanto que a moral sistemática adquire assim uma consistência até então impossível se ligando profundamente ao conjunto dos conhecimentos reais, a moral espontânea tende diretamente a dominar toda a existência humana, individual ou coletiva, sob a impulsão imediata e contínua do sentimento social.” (p. 93-94).

Indicada a sistematização, ele passa a fazer um “resumo” dos meios para estabelecer e aplicar tal “doutrina”, que são espontâneos, isto é, naturais, mas que também precisam se tornar atribuição “sistemática”: “Esta rápida indicação da nova sistematização moral exige agora um resumo equivalente dos meios gerais próprios a estabelecer e a aplicar uma tal doutrina. Eles são de duas espécies: os primeiros, fundamentais, diretamente relativos a cada iniciação moral, colocam os princípios e regram os sentimentos; os outros, complementares, consolidam a aplicação real na vida ativa. Esta dupla função começa por ser espontânea, (...): mas ela não comporta uma plena eficácia senão se tornando a atribuição sistemática do poder espiritual correspondente.” (p. 98-99).

---

conduz hoje a fazer sistematicamente prevalecer o sentimento sobre a razão, como sobre a atividade.” (p. 58).

<sup>187</sup> Vejamos também: “... a reorganização moral que deve preparar e dirigir uma verdadeira reorganização política.” (p. 41); “É suficiente que esta coordenação nascente de todas as nossas contemplações reais seja hoje assaz elaborada para permitir já abordar a síntese afetiva e mesmo ativa, começando a sistematizar a moral positiva que deve presidir a regeneração final da humanidade.” (p. 46).

Na 3ª parte, explicitando “sumariamente o sistema de educação geral” (p. 170), ele chama aquela “sistematização definitiva” de “coordenação final”<sup>188</sup>. E na seqüência aplica as expressões “coordenação moral” e “sistematização definitiva da moral” ao final da parte sistemática da educação: “Desde o nascimento até a maioridade, seu conjunto compreende duas partes gerais: uma essencialmente espontânea, (...); a outra, diretamente sistemática, consistirá principalmente em uma seqüência pública de cursos científicos sobre as leis essenciais das diversas ordens de fenômenos, servindo de base à coordenação moral, que fará convergir todas as preparações anteriores em direção à sua comum destinação social.” (p. 172-173); “É assim que a sistematização definitiva da moral coincidirá com um pleno sentimento pessoal da filiação humana, que permitirá ao novo membro da humanidade simpatizar dignamente com todos os seus ancestrais e seus contemporâneos, sem cessar de trabalhar por seus sucessores quaisquer.” (p. 177).

“Sistematizar”, “educação sistemática”, significa atualizar o que preexiste: “Não se pode verdadeiramente sistematizar, sobretudo em moral, senão o que preexiste espontaneamente.” (p. 242)<sup>189</sup>.

Começando a indicação sumária da aptidão necessária do positivismo para sistematizar definitivamente a moral universal (p. 91), Augusto Comte abre a explicitação tratando a moral como arte: “O positivismo concebe diretamente a arte moral como consistindo em fazer, tanto quanto possível, prevalecer os instintos simpáticos sobre os impulsos egoístas, a sociabilidade sobre a personalidade. Esta maneira de ver o conjunto da moral é própria da nova filosofia, única que sistematiza

<sup>188</sup> “Já indiquei diretamente a coordenação final da moral universal, para caracterizar o principal ofício do novo poder espiritual. Eis porque devo aqui me limitar a marcar sua alta preponderância, primeiramente espontânea, depois sistemática, em todo o curso da educação positiva, e a maneira segundo a qual ela se encontra espontaneamente ligada aí ao sistema inteiro dos conhecimentos reais. Uma tal educação, ...” (p. 172). Note-se que apesar de distintas, a moral e a educação são profundamente ligadas: há que se fazer também a educação moral, mas toda educação é em vista da moral.

<sup>189</sup> Vejamos também, por exemplo, nas p. 223: “... enquanto a moral universal não estiver sistematizada, ...”, 242: “Quanto à educação moral, os filósofos não deverão se ocupar, como já indiquei, senão na idade na qual ela se torna sistemática, isto é, durante os últimos anos que precedem a maioridade.”, 250-251: “Ora, aplicando aos dois sexos a necessidade de um tal estudo [da sã teoria histórica], e da sistematização moral que resulta, não se pode desconhecer uma igual urgência da preparação científica que ela supõe, ...”, 256: “Assim, o regime positivo deve naturalmente oferecer, como suplemento geral da sistematização moral, o desenvolvimento regular dos costumes da cavalaria entre os chefes temporais.”, 319: “... a arte, dirigida pelo sentimento, torna-se, para o positivismo, a principal base da educação universal, na qual a ciência não preside em seguida senão a uma indispensável sistematização objetiva.” e 395: “Na idade média, o catolicismo começou a sistematização direta da moral universal, ...”. No cap. 1 do *Sistema II*, p. 103, ele escreveu: “Em lógica como em moral, nossa verdadeira iniciação resulta sempre de uma longa elaboração popular, a partir de crenças universais, sem alguma impulsão doutoral.”

os progressos feitos pelos modernos quanto à verdadeira teoria da natureza humana, assim imperfeitamente representada pelo catolicismo.” (p. 91-92) <sup>190</sup>.

A moral como arte é do âmbito do fazer prevalecer, nos indivíduos e grupos, o altruísmo, a simpatia, a sociabilidade. Trata-se de uma intervenção sistematizadora que atualiza os três sentimentos nobres (veneração, apego e bondade) da natureza humana. A finalidade da arte moral é uma sábia intervenção sistemática: “Estas duas tendências permanentes [o ascendente espontâneo dos sentimentos pessoais e a possibilidade de impor a sociabilidade pelo exercício] (...). Uma sábia intervenção sistemática, (...), pode melhorar muito esta ordem espontânea, aumentando as influências favoráveis e diminuindo suas contrárias. Tal é a finalidade da arte moral, que aliás tem, como toda outra, inevitáveis limites, embora os seus devem ser menos estreitos, pois os seus fenômenos correspondentes são mais modificáveis, em virtude de sua complicação superior.” (p. 92-93) <sup>191</sup>.

E na seqüência ele continua a sistematização: “Assim, a moral positiva se distingue, não somente da moral metafísica, mas também da moral teológica, apanhando por princípio universal a preponderância direta do sentimento social. Ela representa o bem humano, (...), como consistindo sobretudo no maior desenvolvimento possível das afeições benevolentes, ...”; “sua eficácia moral”; “No estado positivo, ao contrário, a aptidão moral é diretamente inerente à doutrina, ...” (p. 93); “Enquanto que a moral sistemática adquire assim uma consistência até então impossível se ligando profundamente ao conjunto dos conhecimentos reais, a moral espontânea tende diretamente a dominar toda a existência humana, individual ou coletiva, sob a impulsão imediata e contínua do sentimento social.” (p. 93-94).

A moral universal tem três graus, pessoal, familiar e social (personalidade, família e sociabilidade): “Para melhor caracterizar a perfeita unidade que fornece à moral positiva seu princípio único do amor universal, é preciso o

---

<sup>190</sup> Na 1ª parte já aparecia a hierarquia das artes correspondendo à hierarquia das ciências: “Pois nossa arte sistemática não engloba ainda esta parte da realidade fundamental que, sendo ao mesmo tempo a mais modificável e a mais imperfeita, como a mais importante, deve constituir, em todos os sentidos, o principal objeto de nossa solicitude permanente. A arte médica propriamente dita apenas começa a sair de sua rotina inicial. Quanto à arte social, seja moral, seja política, ela está aí tão mergulhada, que ...” (p. 31). Ver também sobre a arte: “5ª parte: Aptidão estética do positivismo” (p. 274); “a verdadeira teoria geral da arte” (p. 282); p. 286-287, p. 388, p. 394-395.

<sup>191</sup> Este é o contexto desde o qual, a partir de 1854, a moral prática (a arte moral) foi identificada com a educação.

conceber como presidindo, seja a coordenação natural de suas diversas partes, seja também a elaboração especial de cada uma delas.” (p. 94) <sup>192</sup>.

A superação do egocentrismo em direção ao sociocentrismo é promovida pela família: “A partir desta destinação fundamental da vida doméstica como ligação natural da personalidade à sociabilidade, sua coordenação necessária será suficiente aqui para caracterizar o plano geral da moral positiva, sempre conforme a ordem das relações reais.” (p. 94-95). A evolução individual do sentimento social começa, na família, desenvolvendo a afeição filial, depois a fraternal, a conjugal e a paternal <sup>193</sup>.

Com respeito aos meios gerais próprios para estabelecer e aplicar a doutrina, eles são, respectivamente, a educação moral, para estabelecer, e o acompanhamento ao longo da vida, para a aplicação (p. 98-99). “Quanto à educação moral propriamente dita, o regime positivo funda-a ao mesmo tempo sobre a razão [as demonstrações científicas] <sup>194</sup> e sobre o sentimento [exercícios para o desenvolvimento do sentimento social], mas dando sempre a este último a preponderância, conforme o princípio fundamental da nova filosofia.” (p. 99): “Mas desenvolvendo a um grau até então impossível a potência da demonstração, a nova

<sup>192</sup> No Prefácio (20/3/1851) do *Sistema I* se diz: “Aqui [no *Sistema*] o coração domina, a fim de manifestar assaz a preeminência moral da verdadeira religião. (...). Mas, após este preâmbulo necessário [o *Curso*], as necessidades morais deviam em seguida retomar diretamente sua justa preponderância, para construir uma síntese verdadeiramente completa, na qual o amor constitui naturalmente o único princípio universal.” (p. 3-4).

<sup>193</sup> “Esta rápida indicação da principal teoria moral caracteriza assaz a aptidão fundamental da sistematização positiva, (...). Acredito, contudo, dever ainda assinalar aqui a regeneração total da moral pessoal, ...” (p. 96); “Uma tal regeneração da moral pessoal confirma assaz a superioridade necessária do positivismo, já indicada em relação à moral doméstica, que constitui, contudo, o principal mérito do catolicismo, primeira base de sua digna sistematização. Seria supérfluo aqui insistir especialmente sobre a moral social propriamente dita, na qual a nova filosofia deve manifestar uma aptidão ainda mais direta e mais completa, como única capaz de se situar convenientemente neste ponto de vista. Seja pela exata determinação de todos os deveres mútuos resultados das diversas relações reais, seja quanto à consolidação e à extensão do sentimento fundamental de fraternidade universal, nenhuma moral metafísico-teológica poderia ser comparável à moral positiva, cujas prescrições, sempre conformes às leis gerais de nossa natureza individual ou coletiva, adaptam-se espontaneamente às conveniências especiais de cada caso.” (p. 98).

<sup>194</sup> “Muitos exemplos já constataram, em relação a todos os outros assuntos positivos, que as noções [demonstradas] admitidas somente por confiança podem ser adotadas e aplicadas com tanto ardor e firmeza quanto aquelas das quais se pesou [demonstrou] melhor todos os motivos. É suficiente que as condições mentais e morais desta fé necessária sejam convenientemente cumpridas; e freqüentemente o espírito moderno, apesar de sua pretensa indocilidade, submeteu-se muito facilmente. Este assentimento voluntário que vemos ser dado cada dia às regras quaisquer das artes matemáticas, astronômicas, físicas, químicas, e biológicas, mesmo quando os maiores interesses são afetados, estender-se-á certamente às regras morais, quando elas forem reconhecidas como também capazes de provas irrecusáveis.” (p. 99-100). Note-se a referência ao “assentimento voluntário” em relação “às regras quaisquer das artes” onde reina maior determinismo do que em relação ao setor moral. Já haveria aqui uma *retratação* implícita em relação à negação ou diminuição da liberdade? Rever a nota 86, acima.

filosofia evitará sempre exagerar a sua importância para a educação moral, que deve depender principalmente do sentimento, mesmo quando ela se torna sistemática, (...). Sadios quanto sejam doravante tais estudos, seu ponto de vista não poderia ser diretamente moral, pois neles cada um apreciará necessariamente a conduta alheia mais do que a sua, de conformidade com as condições de imparcialidade e de clareza próprias à contemplação verdadeiramente científica, que deve sempre ser objetiva e não subjetiva. Ora, uma tal apreciação exterior, sem algum retorno imediato sobre si mesmo, pode determinar convicções reais, mas não tende a desenvolver verdadeiros sentimentos, (...). Mas este excesso não poderia jamais ser temido em relação aos novos diretores morais da humanidade, ..." (p. 100) <sup>195</sup>.

Quanto ao acompanhamento necessário ao longo da vida para a vivência do aperfeiçoamento contínuo, trata-se de uma reação da humanidade sobre cada um dos seus membros <sup>196</sup>. Utilizar-se-á um "sistema de comemoração": "Esta superioridade natural se manifestará sobretudo no sistema de comemoração cuja instituição regular fornece a todo poder espiritual o mais precioso complemento da educação moral." (p. 101-102). "Este aperfeiçoamento verdadeiramente humano abraça ao mesmo tempo três espécies de melhoramentos, cuja dificuldade cresce com sua dignidade e sua extensão, segundo seja referente à nossa natureza física, intelectual ou moral." (p. 107) <sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> Vejamos também na seqüência: "Assim, o regime positivo verá sempre, melhor do que qualquer outro, a principal fonte da moral real no impulso direto, ao mesmo tempo espontâneo e sistemático, do sentimento social, que ele se esforçará para desenvolver tanto quanto possível, desde a idade mais tenra, por todos os artificios que a sã filosofia pode indicar. É em um tal exercício contínuo que consistirá principalmente a educação moral, seja privada, seja pública, à qual a educação mental será constantemente subordinada." (p. 100-101).

<sup>196</sup> "Uma tal iniciação, perfeita quanto possa ser, não dirigiria assaz a conduta, ao meio das enérgicas perturbações da vida ativa, se o mesmo poder que a preside não consolidasse sua eficácia, prolongando sua solicitude sistemática sobre todo o curso de nossa existência, tanto privada quanto pública, para nela lembrar convenientemente aos indivíduos e às classes, ou mesmo às nações, seja o verdadeiro sentido dos princípios esquecidos ou desconhecidos, seja sobretudo sua sábia aplicação a cada caso. (...). Esta reação moral da humanidade sobre cada um de seus membros, (...). (...) fornece, sob este aspecto, à nova espiritualidade vantagens morais que a espiritualidade católica não comportava." (p. 101).

<sup>197</sup> "Para simplificar a concepção precisa do conjunto de nossa existência pessoal ou social, pode-se, portanto, limitar-se a representá-la como direcionada sobretudo ao aperfeiçoamento moral, (...). (...) Assim concentrado, nosso aperfeiçoamento se relaciona sobretudo às duas qualidades morais que importam mais à vida real, para a impulsão afetiva e a decisão ativa, isto é, a ternura e a energia, como o indica, em todas as nossas línguas ocidentais, a feliz ambigüidade do termo *coração* junto aos dois sexos. O regime positivo tende necessariamente a desenvolvê-las de uma maneira mais direta, mais fecunda, e mais sustentada, do que qualquer disciplina anterior." (p. 108). Ao "sistema de comemoração" se soma o conjunto dos sacramentos: "... a grande teoria dos sacramentos positivistas. Ela constitui certamente um passo decisivo na organização final da moral sistemática,

Indicada a sistematização e apontados os meios, Augusto Comte relaciona este “movimento filosófico com o conjunto da política atual”: “Tendo assaz definido a regeneração mental e moral que deve caracterizar, em todo o Ocidente, a segunda parte da grande revolução, falta-me indicar as relações necessárias deste movimento filosófico com o conjunto da política atual.” (p. 110). A política deve ser provisória <sup>198</sup>. E do mesmo modo, a organização do sistema completo de educação geral não é possível ainda <sup>199</sup>.

De qualquer modo, o princípio republicano, por sua interpretação positiva, “... começa diretamente a regeneração final, proclamando a subordinação fundamental da política à moral, a partir da consagração permanente de todas as forças quaisquer ao serviço da comunidade.” (p. 70). Assumido pela república, é à Idade Média “... que remonta este dogma fundamental da subordinação contínua da política à moral, que distingue a sociabilidade moderna, e que, apesar dos graves e freqüentes ataques, sempre sobreviveu, mesmo à queda das crenças que inicialmente o proclamaram, como o mostra hoje sua sanção republicana junto à nação melhor emancipada.” (p. 86-87).

---

ligando profundamente na vida pública todas as fases essenciais da vida privada.” (*Carta a Pierre Laffitte*, 4/9/1849, *Correspondência V*, p. 70) Ver também nas cartas a *Audiffrent*, de 29/1/1851 (*Correspondência VI*, p. 14) e a *Benedetto Profumo*, de 4/3/51 (p. 27). Quanto aos dois sentidos de “coração”, que resumem, respectivamente, os sentimentos e as funções práticas (o caráter), vejamos na *Carta a Pierre Laffitte*, de 4/9/1849: “Mas é preciso sobretudo cuidar do vosso aperfeiçoamento moral, relativo aos dois sentidos essenciais do precioso termo *coração*. Creio que, quanto à ternura, estais felizmente assaz organizado para um homem. Talvez não se dê o mesmo quanto à energia, que vós deveis principalmente trabalhar para desenvolver em vós. A fórmula moral da mulher é *ternura, pureza, energia*; mas aquela do homem é, ao contrário, *energia, ternura, pureza.*” (*Correspondência V*, p. 71).

<sup>198</sup> “A ausência total de convicções fixas e comuns não permite agora, portanto, senão uma política puramente provisória, essencialmente limitada à ordem material: ao mesmo tempo, a feliz natureza da situação, interior e exterior, não exige mais do que isto, para secundar a grande renovação mental e moral que deve caracterizar o regime definitivo. Descartando para sempre a mentira oficial pela qual a monarquia constitucional pretendia se erigir em desenvolvimento final da grande revolução, nossa república não pode proclamar, como irrevogável, senão apenas seu princípio moral, a inteira preponderância contínua do sentimento social, dedicando diretamente ao bem comum todas as forças reais. Tal é hoje a única máxima verdadeiramente definitiva, ...” (p. 118). Ver também nas p. 118-119. Vejamos também na p. 378: “Não há até agora reconhecido senão o princípio afetivo do novo regime, a subordinação contínua da política à moral. Ela constitui, com efeito, o verdadeiro sentido orgânico da proclamação, doravante irrevogável, da república francesa, consagrando todas as existências quaisquer ao serviço da Humanidade.”. Em 1851 estando já na perspectiva de “ditadura republicana”, ele diz: “A duração de trinta e seis anos que coube a ele [ao regime constitucional] desde a queda da última ditadura [portanto desde 1815] até o advento desta que acaba de surgir formará, para a História, uma época profundamente nociva à França e a todo o Ocidente, tendo tendido por toda parte a falsear os esforços, desmoralizar os corações e degradar os caracteres.” (*Carta a Benedetto Profumo*, 26/12/1851, *Correspondência VI*, p. 198); mas a provisoriedade continua: p. 199; “Manter com energia a ordem material e secundar sabiamente o impulso industrial, respeitando sempre o movimento espiritual: tal é, a partir da sã teoria histórica, o único programa político que convém à nossa anarquia mental e moral.” (p. 200).

<sup>199</sup> P. 122 e 181 (ver estes trechos acima, na nota 127).

A contínua e necessária hegemonia do poder político deve ser sempre criticada pela reivindicação da sua subordinação à moral. Esta reivindicação é, coerentemente, recorrente: "O elemento mais moral da humanidade [a mulher] deve preferir a todo outro o único regime que erige diretamente a princípio a preponderância da moral sobre a política. (...). Sem que elas desdenhem os diversos progressos especiais que a humanidade deve ao movimento moderno, eles não poderiam compensar, aos seus olhos, a retrogradação geral que uma viciosa tendência a restabelecer a antiga supremacia da política sobre a moral lhes parece indicar." (p. 206) <sup>200</sup>.

A força política predomina e deve predominar, mas deve ser diminuída, moderada, pela força moral, que é constituída pelo intelectual, por este mais o proletário, por estes mais a mulher, pelos três mais o poeta ...: "O padre da Humanidade não desenvolverá sua superioridade necessária sobre o padre de Deus senão quando sua razão sistemática se combinar dignamente com o entusiasmo do poeta como com a simpatia feminina e a energia proletária." (p. 319-320) <sup>201</sup>.

Enfim, além da novidade do começar a transferir a moral para o final da educação enciclopédica, a grande novidade sistemática do *Discurso preliminar* foi a afirmação da religião da humanidade, e, quanto à moral, o seu reenquadramento nela.

Tudo o que se falava em termos de visão de conjunto, de ponto de vista de conjunto, de síntese; o que se falava em termos de ponto de vista social, coletivo, de sociedade, sociabilidade; de sentimento social; de sistema, bem comum, opinião pública, concentra-se na humanidade: "Este grande dogma positivista da universal preponderância do coração sobre o espírito será aliás representado, na quinta parte deste Discurso, como tão capaz de aptidão estética quanto de potência filosófica e de eficácia social. Acabar-se-á assim de compreender a possibilidade de doravante concentrar tudo em torno de um princípio único, ao mesmo tempo moral, racional e poético, único próprio a terminar realmente a mais profunda revolução da humanidade." (p. 20-21).

Em termos políticos se trata de "república", da viabilização da "soberania do povo": "... a interpretação normal da pretensa soberania do povo se

<sup>200</sup> Ver também nas p. 207, 257, 324-325, 327-328, 330, 336, 361, 363, 366, 369 e 394-395.

<sup>201</sup> Ver também nas p. 194, 214, 216, 246, 254, 272, 272-273, 332 e 371. Ver também nas cartas a *Pierre Laffitte*, de 29/8/1849 (*Correspondência V*, p. 64) e a *Thalès Bernard*, de 25/3/1850 (p. 140-141 e p. 141-142).

reduz à obrigação fundamental de dirigir toda a existência social para o bem comum, (...). Mas, assim concebida, esta noção, essencialmente republicana, confunde-se com a base universal da verdadeira moral, a preponderância direta e contínua da sociabilidade sobre toda personalidade. O positivismo é tão apto para a incorporar, que nele ela se torna, como este discurso já provou, o princípio único de sua sistematização total, mesmo especulativa.” (p. 136-137) <sup>202</sup>; trata-se da “... hegemonia da opinião pública, (...), (...) como a principal característica do regime final da humanidade. Este salutar ascendente deve se tornar o principal apoio da moral, não somente social, mas também privada e mesmo pessoal, ...” (p. 139-140); “... para compensar, junto a maior parte dos homens, a insuficiência da moralidade natural, ...”; “Ao mesmo tempo em que mais necessária ao novo regime moral, nele a força da opinião pública se desenvolve mais.”; “... a invocação direta e contínua da sociabilidade, como princípio único da moral positiva, provoca logo aí a intervenção permanente da opinião pública, único juiz natural de toda conduta assim destinada ao bem comum.” (p. 140).

A humanidade é a realização dos sentimentos sociais, do amor <sup>203</sup>: “A partir da sua natureza ainda mais moral do que mental, este centro universal do positivismo [a Humanidade] representa imediatamente o princípio afetivo da sistematização final. Porque o caráter próprio deste novo Grande-Ser consistindo em ser necessariamente composto de elementos separáveis, toda sua existência repousa sobre o amor mútuo que liga sempre suas diversas partes, sem que algum cálculo jamais possa ocupar o lugar de um tal instinto.” (p. 329).

O seu culto resolve o problema da subordinação da política à moral: “O grande problema da idade média se encontra diretamente resolvido aí [no culto da

<sup>202</sup> Ver a sucessão “princípio afetivo”, “subordinação contínua da política à moral”, “república” e “serviço à Humanidade”, na p. 378 (na nota 198, acima). E com outras palavras: “Enfim, subordinada à moral, a política se torna, portanto, nossa arte fundamental, para consagrar todos os nossos esforços ao serviço do verdadeiro Ser Supremo, segundo o conjunto de suas próprias leis naturais.” (p. 395). Vejamos também na p. 394: “Fazendo por toda parte prevalecer a moral espontânea, esta religião final regenera diretamente a filosofia, a poesia, e a política, sempre consagradas, segundo sua verdadeira conexão, a estudar, celebrar e servir a Humanidade, o ser mais relativo e o mais perfectível.”. Fora deste enquadramento, a soberania, a igualdade e o voto universal devem ser combatidos: “... a soberania do povo e a igualdade, que combati sempre nos meus trinta anos de lutas filosóficas. (...) Caracterizei a soberania do povo como *um motim dos vivos contra os mortos*, a igualdade como uma *mentira imoral*, e, o sufrágio universal, como uma *doença social*.” (p. 58).

<sup>203</sup> “Desde então, a preponderância necessária da prática, longe de ser hostil à teoria, prescreve-lhe sobretudo as mais difíceis pesquisas, para descobrir as verdadeiras leis de nossa natureza pessoal e social, cujo conhecimento permanecerá sempre inferior às nossas necessidades reais. Ao invés de dispor à aridez moral, uma tal atividade habitual nos empurrará sem cessar a melhor sentir que o amor universal constitui, não somente nosso principal bem, mas também nosso mais potente meio, indispensável à eficácia de todos os outros.” (p. 323).

Humanidade] tanto quanto é possível, pois a subordinação da política à moral aí resulta necessariamente de uma preponderância sagrada da sociabilidade sobre a personalidade. É assim que o positivismo se torna enfim uma verdadeira religião, única completa e real, ..." (p. 330).

E o seu sacerdócio regenerará todas as funções relativas ao nosso próprio aperfeiçoamento: "O sacerdócio positivo deve portanto regenerar ao mesmo tempo todas as funções relativas ao nosso próprio aperfeiçoamento, destinando a ciência a estudar a Humanidade, a poesia a cantá-la e a moral a amá-la, a fim de que, a partir desta irresistível convergência, a política se aplique sem cessar a servi-la." (p. 332).

Se no cristianismo se trata do amor a Deus (e ao próximo), Augusto Comte fala de amor à Humanidade: "A superioridade necessária da moral demonstrada sobre a moral revelada se resume, portanto, pela substituição final do amor à Humanidade ao amor a Deus. Este novo princípio não exclui menos a metafísica do que a teologia, pois ele rejeita todo cálculo pessoal, e situa o bem, privado ou público, no impulso direto e contínuo das afeições benevolentes. Amar a Humanidade constitui realmente toda a sã moral, ..." (p. 356).

Finalmente, a religião da humanidade regenera a própria moral: "Assim regeneradas por uma mesma religião, a ciência, a poesia e a moral tendem a formar uma combinação inalterável, sobre a qual repousarão nossos novos destinos." (p. 356). A moral se constitui no culto afetivo da Humanidade: "Segundo sua [do positivismo] exata apreciação do conjunto de nossos verdadeiros destinos, ele deve enfim regenerar a política reduzindo-a ao culto ativo da Humanidade, como a moral constitui o culto afetivo, e a ciência com a poesia o culto contemplativo." (p. 360-361)

204

<sup>204</sup> Vejamos também na *Quarta* [5ª, segundo R. T. Mendes] *confissão anual para Clotilde de Vaux*, de 31/5/1849: "Doravante, o dogma, a moral, e o culto positivistas se condensam ao mesmo tempo no irrevogável advento do verdadeiro Grande-Ser, centro espontâneo de nossos sentimentos, de nossos pensamentos e de nossas ações. Este novo Ser supremo, único real e durável, compõe-se necessariamente de todos os elementos honrosos, únicos suscetíveis de uma verdadeira assimilação." (*Correspondência V*, p. 22), na *Carta a de Tholouze*, de 13/7/1850: "O voto que me citais de Chateaubriand, sobre uma reconstrução religiosa, como única capaz de superar nossa anarquia, acha-se já realizado abertamente pela *religião da Humanidade*, que disciplina e junta tudo, em um grau outrora impossível, a partir da inteira convergência de nossos pensamentos e de nossos sentimentos em direção ao único Grande-Ser que possa suportar o exame." (p. 171) e a *Barbot de Chement*, de 23/8/1850: "Minha filosofia da história já é ensinada classicamente mesmo em Oxford, e, contudo, mantêm-se silêncio, lá, em relação ao positivismo moral e político, condensado na religião da Humanidade, na qual convergem todas as idéias e as afeições." (p. 179). Tudo se condensa na

Se no *Discurso preliminar* Augusto Comte não insiste no pertencimento biológico-sociológico da moral, na *Introdução fundamental* esta insistência retorna. Se o primeiro é o discurso preliminar, a segunda é a introdução fundamental do *Sistema*. Se o primeiro retoma o caminho, para o continuar, já em perspectiva *religiosa*, a segunda continua esta retomada, mas já mais *calmamente*, mais *friamente*, isto é, tentando enquadrar, ligar ou religar melhor as novidades, de tal modo que elas não rompam a *racionalidade*, a *cientificidade*, a *positividade* anteriores.

Como o *Sistema* foi destinado a construir dogmaticamente a sociologia, da qual o *Curso* colocou os verdadeiros fundamentos (*Sistema I*, p. 679), era necessário conciliar a *lógica* do *Curso* com a *religião* do *Discurso preliminar*, e então se fala de “nova lógica religiosa” (p. 452, 453), de conciliação entre uma lógica do espírito e uma lógica do coração <sup>205</sup>. E se fala também, desmembrando temerariamente a questão, de conciliação entre três lógicas, que constituem o método humano <sup>206</sup>.

Era necessário justificar o método subjetivo já empregado desde o *Discurso preliminar* <sup>207</sup>. E se fala de subjetividade social: “Mas a superioridade moral da nova lógica religiosa é ainda mais direta e mais profunda do que sua

humanidade, na religião da humanidade, enfim, no “... ponto de vista religioso, único que condensa todos os outros, ...” (a *Papot*, 8/5/1851, *Correspondência VI*, p. 75).

<sup>205</sup> “Assim já se realiza o anúncio situado no início deste capítulo quanto à conciliação normal entre a lógica do espírito, guiada sobretudo pelos signos artificiais, e a lógica do coração, fundada sobre a conexão direta das emoções. Embora esta, essencialmente subjetiva, não pareça inicialmente convir senão à cultura moral, acaba-se de reconhecer o quanto ela pode se adaptar à elaboração intelectual, e toda a seqüência deste tratado o constatará de mais em mais. Do mesmo modo, a outra, principalmente objetiva, não é necessariamente limitada à sua destinação racional; ela comportará doravante uma alta eficácia afetiva.” (p. 450).

<sup>206</sup> “Qualquer que deva ser a aptidão natural do novo regime em relação à lógica racional, principalmente destinada aos filósofos, ele é, portanto, ainda mais indispensável para construir e desenvolver a lógica moral, essencialmente própria às mulheres e aos proletários. Entre estas duas vias extremas, a lógica dos verdadeiros poetas, que procede sobretudo por imagens, vem colocar uma ligação geral que completa a constituição, ao mesmo tempo espontânea e sistemática, do método humano.” (p. 451).

<sup>207</sup> “O conjunto de meus trabalhos filosóficos confirma diretamente esta plena conciliação final entre o método objetivo e o método subjetivo, que terão assim dirigido sucessivamente minhas duas elaborações principais. No meu tratado fundamental, o primeiro domina evidentemente, (...). Este primeiro trabalho chega enfim a permitir a regeneração direta do método subjetivo, pela fundação da sociologia. Assim, tornado tão positivo quanto o outro, esta marcha mais racional preside agora a minha segunda grande obra. Já o empreguei freqüentemente aí, seja no discurso preliminar, seja mesmo neste capítulo, para sistematizar melhor algumas concepções dogmáticas que emanaram inicialmente do método objetivo. Esta explicação direta de sua preponderância normal me permitirá doravante melhor utilizar suas altas propriedades intelectuais e morais. (...). Minha obra fundamental fez as diversas teorias positivas gradualmente convergirem para um conjunto inicialmente confuso.” (p. 447-448). Na p. 678 se diz também que a teoria puramente subjetiva do cérebro freqüentemente o guiou, secretamente, no discurso preliminar.

preeminência intelectual; pois a subjetividade positiva é necessariamente social, em virtude de sua realidade, enquanto que a subjetividade teológica foi sempre pessoal, a partir de seu caráter absoluto.” (p. 452).

Enfim, era necessário justificar como científica a preponderância do coração sobre o espírito, e é o que se faz através da retomada e desenvolvimento de Gall, isto é, da teoria subjetiva do cérebro ou alma, a grande novidade da *Introdução fundamental*. A preponderância do coração sobre o espírito se torna um dogma positivo da ciência moderna: “... meu próprio trabalho não comporta outro mérito senão o de consolidar e desenvolver o serviço, muito pouco apreciado, que este filósofo prestou, propiciando, por primeiro, uma alta consistência teórica a essa noção prática. A preponderância do coração sobre o espírito se torna assim um dogma positivo da ciência moderna, de maneira a não temer mais as discussões sofisticadas. Sem dúvida, só a sociologia o pode estabelecer plenamente, como base necessária da verdadeira religião. Mas este dogma fundamental deve ser esboçado inicialmente em biologia, na qual o conjunto da animalidade o manifesta espontaneamente, sem que uma tal fonte permita supor alguma afetação moral. Esta preponderância é claramente representada, em minha classificação cerebral, pelo número respectivo das funções elementares ou de seus órgãos próprios. Com efeito, nela o coração fornece treze elementos, estáticos ou dinâmicos, e o espírito cinco somente. Deve-se mesmo reconhecer que os órgãos morais são, em geral, mais volumosos do que os órgãos intelectuais; o que acaba de caracterizar anatomicamente a energia superior dos atributos correspondentes.” (p. 681).

Esta teoria das funções interiores do cérebro ou alma foi desenvolvida no final do 3º e último capítulo da *Introdução fundamental ao Sistema*, que vai construir dogmaticamente a sociologia. Trata-se da “Introdução direta, naturalmente sintética, ou biologia”. Mas antes dela há a “Introdução indireta, essencialmente analítica, ou cosmologia” (2º capítulo) e a “Apreciação geral desta introdução” (capítulo 1º). Tudo converge para o social, para os sentimentos sociais, para a sociabilidade, para a humanidade. Tudo converge para a preponderância do coração sociável, socializado.

Não basta construir a biologia, porque as funções morais só se desenvolvem na evolução coletiva da humanidade, que é objeto de estudo da sociologia: “Isoladamente concebida, a biologia não comporta, com efeito, nenhuma racionalidade completa e durável. Porque, após ter justamente proclamado, em

princípio, o consenso universal do organismo, ela pretende estudar as funções físicas separadamente das funções morais, que não se desenvolvem senão na evolução coletiva da humanidade.” (cap. 1, p. 420). Mas o “espírito moderno” não é “... incapaz de entrar livremente sob a justa dominação do coração.” (p. 421). Agora ele aceita o disciplinamento (p. 422).

Desde a matemática se prepara, “... de longe, as bases inabaláveis da moral sistemática, por uma primeira apreciação da ordem universal.” (cap. 2, p. 498). “Mesmo se a terra fosse ser logo atingida por um choque celeste, viver para outrem, subordinar a personalidade à sociabilidade, não cessariam de constituir até o fim o bem e o dever supremos. Os verdadeiros filósofos sentirão sempre, como os francos proletários, que tais pensamentos tendem a consolidar mais nosso bem real, ao menos entre aqueles que sabem utilizar a aptidão moral.” (p. 507)<sup>208</sup>.

No início do capítulo 3, motivando a necessidade do tratamento sociológico da teoria cerebral, ele reafirma a insuficiência da biologia isolada: “Pois o estudo das doenças cerebrais, sejam mentais, sejam sobretudo morais, indica diretamente a irracionalidade necessária das concepções relativas ao homem individual, tanto que elas não são estendidas sistematicamente até a vida social, única que é plenamente real.” (p. 567)<sup>209</sup>.

<sup>208</sup> “Viver para outrem, toma-se assim o resumo natural de toda a moral positiva, ...” (cap. 3, p. 700). É, ao mesmo tempo, a lei do dever e o modelo de felicidade: *Discurso pronunciado nos funerais de Blainville*, 7/5/1850, *Correspondência V*, Anexos, p. 323. Ver também nas cartas a *de Tholouze*, de 17/9/1849 (*Correspondência V*, p. 80), a *Pierre Laffitte*, de 19/9/1849 (“Devo inicialmente completar para vós minha precedente indicação sobre a bandeira usual do Ocidente, de onde deriva cada bandeira nacional. Assinalando a divisa política (*Ordem e Progresso*), esqueci de mencionar, do outro lado, a divisa moral (*Viver para outrem*), que resulta, como ela, da decomposição necessária da fórmula sagrada (*o Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim*). A coexistência destas duas divisas sobre as bandeiras nacionais, e por seqüência sobre os monumentos, as moedas, etc., constitui uma importante inovação que anuncia a preponderância gradual da moral, e sem a qual a divisa política seria muito seca.”: p. 83), a *Jacquemin*, de 30/10/1849 (p. 103), a *Benedetto Profumo*, de 19/9/1850 (p. 196) e a *Audiffrent*, de 29/1/1851 (“Quanto à bandeira política, que tremula no pavilhão, ela é inteiramente verde. A fórmula precedente se decompõe, nela, sobre as duas faces, nas duas fórmulas sociais do positivismo: uma política ou masculina, *ordem e progresso*; outra moral ou feminina, *viver para outrem*; ...”: *Correspondência VI*, p. 17).

<sup>209</sup> Na Introdução (de 12/11/1850) ao *Relatório à Sociedade Positivista feito pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano da Escola positiva destinada sobretudo a regenerar os médicos*, Augusto Comte repete este trecho com outras palavras (*Correspondência V*, p. 279). Esta reafirmação da insuficiência da biologia isolada se repete nas p. 622, 668 (“Como só o progresso moral deve dirigir todos os outros, as melhores teorias biológicas são radicalmente incompetentes em relação a tais preceitos práticos, que é preciso sempre subordinar ao conjunto das noções sociológicas, sob pena de tender à imoralidade estimulando o egoísmo que deveriam conter. (...) As leis biológicas não são verdadeiramente competentes, a este respeito, senão em relação aos animais, e mesmo sob a impulsão da sociologia, como em todo outro título. Mas as noções que elas fornecem assim devem em seguida figurar convenientemente entre os elementos necessários das decisões finais que pertencem à moral sociológica.”) e 671-672 (“As localizações tentadas até agora [dos órgãos cerebrais sedes das funções] são insustentáveis, em sua maioria, por falta de uma apreciação

Na seqüência Augusto Comte explicita a realidade que, segundo ele, simplesmente constatamos, sem poder explicar. Enquanto que o inerte é fixo, a vida é contínua renovação, e os atributos nobres (mesmo a inteligência e a moralidade) repousam sobre a existência nutritiva (p. 586). A "... vida de relação, que surgiu acima da vida de nutrição, suscita espontaneamente os primeiros germes da sociabilidade, por toda parte onde a natureza moral não é demasiado viciosa." (p. 599-600). Afetada pelas sensações, a sede moral-inteligente do indivíduo inspira ou suscita os movimentos, as reações. "É assim que a existência física dos animais, superior à existência puramente material dos vegetais, acompanha-se sempre de uma certa existência moral, cujo desenvolvimento caracteriza a natureza humana." (p. 600). O acasalamento, por sua vez, afasta o indivíduo da sua pura personalidade. "Cessando de ser inteiramente dominada pelos instintos pessoais, a existência se torna capaz de uma certa disciplina moral, adaptando-se a uma ordem exterior, em relação à qual a afeição começa a temperar a necessidade." (p. 601). Só o progresso intelectual, e sobretudo moral, é apanágio exclusivo de nossa espécie, na qual ele é devido unicamente à existência social (p. 609). Quando o verdadeiro Grande-Ser (a humanidade) se constituiu, a partir da harmonia, moral e mental, de seus diversos órgãos essenciais, sua preponderância pôs um termo irrevogável à possibilidade de que alguma outra raça se tomasse grande-ser (p. 616). Os invencíveis limites da matéria serão sempre de uma grande importância intelectual, e mesmo moral, para dirigir nossos esforços e conter nosso orgulho (p. 617). As altas funções, tanto morais quanto intelectuais, constituem o centro necessário da vida de relação, como termo das impressões exteriores e fontes das reações voluntárias (p. 620). Estes atributos superiores, sejam intelectuais, sejam morais, embora mais completos na nossa espécie, só se caracterizam nela por causa da existência social. Suas leis reais só podem ser descobertas e estabelecidas pela sociologia, embora a própria fundação desta tenha inicialmente exigido o uso provisório dos esboços anteriores. Em uma palavra, a biologia não pode cultivar dignamente este grande assunto senão subordinando-se à sociologia, única verdadeiramente competente nele (p. 622). "As diversas indicações precedentes caracterizam assaz a alta participação da biologia ao estudo inicial do

---

assaz aprofundada da existência intelectual e moral. É sobretudo assim que se reconhece especialmente a impossibilidade de bem tratar um tal problema biológico senão a partir da sociologia, única competente em relação a estas nobres funções.").

terceiro modo fundamental da vitalidade. Embora este domínio transcendente pertença essencialmente à sociologia, a ciência vital deve o esboçar sob todos os aspectos elementares, aí incluso mesmo o complemento que anunciei acima para a estática moral, tratado ao fim deste capítulo.” (p. 639).

Este “complemento” começa na p. 669: “... não devo terminar este longo capítulo sem ter cumprido uma renovação mais particular, anunciada acima, quanto à teoria positiva, ao mesmo tempo estática e dinâmica, das funções interiores do cérebro, que constituem a existência intelectual e moral. (...). (...) terminando o volume atual por esta indispensável apreciação, que o gênio biológico de Gall preparou tão felizmente, mas cujo cumprimento decisivo esperava a inspiração sociológica.”.

Gall ousou proclamar a preponderância do coração sobre o espírito, até então desconhecida pela ciência moderna, embora indicada pelo instinto universal. Por um lado, contra a tenebrosa unidade afirmada pelos psicólogos e ideólogos, ele estabeleceu a pluralidade necessária dos órgãos intelectuais e morais. Por outro lado, ele retifica uma antiga aberração biológica, localizando o conjunto das funções superiores unicamente no cérebro (p. 670).

Quanto aos princípios, “O verdadeiro princípio lógico desta construção consiste, para mim, em sua instituição subjetiva. Subordino sistematicamente aí a anatomia à fisiologia; concebendo sempre a determinação dos órgãos cerebrais como o complemento, e mesmo o resultado, do estudo positivo das funções mentais e morais.” (p. 671) <sup>210</sup>.

Na seqüência, em um longo trecho, Augusto Comte situa esta teoria frenológica na sua obra e até em relação à sua vida <sup>211</sup>.

<sup>210</sup> Vejamos também: “A inspiração sociológica, controlada pela apreciação zoológica: tal é, portanto, o princípio geral desta construção biológica.” (p. 672-673); “... a nova teoria cerebral deve ser, portanto, essencialmente sintética, e tendo sempre em vista o conjunto do organismo. Sua subjetividade direta e confessada a tornará naturalmente própria à bem cumprir esta condição fundamental, (...). O controle objetivo emanado da observação zoológica assegurará, aliás, a realidade definitiva desta construção ...” (p. 675); “... determinar os órgãos a partir das funções (...). (...). Todas as tentativas para seu [dos órgãos] desmembramento direto não chegaram jamais senão a debates intermináveis, dos quais a única saída resulta de uma justa apreciação dos atos intelectuais e morais.” (p. 676).

<sup>211</sup> “... a verdadeira doutrina cerebral. Vou construí-la aqui, atendo-me aos limites atuais de positividade próprios ao único método que possa fundá-la, deixando aos meus sucessores o emprego ulterior do modo objetivo, quando se tornar conveniente. Mas o conjunto deste Tratado constatará claramente, a partir do volume seguinte, em relação às mais altas questões sociológicas, a potência imediata desta teoria puramente subjetiva do cérebro, que freqüentemente já me guiou secretamente no discurso preliminar. (...). Em meu tratado filosófico [*Curso*], eu assinalava já a importância fundamental desta operação inicial [determinar o número e a sede das funções no cérebro], (...). Mas

E enfim ele começa a expor o Quadro cerebral, no qual a preponderância do coração sobre o espírito, grande noção prática, toma-se um dogma positivo da ciência moderna<sup>212</sup>. As funções são 18: 13 do coração e 5 do espírito. A alma é a soma do espírito com o coração. Este, por sua vez, ou, as funções morais, subdividem-se em afetivas propriamente ditas (que constituem o coração propriamente dito) e ativas ou práticas (que constituem o caráter). Mas ambas são também, vulgarmente, coração: ora a afeição que dispõem a agir, ora a força que dirige a ação real; intenção e execução; temura e energia. Afeição, intenção e temura se referem ao coração propriamente dito; força, execução e energia ao caráter.

Temariamente, portanto, a alma é constituída de coração, espírito e caráter<sup>213</sup>. O coração propriamente dito consta de 7 instintos pessoais (nutritivo,

---

então nenhum assunto preliminar, mesmo este, devia me ocupar mais do que exigia minha ascensão gradual para a ciência final, que era preciso fundar (...). Eu me limitava, portanto, à apreciação filosófica dos principais resultados obtidos por Gall, (...). Após ter fundado a sociologia, e constituído assim o positivismo, senti-me enfim situado irrevogavelmente no verdadeiro ponto de vista sistemático em relação a todas as questões científicas, das quais anunciava mesmo a revisão ulterior, terminando minha obra fundamental. Esta revisão necessária devia naturalmente começar pela parte superior da biologia, por causa da sua íntima ligação com o Tratado atual, prometido desde então como destinado a construir dogmaticamente a ciência universal, da qual acabava de pôr os verdadeiros fundamentos. Mas a preponderância do coração sobre o espírito, gradualmente emanada em minha longa elaboração, e já erigida a único princípio da nova síntese, devia primeiro se estabelecer completamente em minha própria natureza. Após esta longa preparação, uma santa afeição privada determinou logo minha íntima regeneração [Clotilde de Vaux], (...). Assim livrado, o primeiro, de toda tendência revolucionária, senti-me desde então apelado a seguir diretamente minha missão fundamental para a reconstrução sistemática da ordem intelectual e moral. É então que reconheci a impossibilidade de escrever convenientemente este Tratado antes de ter assaz sistematizado a grande teoria criada por Gall. Após o impulso necessário da mais justa dor, o primeiro resultado filosófico de minha renovação final consistiu, a 2 de novembro de 1846, no quadro cerebral situado abaixo [entre as p. 726 e 727], e de onde data o curso não interrompido de minha segunda carreira pública. Esta classificação positiva das funções centrais do cérebro não cessou jamais de me ocupar em seguida, seja escrevendo meu discurso preliminar, seja durante os dois cursos positivistas, um dogmático, o outro histórico, que o precedeu e o seguiu. Nestes três anos, aperfeiçoei gradualmente este quadro sistemático, por dez redações sucessivas, das quais a última (de 4 de janeiro de 1850) me parece tê-lo enfim levado ao seu estado normal, a partir do qual vou expor minha teoria cerebral. Todas as suas diferenças essenciais com a doutrina de Gall resultam de uma tal classificação, até então inteiramente desconhecida, e que não podia, com efeito, emanar senão da inspiração sociológica." (p. 678-680).

<sup>212</sup> P. 681 (ver acima, no nosso texto entre as notas 207 e 208). Ver o Quadro no *Sistema I*, entre as p. 726 e 727. É possível encontrá-lo também, em português, em: A. COMTE, *Catecismo positivista* ... Tradução de J. A. Gianotti e M. Lemos. SP: Nova Cultural, 1998. Coleção Pensadores. P. 192 (ver transcrição do essencial no Anexo único, no final deste trabalho ou no CD que o acompanha).

<sup>213</sup> "... alma humana ou animal. Composta inicialmente de coração e de espírito, ela nos oferece agora a sucessão normal do coração propriamente dito, do espírito e do caráter, a partir da divisão natural das funções morais em motores afetivos e aptidões ativas. (...). Sob este último modo, que é o mais usual, a teoria estática consiste em repartir o cérebro entre os três grupos de funções interiores, destinando sua principal massa, sobretudo posterior, ao sentimento, sua extremidade anterior à inteligência e sua parte média à atividade. Para apreciar já este esboço geral, devo anunciar, por antecipação, que, dos meus dezoito elementos da alma, dez pertencem ao coração, cinco ao espírito e três ao caráter. Este estado sintético da doutrina cerebral permite apreciar melhor a constituição

sexual, materno, militar, industrial, orgulho, vaidade) e de 3 sociais ou altruístas (apego, veneração, bondade): “Esta coordenação parcial prepara gradualmente o nobre término da série afetiva pelo conjunto das inclinações sociais ou altruístas. O crescimento da dignidade e o decréscimo da energia, que dirigem toda minha classificação moral, manifestam-se aí tanto quanto possível.” (p. 699). O caráter, por sua vez, consta de 3 funções (coragem, prudência, perseverança)<sup>214</sup>. Finalmente o fechamento: “Creio ter atingido aqui, a este respeito [isto é, quanto ao estudo do cérebro], minha finalidade essencial, consistente em instituir enfim a teoria positiva da alma, (...). (...). O verdadeiro conhecimento do homem intelectual, e sobretudo moral, não fez nenhum passo capital desde o fim da idade média: ele foi mesmo alterado gravemente, em muitos sentidos, salvo entre os principais místicos, únicos que, à sua maneira, nos transmitiram dignamente o conjunto dele.” (p. 731).

Como se pode notar, trata-se de uma antropologia. É a explicitação da “natureza humana”, do indivíduo, da pessoa. O homem é sentimento (7 pessoais e 3 sociais), esclarecido pela inteligência (4 funções de conhecimento: contemplação concreta, contemplação abstrata, meditação indutiva, meditação dedutiva, e uma de comunicação: comunicação), em vista da (re) ação prática (3 funções do caráter: coragem, prudência, perseverança) ao meio ou no meio. Como se trata *do lado interior*, separando partes na alma ou cérebro, lembra muito a famosa *psicologia racional*. E leva a pensar a moral comtiana em termos de psicologia<sup>215</sup>.

Trata-se da 1ª acepção de “moral”, no sentido de se referir ao moral do indivíduo. Mas, como já nos referimos, a própria humanidade é vista como um

fundamental da alma, (...). Ele caracteriza diretamente a harmonia geral entre a vida afetiva, a vida especulativa e a vida ativa, no que ela oferece de comum a todas as naturezas animais. O sentimento ou instinto ressalta aí logo como o centro essencial da existência moral, que sem ele não comportaria nenhuma unidade.” (p. 685).

<sup>214</sup> “Tendo assim completado a segunda parte essencial de minha teoria cerebral, vou terminar a constituição subjetiva do cérebro por uma rápida indicação de suas funções práticas. No conjunto da existência moral, assaz determinei primeiro o princípio de impulsão, sempre emanado do coração, e em seguida o meio consultivo, que pertence exclusivamente ao espírito. O tratado positivo da alma não exige, portanto, mais do que do exame especial do caráter propriamente dito, do qual depende imediatamente a realização final de cada resultado querido e preparado.” (p. 723).

<sup>215</sup> Vejamos, por exemplo, de Gustavo Biscaia de LACERDA: “Todavia, ao aprofundar suas reflexões no *Sistema de política positiva* (em quatro volumes, de 1851 a 1854), percebeu que havia a necessidade ao mesmo tempo lógica e prática de uma ciência dos homens individualmente considerados: assim é que em 1852 fundou a Moral, ou seja, a Psicologia positiva, que seria desenvolvida em pormenor na última série de escritos, a *Síntese subjetiva ...*” (in: LACROIX, Jean. *A sociologia de Augusto Comte*. Tradução de Arthur Virmond de Lacerda Neto. Notas de Gustavo Biscaia de Lacerda. Curitiba: Ed. Vila do Príncipe, 2003. Nota nº 7, p. 15).

indivíduo, apesar de ser um coletivo<sup>216</sup>. Ela é um amálgama formado pelo humano, pela humanidade dos homens, mas que os junta, liga, reúne, sendo, portanto, um amálgama entre eles. Não é por acaso, portanto, que Augusto Comte vê nela as três partes, por exemplo, os três estados são da inteligência, da praticidade e do sentimento. Portanto se infere a 3ª aceção. A própria religião também tem três partes: dogma, regime e culto. Por sua vez, todo o regramento moral deve exatamente comandar o que realiza a natureza humana, no que vemos, portanto, também, a 2ª aceção de "moral" derivando conseqüentemente.

Na Introdução (12/11/1850) ao *Relatório à Sociedade Positivista feito pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano da Escola positiva destinada sobretudo a regenerar os médicos*, último texto antes do capítulo primeiro do *Sistema II*, no qual surge a 7ª ciência, a moral continua sendo transferida para além da biologia e sociologia<sup>217</sup>. E continua existindo ainda, portanto, apenas 6 ordens naturais de concepções abstratas (e, conseqüentemente, de fenômenos):

<sup>216</sup> Vejamos, por exemplo, na *Carta a Williamson*, de 19/11/1849: "... a indústria conduz necessariamente à dispersão dos centros, enquanto que a verdadeira ciência tende à unidade. O grande organismo é, a este respeito, como o pequeno, no qual o sistema nervoso da vida intelectual e moral se condensa em um só cérebro, enquanto que aquele do aparelho nutritivo se divide em muitos gânglios." (*Correspondência V*, p. 111). Vejamos também no *Sistema II*, cap. 3, p. 209-210: "Assim concebido, o organismo coletivo se encontra radicalmente conforme ao organismo individual, como a sua subordinação natural exige. Na existência social, ao mesmo tempo doméstica e política, do mesmo modo que na simples existência pessoal, o sentimento e a inteligência convergem para dirigir a atividade. Por toda parte se reconhece elementos análogos, como uma semelhante combinação." Mas vejamos também no capítulo 5, p. 277: "Nosso organismo social oferece, portanto, uma solidariedade equivalente, e mesmo superior, àquela de nosso organismo individual, no qual, apesar de sua preponderância necessária, as funções corporais têm sempre necessidade das influências cerebrais." e p. 288-289: "Não se deve, todavia, encontrar um paralelismo completo quando se compara a concepção sistemática do organismo coletivo àquela do organismo individual; pois a natureza composta de um difere profundamente da constituição indivisível do outro. O primeiro sendo formado de elementos eminentemente separáveis, cujo isolamento não destrói imediatamente a existência, não comporta, apesar da similitude fundamental, uma inteira analogia com o segundo, no qual nada pode subsistir isoladamente. É preciso saber, portanto, em geral, restringir sabiamente uma tal comparação, para que, ao invés de preciosas indicações, ela não suscite aproximações viciosas. (...). Seria duplamente irracional, a partir destas diversas indicações, querer conformar servilmente a análise fundamental do organismo coletivo àquela do organismo individual, ...". E, enfim, no capítulo 6, p. 404, onde aparece que o "Quadro cerebral", isto é, a "natureza humana", é ao mesmo tempo individual e coletiva: "O verdadeiro regime do futuro, fundado sobre a teoria positiva da natureza humana, individual e coletiva, é sobretudo caracterizado pela confiança e pela liberdade, condições normais de uma sábia responsabilidade."

<sup>217</sup> "O inevitável insucesso de uma tal tentativa prescreve hoje fundar, sobre os verdadeiros princípios enfim descobertos, uma escola plenamente *positiva*, na qual a progressão científica possa chegar sempre na sua verdadeira destinação filosófica e social. Todos os estudos que não conduzem até aquele da Humanidade, seguindo a sã hierarquia enciclopédica, permanecem necessariamente provisórios e insuficientes, sem poder jamais disciplinar a inteligência. Esta plenitude teórica é ainda mais indispensável para sistematizar a moral, cujas antigas bases mentais são hoje destruídas facilmente pela instrução parcial, enquanto que elas não podem ser substituídas senão a partir de uma instrução verdadeiramente geral, na qual prevalecem as únicas concepções próprias a ligar todas as outras." (*Correspondência V*, Anexos, p. 277).

“Três anos de altos estudos, sucessivamente relativos às seis ordens naturais de concepções abstratas, chegarão enfim a uma inabalável sistematização da verdadeira moral, desde então garantida contra todos os sofismas corruptores.” (p. 277-278).

No capítulo primeiro do *Sistema II* (escrito de 12/1850 a 1/1851), a moral passa a corresponder à 7ª ordem de fenômenos reais, a individual (*o moral*, correspondente à 1ª aceção de “moral”), que surge nele. Trata-se do surgimento da 7ª ciência (e do ressurgimento, do reaparecimento, do retorno de ciência moral separada da biologia e da sociologia), mas esta afirmação explícita só aparecerá no 1º quadrimestre de 1852<sup>218</sup>. A moral que era ciência por inclusão na biologia e na sociologia, entre as duas, é transferida para a posição de 7ª ciência.

Por sua vez, neste capítulo primeiro ela não é chamada de arte nenhuma vez. Mas não nos enganemos. Este aspecto dela está envolvido o tempo todo, pois ela é, de algum modo, o regime, e do âmbito da apreciação prática<sup>219</sup>. O regime, suas “regras gerais” e suas “prescrições”, constituem, conforme já vimos anteriormente, a 2ª aceção de “moral”.

<sup>218</sup> “Embora a sociologia deva construir a teoria da ordem doméstica antes daquela da ordem política, é, no fundo, o primeiro caso que apresenta mais embaraços científicos, como ele comporta também as mais fortes aberrações práticas. Uma diferença análoga se manifestaria em seguida se se quisesse prolongar o estudo positivo da ordem humana até a ordem puramente individual, o que não se torna indispensável senão em relação às principais noções. Com efeito, este último caso ofereceria mais complicação do que qualquer outro, como afetado por influências mais diversas e mais numerosas, cujos resultados comportam menos regularidade. É o que me conduziu, no primeiro capítulo deste volume, a erigir a ciência moral propriamente dita a sétimo degrau necessário da hierarquia enciclopédica, para completar minha progressão normal de complicação e de especialidade.” (*Sistema II*, cap. 5, p. 264-265). Note-se que se trata do primeiro reaparecimento da expressão “ciência moral”, desde 1842. Ver a nota 40, acima. Ver também no capítulo 7, p. 432ss.

<sup>219</sup> “Devo sobretudo indicar aqui como o regime se liga diretamente ao culto, e mesmo ao dogma, em sua parte superior. Com efeito, apesar de que a moral tenha finalmente em vista as ações, ela se liga inicialmente aos sentimentos, que são suas principais fontes. Assim concebida, ela se liga ao culto, que, diretamente dedicado à expansão normal das melhores afeições, tende indiretamente a desenvolvê-las. Embora esta reação da arte comporte menos eficácia moral do que a prática imediata do bem, sua continuidade mais fácil lhe propicia muita importância em relação ao mais importante e mais difícil dos aperfeiçoamentos. Por outro lado, o regime, além de ter a influência normal do culto, liga-se diretamente ao conjunto do dogma, a partir da dependência natural da teoria do progresso em relação àquela da ordem. Suas diversas regras gerais adquirem assim uma autoridade sistemática tão própria a desenvolver quanto a consolidar seu ascendente prático, sobretudo quanto às mais nobres prescrições, tão expostas aos ataques sofisticos que os instintos a conter sugerem. O conjunto da moral se torna mesmo uma espécie de prolongamento necessário do dogma positivo, quando se estende a hierarquia enciclopédica até a ordem individual, que constitui o termo natural dela, como já observei. Pois a subordinação normal da personalidade à sociabilidade não é então senão uma última aplicação capital da lei fundamental, que por toda parte subordina objetivamente a ordem mais particular à mais geral. A dependência precedentemente indicada sob o aspecto teórico [nas p. 54-57] convém igualmente à apreciação prática. Assim, a individualidade se subordina à sociabilidade, como esta à vitalidade, já subordinada igualmente à materialidade, primeiro domínio objetivo e último termo subjetivo da harmonia universal.” (p. 78-79).

Quanto à 3ª acepção (amalgamador do indivíduo e dos indivíduos), é a que sobretudo aparece neste capítulo primeiro, enquadrada na religião da humanidade. Se a moral era anexada à religião sobrenaturalista e tendia para a separação, aproximando-se mais da educação, agora, com o surgimento da religião da humanidade, o seu *lugar* volta a ser sobretudo anexada à religião. A moral conseguiu se livrar só da religião sobrenaturalista, e não da religião. Agora ela é (re) enquadrada pela ou na religião, mas da humanidade. Apenas a moral prática foi identificada com a educação, a partir de 1854.

A moral, em sua 3ª acepção, é a unidade individual e coletiva, é a unidade a partir da lei (2ª acepção) vivida desde o interior do indivíduo, de tal modo que, por exemplo, o código de moral positiva (2ª), vivenciado desde cada indivíduo, em todos os indivíduos, torna-se a expressão representativa do grupo (*unificados, sintetizados, sistematizados, pela moral positiva, na 3ª acepção: lei vivida*). Mas não é suficiente. O capítulo primeiro mostra que ela é só a metade. Ela constitui só o lado interior do sistema suficiente, da síntese suficiente, e necessária, que é a religião.

Até o título do capítulo primeiro já define a religião como unidade: "Teoria geral da religião ou teoria positiva da unidade humana". Ela é unidade <sup>220</sup>.

Trata-se de plena harmonia ou sistematização entre as partes, e de cada parte e subpartes (3ª acepção de "moral"). Concerne igualmente às 13 partes do coração (10 sentimentos e 3 funções práticas) e às 5 funções intelectuais, cuja

---

<sup>220</sup> "Neste tratado, a religião será sempre caracterizada pelo estado de plena harmonia próprio à existência humana, tanto coletiva quanto individual, quando todas as suas partes quaisquer estejam dignamente coordenadas. Esta definição, única comum aos diversos casos principais, concerne igualmente ao coração e ao espírito, cuja convergência é indispensável a uma tal unidade. A religião constitui, portanto, para a alma, um consenso normal exatamente comparável àquele da saúde em relação ao corpo. A partir da íntima solidariedade entre o moral e o físico, a aproximação destes dois estados gerais poderia mesmo se estender até conceber o segundo como compreendido pelo primeiro. Esta absorção seria inteiramente conforme ao uso constante das teocracias iniciais, nas quais cada prescrição higiênica emanava de um preceito religioso. A separação crescente das duas regras não foi senão um resultado passageiro da decomposição necessária do primeiro regime humano. Mas a ordem final devendo desenvolver muito sua conexão natural, esta plenitude sistemática da religião aí convém mais do que em relação à idade primitiva. Uma tal definição exclui toda pluralidade; de tal modo que doravante seria tão irracional supor muitas religiões quanto muitas saúdes. Em um e no outro caso, a unidade, moral ou física, comporta apenas diversos graus de realização. A evolução fundamental da humanidade, como o conjunto da hierarquia animal, apresenta, em todos os sentidos, uma harmonia de mais em mais completa à medida que se aproxima dos tipos superiores. Mas a natureza desta unidade permanece sempre a mesma, apesar das desigualdades quaisquer de seu impulso efetivo. A única distinção admissível se refere aos dois modos diferentes de nossa existência, ora individual, ora coletivo. Embora sempre ligados de mais em mais, estes dois modos não serão jamais confundidos, e cada um deles suscita uma atribuição correspondente da religião. Este estado sintético consiste assim, ora em *regrar* cada existência pessoal, ora em *reunir* as diversas individualidades." (*Sistema II*, 1852, p. 8-9).

convergência é indispensável para tal unidade. Ela se refere ao consenso entre as partes do cérebro ou alma (ou interioridade) e com o exterior ou corpo (2ª acepção). A estas dimensões moral ou interior e física ou exterior correspondem, respectivamente, duas regras (2ª acepção): preceitos religiosos e prescrição higiênica, religião e saúde, unidade moral e unidade física. A parte, o indivíduo, e o seu coletivo, exigem atribuições sucessivas da religião: sintetizar ou sistematizar implica regrar cada existência individual ou pessoal, e as reunir (acepções 3, 2 e 1). Na p. 10 ele diz que "... os sentimentos que reúnem são também os mais próprios para regrar."

Note-se também, no longo trecho acima (nota 220), que, se a unidade religiosa inclui, contém a unidade moral, na seqüência elas podem ser consideradas quase sinônimas: "Uma tal definição exclui toda pluralidade; de tal modo que doravante seria tão irracional supor muitas religiões quanto muitas saúdes. Em um e no outro caso, a unidade, moral ou física, comporta apenas diversos graus de realização."<sup>221</sup>

A moral é uma das bases, uma das condições: "... duas bases, exterior e interior, cuja íntima combinação é a única que permite regrar e juntar. Todo estado religioso exige a conjunção contínua de duas influências espontâneas: uma objetiva, essencialmente intelectual; a outra subjetiva, puramente moral. É assim que a religião se refere ao mesmo tempo ao raciocínio e ao sentimento, ..." (p. 11). Frequentemente se concebe a unidade humana só a partir da condição moral (p. 12). A condição moral do estado sintético é mais importante (p. 13) e, também, mais susceptível de abortamento (p. 14). O sentimento da dependência em relação ao exterior não consegue suprir totalmente<sup>222</sup>.

<sup>221</sup> Ver também, por exemplo, na *Carta a Pierre Laffitte, de 4/9/1849 (Correspondência V, p. 68)*.

<sup>222</sup> "Profunda quanto pudesse ser esta crença, ela inspira no máximo uma resignação forçada, se o exterior opõe uma resistência evidentemente insuperável. Mas esta triste situação moral difere muito de uma verdadeira disciplina afetiva, que deve sempre ser livre para se tornar plenamente eficaz. É fácil de sentir isto comparando o estado moral de um cão doméstico com aquele de um leão cativo. Quando uma longa experiência inspira ao segundo uma passiva resignação, a unidade moral não existe nele: ele flutua sem cessar entre uma luta impotente e um ignóbil torpor. Ao contrário, o impulso afetivo do primeiro se torna direto e contínuo logo que ele pôde subordinar suas inclinações egoístas aos seus instintos simpáticos. A comparação é ainda mais decisiva opondo o escravo antigo ao proletário moderno. Embora os dois, sob o aspecto material, apresentem quase a mesma existência pessoal, tanto ativa quanto passiva, a liberdade deste o torna o único capaz de uma verdadeira unidade moral, permitindo o desenvolvimento de suas afeições benevolentes." (p. 14-15). Note-se a afirmação da liberdade. Note-se também as 3 acepções de "moral": um moral capaz de submissão voluntária (1ª), uma regra exterior que impõe ou sugere a submissão (2ª), uma assunção ou construção voluntária da regra no interior, de tal modo a se submeter livremente a aceitar ou a agir (3ª).

A condição moral faz a própria harmonia entre as duas harmonias: "Para acabar de apreciar a segunda condição religiosa, é preciso vê-la como a principal fonte de sua indispensável harmonia com a primeira. Esta sendo, por sua natureza, inflexível, ao menos quanto às suas prescrições essenciais, este acordo deve sobretudo resultar da outra, única que dispõe o ser à submissão voluntária, mal distinguida até hoje, de um servilismo degradante, por falta de uma sã teoria moral." (p. 15).

A partir da garantia do amor há sistema, síntese, unidade, religião: "O estado religioso repousa, portanto, sobre a combinação permanente de duas condições igualmente fundamentais, amar e crer, (...). (...) Tais são, em geral, os ofícios respectivos do sentimento e da razão em nossa principal construção, a constituição gradual, espontânea ou sistemática, da unidade humana, destinada a regularizar nossa atividade, individual ou coletiva. Enquanto que a harmonia moral se estabelece subordinando o egoísmo ao altruísmo, a coerência mental repousa sobre a preponderância da ordem exterior." (p. 18).

Como a combinação natural entre o amor e a fé não constitui um verdadeiro equilíbrio, mas um movimento contínuo, cuja lei consiste em tender sempre para uma melhor união, nossa natureza, individual ou coletiva, toma-se, portanto, de mais em mais religiosa, e "O grau de plenitude sucessivamente próprio a esta combinação fornecerá, neste tratado, a principal medida do aperfeiçoamento humano." (p. 18-19).

Quanto às partes da religião, duas das três partes correspondem à moral. A primeira parte é intelectual, correspondente ao dogma, que determina a ordem exterior (cosmológica, biológica e sociológica) que nos domina. Trata-se do domínio da fé, que disciplina o espírito (p. 19). A segunda parte é moral, domínio do amor, que rege o coração (p. 19). Decompõe-se em sentimentos e atos. O amor domina os primeiros e preside os segundos. A primeira atribuição é puramente interior, enquanto que a segunda concerne também ao exterior. Estas duas partes constituem o culto e o regime, primeiro moral, depois mesmo político (p. 20). Portanto, dogma, culto e regime: "O conjunto da existência real é assim condensado na religião completa, igualmente científica, estética e prática; de maneira a combinar radicalmente nossas três grandes construções, a filosofia, a poesia e a política. Inicialmente esta síntese universal sistematiza o estudo do verdadeiro; depois ela idealiza o instinto do belo; e enfim ela realiza o cumprimento do bem." (p. 21).

Como se nota, o dogma se refere à ciência, filosofia e verdade, enquanto que a moral se refere à estética e prática, poesia e política, belo e bem.

Como as religiões são sistematizações, sínteses, Augusto Comte passa a explicitar que o melhor modo sintético é a síntese na humanidade, isto é, é a religião da humanidade. A humanidade, isto é, a ordem social, que inclui a ordem biológica e a ordem cosmológica, e que, portanto, é a face mais próxima da ordem exterior para o indivíduo, é a fonte das nossas reações afetivas e de nossas operações teóricas e práticas (p. 26-27): “Este freio universal constitui, em todos os sentidos, a primeira base de uma moralidade durável, obrigando-nos a buscar fora os fundamentos de nossa própria conduta.” (p. 29). Correspondem às reações afetivas e às operações teóricas e práticas, respectivamente, leis morais (domínio mais subjetivo), leis intelectuais (têm origem subjetiva e destinação objetiva) e leis físicas (domínio mais objetivo). A cultura espontânea começa pela subjetividade (p. 34). A sistemática faz o caminho inverso <sup>223</sup>.

Mas, note-se, se as leis físicas indicam realidade, a ordem moral indica a síntese, a religião: “Mas esta elaboração racional não poderia adquirir um verdadeiro caráter religioso senão se estendendo até a ordem moral, único árbitro direto de toda nossa existência.”. Por sua vez, os 3 estados práticos (atividade conquistadora, defensiva, industrial) e os 3 estados afetivos (sociabilidade doméstica, cívica, universal) dependem dos 3 estados intelectuais (concepções fictícias, abstratas, positivas): “Eis como a construção religiosa finalmente depende sobretudo da ordem mental, cuja influência direta permanece, contudo, inferior àquela das duas outras.”.

---

<sup>223</sup> “Todavia, esta cultura espontânea não poderia fundar nenhuma construção durável, pois as leis morais aí são concebidas isoladamente das leis físicas, das quais elas dependem necessariamente. Assim o impulso especial destas, a partir da atividade correspondente, toma-se o único ponto de partida de nossa evolução sistemática. A construção decisiva do dogma positivo não pode começar, portanto, senão pela ordem física, e sobretudo matemática, por causa de sua independência natural. Mas esta elaboração racional não poderia adquirir um verdadeiro caráter religioso senão se estendendo até a ordem moral, único árbitro direto de toda nossa existência. (...). Ora, as leis físicas não são diretamente suscetíveis de qualquer ligação sistemática com as leis morais. Esta relação decisiva não pode se estabelecer senão por intermédio das leis intelectuais, únicas igualmente ligadas aos dois domínios extremos. Eis como a construção religiosa finalmente depende sobretudo da ordem mental, cuja influência direta permanece, contudo, inferior àquela das duas outras. (...). A ordem mental se encontra sempre marcada indiretamente até nas nossas menores descobertas, físicas ou morais, pois estas nos seriam eternamente impossíveis se aquela não existisse.” (p. 35). Vejamos também na *Carta a Papaf*, de 8/5/1851: “Historicamente, as leis morais foram assim esboçadas antes das leis físicas, das quais, contudo, dependem assaz, de tal modo que seu estudo sistemático se instituiu por último.” (*Correspondência VI*, p. 74).

Como as leis mentais não podem se manifestar sem equívoco senão na sucessão total das grandes fases da humanidade, a sua "... descoberta decisiva exige, portanto, que o dogma positivo se apodere do domínio social, o que o conduz logo a se completar, abraçando necessariamente a ordem moral. Assim, a fundação das leis intelectuais deve quase coincidir com a construção direta da verdadeira religião." (p. 36). Nesta ascensão, "Se a fixidez essencial da ordem universal já excita naturalmente o amor comprimindo o egoísmo e comandando a união, sua modificabilidade acessória deve tender mais na direção desta dupla eficácia moral.", e "Por uma reação moral mais íntima e mais direta, a atividade excita o impulso das afeições simpáticas, favorecendo-lhes uma satisfação contínua." (p. 44).

Mas a cultura sistemática não dispensa o caminho inverso, da cultura espontânea: "Nada pode dispensar de uma cultura especial e contínua do amor universal, única fonte interior da verdadeira religião. (...). Com efeito, (...), a funesta influência moral que acompanha quase sempre a cultura intelectual, sobretudo científica." (p. 46); "Em um menor grau, a vida prática nos oferece naturalmente os mesmos perigos morais, exaltando o orgulho e comprimindo a simpatia." (p. 47). Enfim, "Aqueles que já chegaram a uma verdadeira síntese mental se sentem assim conduzidos fortemente na direção da unidade afetiva, a menos que sua organização moral seja demasiado defeituosa." (p. 48). A cultura sistemática converge: "... o dogma positivo permaneceria moralmente insuficiente se ele não tendesse de uma maneira mais direta a fazer convergir todos os nossos sentimentos em direção ao amor universal. Ora, a verdadeira fé, completamente desenvolvida, cumpre naturalmente esta condição sagrada para além de toda esperança anterior. Pois ela conduz necessariamente a fundar a unidade de concepção sobre o mesmo Grande-Ser que é o único que já pode permitir a unidade de afeição e a unidade de ação." (p. 50)<sup>224</sup>.

Eis que o dogma positivo se torna suficiente às nossas necessidades morais e pode dispensar as ficções ingênuas até agora necessárias (p. 51-52). Agora a própria realidade pode satisfazer melhor do que a quimera (p. 52). A

<sup>224</sup> Vejamos também: "Quando a fé tiver diretamente conciliado com o amor, a unidade humana estará plenamente estabelecida. Esta combinação decisiva não pode resultar, portanto, senão de uma noção fundamental, ao mesmo tempo espontânea e sistemática, capaz de condensar o conjunto do dogma positivo. Compreende-se assim a extrema dificuldade de uma tal conciliação, na qual reside o nó essencial da verdadeira religião. Mas esta posição final da questão religiosa indica também a solução normal, consistente em tornar moral a economia natural, que começa por ser puramente física e se torna em seguida intelectual." (p. 51).

humanidade é o último jugo, a fatalidade complementar: “Cada um de nós se sente sempre dominado pela ordem matemático-astronômica, a ordem físico-química e a ordem vital. Mas uma mais profunda apreciação lhe mostra também um último jugo, não menos invencível, embora mais modificável, resultado do conjunto das leis, estáticas e dinâmicas, próprias da ordem social. Como todas as outras, esta fatalidade complementar se faz inicialmente sentir a nós pelos seus resultados físicos, em seguida por sua influência intelectual, e enfim por sua supremacia moral.” (p. 53).

Exatamente neste ponto do texto, em um longo trecho, surge a 7ª ordem de fenômenos reais, a ordem individual, degrau final na hierarquia geral dos fenômenos, o mais particular e o mais dependente de todos, no qual se chega ao homem visto da maneira mais precisa<sup>225</sup>.

Indiretamente e implicitamente podemos perceber que se trata da moral, já que “... ela [a fé] se eleva insensivelmente até as mais sublimes

---

<sup>225</sup> “... uma fé completa e homogênea. Surgida das menores concepções matemáticas, ela se eleva insensivelmente até as mais sublimes especulações morais, construindo uma seqüência de ordens sempre mais nobres e mais modificáveis. A mais eminente de todas se torna o regulador imediato de nossos destinos. Sua consideração deve portanto prevalecer para a apreciação sistemática de cada existência humana. (...). Cada um de nós, sem dúvida, sofre diretamente todas as fatalidades exteriores, que não podem atingir a espécie senão afetando os indivíduos. Todavia, sua principal pressão não se aplica pessoalmente senão de uma maneira indireta, por intermédio da humanidade. (...). De resto, esta transmissão indireta se tomaria plenamente conforme a lei fundamental da classificação natural se se distinguisse a ordem individual da ordem social propriamente dita, isto é, coletiva, acrescentando um degrau final na hierarquia geral dos fenômenos. Embora este novo degrau diferisse muito menos do precedente do que em algum outro caso, entretanto ele o sucederia como por toda parte, aliás, como o mais particular e o mais dependente de todos. Farei freqüentemente sentir o quanto importa prolongar até este termo extremo a imensa série que, começando do mundo considerado sob seu mais vasto aspecto, chega ao homem visto da maneira mais precisa. Este aperfeiçoamento definitivo de minha hierarquia enciclopédica deve somente servir aqui para estender a fronteira precedente às relações normais de todas as ordens naturais. Com efeito, cada uma delas é sobretudo submetida àquela a qual ela sucede objetivamente, e que lhe transmite a principal influência daquelas às quais ela, por sua vez, depende. A hierarquia natural se torna assim mais parecida com as nossas hierarquias artificiais. Assim como é sobretudo através da ordem social que a ordem individual recebe a pressão de todas as outras, do mesmo modo o peso principal da ordem material sobre a ordem social se exerce por intermédio da ordem vital, que as separa e as reúne. Uma semelhante observação convém às subdivisões quaisquer da hierarquia geral, como o indica meu tratado filosófico. Sem desenvolver mais uma tal apreciação, ela é suficiente aqui para confirmar a condensação final do dogma positivo em seu domínio sociológico. (...). A partir da subordinação objetiva que caracteriza a hierarquia geral dos fenômenos, a ordem universal se torna essencialmente redutível à ordem humana, último termo de todas as influências apreciáveis. (...). Ao mesmo tempo, nossa inteligência se situa assim no único ponto de vista que possa reunir todas as nossas especulações, as quais, subjetivamente apreciadas, constituem sempre simples fenômenos humanos, pessoais ou sociais. A fé positiva chega, portanto, à sua verdadeira unidade, tanto objetiva quanto subjetiva, por uma conseqüência necessária de sua evolução normal, condensando o conjunto das leis reais em torno do ser coletivo que regra imediatamente nossos destinos a partir de sua própria fatalidade modificável por sua providência. Desde então, uma tal fé se concilia plenamente com o amor, dirigindo para este Grande-Ser, eminentemente simpático, todas as homenagens que a benfazeja dominação da ordem universal merece.” (p. 54-57).

especulações morais, ...". E de moral científica, porque se fala de "fé", que é domínio do dogma, da ciência, da filosofia; e se trata da "hierarquia enciclopédica", etc.. Mas não se fala diretamente de *ordem moral* nem de *ciência moral*. Pelo contrário, ambigualmente, fala-se de "domínio sociológico" ("Sem desenvolver mais uma tal apreciação, ela é suficiente aqui para confirmar a condensação final do dogma em seu domínio sociológico."), de "ordem humana" (que pode ser coletiva e individual, ou individual e coletiva, se nos atermos ao *Curso*), de "fenômenos humanos, pessoais ou sociais", de condensação no "ser coletivo" e "Grande-Ser".

O trecho revela também a hesitação: "se se distinguisse a ordem individual"; "Este aperfeiçoamento definitivo de minha hierarquia enciclopédica deve somente servir aqui para estender a fronteira precedente às relações normais de todas as ordens naturais."

A separação aqui é feita principalmente pelo aspecto teórico <sup>226</sup>: "Ao mesmo tempo, nossa inteligência se situa assim no único ponto de vista que possa reunir todas as nossas especulações, as quais, subjetivamente apreciadas, constituem sempre simples fenômenos humanos, pessoais ou sociais. A fé positiva chega, portanto, à sua verdadeira unidade, tanto objetiva quanto subjetiva, por uma consequência necessária de sua evolução normal, ...".

Mas a principal dificuldade é a recuperação do indivíduo, o aparente círculo vicioso que se estabelece entre o coletivo e o indivíduo: "Cada um de nós, sem dúvida, sofre diretamente todas as fatalidades exteriores, que não podem atingir a espécie senão afetando os indivíduos. Todavia, sua principal pressão não se aplica pessoalmente senão de uma maneira indireta, por intermédio da humanidade."

As fatalidades exteriores só atingem a espécie afetando os indivíduos, mas só atingem os indivíduos afetando a humanidade. Pode ser que "espécie" signifique, aqui, diacronicamente (temporalmente), enquanto que a humanidade apenas sincronicamente (espacialmente), o que já superaria o problema. Mas a solução comtiana é feita incorporando os indivíduos como "órgãos" <sup>227</sup> do grande-

<sup>226</sup> Na p. 78 isto será explicitamente afirmado: "A dependência precedentemente indicada sob o aspecto teórico convém igualmente à apreciação prática."

<sup>227</sup> Vejamos, por exemplo, no *Discurso pronunciado para a consagração de um casamento positivista*, de 18/7/1850: "Após ter recebido a educação maternal, ao mesmo tempo intelectual e moral, o novo órgão começa, na puberdade, os estudos científicos que exigem lições exteriores, sem deixar jamais, todavia, o domicílio paterno." (*Correspondência V*, p. 330); "O casamento consolida e termina a educação moral no novo órgão humano, sobretudo quando a paternidade se inicia." (p.

ser, divinos como ele. Trata-se, portanto, de movimentos interiores à própria divindade, ao próprio grande-ser<sup>228</sup>.

Terminando de caracterizar o melhor modo sintético ou sistemático em relação às bases ou condições da unidade, conclui-se que ele é também o melhor para satisfazer as duas finalidades da religião<sup>229</sup>. E passa-se a argumentar no mesmo sentido quanto às partes da religião: “A superioridade necessária da síntese altruísta em relação à dupla destinação fundamental da religião deve também a tornar mais própria do que alguma outra para desenvolver convenientemente todas as partes essenciais dela.” (p. 74). Quanto ao dogma e quanto ao culto: “A universal conexão entre os diversos elementos da verdadeira religião não é menos sensível nem menos importante em relação ao culto do que para o dogma. Pois as relações naturais do sentimento com a inteligência e a atividade se encontram assim sistematizadas, de maneira a melhor desenvolver sua eficácia moral. (...). Se a ciência se torna a base do dogma, a poesia continua a alma do culto, ...” (p. 76). E chega-se, enfim, ao regime, onde aparece a 7ª ordem de fenômenos em termos de “apreciação prática”, como “individualidade” e “personalidade” subordinadas à “sociabilidade”, e sendo nomeada explicitamente como moral (mas ainda não

---

331). Ver também na *Carta a Laurent*, de 2/9/1851, na qual se fala de “membros” da Humanidade, cuja “destinação” “consiste sobretudo em organizar enfim a verdadeira providência.” (*Correspondência VI*, p. 156).

<sup>228</sup> Sobre esta relação vejamos na *Carta a Henry Dix-Hutton*, de 28/6/1857: “... posso somente vos dizer que, seu [do Sr. de Lombrai] primeiro manuscrito tendo ridiculamente exagerado o ascendente da Humanidade sobre seus órgãos, a ponto de reduzir os grandes homens ao puro automatismo, recoloquei-o vigorosamente no caminho verdadeiro, de tal modo que ele talvez tenha exagerado no sentido inverso. Uma apreciação tão delicada quanto aquela da verdadeira influência do Grande-Ser sobre suas personificações e da parte necessariamente própria destas pode facilmente suscitar desvios que não têm gravidade no ensaio de um discípulo, (...). Esta difícil questão será sistematicamente tratada no meu volume do próximo ano. (...). Sempre submetidos à prioridade de onde tudo lhes vem e respeitoso em relação à posteridade que os julgará, os grandes homens podem freqüentemente ser dispostos, sobretudo nas principais transições, a desdenhar, e mesmo desprezar, salvo exceções individuais, o público, quando ele os entrava ao invés de os secundar, embora eles devam sempre o amar, chorá-lo e o servir, dominando-o em nome do futuro e do passado.” (*Correspondência VIII*, p. 503-504). Note-se o elitismo, conforme já comentamos na nota 81, acima. Sobre a relação entre a humanidade e o indivíduo, ver também a nota 264, adiante.

<sup>229</sup> “Em cada fase ou modo qualquer de nossa existência, individual ou coletiva, deve-se sempre aplicar a fórmula sagrada dos positivistas: o *Amor por princípio*, a *Ordem por base*, e o *Progresso por fim*. A verdadeira unidade é constituída enfim, portanto, pela religião da Humanidade. Esta única doutrina verdadeiramente universal pode ser indiferentemente caracterizada como a religião do amor, a religião da ordem, ou a religião do progresso, conforme se aprecie sua aptidão moral, sua natureza intelectual, ou sua destinação ativa. (...) Já caracterizei assaz aqui o único modo sintético que pode plenamente satisfazer às duas condições fundamentais [intelectual e afetiva, crer e amar] da unidade. Para acabar de o apreciar, devo agora considerá-lo em relação à destinação da religião, e em seguida quanto à sua composição. A unidade pessoal e a unidade social constituem a dupla finalidade da religião. Ora, em relação a cada uma delas, torna-se fácil de reconhecer que a síntese fundada sobre a Humanidade é a única completa e durável, como sendo a única verdadeiramente conforme a nossa natureza.” (p. 65-66).

aparece a expressão *ciência moral*, como já dissemos anteriormente): p. 78-79 (ver o texto acima, na nota 219).

Na seqüência e até o final do capítulo Augusto Comte retoma a sua filosofia da história, a história teórica, prática, moral ..., mas que é história das religiões, *ismos*, sistemas, "unidades": "Mas, para completar minha teoria geral da religião, falta-me agora, como inicialmente anunciei, caracterizar sumariamente a longa e difícil iniciação que o estabelecimento da verdadeira unidade exigia. (...). Ela é igualmente exigida pela natureza intelectual e pela fonte moral da verdadeira religião." (p. 79).

Amalgamador, sistematizador, unificador, moral, religião. História dos *ismos*, que são sínteses, na direção da síntese positiva, na direção da harmonia ou religião positiva. A imbricação, a quase sinonímia entre moral e religião é óbvia. No *Catecismo positivista* a moral será dita *núcleo* ("domínio essencial") da religião.

Fetichismo, teocracia, três transições (mental, prática, moral, isto é, politeísmo grego, romano e católico<sup>230</sup>), e, enfim, a síntese subjetiva da harmonia ou religião positiva. Terminada a preparação, nada mais impede a preponderância do sentimento social: "Sua [do fetichismo e do positivismo] inteira concordância resolve a principal dificuldade teórica, consistente em explicar nosso passado para deduzir nosso futuro, de maneira a poder doravante construir nossa verdadeira providência. Ao mesmo tempo, nossa preparação moral se mostra assim terminada, pois, a continuidade completando a solidariedade, nada mais impede agora a preponderância normal do sentimento social." (p. 136).

Tamanho é a imbricação entre religião e moral, que a principal destinação do monoteísmo era "... concernente sobretudo à iniciação moral da humanidade.". "Esta preparação complementar devia sobretudo consistir em uma primeira sistematização da moral universal, que tendeu por toda parte a substituir enfim os deveres aos direitos." (p. 103)<sup>231</sup>.

<sup>230</sup> "O politeísmo grego, o politeísmo romano, e o catolicismo, que se poderia justamente nomear como o politeísmo da idade média, cumpriram suficientemente estas três preparações indispensáveis, mas consagrando a cada uma delas uma cultura demasiado exclusiva." (p. 134).

<sup>231</sup> "A marcha fundamental da iniciação humana marcava, portanto, à idade média uma dupla missão característica, sistematizar a moral, e libertar os trabalhadores. Ora, este grande ofício social exigia inicialmente uma última transformação da religião absoluta, que, primitivamente espontânea e em seguida inspirada, devia então se tornar revelada. Toda a eficácia moral do politeísmo romano dependia de sua destinação política. (...). A moral teológica não podia ser sistematizada sem a unidade sobrenatural, única capaz aí de reunir as doutrinas e de sancionar os preceitos. Emanado do conjunto dos antecedentes intelectuais, o monoteísmo era profundamente reclamado pela situação social, como ponto de chegada normal dos diversos politeísmos, depois que a extinção das

As condições comuns a todos os monoteísmos que tiveram uma verdadeira existência histórica não eram suficientes à destinação moral do monoteísmo ocidental. Este grande ofício dependia sobretudo de uma admirável instituição social, tomada o principal atributo do verdadeiro catolicismo, a separação entre os dois poderes (p. 105). Esta e a sistematização da moral suscitavam constantemente, nas populações católicas, os hábitos universais de discussão e de meditação, os mais próprios para cultivar por toda parte a lógica dos sinais, a partir de sua aplicação contínua às nossas principais especulações (p. 114) <sup>232</sup>.

Imbricada também com a religião e com a moral, está a educação, só que um pouco *depois*, isto é, na seqüência (ao menos lógica), e mais próxima do concreto <sup>233</sup>.

O catolicismo "... fornecia um vago princípio de coordenação mental pela unidade sobrenatural, e uma base impura de disciplina moral pela salvação pessoal." (p. 118). Prefigurava a unidade do positivismo: "A unidade moral assim elaborada pelo teologismo declinante fornecia, na idade média, a imagem antecipada daquela que o positivismo nascente funda hoje." (p. 119). A "... sistematização da moral universal, tomada o apanágio normal de um sacerdócio

nacionalidades fazia sentir a necessidade de uma crença comum, própria a consagrar a fraternidade universal. Para cumprir seu ofício moral, esta extrema transição devia sobretudo se apoiar sobre a vida futura, ..." (p. 104).

<sup>232</sup> "A teologia da idade média estava tão melhor fundada para excluir a ontologia do domínio moral e social, porque o dogma católico tinha verdadeiramente estabelecido a única teoria que pôde dirigir a primeira cultura sistemática, ao menos para a vida privada, base normal da vida pública. Seu verdadeiro criador pôs completamente o princípio geral do antagonismo contínuo entre a natureza e a graça, que era então tão conveniente à teoria quanto indispensável à prática. Marcando para esta a grande luta que caracteriza a vida humana, ele abria àquela o estudo regular de nossa constituição moral. Era o único corretivo normal que comportava o caráter egoísta de toda síntese monotéica, onde não se pode admitir a existência natural das afeições puramente benevolentes sem impedir uma suficiente sistematização, e por seqüência uma verdadeira eficácia. Enquanto que os interesses imaginários permitiam à moral prática disciplinar os interesses reais, a moral teórica podia indiretamente consagrar os bons sentimentos a título de inspirações divinas. Se o positivismo deve, sob um e outro aspecto, superar muito o catolicismo, é unicamente a partir de sua realidade característica, que o conduz a substituir uma tenebrosa unidade moral por uma sã teoria cerebral, abrindo ao espírito científico o antigo domínio da graça, último apanágio do celeste regente." (p. 115). Note-se, pela primeira vez, a distinção entre "moral teórica" e "moral prática". Antecedentes podem ser vistos no *Discurso*, 1844, p. 69-70, onde se fala de "moral teórica" e de "prática" e p. 71, onde se fala de "... conquista prática e teórica do domínio moral, ...". Mas também na separação entre poder teórico e poder prático, e na própria separação entre teoria e prática. Note-se também, nesse trecho da p. 115, que ao "estudo regular de nossa constituição moral" corresponde "uma sã teoria cerebral", isto é, o "Quadro do cérebro ou alma", e substituindo a graça pela ciência.

<sup>233</sup> "Todas as propriedades intelectuais da síntese católica se ligavam à sistematização moral que constituía o principal ofício do sacerdócio independente. Ele foi assim conduzido, desde o início, a fundar um primeiro sistema de educação universal, sempre destinado a dirigir o conjunto da vida humana, suprimindo a base objetiva pela revelação. A moral obteve então o ascendente geral que lhe pertence em nossa existência normal." (p. 117-118).

independente, conduziu então a substituir logo os deveres aos direitos, ..." (p. 120). "Desenvolvendo o elemento mais característico e mais espontâneo da verdadeira força moral, ela [a libertação doméstica do sexo afetivo] anunciava dignamente a preponderância final do amor universal." (p. 121). Por sua vez, "O impulso do proletariado ocidental dispunha a conceber enfim o verdadeiro bem humano como consistindo sobretudo em um digno exercício das afeições benevolentes, domésticas ou sociais, únicos bens capazes de universalidade, e próprios a substituir todos os outros. (...). Ora, uma tal moral era incompatível com o espírito quimérico e o caráter egoísta do teologismo mesmo o mais puro. Ela não podia emanar senão da religião positiva, ..." (p. 123).

Com a sua decadência "A cultura moral, que ela [a idade média] tinha tão dignamente instituído, foi logo bastante abandonada para fazer reacear um irreparável ascendente do materialismo científico e do egoísmo industrial. Uma animosidade unânime se liga sobretudo contra a principal obra-prima da sabedoria humana, a separação católica das duas potências elementares. Assim, enquanto que o ocidente buscava com ardor o desenvolvimento material e o progresso intelectual, ele desdenhava de mais em mais o aperfeiçoamento moral, fundamento necessário de todo verdadeiro melhoramento social." (p. 129).

E o Ocidente só foi preservado da dissolução material pela ditadura espontânea do poder temporal <sup>234</sup>. Como a religião da humanidade supera o sobrenaturalismo e a irreligião, politicamente o positivismo supera os retrógrados e os revolucionários: "Do mesmo movimento científico que garantiu a emancipação ocidental, surgiu enfim uma filosofia, ao mesmo tempo indulgente e enérgica, que concilia radicalmente a ordem e o progresso, combinando o conjunto do futuro com aquele do passado, a partir da inteira substituição do relativo ao absoluto. Ela será assaz caracterizada por sua dupla aptidão a melhor apreciar a idade média do que os mais sistemáticos retrógrados, e a eliminar mais totalmente o teologismo do que os mais audaciosos revolucionários." (p. 133-134) <sup>235</sup>.

---

<sup>234</sup> "Nesta profunda anarquia mental e moral, a sociedade ocidental foi preservada de sua dissolução material pela ditadura espontânea que o poder temporal obteve por toda parte, sob diversos modos, a partir de suas lutas necessárias contra o poder espiritual, que aspirava finalmente à pura teocracia." (p. 130). Ver também na p. 131.

<sup>235</sup> Sobre esta superação ver também nas cartas a *Benedetto Profumo*, de 17/5/1851 (*Correspondência VI*, p. 90), a *Pierre Laffitte*, de 8/8/1851 (p. 132) e a *C. de Blignièrès*, de 11/8/1851 (p. 140). Vejamos também na *Carta a Audiffrent*, de 20/9/1851: "... esta proclamação decisiva, (...): 'Em nome do passado e do futuro, os servidores da Humanidade vêm hoje se apoderar da direção geral dos negócios terrestres, para organizar a verdadeira Providência (...)'". Este tom audacioso

#### 1.4.2. Do surgimento da 7ª ciência ao surgimento da promessa do tratado de moral e da identificação entre moral prática e educação (1854)

Esse período compreende desde o Preâmbulo e os capítulos 2 em diante do *Sistema II* (escritos no 1º quadrimestre de 1852), até o *Sistema IV* (1854), e a *Correspondência* de 1852 a 1854 <sup>236</sup>.

No Preâmbulo e nos capítulos 2 em diante do *Sistema II* existem 237 referências explícitas à moral.

Em continuidade com o *Discurso preliminar* e com o cap. 1º, estamos sob a religião da Humanidade <sup>237</sup>. E em continuidade com a *Introdução fundamental*, que explicitou a *Classificação positiva das 18 funções interiores do cérebro ou Quadro sistemático da alma*, doravante tudo tem que estar especialmente de acordo com a natureza humana interpretada positivamente, isto é, com o *Quadro* <sup>238</sup>. Tudo tem que estar de acordo com a “teoria cerebral” (p. 271), com a “teoria positiva da natureza humana” (p. 272, 404), com as “leis gerais da natureza humana” (p. 400), com a “sã teoria cerebral” (p. 400, 437).

---

tranqüilizará logo os conservadores sinceros e judiciosos que notaram que a divisa dos anarquistas é *Deus e o povo*, como aquela dos retrógrados era já *Deus e o Rei*.” (p. 164-165). No *Discurso preliminar*, em 1848, o acento era sobretudo contra Deus e o rei: *Sistema I*, 1851, p. 126-127. Vejamos também na *Carta a Lewes*, de 12/4/1848: “Reorganizar sem deus nem rei, tal é problema posto pela situação: somente nós o resolvemos: ...” (*Correspondência IV*, p. 149). Ver a nota 81, acima.

<sup>236</sup> Para conferir as 1.473 referências à moral, ver os Apêndices 10 (1.219 vezes) e 11 (254 vezes), no CD que acompanha este trabalho.

<sup>237</sup> “Explicado inicialmente no meu discurso preliminar, e em seguida confirmado a partir do primeiro capítulo deste volume, este dogma [da Humanidade] fundamental será diretamente estabelecido no quarto volume, quando o terceiro tiver suficientemente estudado sua preparação histórica. Mas ele já está assaz exposto para que eu possa aqui constituí-lo em unidade completa da síntese positiva, tanto afetiva quanto especulativa e ativa. (...). Uma tal unidade positiva, igualmente objetiva e subjetiva, cumpre melhor, portanto, as condições morais do que jamais o puderam fazer seus diversos precursores teológicos, ...” (p. 368-369). Na *Carta a C. de Blignières*, de 4/1/1852, “... o ponto de vista religioso, ...” é o “... único que abraça e domina toda a existência.” (*Correspondência VI*, p. 207-208).

<sup>238</sup> “Mas, assim como a mulher obterá seu justo ascendente, o sacerdócio poderá desenvolver enfim sua legítima influência, a partir da única religião capaz de abraçar toda a natureza humana, tanto coletiva quanto individual. Uma teoria verdadeiramente positiva servirá de guia habitual à sua ação sistemática sobre nosso aperfeiçoamento moral, desde então diretamente relativo, na sociedade como na família, às inclinações benevolentes cuja existência era desconhecida, ou mesmo negada, pelas sínteses anteriores.” (p. 214-215).

Continua-se a perspectiva de sistematizar o preexistente: “Enquanto durou a evolução preparatória, que tendeu mais a desenvolver nossas forças do que as regradar, (...). Mas (...) pelo regime final, que, destinado sobretudo a disciplinar forças preexistentes, ...” (p. 271-272). Neste sentido, “O positivismo vem somente sistematizar o estado definitivo que resulta espontaneamente do conjunto da preparação humana.” (p. 346), e “Sob todos os aspectos se deve evitar cuidadosamente, portanto, a tendência metafísica que dispõe a confundir o advento sistemático das diversas instituições humanas com seu desenvolvimento espontâneo, sempre tão antigo quanto nossa civilização. O espírito positivo prescreve ao novo sacerdócio conceber, ao contrário, toda sistematização como fundada sobre uma longa preexistência empírica. No fundo, a constituição própria do verdadeiro poder espiritual, aquele que modifica as vontades sem comandar os atos, deve sempre ser essencialmente a mesma. Mas ela não pôde se tornar plenamente sistemática senão bem tarde, libertando-se suficientemente das ficções místicas que dissimulavam sua destinação social. Ela é, portanto, hoje, mais direta e mais completa, desde então mais apreciável. Mas, após tê-la assim apanhado no caso mais favorável à sua verdadeira manifestação, podemos e devemos transportar esse tipo a todas as eras anteriores, a fim de esclarecer o seu estudo positivo. Uma potente consideração moral confirma logo esta obrigação racional, impondo ao sacerdócio positivista uma generosa solidariedade em relação ao conjunto de seus predecessores teologistas, e mesmo fetichistas.” (p. 354-355) <sup>239</sup>.

Nesse processo de sistematização, o papel do intelectual é indispensável: “O poder do sacerdócio é, sem dúvida, essencialmente intelectual. Ele repousa sempre sobre o conhecimento especial da ordem universal, (...). (...) O sacerdócio se liga assim à vida civil pelas leis físicas que ela aplica diariamente, e à existência doméstica pelas leis morais que ela faz constantemente sentir: ele liga umas às outras pelas leis intelectuais, que constituem seu próprio domínio.” (p. 312). Ele é o organizador da unidade <sup>240</sup>.

<sup>239</sup> Note-se, porém, no “podemos e devemos transportar esse tipo a todas as eras anteriores”, a possibilidade de inverter a ordem do processo. Na *Carta a Jacquemin*, de 12/2/1852, ele diz que “... na sistematização deste dever moral [da viuvez eterna], não fiz realmente senão proclamar e regradar as tendências fundamentais da natureza humana.” (*Correspondência VI*, p. 448).

<sup>240</sup> “Pois ele [o intelecto] se toma assim [isto é, subordinando-se à sociabilidade] o organizador de nossa verdadeira unidade, tanto coletiva quanto individual. Embora ele deva fundá-la sobre uma dupla base exterior, é dele que depende a apreciação objetiva que a fornece a nós. Sistematizando as leis físicas, (...). A sistematização das leis morais (...). Estudando sua própria constituição, ele reconhece a consistência que o ascendente do exterior lhe fornece e a assistência que ele deve à

Em todos os sentidos, "O progresso é o desenvolvimento da ordem.". Da ordem imposta (espontânea) à ordem assumida consciente e livremente (sistemática) <sup>241</sup>. O amor (coração) esclarecido (inteligência) agindo (caráter), o amante conscientemente realizando a felicidade do amado, eis a perfeição a ser alcançada. Eis o que significa ir construindo a preponderância, sempre ainda a ser atingida, da moral: "Essa preeminência normal da moral sobre a política se tornou, com efeito, a fonte demasiado desconhecida da tendência mais vasta e mais sistemática que distingue as especulações dos modernos sobre a sociedade humana." (p. 316). Trata-se da própria medida do aperfeiçoamento <sup>242</sup>.

Quanto ao estatuto epistemológico, quanto à caracterização da ética ou filosofia moral, quanto à caracterização do tratamento (da *sistematização*) dado à moral, que é vista sob três acepções, trata-se de arte (explicitamente desde o *Discurso*), de ciência independente (explicitamente desde o capítulo 1 do *Sistema II*), da "verdadeira antropologia", da "antropologia propriamente dita", e, ao mesmo tempo, de ciência e arte. É o que veremos na seqüência.

---

impulsão do interior. Então ele sente que seu aperfeiçoamento depende sobretudo de uma digna submissão em relação a este duplo jugo necessário, que ele carrega enfim com uma gratidão crescente. (...). Esta sumária apreciação permite sentir como as leis intelectuais, que completam e coordenam as leis físicas e morais, conduzem enfim a sistematizar a educação humana, principal atribuição do sacerdócio universal." (p. 388). Sobre a educação, nestes capítulos 2 em diante do *Sistema II*, ver também: p. 357, 369ss, 389, 390, 391 e 395-399.

<sup>241</sup> Neste sentido pode ser entendida a identificação entre as leis do dever e da felicidade. A felicidade garantida é apenas aquela decorrente do cumprimento do dever, que, por sua vez, comanda o desenvolvimento da simpatia: "Apenas a sua [do positivismo] realidade característica lhe permite fazer enfim coincidir a lei da felicidade com aquela do dever, consagrando a existência natural dos instintos simpáticos que constituem sua fonte comum. (...). Para cada parte da existência social, (...). Assim concebida, esta existência, primeiro moral, começa necessariamente na família, sob a impulsão materna, primeira fonte de nossa educação." (p. 371-372). A educação faz amar e gozar livremente o determinismo. Sobre a liberdade, nestes capítulos 2 em diante do *Sistema II*, ver também: p. 283, 286, 306 ("Nenhuma coalizão humana podendo persistir assaz se ela não se torna essencialmente voluntária, fiz finalmente abstração aqui de todos os liames artificiais e violentos, para não conservar senão aqueles que são verdadeiramente espontâneos e livres."), 400 ("As leis gerais da natureza humana, sempre sofridas antes de serem conhecidas, fizeram sentir empiricamente por toda parte o quanto a submissão é moralmente superior à revolta. Desde que a sã teoria cerebral permite sistematizar este instinto universal, pode-se reconhecer, mesmo em relação aos animais, que as inclinações das quais depende a obediência voluntária, única verdadeiramente durável, superam em nobreza as tendências indisciplináveis. Além da admirável máxima do grande Comte (*vai-se com um passo mais firme seguindo do que conduzindo*), ...") e 404 (ver este trecho na próxima nota).

<sup>242</sup> "O verdadeiro regime do futuro, fundado sobre a teoria positiva da natureza humana, individual e coletiva, é sobretudo caracterizado pela confiança e pela liberdade, condições normais de uma sábia responsabilidade. Essa garantia contínua deve permanecer essencialmente moral, e não se tornar política senão nos casos extremos, cuja diminuição gradual fornecerá a melhor medida do conjunto do aperfeiçoamento humano." (p. 404).

A moral é a arte mais importante e mais difícil, exclusiva do poder espiritual, suposta pelas outras, pois tem por objeto o próprio homem <sup>243</sup>.

Quanto a ser ciência independente, esta reafirmação será feita nos capítulos 5 (p. 264-265), 6 (p. 363) e 7 (p. 432-439).

O trecho do cap. 5, já transcrito acima (nota 218), justifica o prolongamento em direção à 7ª ciência por causa da existência de mais realidade para além da realidade da sociologia, isto é, por causa da existência da ordem puramente individual.

Trata-se, como se pode ver, de mais complicação e menos regularidade, de mais complicação e mais especialidade, isto é, não mais apenas o grupo como um indivíduo, mas o próprio indivíduo como um todo à parte, o próprio indivíduo enquanto indivíduo. O trecho do capítulo 6 reforça exatamente nesse sentido: "É sobretudo a este título que a ordem puramente individual apresenta realmente uma complicação superior àquela da ordem social, [a saber] porque as perturbações imprevistas participam mais nela; o que me autoriza a erigir seu estudo a sétimo e último degrau enciclopédico." (p. 363).

---

<sup>243</sup> "... a sã filosofia não constitui mais do que a verdadeira poesia uma função puramente especulativa. Se esta recebe e merece, mesmo por excelência, o nome de *arte*, a partir da ação salutar que ela exerce realmente, aquela comporta igualmente uma apreciação semelhante. Estas duas irmãs, normalmente inseparáveis, confundem-se na verdadeira religião, na qual elas fornecem ao sacerdócio a dupla base da arte mais importante e mais difícil, disciplinar assaz as vontades humanas pela convicção e persuasão. Mas, se a ação estética e a influência científica devem se combinar para fundar a arte moral, esta destinação exige também que seu conjunto se complete habitualmente a partir das relações mútuas entre a alma e o corpo. A correspondência nervosa das vísceras vegetativas com a região afetiva do cérebro prescreve às vezes agir sobre as primeiras, a fim de modificar as impulsões morais. Reciprocamente, a saúde física freqüentemente não pode ser restabelecida senão a partir da harmonia cerebral. Em uma palavra, a arte humana não é menos indivisível do que a natureza humana. Todas as suas partes quaisquer devem ser intimamente unidas pelo verdadeiro sacerdócio, que sem isto ficaria sempre inferior à sua grande missão social. Não se deve jamais conceber, portanto, o poder espiritual como puramente contemplativo. Único a poder fornecer bases sistemáticas às artes especiais a partir de seu estudo aprofundado da ordem exterior, ele permanece aliás em posse exclusiva da arte geral suposta por todas as outras, aquela que tem diretamente por objeto o próprio homem. Uma indústria qualquer exige que seu agente seja habitualmente sadio, honesto, enérgico e inteligente. A arte que tende a mantê-lo ou o tornar tal deve ser espontaneamente cultivada por todas as classes. Mas esta prática universal se concentra necessariamente na única corporação que possa sistematizá-la. O governo propriamente dito se toma, a este respeito, um simples auxiliar do sacerdócio, (...). Assim, o melhoramento do mundo exterior suscita uma multidão de indústrias especiais, tão distintas e independentes quanto às leis correspondentes. Mas o aperfeiçoamento direto do agente universal de todas estas artes constitui uma só indústria geral, necessariamente indivisível apesar de sua imensidão, e que se torna o ofício característico do verdadeiro sacerdócio. Teoricamente vistas, as primeiras dependem sobretudo da cosmologia, e a última da sociologia, doravante concebida habitualmente como absorvendo sistematicamente a biologia, a título de introdução." (p. 317-319). Por ter "diretamente por objeto o próprio homem", por cuidar do "aperfeiçoamento direto do agente universal", por constituir uma "indústria geral", a moral, pelo seu lado prático, foi identificada com a educação, a partir de 1854. Nas p. 408-409 Augusto Comte faz remontar a distinção entre "as artes que aperfeiçoam o homem e aquelas que modificam o mundo" ao Sr. Dunoyer.

As “perturbações imprevistas” são o acréscimo da “ordem puramente individual” em relação à “ordem social”. Coisas que, sob a ótica social, são negligenciáveis e negligenciadas, *contingentes*, são *necessárias* da ótica dos indivíduos. Por exemplo, ser mortal, e até morrer das mortes estatisticamente classificadas, importa para o ponto de vista social, mas que se tenha morrido com mais ou menos dor, aceitando ou não a morte, etc., são aspectos que interessam sobretudo aos indivíduos. De algum modo esse novo âmbito revela alguma recuperação do indivíduo em relação ao grupo. Mas não se trata de ciência de cada indivíduo concretamente. Augusto Comte segue Aristóteles, no sentido de que não é possível ciência do concreto individual. Trata-se ainda, apesar de ser um âmbito menos abstrato e mais concreto do que o da sociologia, de abstração, de abstrações. Desce-se da “sociedade” e da “humanidade” para o “homem”, para “o homem propriamente dito”, para a “natureza humana”, para a “nossa natureza individual”, enfim, da “sociologia” para a “antropologia”, como aparece nos trechos do capítulo 7. Como se via o coletivo como um indivíduo, agora se vê o indivíduo abstratamente. De algum modo cada indivíduo é uma ou a humanidade, representa a humanidade.

O 1º trecho do capítulo 7 liga e situa esse prolongamento da realidade e da ciência em relação ao *Discurso preliminar*, à “teocracia inicial”, e ao futuro “resto deste tratado”<sup>244</sup>.

---

<sup>244</sup> “... a [a ordem humana] dividir definitivamente em seus dois modos necessários, um coletivo, outro individual, que constituem respectivamente a existência social e a existência moral. O primeiro capítulo deste volume tendo introduzido esse complemento normal de minha hierarquia enciclopédica, o último deve irrevogavelmente estabelecer esse aperfeiçoamento capital, do qual o resto deste tratado suscitará a aplicação contínua, sobretudo implícita. Essa concepção final de sete degraus enciclopédicos ao invés de seis se encontra espontaneamente anunciada no meu discurso preliminar, a partir do plano geral de educação positiva, cujo curso setenal termina por um ano de moral sucedendo ao ano de sociologia. Uma tal fonte, diretamente relativa à destinação religiosa da sã filosofia, não pode deixar nenhuma dúvida essencial sobre a realidade e a oportunidade dessa extrema modificação. Mas sua validade se encontra confirmada pela feliz concordância que uma tal terminação enciclopédica estabelece naturalmente entre a sabedoria sistemática que caracteriza a razão moderna e o admirável instinto do gênio antigo. A venerável teocracia inicial, prolongada por muito tempo pelos oráculos sacerdotais próprios ao regime grego, proclamava, há quarenta séculos, o conhecimento do homem como a verdadeira finalidade de toda nossa ciência. Após a imensa preparação objetiva que nos separa deste luminoso aforisma, a síntese subjetiva nos recoloca aí irrevogavelmente, oferecendo ao mesmo tempo o resumo de uma e o princípio da outra. Pois o homem propriamente dito, considerado em sua realidade fundamental, e não a partir dos sonhos materialistas ou espiritualistas, não pode ser compreendido sem o conhecimento prévio da humanidade, da qual ele depende necessariamente. Seria supérfluo, aliás, motivar aqui a subordinação necessária, já familiar ao leitor, da existência social em relação à ordem vital e à ordem material. Desde então, subdividindo esta última convenientemente, obtém-se os sete degraus essenciais, matemático, astronômico, físico, químico, vital, social, e enfim moral, que compõem

Note-se que se trata de uma sistematização recuperadora daquilo que espontaneamente já estava contido na “teocracia inicial”, e que foi suspenso durante algum tempo pela necessidade da “imensa preparação objetiva”. A “síntese subjetiva” repropõe “a verdadeira finalidade de toda nossa ciência”, isto é, “o conhecimento do homem”, do “homem propriamente dito, considerado em sua realidade fundamental”.

Apesar da classificação setenal, são possíveis outras classificações, como a dual (cosmologia e sociologia) do final desta citação (nota 244). O que, por outro lado, coloca ou mantém, uma certa hesitação, uma certa ambigüidade entre a sociologia e a moral. Na citação do capítulo 5 já apareceu uma restrição em relação ao prolongamento, que é indispensável apenas quanto “às principais noções”: “... prolongar o estudo da ordem humana até a ordem puramente individual, o que não se torna indispensável senão em relação às principais noções.” (p. 264). Por sua vez, o capítulo 6 já colocara esta classificação dual, chamando a sociologia de ciência final, estudada nos dois últimos anos da educação sistemática <sup>245</sup>.

Agora, o 2º trecho do capítulo 7 reafirma a classificação binária (cosmologia e sociologia) <sup>246</sup>.

Os trechos 3-5 respondem a duas objeções em relação ao prolongamento. A 1ª objeção, que diz não haver a necessidade de prolongar, é respondida no 3º trecho <sup>247</sup>.

doravante minha grande escala enciclopédica. Concentrada tanto quanto possível, ela é verdadeiramente redutível ao simples dualismo entre a cosmologia e a sociologia.” (p. 432-433).

<sup>245</sup> “Todavia, já reconheci que, na educação positiva, uma tal introdução [a cosmologia] absorverá sempre mais tempo do que o estudo direto da ciência final à qual pertencem somente os dois últimos anos do noviciado setenal. Mas, uma vez saída dos muros escolares, a inteligência restabelecerá logo o equilíbrio normal indicado, há quarenta séculos, pela sabedoria teocrática. Pois a sociologia, absorvendo a biologia como preâmbulo e a moral como conclusão, prevalecerá necessariamente sobre o conjunto da cosmologia, inicialmente no seio do sacerdócio, e em seguida na razão feminina e popular. Somente as exigências práticas conduzirão os chefes temporais ao desenvolvimento especial das partes da cosmologia que forem ligadas às suas operações industriais, ...” (p. 369).

<sup>246</sup> “Quanto à fusão dos três degraus orgânicos, é suficiente para isto conceber a sociologia como absorvendo a biologia a título de preâmbulo e a moral a título de conclusão. Este puro dualismo filosófico se tornará finalmente a noção mais usual a partir da qual a sabedoria teórica sistematizará a sabedoria prática. Todas as subdivisões do termo cosmológico, ou mesmo aquelas do termo sociológico, convêm mais à preparação didática do que à vida real, na qual a ciência tem tanta necessidade de ser condensada. Todavia, a segunda classe de distinções importa mais do que a primeira. Mas então, se aí se separa do meio termo um dos dois extremos, convém separar também o outro. Pois a divisão entre a sociologia e a moral não é, no fundo, menos real nem menos útil do que aquela da biologia em relação à sociologia, embora o empirismo científico não permita hoje a apreciar tanto. Ambas são convenientes quando se quer representar, não o estado estático da ciência real, mas sua evolução dinâmica, começando pela cosmologia, e caminhando da biologia à sociologia, para chegar na moral. (...). Qualquer que seja, contudo, a eficácia do modo quaternário que acabo de caracterizar, a concepção enciclopédica será sempre empregada mais em sua constituição binária.” (p. 433-434).

Como se vê, a necessidade se justifica no sentido de constituir uma ou a ponte para o concreto (“Se não se conduzisse uma tal série até essa terminação normal, as noções concretas não poderiam se ligar assaz nela.”)<sup>248</sup>, para a religião<sup>249</sup>, e no sentido de fechar o círculo entre o começo (“sabedoria sacerdotal”, “geometria”) e o fim (“razão filosófica”, “moral”).

O 4º trecho começa a responder a 2ª objeção, mais grave, que diz que basta a biologia para tratar do homem individual<sup>250</sup>.

Esta objeção não procede, segundo Augusto Comte, porque os biólogos, teóricos ou práticos (isto é, os médicos), “... não estudam em nós senão o

<sup>247</sup> “Para acabar de esclarecer uma noção enciclopédica sobre a qual não devo retornar mais, convém apreciar sumariamente as duas objeções essenciais que esta subdivisão final da ordem humana em coletiva e individual suscita inicialmente. Em primeiro lugar, ela parece muito pouco pronunciada, comparativamente aos outros degraus da hierarquia setenal. (...) Um uso insuficiente ainda não pôde fazer apreciar esta separação final da existência moral propriamente dita em relação à simples existência social. Mas se reconhecerá logo que este último degrau da grande escala teórica se encontra plenamente comparável à maior parte dos precedentes. Quando o introduzi, indiquei assaz que ele resulta diretamente de um extremo prolongamento enciclopédico do princípio universal de minha classificação positiva, a partir da generalidade decrescente e da dependência crescente. Vê-se agora que esta última parte da série abstrata não tem menos importância do que as precedentes. Se não se conduzisse uma tal série até essa terminação normal, as noções concretas não poderiam se ligar assaz nela. Ela oferece assim a vantagem incomparável de conduzir o desenvolvimento especulativo em direção à sua destinação religiosa, completando a elaboração enciclopédica por uma doutrina sagrada, em relação à qual só os pedantes discutirão sempre se é uma arte ou uma ciência. A escala da ordem se torna assim mais conforme àquela do progresso; de tal modo que a síntese humana, ao mesmo tempo especulativa, ativa e afetiva, encontra-se realmente aperfeiçoada. Desde então, o termo inicial da sabedoria sacerdotal pode ser diretamente combinado com aquele da razão filosófica, se se suprime todos os intermediários instituídos por uma transição contínua de um a outro. Um eminente pensador moderno, o débil e infeliz Pascal, fornecerá sempre um memorável exemplo dessa conciliação espontânea entre a geometria e a moral, antes mesmo que seus liames enciclopédicos fossem suficientemente apreciáveis.” (p. 435-436).

<sup>248</sup> Na *Sétima [8ª, segundo R. T. Mendes] confissão anual*, de 28/5/1852, ele diz que “Colocando a moral no cume da hierarquia teórica, assim mais bem unida à hierarquia prática, consolido a condensação do positivismo, tanto abstrato quanto concreto, em nossa máxima fundamental: *viver para outrem*.” (*Correspondência VI*, p. 288).

<sup>249</sup> “Ela oferece assim a vantagem incomparável de conduzir o desenvolvimento especulativo em direção à sua destinação religiosa, completando a elaboração enciclopédica por uma doutrina sagrada, em relação à qual só os pedantes discutirão sempre se é uma arte ou uma ciência.” Note-se que a moral é, finalmente, ao mesmo tempo, ciência e arte. Isso foi explicitado a partir do *Catecismo positivista*.

<sup>250</sup> “Em segundo lugar, uma concepção demasiado vaga da biologia conduz a representar o estudo de nossa existência individual como já compreendido na teoria geral da vitalidade. Mas os princípios estabelecidos pelo volume precedente me permitem esclarecer aqui rapidamente esta objeção nova, mais grave do que a primeira. Embora os biólogos propriamente ditos, teóricos ou práticos, sempre aspirem conhecer o homem para o modificar, esta dupla pretensão nunca se realiza, a não ser por exceção. Pois ela é diretamente incompatível com a irracional negligência destes grosseiros pensadores em relação às principais características da verdadeira natureza humana. No fundo, eles não estudam em nós senão o animal e não o homem, cujos atributos essenciais lhes restam habitualmente desconhecidos, mesmo mais do que ao vulgar iletrado, a partir de suas preocupações corporais. Nossos pretensos médicos não constituem realmente senão veterinários, (...). Os jovens membros desta classe transitória começam a sentir dignamente sua falsa posição mental e moral, que não pode cessar senão pela reintegração normal de um tal serviço ao ofício sacerdotal, do qual ele se destacou outrora.” (p. 436).

animal e não o homem, cujos atributos essenciais lhes restam habitualmente desconhecidos, ...". Esta situação só se resolve a partir da reintegração na religião: "Os jovens membros desta classe transitória começam a sentir dignamente sua falsa posição mental e moral, que não pode cessar senão pela reintegração normal de um tal serviço ao ofício sacerdotal, do qual ele se destacou outrora."

O 5º trecho continua a resposta. Independente da medicina, a biologia é ainda mais geral, tratando da vida em geral, de todos os seres vivos, e não do homem individual, do "homem propriamente dito"<sup>251</sup>.

Como vemos, trata-se de antropologia (estudo do homem), da "verdadeira antropologia", mas, "à qual é preciso conservar seu nome sagrado de moral". Trata-se da "verdadeira ciência final, isto é, a moral", que "pode sistematizar o conhecimento especial de nossa natureza individual".

A biologia e a sociologia fornecem a "base dedutiva" da moral. O 6º trecho retoma as "perturbações individuais" como "indicações próprias" (*objetos próprios*) da moral<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> "A partir das explicações científicas do volume precedente, a verdadeira biologia não tem por objeto de nenhum modo o conhecimento individual do homem, mas somente o estudo geral da vida, vista sobretudo no conjunto dos seres que a vivem. Ela constitui um preâmbulo necessário, primeiro para a teoria da ordem social, imediatamente subordinada à ordem vital, e enfim quanto à verdadeira apreciação do homem propriamente dito, do qual todos os atributos essenciais são então conhecidos. Esta conclusão normal do dogma positivo se encontra hoje irracionalmente despedaçada entre três classes de pensadores, os médicos que não estudam senão o corpo, os filósofos que crêem estudar o espírito, e os padres que estudam sobretudo o coração. Resulta desta depiorável separação que nenhuma destas três espécies de inteligência compreende realmente a natureza humana cujo conjunto permanece necessariamente indivisível, apesar de nossas separações anárquicas. Mas meu eminente precursor Gall abriu enfim a via que, preparada por Cabanis e Leroy, devia chegar a sistematizar o verdadeiro estudo do homem, combinando irrevogavelmente o conhecimento positivo da alma com aquele do corpo. Nem os médicos nem os padres já compreenderam suficientemente a importância de uma tal revolução científica. Ela não era apreciável antes que minha fundação da sociologia tivesse terminado a preparação enciclopédica que o surgimento sistemático da verdadeira antropologia exigia, à qual é preciso conservar seu nome sagrado de moral. Esta condição final estando desde então cumprida, e tendo já me conduzido a construir subjetivamente a sã teoria cerebral, o sétimo e último degrau da grande hierarquia abstrata se torna tão caracterizado quanto todos os outros. Ele difere dos dois precedentes nisto que ele os combina intimamente. Como a biologia apenas esboça o estudo da existência humana, a partir daquele das funções vegetativas e animais, só a sociologia faz em seguida conhecer nossos atributos intelectuais e morais, que não se tomam suficientemente apreciáveis senão em seu desenvolvimento coletivo. Desde então, a verdadeira ciência final, isto é, a moral, pode sistematizar o conhecimento especial de nossa natureza individual, segundo uma combinação conveniente entre os dois pontos de vista, biológico e sociológico, que aí se juntam necessariamente." (p. 437-438).

<sup>252</sup> "Além desta base dedutiva, ela exige diretamente, como toda outra ciência, indicações que lhe são próprias, e em relação às quais o instinto popular ou a razão feminina nunca esperaram as indicações filosóficas ou sacerdotais. Uma tal necessidade dela resulta especialmente de que a ciência precedente faz essencialmente abstração das reações contínuas entre o físico e o moral do homem, a partir das relações necessárias das vísceras vegetativas com os órgãos afetivos. Com efeito, estas perturbações individuais não alteram sensivelmente a existência coletiva, e nela se fazem tanto menos sentir quanto ela se desenvolve mais. Sua mútua neutralização entre os diversos

As “perturbações individuais” são “reações contínuas entre o físico e o moral do homem”, abstraídas até a sociologia (mais tarde se diz até a moral). Sendo o objeto próprio da 7ª e última ciência, elas são o acréscimo em relação à sociologia: “Eis sobretudo por que a antropologia propriamente dita é ao mesmo tempo mais especial e mais complicada do que a própria sociologia. Todavia, qualificando-a de moral, se se dispõe felizmente a nunca procurar nela senão as bases normais da conduta humana, ...”.

No 7º trecho do capítulo 7, Augusto Comte transfere a consideração da “existência moral propriamente dita” para o *Sistema IV*: “A partir desta irrevogável subdivisão da ordem humana em coletiva e individual, devo agora lhe aplicar especialmente os princípios gerais que expus anteriormente sobre a teoria positiva da modificabilidade. Mas continuarei, contudo, a considerar mais a existência social do que a existência moral propriamente dita, como convém a este volume. Esta última deverá prevalecer, ao contrário, no tomo final, no qual tratarei diretamente de nosso regime normal, que depende sobretudo do coração; ...”<sup>253</sup> (p. 439).

Finalmente, no 8º e último trecho, ele se reserva o direito a uma classificação ternária (ordem cosmológica, ordem vital e ordem humana), cujo último termo junta a sociologia e a moral. E faz reaparecer a ambigüidade, como que minimizando o prolongamento: “... convém aqui empregar sobretudo o modo quaternário que acabo de caracterizar, no qual a ordem universal se divide em material, vital, social, e enfim moral. Todavia, reservo-me também preferir, quando julgar oportuno, a simples série ternária, que resulta da reunião normal destes dois últimos termos sob o título comum de ordem humana. Estabelecendo sua separação final, quis me propiciar novos recursos para facilitar o desenvolvimento das mais altas concepções teóricas, sem instituir jamais entraves pedantescos, a partir de uma cega e pueril uniformidade lógica.” (p. 439).

---

indivíduos não deixa subsistir senão, em sociologia, a influência permanente dos atributos verdadeiramente coletivos, mesmo quando se limitasse aí à simples solidariedade objetiva. Mas estes fenômenos devem ainda menos afetar o estudo da continuidade subjetiva, que prevalece de mais em mais em relação à ordem social. Pois eles se neutralizam mais na sucessão das gerações do que na combinação dos indivíduos ou das famílias. Eis sobretudo por que a antropologia propriamente dita é ao mesmo tempo mais especial e mais complicada do que a própria sociologia. Todavia, qualificando-a de moral, se se dispõe felizmente a nunca procurar nela senão as bases normais da conduta humana, descartando inexoravelmente as especulações ociosas, que seriam, com efeito, as mais difíceis de todas.” (p. 438-439).

<sup>253</sup> No *Sistema IV*, porém, conforme já nos referimos, ele dirá que nele ela devia ter prevalecido, mas não prevaleceu suficientemente: “... após ter separado a moral, cujo acontecimento, surgido de meu trabalho, não pôde prevalecer suficientemente nele.” (p. 229).

Terminado o *Sistema II*, Augusto Comte escreveu o *Catecismo positivista* (escrito de 6 a 9/1852 e publicado em 10/1852, usa 257 vezes o termo "moral" ou derivados), direcionado aos proletários e às mulheres. Trata-se de uma nova sistematização, que já constitui, por isto mesmo, novidade. Mas que contém também algumas novidades específicas: as explicitações no sentido de que a moral é o domínio essencial da religião, de que ela é também ciência do indivíduo e ciência do sentimento, de que ela é ao mesmo tempo ciência e arte; a continuidade da separação da moral em teórica e prática; o reaparecimento da negação ou diminuição da liberdade.

Aristóteles falava de atualização das potências. Augusto Comte fala de "sistematização": "... a necessidade de cada fase enciclopédica [anterior] para a sistematização moral à qual é sobretudo destinada esta imensa construção teórica." (p. 106); de "sistematização" a partir de uma "filiação": "Embora o meu sexo não possa jamais seguir os detalhes de uma tal filiação, ele deve compreender hoje sua possibilidade geral, a fim de se assegurar assim de que a moral sistemática comporta fundamentos verdadeiramente inabaláveis." (p. 106).

Passa-se dos "conhecimentos espontâneos" aos "estudos sistemáticos", dos "resumos empíricos" às generalizações e coordenações <sup>254</sup>. Assim foi o processo de formação de todas as ciências. Assim ocorreu com a sociologia: "Minha ignorância tendo me preservado dos dogmas clássicos sobre nossa natureza, pude melhor apreciar a realidade das noções morais empregadas pela

---

<sup>254</sup> "Este embaraço [isto é, da sociologia precisar da moral, apesar da subordinação objetiva desta àquela] muito legítimo se dissipará, minha filha, prestando atenção aos conhecimentos espontâneos que por toda parte precedem e preparam os estudos sistemáticos. A ciência constitui sempre um simples prolongamento da sabedoria comum. Ela jamais cria realmente alguma doutrina essencial. As teorias se limitam a generalizar e a coordenar os resumos empíricos da razão universal, a fim de lhes propiciar uma consistência e um desenvolvimento que eles não poderiam adquirir de outro modo. Uma tal conexão convém mais aos estudos morais, que, embora não podendo ser sistematizados senão em último lugar, por causa de sua complicação superior, forneceram sempre, em virtude de sua importância preponderante, o principal alimento das meditações comuns, sobretudo femininas. Desta cultura empírica surgiram logo noções preciosas, apesar de sua incoerência, que não foram até agora desdenhadas pelo gênio sistemático senão por falta de poder representá-las suficientemente nas suas teorias teológicas ou metafísicas. É ao positivismo, único capaz de abraçar o ponto de vista social, que estava reservada a generalização e a coordenação delas, após ter fundado a última ciência preliminar. Mas sua aptidão para as sistematizar lhe permitindo apreciá-las dignamente apesar dos preconceitos filosóficos, ele pôde primeiro as utilizar assaz para construir enfim a sociologia. Se examinardes como o conhecimento da natureza humana é habitualmente empregado em sociologia, reconheceréis logo que nela não se faz verdadeiro uso senão deste estudo espontâneo, muito mais real do que todas as especulações morais dos filósofos anteriores. Este esboço empírico pode ser suficiente, com efeito, às concepções sobre a existência coletiva, antes que tenha sido feita a sistematização que só a ciência final deve lhe proporcionar." (p. 133).

sociologia, e reconhecer sua coincidência com os resultados espontâneos devidos à razão comum.” (p. 134). E assim ocorre com a moral <sup>255</sup>.

Mesmo a máxima moral do positivismo é uma sistematização do instinto universal: “Assim, o positivismo, reduzindo toda a moral humana a *viver para outrem*, limita-se realmente a sistematizar o instinto universal, após ter elevado o espírito teórico até o ponto de vista social, inacessível às sínteses teológicas ou metafísicas.” (p. 223) <sup>256</sup>. Mais ainda, “ela resulta” <sup>257</sup>. E assim como ela é sistematização do instinto universal, também permanece como dever para o futuro: “Assim, minha filha, este aperfeiçoamento moral [condensar toda a sã moral na lei *Viver para outrem*, consagrando a justa satisfação permanente dos diversos instintos pessoais] constituirá sempre o principal objeto da arte humana, cujos esforços contínuos, individuais e coletivos, nos aproximam de mais em mais, sem poder jamais o realizar completamente. Esta solução crescente repousa unicamente sobre a existência social, a partir da lei natural que desenvolve ou comprime nossas funções e nossos órgãos conforme seu exercício ou seu desuso.” (p. 64).

A religião se consolida como unidade (sistematização) maior, como o amálgama (dor) maior. Ela é unidade, e, como religião da Humanidade, o é duplamente, pois “... o dogma da Humanidade fornece ao conjunto de nossas

---

<sup>255</sup> “Para fundar diretamente a ciência final, é suficiente, minha filha, sistematizar convenientemente a decomposição que esta sabedoria universal percebeu logo no conjunto da existência humana, distinguindo nela o sentimento, a inteligência e a atividade. Apreciável, sob diversas formas, junto aos mais antigos poetas, esta análise fundamental é completada empiricamente aí pela divisão geral de nossas inclinações em pessoais e sociais. (...) Tal é o domínio natural cuja sistematização e desenvolvimento constituem a destinação essencial da ciência moral.” (p. 134).

<sup>256</sup> Vejamos também nas p. 225-226: “A sabedoria antiga resumiu a moral neste preceito: *Tratar os outros como desejaria ser tratado*. Por mais preciosa que foi então esta prescrição geral, ela se limitava a reger um cálculo puramente pessoal. Este caráter existe também no fundo da grande fórmula católica: *Amar seu próximo como a si mesmo*. (...) Todavia, comparando este princípio ao precedente, reconhece-se um grande avanço. Pois o primeiro se limitava aos atos, enquanto que o segundo penetra até aos sentimentos que os dirigem. Todavia, este aperfeiçoamento moral permanece muito incompleto, enquanto o amor teológico conserva sua mácula egoísta. Só o positivismo se torna ao mesmo tempo digno e verdadeiro, quando nos convida a *viver para outrem*. Esta fórmula definitiva da moral humana não consagra diretamente senão as inclinações benevolentes, fonte comum da felicidade e do dever.”

<sup>257</sup> “Viver para outrem se torna, portanto, para cada um de nós, o dever contínuo que resulta rigorosamente deste fato irrecusável: viver por outrem. (...) (...) o principal caráter do positivismo. Ele consiste em resumir enfim, em uma mesma fórmula, a lei do dever e aquela da felicidade, até então proclamadas inconciliáveis por todas as doutrinas, embora o instinto público sempre aspirasse a combiná-las. Sua concordância necessária resulta diretamente da existência natural das inclinações benevolentes, cientificamente demonstrada, no século passado, a partir do conjunto dos animais, nos quais as partes respectivas do coração e do espírito são melhor apreciáveis. Além de que nossa harmonia moral repousa exclusivamente sobre o altruísmo, só ele pode nos proporcionar também a maior intensidade de vida. (...) Eis como o bem coincidirá necessariamente com o dever.” (p. 224).

concepções reais a única unidade que elas comportam, e a única ligação da qual temos necessidade.” (p. 83).

Ela (a religião) e a moral incluem a medicina <sup>258</sup>. Ela inclui, em seu “domínio prático”, a função que mais tarde foi atribuída à educação ou moral prática: “Assim, o domínio prático da religião consiste em aperfeiçoar a ordem humana, primeiramente física, depois intelectual, enfim e sobretudo moral.” (p. 203) <sup>259</sup>.

Quanto à sua relação com a moral, às vezes aparece a quase sinonímia, como na citação acima, da inclusão da medicina, mas normalmente a religião inclui a moral.

A moral é a “condição interior da unidade”, isto é, da religião (p. 62). Trata-se da “harmonia moral”, da “unidade moral” (p. 62). Mas recebe dela a dupla base do disciplinamento: “Compreendo, todavia, que seu [da fé positiva] dogma fundamental fornece duplamente uma forte base de disciplina moral, seja subordinando nossas inclinações pessoais a uma potência exterior, seja excitando nossos instintos simpáticos a melhor sofrer ou modificar a fatalidade comum.” (p. 68). Ela domina todas as partes da religião <sup>260</sup>. Ao mesmo tempo em que constitui o domínio essencial dela (p. 203-204).

---

<sup>258</sup> “Vossa definição da religião me satisfará completamente, se puderdes, meu pai, esclarecer assaz a grave dificuldade que me parece resultar de sua demasiado grande extensão. Pois caracterizando nossa unidade, incluístes nela tanto o físico quanto o moral. Eles são, com efeito, tão ligados, que uma verdadeira harmonia não pode jamais se estabelecer quando se quer separá-los. Todavia, não poderia me habituar a incluir a saúde na religião, de maneira a prolongar até na medicina o verdadeiro domínio da moral. (...). A arte humana e a ciência humana são respectivamente indivisíveis, (...). Não se pode mais tratar sadiamente nem o corpo nem a alma, pelo fato mesmo de que o médico e padre estudam exclusivamente o físico ou o moral; sem falar do filósofo que, durante a anarquia moderna, toma do sacerdócio o domínio do espírito deixando-lhe aquele do coração. (...). Esta separação duplamente anárquica deve, portanto, cessar irrevogavelmente, a partir de uma sábia reintegração da medicina ao domínio sacerdotal, (...). O ponto de vista moral é, com efeito, o único próprio para fazer ativamente prevalecerem as prescrições higiênicas, tanto privadas quanto públicas.” (p. 61).

<sup>259</sup> Não por acaso ou coincidência Augusto Comte já afirmara, na p. 167, que a indústria é a alma do regime (“A poesia constitui a alma do culto, como a ciência aquela do dogma, e a indústria aquela do regime.”). Trata-se de industriabilidade, de construção: o regime privado, isto é, pessoal e familiar, constrói o homem, enquanto que o regime público trabalha o mundo, a natureza. Sobre a educação, espontânea até aos 14 anos, e sistemática até aos 21, ver nas p. 208ss.

<sup>260</sup> “... a divisão geral da religião, (...). Esta decomposição resulta, minha filha, de uma justa apreciação da existência total que a religião deve dirigir. O dogma, o culto, e o regime concernem respectivamente aos nossos pensamentos, nossos sentimentos, e nossos atos. É preciso começar a iniciação religiosa pela elaboração teórica, destinada a nos fazer conhecer a ordem fundamental e o Grande-Ser que a modifica. Cultivamos em seguida os sentimentos próprios à existência que nos é assim prescrita. Enfim regramos diretamente cada conduta humana. Eis como a religião positiva abraça ao mesmo tempo nossas três grandes construções contínuas, a filosofia, a poesia e a política. Mas a moral aí domina sempre, seja o desenvolvimento de nossos conhecimentos, seja o impulso de nossos sentimentos, seja o curso de nossas ações, de maneira a dirigir sem cessar nossa tríplice pesquisa do verdadeiro, do belo, e do bom.” (p. 71).

Prosseguindo na tendência já apontada acima, na nota 232, e que foi explicitada em 1854, Augusto Comte continua o processo de divisão da moral em teórica e prática. Ele está passando para a 3ª parte do *Catecismo positivista*, o regime, privado (individual ou pessoal e doméstico ou familiar) e público, deixando o dogma (1ª parte) e o culto (2ª), e diz estar passando da moral teórica para a moral prática: "Passando assim da moral teórica à moral prática, só a inteligência pode determinar quais hábitos devem prevalecer, e mesmo por quais meios eles se estabelecem. Mas este duplo estudo abortaria quase sempre se o sentimento não impelisse a superar constantemente suas altas dificuldades. Daí resultam as partes respectivas do sacerdócio e do sexo afetivo no nosso regime moral." (p. 202).

Na seqüência ele explicita que se trata da "terceira parte de nossa religião", e que se trata ainda, apesar do decréscimo, de "disposições verdadeiramente universais": "O domínio prático da religião se limita, minha filha, às disposições verdadeiramente universais, sem penetrar no cumprimento especial de cada ofício.". Trata-se de trabalhar o "agente humano", o "cooperador", de "aperfeiçoar a ordem humana": "Assim, o domínio prático da religião consiste em aperfeiçoar a ordem humana, primeiramente física, depois intelectual, enfim e sobretudo moral." (p. 203). Deixando a ordem exterior à política e à indústria: "Quanto à ordem exterior, seu melhoramento direto e especial não concerne à religião: ela constitui o domínio próprio da política ou da indústria." (p. 203).

Enfim, o espontâneo é sistematizado pelo sacerdócio, e constitui o domínio essencial da religião: "Assim, meu pai, a moral, considerada como uma arte, difere de todas as outras por sua inteira generalidade. É a única que deve ser universalmente aprendida, porque todas as existências humanas têm igualmente necessidade contínua dela. Seu estudo espontâneo pertence, portanto, a todos, na proporção de sua aptidão natural e de suas luzes empíricas. Mas ela não pode ser sistematizada senão pelo sacerdócio, a partir de suas relações necessárias com o conjunto das teorias reais. É assim que a moral me parece constituir o domínio essencial da religião, primeiro como ciência, depois mesmo como arte." (p. 203-204).

Totalmente imbricada nesse processo, a educação, neste caso a sistemática, no seu 7º e último ano, é dividida, única vez deste modo em Augusto Comte, em teórica e prática <sup>261</sup>.

<sup>261</sup> "... seus [do sacerdócio positivo] diversos meios gerais para fazer sempre prevalecer, tanto quanto possível, a harmonia universal. (...). Todos eles devem resultar, minha filha, do conjunto da

Note-se que a parte teórica funda solidamente “todas as leis essenciais de nossa natureza”, isto é, a antropologia, o “Quadro cerebral”, sobre a sociologia, a biologia e a cosmologia. E que a parte prática, fundada na teórica, estabelece as “verdadeiras demonstrações em relação às regras gerais de conduta próprias a cada caso, ...”, “todos os deveres”, o “conjunto das regras práticas”.

Quanto ao estatuto filosófico, gnoseológico, epistemológico, quanto ao enquadramento do trabalho feito com a moral, trata-se de espontaneidade e de sistematicidade, de prática e teoria, como vimos, e de arte, de ciência, e, ao mesmo tempo, de ciência e de arte.

Se naturalmente, espontaneamente, temos o moral (1ª acepção do termo “moral”), a lei moral (2ª), e a lei moral interiorizada, assumida voluntariamente a partir da *sugestão* ou *imposição* feita pelo exterior (3ª - “submissão voluntária”: p. 103-104), a teorização, a sistematização, a ética ou filosofia moral é feita em termos de arte, de ciência, de arte e de ciência. É neste sentido que se formaram as várias morais referidas por Augusto Comte: moral teológica, moral cristã, moral católica, moral metafísica, moral científica, moral positiva ...

Quanto a ser arte, ela difere de todas as outras artes pela sua inteira generalidade, como já vimos acima, na citação das p. 203-204. Ela é “a arte principal”<sup>262</sup>.

---

educação. A fim de os apreciar melhor, é preciso considerar que o noviciado positivo termina por um ano inteiramente consagrado à moral. Esta instrução final será sempre dividida em duas partes iguais, uma teórica, outra prática. Na primeira, todas as leis essenciais de nossa natureza serão solidamente fundadas sobre o conjunto das noções relativas ao mundo, à vida, e à sociedade. Esta base permitirá estabelecer definitivamente verdadeiras demonstrações em relação às regras gerais de conduta próprias a cada caso, pessoal, doméstico ou cívico. Especificar-se-á aí todos os deveres de cada uma das quatro potências necessárias à providência humana. Estas determinações finais, que resumem a educação positiva, comportam uma grande eficácia, a partir da disposição moral dos iniciados, ainda preservados dos desvios inerentes à vida ativa. O conjunto destas regras práticas apresenta a cada um a dupla destinação de dirigir sua própria conduta e de julgar aquela dos outros.” (p. 214-215).

<sup>262</sup> “Desde a ordem material até a ordem moral, cada ordem se superpõe à precedente, segundo esta lei fundamental, seqüência necessária do verdadeiro princípio hierárquico: *Os mais nobres fenômenos estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros*. É a única regra verdadeiramente universal que o estudo objetivo do mundo e do homem pode nos desvelar. (...). Noteis, com efeito, para completar esta grande lei, que, sob o aspecto prático, ela apresenta a ordem real como de mais em mais modificável, à medida que rege fenômenos mais complicados. O aperfeiçoamento supõe sempre a imperfeição, que por toda parte aumenta com a complicação. Mas vedes também que a providência humana se torna então mais eficaz, dispondo de agentes mais variados. Uma tal compensação permanece, sem dúvida, insuficiente; de modo que a ordem menos complicada é ordinariamente a mais perfeita, embora seja cegamente governada. Todavia, esta lei geral da modificabilidade erige duplamente a moral como a arte principal, seja por sua importância superior, seja também a partir do campo mais extenso que ela oferece à nossa sábia atividade. A prática e a teoria concorrem, portanto, para justificar de mais em mais a preponderância sistemática que o positivismo concede à moral.” (p. 103-104).

Quanto a ser ciência, o *Catecismo positivista* avança com várias explicitações. Na ordem teórica normal se estuda primeiro a sociedade, a humanidade, a sociologia e depois a ciência moral, porque esta deve repousar muito mais sobre a observação dos outros do que de si mesmo, e porque os seus fenômenos são objetivamente subordinados aos das ciências anteriores<sup>263</sup>.

Mas na ordem prática, da atividade, é preciso estudar primeiro os indivíduos, a ciência moral, porque a divindade só age através deles<sup>264</sup>. Deste ponto de vista a hierarquia das ciências começa pela moral, que “institui” as anteriores<sup>265</sup>.

<sup>263</sup> “Com efeito, a mais útil de todas as ciências é também a mais completa, ou melhor, a única completa; pois seus fenômenos compreendem subjetivamente todos os outros, embora eles lhes sejam, por isto mesmo, objetivamente subordinados. O princípio fundamental da hierarquia teórica faz, portanto, prevalecer diretamente o ponto de vista moral como o mais complicado e o mais especial. (...). Ao contrário [do teologismo], o positivismo, não buscando jamais senão a lei para melhor dirigir a atividade, sempre essencialmente social, faz repousar a ciência moral sobre a observação dos outros muito mais do que de si mesmo, a fim de estabelecer noções ao mesmo tempo reais e úteis. Sente-se então a impossibilidade de abordar convenientemente um tal estudo sem ter inicialmente apreciado a sociedade. Em todos os sentidos, cada um depende sem cessar da Humanidade, sobretudo quanto às nossas mais nobres funções, ...” (p. 94).

<sup>264</sup> “Em si mesmo, o estudo direto da Humanidade pode degenerar tanto quanto aquele das ciências inferiores, se se esquece que não é preciso conhecer o Grande-Ser senão para o amar mais e o servir melhor. (...). Concebeis assim por que é que coloco no cume da escala enciclopédica a *moral*, ou a ciência do homem individual. Como o Grande-Ser não funciona jamais senão por órgãos finalmente pessoais, é preciso primeiro estudar estes, para que ele seja convenientemente servido durante a existência objetiva deles, e do que dependerá a influência subjetiva deles.” (p. 93-94). Na p. 81 se diz que “... embora o conjunto da Humanidade constitua sempre o principal motor de nossas operações quaisquer, físicas, intelectuais, ou morais, o Grande-Ser não pode jamais agir senão por órgãos individuais.” Note-se no trecho das p. 93-94 a explicitação que define a moral como a ciência do homem individual. Na p. 131 o seu estudo é dito “estudo sistemático do homem individual”.

<sup>265</sup> “Eis como a moral, concebida como nossa principal ciência, institui de início a *sociologia*, cujos fenômenos são ao mesmo tempo mais simples e mais gerais, (...). *A Mulher*. (...). Sempre julguei o ponto de vista moral mais simples do que o ponto de vista social. *O Padre*. Isto não é devido senão, minha filha, ao fato de terdes até agora procedido mais por sentimento do que por razão; a moral devendo ser mais uma arte do que uma ciência para vosso sexo. (...). (...), esqueceis que a ciência moral, além de todas as influências consideradas pela ciência social, deve apreciar também as impulsões que esta pode descartar como quase insensíveis. São as íntimas reações que se exercem sempre, segundo leis muito pouco conhecidas ainda, entre o físico e o moral do homem. Apesar de sua grande eficácia pessoal, a sociologia não lhes dá uma importância especial, porque seus resultados opostos junto aos diversos indivíduos se destroem essencialmente em relação aos povos. Ao contrário, toda apreciação moral que as negligenciasse nos exporia aos mais graves equívocos, atribuindo à alma o que provém do corpo, ou reciprocamente, (...). (...). Espero que descereis sem esforço de cada ciência à seguinte, sob a mesma impulsão que acaba dos vos conduzir da moral à sociologia, consultando sempre a subordinação natural dos fenômenos correspondentes.” (p. 95). Note-se o retorno das “perturbações individuais” como objeto da ciência moral; o mesmo ocorre também na p. 264 (mais adiante elas são ditas objetos apenas da prática). Acima se explicitou como objeto o indivíduo inteiro (p. 93-94, na nota 264). Mais adiante se acrescenta o sentimento: “Enfim, a sociologia subordina a este duplo fundamento [cosmológico e biológico] o estudo próprio da existência coletiva. Mas, embora esta última ciência preliminar seja necessariamente mais completa do que as precedentes, ela não engloba ainda tudo o que constitui a natureza humana. Pois nossos principais atributos não são assaz apreciados nela. Ela considera essencialmente no homem a inteligência e a atividade, combinadas com todas as nossas propriedades inferiores, mas sem ser diretamente subordinadas aos sentimentos que as dominam. O desenvolvimento coletivo coloca em evidência sobretudo o nosso impulso teórico e prático. Nossos sentimentos não figuram, em sociologia, mesmo estática, senão pelas impulsões que eles exercem sobre a vida comum ou pelas

As "... noções morais compreendem necessariamente todas as outras, que tiramos delas por abstrações sucessivas." (p. 100).

Quanto a moral ser, ao mesmo tempo, ciência e arte, a afirmação é feita no sentido de conseguir a ligação da teoria com a prática, e o retorno daquela para esta, devidamente disciplinada <sup>266</sup>. Trata-se de chegar, tanto quanto possível, à "razão concreta", e ao concreto <sup>267</sup>.

Note-se que a chegada à "razão concreta" faz a junção também da meditação masculina com a contemplação feminina, constituindo "o estado final da razão humana". Esta junção é reafirmada no final do Prefácio: "Nossa filosofia se torna plenamente conforme ao espírito feminino, terminando a escala enciclopédica

---

modificações que eles recebem dela. Suas leis próprias não podem ser convenientemente estudadas senão pela moral, na qual elas adquirem a preponderância devida à sua dignidade superior no conjunto da natureza humana. É isso que dispõe freqüentemente os espíritos pouco sistemáticos a desconhecer a plenitude sintética que caracteriza esta ciência final, que eles restringem demasiado a este principal domínio, em torno do qual devem enfim se concentrar todos os outros." (p. 132).

<sup>266</sup> "Mas, quer se suba quer se desça, o percurso enciclopédico representa sempre a moral como a ciência por excelência, pois ela é ao mesmo tempo a mais útil e a mais completa. É nela que o espírito teórico, tendo perdido gradualmente sua abstração inicial, vem se unir sistematicamente ao espírito prático, após ter acabado todas as preparações indispensáveis. Assim a sabedoria pública, regularizada pelo positivismo, fará respeitar sempre o admirável equívoco, tão lamentado pelos nossos pedantes, que, apenas nela, confunde a arte e a ciência sob uma mesma denominação. Esta confusão aparente propicia à ciência moral um feliz equivalente da disciplina que, por toda parte, previne ou corrige as divagações teóricas próprias da cultura ascendente. Com efeito, a regra geral consiste em restringir cada fase enciclopédica ao desenvolvimento necessário para preparar o degrau seguinte; e reservando ao gênio prático os estudos mais detalhados julgados especialmente convenientes. (...) Ora, essa regra, tão preciosa por toda parte, falha necessariamente em relação à ciência situada no cume da escala enciclopédica. Se as teorias morais fossem tão cultivadas quanto as outras, sua complicação superior as exoria, vista esta indisciplina especial, a divagações mais freqüentes e mais nocivas. Mas o coração vem então guiar melhor o espírito, recordando mais a universal subordinação da teoria à prática, a partir de um título felizmente ambíguo. Os filósofos devem, com efeito, estudar a moral com a mesma disposição das mulheres, [isto é,] a fim de extrair daí as regras de nossa conduta." (p. 100-101).

<sup>267</sup> "... enfim no cume do edifício enciclopédico (...). Embora a ciência moral deva ser a mais difícil de todas, sua cultura empírica é tão familiar ao meu sexo que não lhe inspirará o mesmo receio que as outras. Estou, portanto, satisfeita por chegar convenientemente ao estudo sistemático do homem individual. O *Padre*. Com efeito, minha filha, só este termo necessário de toda a preparação enciclopédica pode preencher tanto o espírito quanto o coração. A ciência moral é mais sintética do que qualquer outra, e sua conexão direta com a prática consolida nela este atributo natural. É unicamente lá que todos os aspectos abstratos se reúnem espontaneamente para construir o guia geral da razão concreta. Desde Tales até Pascal, cada verdadeiro pensador cultivava ao mesmo tempo a geometria e a moral, por um secreto pressentimento da grande hierarquia que devia enfim combiná-las. O nome de *pequeno mundo* que os antigos davam ao homem já indicava quanto o seu estudo parecia próprio para condensar todos os outros. Ela constitui naturalmente a única ciência que pode ser verdadeiramente completa, sem descartar nenhum ponto de vista essencial, como fazem necessariamente cada uma daquelas que lhe servem de base. (...) Por estas abstrações decrescentes, o espírito teórico se encontra assaz preparado para abordar enfim o único estudo que não o obriga mais a nenhuma abstração do essencial no objeto comum de nossas diversas especulações reais. É somente assim que a meditação masculina se une irrevogavelmente à contemplação feminina, para constituir o estado final da razão humana." (p. 131-132).

pela moral, que, como ciência e como arte, constitui necessariamente o estudo mais importante e o mais difícil, resumindo e dominando todos os outros.” (p. 46).

Toda a filosofia moral ou ética comtiana, toda a questão da moral, espontânea e sistemática, prática e teórica, como ciência e como arte, está consubstanciada no “Quadro cerebral” colocado nas p. 138-139.

O termo “ética”, conforme já comentamos na Introdução, só é usado duas vezes por Augusto Comte, e como acróstico, na *Síntese subjetiva I*. Quanto à expressão “filosofia moral”, como já comentamos neste capítulo, ela é usada em contraposição à “filosofia natural”, englobando a sociologia e a moral, e não como sinônimo de ética.

Precisamente desse modo, isto é, englobando a sociologia e a moral, é que a expressão “filosofia moral”, em sinonímia com “ciência final”, aparece no *Catecismo positivista*. E a ambigüidade aumenta enquanto o termo Antropologia é aplicado à Sociologia<sup>268</sup>.

No “quadro A anexo”, que retrata as “concepções humanas” correspondentes aos núcleos de fenômenos da ordem universal, a 1ª parte é “Estudo da Terra ou Cosmologia ...”, e a 2ª é “Estudo do Homem [isto é, antropologia] ou Sociologia ...”, e termina com a identificação “ciência final, ou filosofia moral”, correspondente à “Ordem humana”, que engloba a “sociologia” e a “moral”: “*Estudo do homem ou Sociologia*. Preliminar, ou Estudo geral da ordem vital ..... 3º *Biologia* ..... Final, ou Estudo direto da ordem humana ..... coletiva ..... 4º *Sociologia* (propriamente dita) ..... individual ..... 5º *Moral* ..... [e englobando o 4º e o 5º] *Ciência final, ou filosofia moral* (Ordem humana)” (p. 97).

Discursivamente, como 2ª parte da “filosofia positiva”, e englobando “a estática humana, primeiro coletiva, depois individual.”, a “filosofia moral” reaparece nas p. 104-105<sup>269</sup>.

<sup>268</sup> “Entre estas três primeiras ciências, existe uma tal conexão que o nome da intermediária me serve para designar seu conjunto, no quadro enciclopédico que compus (*veja-se o quadro A anexo*) para vos facilitar a apreciação geral da hierarquia positiva. Pois a sociologia pode ser facilmente concebida como absorvendo a biologia a título de preâmbulo, e a moral a título de conclusão. Quando o termo *Antropologia* for mais e melhor usado, ele se tornará preferível para essa destinação coletiva, pois ele significa literalmente *Estudo do homem*. Mas se deverá empregar durante longo tempo ainda a palavra *Sociologia*, a fim de caracterizar mais a principal superioridade do novo regime intelectual, consistente sobretudo na introdução enciclopédica do ponto de vista social, essencialmente estrangeiro à antiga síntese.” (p. 96).

<sup>269</sup> “... as duas partes desiguais que historicamente compõem o conjunto da filosofia positiva. Esta divisão espontânea consiste em decompor a ordem universal em ordem exterior e ordem humana. A primeira, à qual correspondem a cosmologia e a biologia, constituiu, sob o nome de *filosofia natural*,

Como afirmávamos, o "Quadro cerebral" resume toda a questão comtiana da moral, isto é, a sua filosofia moral ou ética. Trata-se da "concepção positiva da natureza humana", "... das principais noções que a ciência moral deve fornecer sobre nossa verdadeira natureza." (p. 133).

Fundar "a ciência final" equivale a construir o "Quadro cerebral". A "sabedoria universal" distinguiu três partes na existência humana, "o sentimento, a inteligência, e a atividade". Depois se completou dividindo os sentimentos "em pessoais e sociais" (p. 134). Na seqüência houve o trabalho de São Paulo e da Idade Média <sup>270</sup>. E de Gall, última base para Augusto Comte <sup>271</sup>.

O "Quadro cerebral" (p. 138-139) é *subjetivo*, mas "... resume tudo o que há de verdadeiramente demonstrado atualmente" quanto à teoria positiva da natureza humana <sup>272</sup>.

Uma última questão relacionada ao *Catecismo positivista* se refere à liberdade, conforme já antecipamos na nota 86, referente ao *Plano*. Se o sistema

tomado vulgar na Inglaterra, o único domínio científico da antiguidade, que mesmo não pôde senão o esboçar estaticamente. Além de que o verdadeiro espírito teórico não comportava então um desenvolvimento mais completo, o regime social devia rejeitar uma extensão prematura, (...). Somente o gênio excepcional de Aristóteles, após ter sistematizado, tanto quanto possível, a filosofia natural, preparou a sã filosofia moral, esboçando assaz as duas partes essenciais da estática humana, primeiro coletiva, depois individual. (...) Eis por que esta divisão provisória se prolongou até nossos dias. Ela deve, assim, presidir à última transição da razão ocidental, dirigida pelo positivismo."

<sup>270</sup> "O grande São Paulo, construindo sua doutrina geral da luta permanente entre a natureza e a graça, esboça realmente, à sua maneira, o conjunto do problema moral, não somente prático, mas também teórico. Pois esta preciosa ficção compensava provisoriamente a incompatibilidade radical do monoteísmo com a existência natural das inclinações benevolentes, que conduzem todas as criaturas a se unir mutuamente ao invés de se dedicar isoladamente ao seu criador. Apesar de todos os vícios naturais de uma tal teoria, seu desenvolvimento na idade média constitui o único passo essencial que a ciência moral comportava desde seu antigo esboço teocrático até sua recente instituição positiva." (p. 134).

<sup>271</sup> "... o gênio de Gall fundou a teoria positiva da natureza humana, embora ele não pudesse a construir suficientemente para a tornar verdadeiramente eficaz, pois isto supunha a sociologia. Esta potente impulsão pôs dois princípios gerais, um dinâmico, outro estático, cuja conexão natural servirá sempre de base ao verdadeiro estudo da alma e do cérebro. Gall estabeleceu ao mesmo tempo a pluralidade de nossas funções superiores, tanto mentais quanto morais, e sua comum localização no aparelho cerebral, (...). (...) Tal é a base indestrutível sobre a qual o fundador da religião positiva construiu em seguida a teoria sistemática do cérebro e da alma, quando ele tinha instituído a sociologia, de onde unicamente podia emanar a inspiração conveniente." (p. 135-136).

<sup>272</sup> "O quadro cerebral resume tudo o que há de verdadeiramente demonstrado atualmente na teoria positiva da natureza humana. Eis por que o número e a localização dos órgãos intelectuais e morais são apenas indicados nele, sem nada precisar mesmo sobre sua forma ou seu tamanho. Um estudo objetivo, que ainda não está instituído convenientemente, é o único que pode completar esta teoria subjetiva do cérebro, determinando a constituição própria de cada um deles." (p. 145). Na p. 224 Augusto Comte fala da "existência natural das inclinações benevolentes" como "cientificamente demonstrada, no século passado, a partir do conjunto dos animais, nos quais as partes respectivas do coração e do espírito são melhor apreciáveis." Na p. 228 ele diz que "A partir do quadro cerebral, pode-se cumprir, em relação a cada um dos instintos egoístas, um estudo moral equivalente àquele do qual o principal dentre eles acaba de ser objeto [o nutritivo], a fim de determinar as repressões convenientes."

comtiano sempre supõe, na prática, a existência da liberdade, porque nela não se verificam as hipóteses de sua negação (na prática não se consegue evidência total), teoricamente há nele uma sua negação ou diminuição.

A questão é levantada pela intervenção da catecúmena: "... objeções metafísicas que ouvi contra essa extensão decisiva do dogma positivo [à ordem humana, primeiro social, depois moral]. Toda subordinação do mundo moral e social a leis invariáveis, comparáveis àquelas da vitalidade e da materialidade, é agora representada, por certos raciocinadores, como incompatível com a liberdade do homem.". Augusto Comte começa a responder dando uma definição da "verdadeira liberdade" que, segundo ele, deve valer nos três âmbitos da existência (afetivo ou moral, racional ou intelectual, ativo ou real): "É fácil, minha filha, superar esse embaraço preliminar, caracterizando diretamente a verdadeira liberdade. Longe de ser de algum modo incompatível com a ordem real, ela consiste por toda parte em seguir sem obstáculos as leis próprias ao caso correspondente. (...). (...), sem nenhum impedimento exterior ou interior <sup>273</sup>. Nossa existência intelectual e moral comporta sempre uma equivalente apreciação que, diretamente incontestável em relação à atividade, torna-se desde então necessária para seu motor afetivo e seu guia racional. Se a liberdade humana consistisse em não seguir nenhuma lei, ela seria ainda mais imoral do que absurda, como tornando impossível um regime qualquer, ..." (p. 122).

E ele continua: "Nossa inteligência manifesta sua maior liberdade quando se torna, seguindo sua destinação normal, um espelho fiel da ordem exterior, apesar das impulsões físicas ou morais que tenderiam a perturbá-la. Nenhum espírito pode recusar seu assentimento às demonstrações que compreendeu. Mas, além disto, cada um é incapaz de rejeitar as opiniões assaz acreditadas em torno dele, mesmo quando ignora seus verdadeiros fundamentos, a menos que esteja imbuído de uma crença contrária. (...). O mesmo acontece na ordem moral, que se tornaria contraditória se cada alma pudesse, ao seu bel prazer, odiar quando é preciso amar, ou reciprocamente. A vontade <sup>274</sup> comporta uma

---

<sup>273</sup> Ao nosso ver a ausência de obstáculos ou impedimentos não é condição indispensável ao exercício da liberdade. Afinal, teoricamente podemos ocupar todo o nosso tempo justamente na tentativa de os remover. O próprio Augusto Comte utiliza a expressão paulina que afirma que mesmo estando preso, é livre. Vejamos, por exemplo, na *Carta a Audiffrent*, 19/10/1855, *Correspondência VIII*, p. 131: "*Estando ligado, sou livre.*".

<sup>274</sup> Na p. 144 Augusto Comte diz a respeito da vontade: "Quanto à vontade, ela se torna o resultado direto de toda impulsão afetiva aprovada pela inteligência como devendo dirigir a conduta."

liberdade semelhante àquela da inteligência, quando nossas boas inclinações adquirem suficiente ascendente para tomar a impulsão afetiva de acordo com sua verdadeira destinação, superando os motores contrários. Assim, a liberdade verdadeira se encontra por toda parte inerente e subordinada à ordem, tanto humana como exterior. Mas à medida que os fenômenos se complicam, eles se tornam mais suscetíveis de perturbações, e o estado normal supõe mais esforços em relação a eles, que, aliás, permitem uma maior tendência às modificações sistemáticas. Nossa melhor liberdade consiste em fazer, portanto, tanto quanto possível, as boas inclinações prevalecerem sobre as más; e é também aí que nosso império tem sua maior extensão, contanto que nossa intervenção se conforme sempre às leis fundamentais da ordem universal. A doutrina metafísica sobre a pretensa liberdade moral <sup>275</sup> deve ser historicamente vista como um resultado passageiro da anarquia moderna. Pois ela é diretamente destinada a consagrar o individualismo absoluto, em direção ao qual tendeu de mais em mais a revolta ocidental que sucedeu a idade média. Mas este protesto sofisticado contra toda verdadeira disciplina, privada ou pública, não poderia de nenhum modo entrar o positivismo, embora o catolicismo não o tenha podido superar. Não se chegará jamais a representar como hostil à liberdade e à dignidade do homem o dogma que consolida e desenvolve melhor a atividade, a inteligência, e o sentimento.” (p. 123).

O grande problema nesta defesa comtiana da liberdade está na afirmação de que não se pode recusar o assentimento às demonstrações que se compreendeu, e que não se pode rejeitar as opiniões vigentes. Afinal, teoricamente podemos ocupar toda uma eternidade sempre tentando demonstrar, por exemplo, que a soma de dois mais dois é diferente de quatro. E as opiniões hegemônicas

---

Na *A Indústria*, de 1817, ele já havia escrito que “... o verdadeiro princípio da vontade é a evidência, é a solução exata da questão a tratar.” (in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 148). Na *Síntese Subjetiva I*, por sua vez, ele diz que a ciência mais abstrata [a matemática] “... tende diretamente a disciplinar o mais perturbador dos três elementos humanos [a inteligência], fazendo espontaneamente surgir, de seu próprio desenvolvimento, o irresistível freio de uma plena evidência.” (p. 70-71).

<sup>275</sup> Contra a “doutrina metafísica sobre a pretensa liberdade moral”, mas não contra a “responsabilidade moral”. Neste *Catecismo positivista*, vejamos na p. 245 (note-se também que a liberdade continua suposta): “Assim, a hereditariedade sociocrática, longe de diminuir o poder dos ricos, torna-se mais favorável para ele do que a hereditariedade teocrática, mas aumentando muito sua responsabilidade moral.”; “Junto a este pequeno número de patricios se encontrarão concentrados todos os capitais ocidentais, dos quais eles deverão dirigir livremente a ativa aplicação, sob sua constante responsabilidade moral, em proveito de um proletariado trinta e três vezes mais numeroso.” Ver também nas *Cartas a Eugène Deullin*, de 27/1/1852 (*Correspondência VI*, p. 318-319), de 29/7/1852 (p. 322), e de 17/8/1852 (p. 334). Na *Carta a Armand Barbès*, de 12/9/1852, ele diz: “Mas este regime de confiança, único verdadeiramente republicano, é completado pela verdadeira responsabilidade, constantemente moral, e às vezes política.” (p. 362).

nunca mudariam, se não houvesse a possibilidade de que uma outra opinião tivesse começo a partir de uma pessoa. E o mesmo ocorre na ordem moral: Além do fato de que podemos, contra a evidência mostrada pela inteligência, odiar, também podemos querer lutar, e podemos lutar para modificar um sentimento. Por outro lado, esclarecidos pela inteligência, podemos alterar uma vontade. Enfim, a vontade é independente da inteligência, isto é, pode querer contra ela.

Mas na prática normalmente não se age contra a evidência. Há a obscuridade (isto é, não se consegue a evidência total), que permite a liberdade. Por isso afirmamos que as hipóteses que negariam a liberdade não se verificam na prática <sup>276</sup>. Utilizam-se inclusive subterfúgios: encontra-se um jeito de não compreender as demonstrações, de não ver a evidência; adota-se a crença contrária; inventa-se todos os motivos suficientes para odiar quando o certo seria amar.

Nesse sentido, ao nosso ver, essa defesa teoricamente defeituosa, da liberdade, feita por Augusto Comte, deixa o seu sistema, apesar disso, com a mesma eficácia prática da posição cristã, nietzschiana, sartriana ... O seu sistema contempla os definitivamente reprovados, que são expurgados do pertencimento ao Grande-Ser (o que não teria sentido sem a existência da liberdade). Augusto Comte foi convicto quanto à “verdadeira liberdade”, quanto à “nossa melhor liberdade”, que “... consiste em fazer, portanto, tanto quanto possível, prevalecer as boas inclinações sobre as más; e é também aí que nosso império tem sua maior extensão, ...”. Afinal, diz ele, “Não se chegará jamais a representar como hostil à liberdade e à dignidade do homem o dogma que consolida e desenvolve melhor a atividade, a inteligência, e o sentimento.” (p. 123). Nesse sentido, o *Catecismo positivista* continua supondo normalmente a liberdade <sup>277</sup>.

---

<sup>276</sup> Uma *retratação* implícita dessa negação ou diminuição teórica da liberdade aparece na correspondência de Augusto Comte dos anos 1855 e 1857. Antecipações dessa *retratação* talvez possam ser vistas no *Discurso preliminar*, de 1848, por conta do “voluntário” acrescentado ao “assentimento” (*Sistema I*, p. 99-100: rever a nota 194, acima) e na *Carta ao czar Nicolas*, de 20/12/1852, pelo fato da submissão não ser automática (*Correspondência VI*, p. 453: ver a nota 331, adiante).

<sup>277</sup> “... a verdadeira felicidade resulta sobretudo de uma digna submissão, única base durável de uma nobre e vasta atividade. Longe de deplorar o conjunto das fatalidades que nos dominam, esforça-se por corroborar a ordem correspondente se impondo regras artificiais, que combatem melhor nosso egoísmo, principal fonte da infelicidade humana. Quando estas instituições são livremente estabelecidas, reconhece-se logo, conforme o admirável preceito de Descartes, que elas merecem tanto respeito quanto as leis involuntárias, cuja eficácia moral não é tão grande.” (p. 225) – “principal fonte da infelicidade humana”: Na *Carta a Jacquemin*, de 12/2/1852, fala-se do egoísmo como “... constituindo, no fundo, nossa principal doença, ...” (*Correspondência VI*, p. 448); “... desta

O *Sistema III*, escrito de 6/2 a 1/8/1853, e publicado em 8/1853, que emprega 339 vezes o termo "moral" ou derivados, retoma a filosofia da história comtiana. Esta expressão já consta no próprio subtítulo: "Contendo a *Dinâmica social* ou o *Tratado geral sobre o progresso humano (Filosofia da História)*". O 1º capítulo traz a "Teoria positiva da evolução humana", e os seis seguintes os passos formadores do Grande-Ser, isto é, da humanidade: fetichismo, teocracia ou politeísmo conservador, politeísmo militar-intelectual grego, politeísmo militar-social romano, monoteísmo católico-feudal e transição revolucionária ocidental.

Apesar da possibilidade da condensação da sociologia e da moral na ordem humana, conforme aparece no capítulo 1, de tal modo que "... a sociologia e a moral não exigem, nem mesmo admitem, nenhuma separação; ..." (p. 51)<sup>278</sup>, o *Sistema III* continua a justificação da separação entre a sociologia e a moral, desde o Preâmbulo<sup>279</sup>.

Note-se que se o *Curso* já falava da necessidade da hegemonia da moral, aqui Augusto Comte afirma que nele a sociologia foi "o ponto de chegada universal", e que agora, no *Sistema*, a supremacia pertence à moral<sup>280</sup>.

---

regra fundamental que cada um deve se impor livremente, como base pessoal do regime público: *Viver às claras*." (p. 239). Vejamos também nas cartas de 1852: "vontades livres", "liberdade real" (a *Auguste Hadery*, 29/1/1852, *Correspondência VI*, p. 228); "... um verdadeiro poder espiritual, isto é, uma autoridade, ao mesmo tempo mental e moral, sempre resultado do assentimento voluntário de um público livre de todo constrangimento material." (a *J. M'Clintock*, 4/2/1852, p. 230); "plena liberdade" (*Sétima confissão anual*, 28/5/1852, p. 278); "Antes de 1860, espero ver surgir, a partir de uma livre discussão de alguns anos, a ditadura positivista ..." (a *de Tholouze*, 26/8/1852, p. 349); "Eis sobretudo o que impele, dos dois lados, a comprimir a liberdade, base necessária da ordem moderna, e principal garantia de nossos progressos quaisquer." (a *Armand Barbès*, 12/9/1852, p. 359); "... libertando-nos, (...), da mais caprichosa das inclinações egoístas [a sexual], daquela que tende a nos desmoralizar mais, pela ignóbil exploração pessoal do sexo mais perfeito." (a *Jacquemin*, 12/12/1852, p. 448); "Todo o Ocidente se encontra assim impelido para um selvagem comunismo, no qual a verdadeira liberdade seria sufocada sob uma degradante igualdade." (ao *czar Nicolas*, 20/12/1852, p. 452).

<sup>278</sup> Ver o texto inteiro acima, na nota 179.

<sup>279</sup> "Aprofundada tanto quanto possível, esta comparação geral entre a criação da dinâmica social e sua coordenação corresponde ao principal contraste enciclopédico de minha construção religiosa em relação à minha elaboração filosófica. Esta representa a sociologia como o ponto de chegada universal, enquanto que aqui esta supremacia não pertence senão à moral, que, a partir do conjunto do volume precedente, é a única que constitui o termo da ciência e a fonte da arte. Não existe realmente nenhuma contradição entre estas duas apreciações sucessivas, pois minha sociologia continha inicialmente a moral, embora confusamente. A separação normal destas duas ciências se limita, portanto, a aperfeiçoar a hierarquia abstrata, conduzindo mais longe a aplicação de meu princípio enciclopédico. Um tal passo, cuja importância teórica e prática será logo sentida por todos os verdadeiros pensadores, tomar-se-á, para a posteridade, a principal característica filosófica de minha segunda vida. Ora, a subordinação da sociologia dinâmica à estática social se liga aí necessariamente, a partir da afinidade especial que liga respectivamente à moral e à política as concepções de ordem e as noções de progresso, conforme o início do volume precedente." (p. 4-5).

<sup>280</sup> Ver também nas p. 337 e 623-624. Esta hegemonia aparece também através de expressões sinônimas ou indiretamente: ver nas p. 210, 214, 391-392, 449, 534, 565 e 618.

Note-se também que a moral "... é a única que constitui o termo da ciência e a fonte da arte.". Ela é, ao mesmo tempo, ciência e arte <sup>281</sup>.

É de suma importância notar que "a vida afetiva", "em sua inteira plenitude", é "caracterizada sobretudo pela sociabilidade". Em outras palavras, as afeições ou sentimentos sociais, isto é, veneração, apego e bondade, são condição para a existência de sociedade, da humanidade.

Note-se também neste trecho das p. 48-49, o "objeto essencial" da moral, o "único objeto final de toda teoria humana, o próprio homem, em sua indivisível existência." <sup>282</sup>.

---

<sup>281</sup> "Após uma tal ciência [a sociologia], a progressão fundamental de onde deve resultar a verdadeira hierarquia enciclopédica não me deixa mais a caracterizar sumariamente senão seu terceiro termo, o estudo das leis morais, ponto de chegada necessário de todas as nossas sãs especulações. Este domínio final é ao mesmo tempo mais especial, mais complexo e mais eminente do que aquele da sociologia propriamente dita, que acaba de ser exatamente apreciado. Com efeito, a vida ativa, e mesmo a vida especulativa, pertencem mais ao conjunto das existências reais do que a vida afetiva, ao menos considerando esta em sua inteira plenitude, caracterizada sobretudo pela sociabilidade. (...). Em segundo lugar, as leis morais são necessariamente mais complicadas do que as leis intelectuais ou sociológicas, ao conjunto das quais seu próprio exercício permanece sempre subordinado, mesmo modificando-o profundamente. Embora, na verdadeira constituição de nossa unidade, a inteligência e a atividade se tornam somente os ministros necessários do sentimento, este centro da existência não pode sofrer e modificar as impulsões exteriores senão por essa dupla intermediação. Assim o estudo positivo de seu domínio próprio se complica sempre daqueles que concernem às duas outras regiões cerebrais. Mas, a este título mesmo, esta ciência se torna, em terceiro lugar, a mais eminente de todas, seja pela dignidade superior de seu objeto essencial, de onde surgiu o tipo único da verdadeira nobreza, seja também a partir de sua plenitude teórica. Até lá, nossas especulações quaisquer não podem ser senão preliminares, sem excetuar aquelas da sociologia propriamente dita. Elas se limitam a preparar gradualmente, pelo estudo abstrato, primeiro da materialidade e da vitalidade, depois da inteligência, a apreciação concreta do único objeto final de toda teoria humana, o próprio homem, em sua indivisível existência. É unicamente lá que a ciência termina, tornada assim sintética, após ter sucessivamente condensado suas concepções analíticas. Então ela se une sistematicamente à arte, sempre obrigada espontaneamente a ver o conjunto da ordem a modificar. Eis como se estabelece enfim a constituição normal da razão humana, na qual todos os esforços, teóricos e práticos, convergem diretamente para sua santa destinação, a conservação e o aperfeiçoamento do verdadeiro Grande-Ser." (p. 48-49). Note-se a passagem da análise para a síntese. Enquanto arte, ela é a mais eminente delas, dirigindo o emprego delas: "Quanto àquelas [artes] que aperfeiçoam nossa própria natureza, seu conjunto indivisível constitui a mais eminente das artes, inteiramente separada das outras, das quais ela deve sempre dirigir o emprego. Apesar de sua cultura universal, esta arte social, ou melhor, moral, forma o apanágio espontâneo do sexo amante e se toma sobretudo a atribuição sistemática do sacerdócio." (p. 138). Note-se nesta moral como arte o sentido de moral prática e, conseqüentemente, de educação. Note-se também a perspectiva de passagem do espontâneo ao sistemático (Ver também, por exemplo, nas p. 190-191, 422, 430, 437, 449, 451, 459, 504 e 504-505).

<sup>282</sup> O *Sistema III* traz também as outras denominações do objeto: "perturbações individuais" ("Se nossa situação teórica e prática se tornasse imutável, não se poderia compreender nenhuma alteração universal e regular de nosso estado moral. Ele não comportaria então senão variações individuais devidas às influências vegetativas, cujas leis, quase desconhecidas até agora, não admitem resultados coletivos verdadeiramente notáveis, por causa de sua neutralização espontânea entre os diversos tipos humanos. Reciprocamente, nossas inclinações não afetam nossa evolução social senão modificando nossas opiniões e nossa conduta.": p. 11) e "sentimento" ("Esta [a sociologia] deve, com efeito, além da inteligência, abraçar também a atividade, deixando à moral o estudo próprio e direto do sentimento, como motor supremo da existência humana.": p. 48) ou "inclinações benevolentes", "afetos" (p. 508-509; ver este texto na nota 298, adiante). Um bom

Enfim, note-se, neste trecho, a “santa destinação”, que inclui a moral na religião <sup>283</sup>. Mas tamanha é a essencialidade da moral em relação à religião que, como já vimos antes, beira à quase sinonímia. Neste sentido, representantes religiosos são chamados de “representantes morais” sem o mínimo problema: “Esses três órgãos políticos [Gregório VII, Alexandre III e Inocêncio III] do poder espiritual obtiveram nobres equivalentes entre seus representantes morais [São Bruno, São Bernardo e São Francisco], que, desprovidos de toda assistência temporal, forneceram à ação sacerdotal os tipos mais puros.” (p. 484) <sup>284</sup>. Ou inversamente, as necessidades morais exigem a religião: “... há muito tempo elas [as crenças politeícas] tinham perdido sua eficácia moral, (...). Assim resultava, (...), uma opressão crescente para a massa das populações incorporadas, que sentiam por toda parte a necessidade de uma moral universal, destinada a reger as forças,

---

resumo se encontra na p. 50: “A denominação usual desta ciência final lembra demasiado exclusivamente seu objeto preponderante. Ela deve ser, contudo, cuidadosamente conservada, a fim de nos familiarizar mais com o princípio fundamental da verdadeira unidade. O sentimento constitui, com efeito, o domínio essencial da moral, tanto teórica quanto prática, pois ele domina a existência e dirige a conduta. Seu estudo sistemático não podia até então ser senão esboçado, ou melhor, preparado, primeiro indiretamente em biologia, depois diretamente em sociologia, nas quais prevalecem imediatamente a inteligência e a atividade. Só a moral pode instituir a apreciação própria dele, combinando-a dignamente, não somente com a influência do mundo e da sociedade, mas ainda com a reação afetiva das vísceras vegetativas, essencialmente negligenciável, aliás, em todo outro domínio. Esta íntima relação entre a existência corporal e a economia cerebral devia, com efeito, ser descartada, em biologia como prematura, e em sociologia como insensível em relação à ordem coletiva. Mas, no estudo definitivo da ordem individual, ela adquire uma importância capital, ao mesmo tempo teórica e prática, que não permite negligenciá-la, sob pena de abortamento radical. Acaba-se assim de sentir o quanto a moral difere realmente da sociologia, e a supera necessariamente em plenitude como em dignidade, embora ela lhe seja objetivamente subordinada.”. Note-se que aparecem as três denominações, isto é, o “sentimento”, “a reação afetiva das vísceras vegetativas”, e o “estudo definitivo da ordem individual”. Note-se também que, se no *Catecismo positivista* a moral foi dita domínio essencial da religião, aqui o sentimento constitui o domínio essencial da moral. Na p. 68 se dirá que “... o sentimento constitui tanto a finalidade principal quanto o móvel essencial do verdadeiro progresso humano, pois nosso aperfeiçoamento moral tem mais importância, pública e privada, do que qualquer melhoramento teórico ou prático.”.

<sup>283</sup> Neste sentido, ver também, por exemplo, nas p. 504-505. Vejamos também nas cartas a *de Capellen*, de 17/8/1852: “No fundo, muitas pessoas hoje não querem religião de nenhuma espécie, muito menos positiva, por medo de uma moral séria apoiada por um sacerdócio inflexível. É preciso, portanto, prever uma luta próxima entre os verdadeiros e os falsos positivistas, entre aqueles que querem se tornar dignamente conservadores e aqueles que querem permanecer sempre revolucionários, em uma palavra, entre os religiosos e os irreligiosos.” (*Correspondência VI*, p. 334) e a *C. de Blignièrès*, de 19/8/1852: “... e os irreligiosos, estes fortificados por qualquer um que rejeita toda religião, sobretudo positiva, por medo de uma moral séria, submetendo toda conduta ao exame de um sacerdócio inflexível.” (p. 337). Ver também nas cartas a *Pierre Laffitte*, de 17/9/1852, p. 365, a *Audiffrent*, de 19/8/1852, p. 340 e a *Pierre Laffitte*, de 19/8/1852, p. 344. Este tipo de acusação se repete em 1857: ver a nota 349, adiante.

<sup>284</sup> Na p. 413 se diz que os primeiros monoteístas (crença, religião) se sentiam encarregados dos destinos morais da humanidade: “Tais foram as disposições inevitáveis das quais resulta naturalmente a teimosa resistência do politeísmo romano ao surgimento da transição monotéica. Os obstáculos pessoais assim suscitados aos promotores da nova fé foram facilmente superados pela heróica perseverança daqueles que se sentiam então encarregados dos destinos morais da humanidade, como os Gregos tinham outrora sido pelos seus destinos intelectuais.”.

teóricas e práticas, cujo livre exercício se tornava intolerável. (...). Todas as necessidades morais relativas à existência prática, tanto nova como antiga, conduziram de mais em mais, portanto, sob a ditadura romana, para a elaboração direta da religião universal.” (p. 400-401)<sup>285</sup>.

A distinção entre a moral como ciência e como arte coincide, em muito, com a distinção entre a moral teórica e a moral prática. Isto fica totalmente claro a partir do *Sistema IV*. A moral prática, por sua vez, é identificada, no *Sistema IV*, com a educação.

Quanto ao “progresso”, Augusto Comte retoma que como “... o tipo normal da existência humana consiste sobretudo no estado de plena unidade.”, “Toda nossa evolução, individual ou coletiva, reduz-se, portanto, a desenvolver e consolidar uma tal harmonia.” (p. 9). Trata-se, como já mostramos antes, da realização da natureza humana “... a partir da teoria cerebral estabelecida no primeiro volume deste tratado, ...” (p. 11).

Das três evoluções (teórica, prática e afetiva) referentes às três partes da existência (intelectual, ativa, moral; leis mentais, leis físicas, leis morais), “Devemos estudar, portanto, sobretudo a lei geral do movimento intelectual. Aquela da evolução prática se torna em seguida o complemento necessário desta determinação fundamental.” (p. 15). O desenvolvimento moral, por sua vez, só indiretamente, através dos dois outros: “A marcha do aperfeiçoamento afetivo é assaz traçada antecipadamente pelo princípio universal que torna o homem mais simpático à medida que ele se torna mais sintético e mais sinérgico.” (p. 12)<sup>286</sup>.

A justificativa deste *indiretamente* é o fato da região afetiva não ter ligação direta com o exterior, e sim apenas através das regiões ativa (movimento) e intelectual (conhecimento). E quanto ao *sobretudo* em relação à evolução teórica, é porque as opiniões contam a sua própria história e também a história da prática,

<sup>285</sup> O monoteísmo surgiu por causa das necessidades morais e sociais: “... um [Hiparco] precede a transição monotéica, exigida então pelas nossas necessidades morais; enquanto que o outro aparece após ...” (p. 329); “Para se reduzir ao monoteísmo, ele [o politeísmo] devia só sofrer uma concentração geral, que a maior parte dos espíritos podem esboçar espontaneamente quando se encontram fortemente impelidos pelas necessidades morais e sociais.” (p. 403). Vejamos também na *Carta ao czar Nicolas*, de 20/12/1852: “Embora profundamente preparada pela minha fundação filosófica, esta construção religiosa não poderia dignamente surgir senão se eu tivesse sofrido pessoalmente uma íntima regeneração moral, sob uma santa impulsão feminina que, há sete anos, a morte consolida e aperfeiçoa de mais em mais.” (p. 455).

<sup>286</sup> Sobre esta dependência da evolução afetiva em relação às evoluções prática e teórica, ver também nas p. 108, 252 (“A evolução afetiva constitui necessariamente a resultante contínua das reações morais finalmente emanadas da evolução ativa e da evolução especulativa.”) e 391-392.

assim como, na seqüência, as opiniões e as práticas revelam os sentimentos que estão na sua base e que são sua finalidade.

A primeira lei dinâmica, portanto, é a lei de filiação, a lei dos 3 estados. Mas que são três leis: lei dos 3 estados teóricos (teológico ou fictício, metafísico ou abstrato, positivo: p. 28), lei dos 3 estados práticos (conquistador, defensivo, industrial: p. 47-48) e lei dos 3 estados afetivos (sociabilidade doméstica, cívica e universal)<sup>287</sup>.

Quanto à segunda lei dinâmica, trata-se da lei de classificação. Augusto Comte mescla o dualismo entre filosofia natural e filosofia moral com a classificação ternária das leis físicas, intelectuais e morais. A filosofia natural, que contempla as leis físicas, é dividida em ordem física ou exterior material e ordem física ou exterior vital, enquanto que a filosofia moral, que contempla as leis intelectuais e morais, é identificada com a ordem humana intelectual e moral: "A ordem física ou exterior, ao mesmo tempo material e vital, é tanto superior em generalidade e em simplicidade quanto inferior em dignidade em relação à ordem humana, seja intelectual, seja moral. Esta se cumpre sob a dominação fundamental daquela, mas, por sua vez, modifica-a acessoriamente. (...). Daí resulta a divisão histórica do conjunto da filosofia em filosofia natural e filosofia moral<sup>288</sup>." (p. 44). As ordens humanas intelectual e moral são, respectivamente, os domínios especulativo e afetivo: "Quanto à divisão da ordem humana em intelectual e moral, ela resulta

---

<sup>287</sup> "Apesar desta dependência fundamental, o sentimento constitui tanto a finalidade principal quanto o móvel essencial do verdadeiro progresso humano, pois nosso aperfeiçoamento moral tem mais importância, pública e privada, do que qualquer melhoramento teórico ou prático. Pode-se, portanto, perguntar em que consiste sua própria evolução geral. Ela não exige, sem dúvida, uma lei distinta. Pois a partir das explicações situadas no início deste capítulo, é preciso sempre conceber o movimento afetivo como a resultante das reações finais devidas ao movimento especulativo e ao movimento ativo. Todavia, convém apreciar a marcha geral desta resultante, única decisiva, a partir das evoluções próprias das suas duas componentes. Este extremo complemento de minha teoria dinâmica consiste em reconhecer, em relação ao sentimento, três estados sucessivos, cuja correspondência espontânea com aqueles da inteligência e da atividade se torna aqui a seqüência necessária de uma tal conexão. Com efeito, o instinto social foi puramente cívico na antiguidade, depois coletivo na idade média, para se tornar finalmente universal, como suas aspirações modernas indicam." (p. 68). Ver também nas p. 190-191. Se a medida dos desenvolvimentos teórico e prático é o desenvolvimento moral (p. 12), a medida do desenvolvimento moral é a situação da mulher, que constitui a providência moral (p. 69). Ver também nas p. 67-68.

<sup>288</sup> A respeito da expressão "filosofia moral", Augusto Comte continua com a mesma posição que já comentamos acima nos referindo ao *Catecismo positivista*. Vejamos também nas p. 565: "Os espíritos sintéticos puderam desde então apreender a hierarquia total da filosofia natural, de maneira a sentir o duplo desenvolvimento que exigia ainda sua combinação definitiva com a filosofia moral, único final da concepção positiva." e 568: "Ao mesmo tempo, a filosofia moral, radicalmente isolada de sua base científica, tornou-se, como na Grécia, salvo algumas exceções admiráveis, o domínio de espíritos vagos e débeis, freqüentemente unidos a corações viciosos, a partir de uma inqualificável ambição."

também, embora com menos evidência, do princípio hierárquico. Pois o domínio especulativo, além de sua menor nobreza, é ao mesmo tempo menos especial e menos complicado do que o domínio afetivo.” (p. 45). Na seqüência, porque “o verdadeiro desenvolvimento teórico não pode ser senão coletivo”, a sociologia é explicitada como a “ciência intelectual”, a ciência “das leis reais da inteligência”<sup>289</sup>. Mas, como já mostrado acima, incluindo também a atividade, e deixando de fora apenas o sentimento<sup>290</sup>.

Na seqüência Augusto Comte retorna às classificações quaternária (p. 50-51: cosmologia, biologia, sociologia, moral) e setenal (p. 53).

Quanto à evolução moral, à história da moral, além do que já se disse, no sentido dela corresponder às duas outras (às evoluções prática e intelectual), e da moral ter sido doméstica e cívica (p. 190-191) ou, dizendo de outro modo, cívica e coletiva<sup>291</sup>, para agora, enfim, tender a ser universal<sup>292</sup>, mais concretamente se

<sup>289</sup> “A ordem mental domina necessariamente a ordem moral, embora esta a modifique profundamente, como em toda a hierarquia positiva. (...) Mas, o verdadeiro desenvolvimento teórico não podendo ser senão coletivo, não se pode assaz apreciar a ciência intelectual senão a identificando com a sociologia propriamente dita, tal como a fundei, (...) (...). É, portanto, unicamente pelo estudo positivo da grande evolução humana que se pode descobrir as leis reais da inteligência.” (p. 45-46).

<sup>290</sup> “Mas, reciprocamente, a sociologia se reduz essencialmente à verdadeira ciência do entendimento. Pois o estudo, estático ou dinâmico, do espírito humano compreende tanto o exercício da razão prática quanto o desenvolvimento da razão teórica. Embora esta deva prevalecer na demonstração da lei fundamental do movimento intelectual, aquela domina realmente na apreciação histórica, como principal fonte das modificações sucessivas do regime mental, conforme a indicação inicial deste capítulo. Assim concebida em toda sua verdadeira extensão, a ciência do espírito compõe necessariamente a maior parte da sociologia. Esta deve, com efeito, além da inteligência, abraçar também a atividade, deixando à moral o estudo próprio e direto do sentimento, como motor supremo da existência humana. Ora, os principais resultados de nossa atividade, pessoal ou social, dependem necessariamente de nossa inteligência. Quando o estudo desta se encontra normalmente instituído, de maneira a completar o conhecimento teórico da ordem natural pela apreciação prática dos meios próprios para a modificar, não falta senão, em relação à atividade, considerar sua destinação necessária. Tal deve ser, com efeito, o domínio normal da terceira lei sociológica [a da evolução temporal], como já de início anunciei. Mas, embora este complemento seja indispensável, ele não poderia impedir de reconhecer que a sociologia consiste essencialmente no estudo total da inteligência humana.” (p. 47-48). Nas p. 48-49 se fala de “leis intelectuais ou sociológicas”: ver o texto inteiro acima, na nota 281. Na p. 311 usa-se “estudo positivo do entendimento humano”, para a sociologia, e, na seqüência, “ciência afetiva” para a moral: “A instituição positiva das teorias que julgam nossas afeições para reger nossa conduta emanou de sua [de Aristóteles] luminosa percepção a respeito da natureza de cada virtude, como intermediária sempre entre dois vícios opostos, um por excesso, outro por falta. Pois um tal princípio implica ao mesmo tempo a pluralidade de nossas inclinações e sua convergência necessária, dupla base de toda ciência afetiva.” Sobre a “ciência afetiva”, ver também nas p. 508-509 (adiante, na nota 298).

<sup>291</sup> P. 68: Ver acima, na nota 287.

<sup>292</sup> Ao invés de nomear com termos que acentuam a extensão do coletivo, Augusto Comte usa também os termos referentes aos sentimentos sociais: p. 188. Vejamos também nas p. 189: “Assim, o fetichismo desenvolveu sobretudo o apego, o politeísmo cultivou a veneração e o monoteísmo esboçou a bondade. A partir desta triplice base, o positivismo institui agora a convergência final das três simpatias sucessivamente elaboradas por um desenvolvimento decisivo.” e 190: “... veneração e da bondade. Este duplo complemento de nossa aprendizagem moral exige ligações mais extensas e

trata de nossa "educação moral": "Em sua participação sucessiva na nossa educação moral, nossas três idades preliminares não apresentam uma igual aptidão em relação às suas missões respectivas. O monoteísmo, (...), foi, em todos os sentidos, o mais defeituoso (...). Mas o politeísmo, (...), embora a idade precedente tenha mais bem cumprido sua vocação fundamental." (p. 193-194)<sup>293</sup>.

Note-se a imbricação da educação. Trata-se, aqui, da educação moral da espécie. Mas há também a educação intelectual e a educação prática. E o indivíduo também recebe estas três educações, como já vimos.

A educação recolhe, faz a manutenção, aumenta, transmite, enfim, cultiva, moralmente, intelectualmente e para a atividade. Mesmo que só no nível de opinião ou conhecimento a respeito do sentimento, do próprio conhecimento, e das técnicas e artes, isto é, atividades ou práticas. Mas Augusto Comte obviamente propõe o próprio exercício do sentimento, do amor e da prática. Enfim, a educação é construção do homem e da divindade, e do seu habitat.

A educação é também a base para a solução política: "Uma república verdadeiramente sociocrática, fundada sobre um generoso desenvolvimento da educação universal, onde a moral se encontra separada de toda teologia, contrasta aí [no programa da escola orgânica] com a brutal dominação do número, a negação direta dos instintos benevolentes, e o desprezo completo da cultura dos sentimentos [das duas escolas críticas]." (p. 586).

---

menos intensas, nas quais o exercício desses sentimentos se torna voluntário." Quanto a este último "se torna voluntário", como se vê, a liberdade continua suposta: ele fala de "livre constrangimento" (p. 372), "liberdade feminina" (p. 391-392, 452), "liberdade grega" (p. 396), "livre exercício" (p. 401), "libertação pessoal dos trabalhadores", "liberdade privada" do "sexo afetivo" (p. 402), "livre incorporação", "convergência voluntária" (p. 478), "libertação pessoal", "libertações" (p. 492), "responsabilidade moral" (p. 573). Na correspondência de 1853 ele escreve que o positivismo é a única garantia sistemática da liberdade: "Em nome da liberdade, o positivismo, sua única garantia sistemática, dirigirá o movimento que transforma para conservar, enquanto que o comunismo continuará pregando uma igualdade radicalmente subversiva, não menos contrária à verdadeira progressão humana." (ao Sr. *Erskine Perry*, 3/3/1853, *Correspondência VII*, p. 48). Fala-se também de "... uma justa liberdade de exposição e de discussão, ..." e de "liberdade razoável" (a C. de *Blignières*, 9/12/1853, p. 150-151).

<sup>293</sup> Vejamos também nas p. 421: "Mas, especificando a marcha total de nossa educação moral, eu via o monoteísmo como destinado sobretudo a desenvolver a bondade, quando o fetichismo e o politeísmo tivessem assaz cultivado respectivamente o apego e a veneração." e 501: "No conjunto desta preparação, vê-se o fetichismo, o politeísmo e o monoteísmo presidirem respectivamente a cultura universal do sentimento, da atividade e da inteligência. Eles dirigiram, ao mesmo tempo, nossa educação moral desenvolvendo especialmente primeiro o apego, depois a veneração, enfim a bondade." O resumo a ser atingido pela evolução moral é: "Nossa existência não pode ser verdadeiramente regrada senão a partir deste resumo geral: o amor universal aplicando a atividade coletiva a modificar sabiamente a ordem fundamental. Ora, a doutrina monotéica era diretamente contrária ao conjunto deste quadro." (p. 453).

Pelo aspecto teórico, também era necessário começar a evolução pelo fetichismo, isto é, substituindo as leis físicas pelas causas morais: “Assim colocada, a questão enciclopédica consistia, no início de nossa razão, em combinar diretamente a ciência física e a ciência moral, aplicando uma à outra, tanto quanto sua heterogeneidade natural permitia, que não se toma superável senão a partir da ciência intermediária. (...). Apesar de sua complicação superior, que não era então apreciável, a ordem moral sendo, na origem, muito menos ignorada do que a ordem física, deveu exclusivamente presidir a síntese universal. (...). Assim surgiu a síntese fictícia, suprimindo as leis físicas pelas causas morais.” (p. 90) <sup>294</sup>.

Esta tendência, continuada na teocracia ou politeísmo conservador, foi invertida pelo politeísmo grego (os físicos pré-socráticos): “... ele [o politeísmo grego] não pôde encontrar outra saída senão aquela de inverter sua marcha ordinária, fazendo, ao contrário, o mundo moral depender da ordem física.” (p. 291). Tratou-se da “filosofia natural”. Nesta seqüência, Aristóteles chegou até na primeira metade da sociologia, a estática <sup>295</sup>. E à moral <sup>296</sup>.

Foi-se do regramento empírico da teocracia para a sistematização pitagórica (“Assim surgiu [com a escola pitagórica], sobre uma escala restrita mas decisiva, a sistematização direta da vida humana, física, intelectual e moral, que a teocracia tinha apenas regrado empiricamente, por falta de uma atitude suficientemente teórica.”: p. 336), e desta para Aristóteles: “Assim conduzido a

<sup>294</sup> Na p. 29 Augusto Comte já falara que “Em uma palavra, as leis morais, naturalmente esboçadas por todo o desenvolvimento humano, servem então para conceber os fatos físicos, cujas leis próprias são primitivamente desconhecidas.”, e, na p. 89, que no início nossa atenção teórica se concentrou na ordem moral e na ordem física: “Além de que seu [das leis intelectuais] estudo distinto teve que esperar o tardio surgimento de um verdadeiro sacerdócio, os padres não podiam, em pouco tempo, chegar aí do mesmo modo que as mulheres em relação às leis morais e mesmo os chefes práticos em relação às leis físicas. (...). É, portanto, sobre a ordem moral e a ordem física que se concentrou durante muito tempo nossa atenção teórica, sob a estimulação contínua do sentimento e da atividade.”.

<sup>295</sup> “Assim restrito necessariamente à sociologia estática, Aristóteles se torna o seu verdadeiro fundador, como provei no volume precedente. (...) Diretamente ligada ao esboço racional dos estudos mentais, e mesmo morais, uma tal criação acaba de caracterizar uma potência sintética que talvez não será jamais ultrapassada. (...) Meu segundo volume caracterizou o alcance e a realidade do princípio da cooperação, sobre o qual Aristóteles fundou a estática social, (...). Quanto ao estudo positivo do entendimento humano, ele foi irrevogavelmente esboçado quando este príncipe dos filósofos proclamou a subordinação necessária de nossas construções subjetivas a seus materiais objetivos.” (p. 310-311).

<sup>296</sup> “Embora o espírito grego, apesar de sua cultura afetada pela moral, tenha sido radicalmente impróprio a respeito dela, por causa de um insuficiente desenvolvimento do sentimento, e mesmo da atividade, a superioridade de Aristóteles se estendeu até esta suprema ciência. A instituição positiva das teorias que julgam nossas afeições para regradar nossa conduta emanou de sua luminosa percepção a respeito da natureza de cada virtude, como intermediária sempre entre dois vícios opostos, um por excesso, outro por falta. Pois um tal princípio implica ao mesmo tempo a pluralidade de nossas inclinações e sua convergência necessária, dupla base de toda ciência afetiva.” (p. 311).

sancionar racionalmente a preponderância que a teocracia atribuía instintivamente à moral, sua [de Pitágoras] influência dispôs Aristóteles a conduzir suas meditações enciclopédicas até a ordem humana.” (p. 337).

O monoteísmo, com a doutrina da natureza e da graça, apenas completou Aristóteles, reservando a ordem humana para Deus <sup>297</sup>. Mas acabou também o seu tempo <sup>298</sup>.

E, enfim, Cabanis e Gall, como precursores da moral positiva, fizeram a parte deles: “Superando as inspirações metafísicas, Cabanis fez irrevogavelmente sentir a inanidade dos estudos nos quais as funções intelectuais e morais são isoladas dos atributos inferiores; (...). Assim preparada, a concepção de Gall permitiu enfim instituir a teoria positiva da natureza humana, combinando a pluralidade necessária das faculdades superiores, tanto afetivas quanto mentais, com sua comum residência no aparelho cerebral. (...), o dualismo entre a alma e o corpo, evitado pela ciência moderna, tomou-se uma noção positiva, ...” (p. 616-617).

O *Sistema IV*, de 1854, além de conter o Preâmbulo, a Conclusão do volume, a Conclusão do *Sistema*, o catálogo *Biblioteca positivista do século XIX*, a Invocação final, o Prefácio especial do Apêndice geral do *Sistema*, este Apêndice e o Prefácio do volume, contém cinco capítulos: o 1º (“Teoria fundamental do Grande-Ser; de onde quadro simultâneo da religião e da existência normal”) descreve o ideal, o futuro a ser construído, isto é, a “existência normal”, a existência que será “normal”. Neste sentido ele descreve a sociedade, o grande-ser, a sua unidade, isto é, a sua “religião”. O objeto da religião, realizado, será a normalidade.

---

<sup>297</sup> “O construtor romano [São Paulo], quanto a isto [isto é, o governo das afeições humanas], somente completou o fundador grego [Aristóteles], especificando uma reserva indispensável à eficácia moral da transição monotéica. (...). Apesar desta diversidade necessária, o monoteísmo de São Paulo não se tornou jamais contrário àquele de Aristóteles. Pois o príncipe dos filósofos, mais preocupado, de conformidade com o seu meio, com as necessidades intelectuais da transição final do que de suas condições morais, negligencia estipular uma tal reserva, mas sem interditar a possibilidade de completar assim sua doutrina teológica.” (p. 429).

<sup>298</sup> “Se, portanto, a fé monotéica não tinha permitido desenvolver nem as leis físicas, ela devia principalmente interditar o descobrimento das leis intelectuais, e a concepção das leis morais. Não podendo abraçar nenhum outro passado senão o seu, o catolicismo impedia necessariamente de se elevar ao ponto de vista verdadeiramente histórico, (...). (...) Quanto às leis morais, o catolicismo proibia mesmo supor acessível à previsão racional um domínio que a Divindade tinha se reservado especialmente; além disto, ele negava a existência das inclinações benevolentes, primeira base da ciência afetiva. (...) A partir da explicação precedente, a demolição das crenças teológicas devia ser radical para comportar uma influência decisiva, permitindo a elaboração intelectual e preparando a construção moral.” (p. 508-509).

Os capítulos 2 a 4 fazem as sistematizações finais do culto, do dogma e do regime <sup>299</sup>. Como já mostramos, a tendência a realizar potências aparece nas expressões “sistematizar”, “sintetizar”, “completar”, “regrar”, “disciplinar” <sup>300</sup>.

Enfim, o capítulo 5 faz a “Apreciação sistemática” da “transição extrema” entre o presente e a “existência normal”. Essa transição, que deverá ter três fases, de respectivamente 7, 5 e 21 anos, a partir de 1855 <sup>301</sup>, deverá conciliar ditadura e liberdade: “A fim de instituir uma tal transição, é suficiente conciliar irrevogavelmente a ditadura e a liberdade, segundo o voto sistemático de Hobbes,

---

<sup>299</sup> “Cap. 2º: Quadro geral da existência afetiva, ou sistematização final do culto positivo”, “Cap. 3º: Quadro geral da existência teórica, a partir da concepção relativa da ordem universal; ou sistematização final do dogma positivo”, “Cap. 4º: Quadro geral da existência ativa, ou sistematização final do regime positivo”.

<sup>300</sup> Quanto a “sistematizar”, vejamos, por exemplo, nas p. 20: “Diretamente ligada ao princípio fundamental da síntese positiva, só a doutrina do altruísmo inato permite instituir uma moral sistemática, (...). Até então, com efeito, a universal preponderância da moral permanecia uma aquisição empírica da sabedoria sacerdotal, ...” e 530: “É assim que o presente tratado foi empreendido para fundar a síntese universal sobre a supremacia, ao mesmo tempo teórica e prática, da moral, sistematizando a sabedoria teocrática e católica ...”; quanto a “sintetizar”, ver, por exemplo, na p. 55 (ver adiante, na nota 312); quanto a “completar”, vejamos, por exemplo, na p. 57: “A sociocracia deve, a este respeito, completar a teocracia, ...”; quanto a “regrar”, vejamos, por exemplo, nas p. 530-531: “Mas a unidade relativa não poderia surgir sem estar completa; pois a positividade não penetra senão por último no único domínio capaz de ligar e reger todos os outros. Esta extensão não oferece nada de fortuito, pois ela resulta da ascensão contínua do espírito científico dos mais simples fenômenos até os mais complicados. A causalidade fetichica instituiu o estudo da ordem física, e a causalidade teológica esboça aquele da ordem moral. Mas só a substituição das leis às causas podia permitir abordar a ordem intelectual ou social, ligação necessária das duas outras. Quando uma suficiente preparação suscitou este desenvolvimento decisivo, ele conduziu logo a resumir o conjunto dos conhecimentos reais no dogma da Humanidade, (...). Ora, uma tal condensação devia fazer diretamente sentir a conexão necessária entre as satisfações intelectuais e as necessidades morais.” (note-se também o “ligar”, o “resumir” e a “condensação”); quanto a “disciplinar”, vejamos, por exemplo, na p. 402: “Para completar esta indicação das imperfeições necessárias do calendário histórico, é preciso notar que os serviços teóricos ou práticos nele devem prevalecer sobre o mérito moral, a fim de apreciar o desenvolvimento das forças humanas durante uma idade incapaz de as disciplinar.” (depois de desenvolvidas chega o tempo de as “disciplinar”); quanto a completar e sistematizar, ao mesmo tempo, ver, por exemplo, nas p. 168 e 517; quanto a disciplina e síntese, ao mesmo tempo, ver, por exemplo, na p. 197; enfim, quanto a completar, sistematizar e reger, ao mesmo tempo, ver, por exemplo, na p. 126.

<sup>301</sup> Cada uma das fases terá uma divisa, um lema: “Adotando a fórmula *Ordem e Progresso*, a primeira fase caracteriza a resolução decisiva de terminar a revolução moderna pela conciliação radical unanimemente pedida depois da explosão da crise final. A segunda manifesta mais a verdadeira natureza da regeneração ocidental proclamando a fonte moral de uma tal solução, a partir de uma adesão solene à lei *Viver para outrem*.” (p. 422); “Então a terceira divisa do regime normal: *Viver às claras* vem completar o conjunto das duas outras, fornecendo o resumo prático do sistema, ao mesmo tempo moral e político, irrevogavelmente adotado.” (p. 459). A máxima própria da moral universal positiva, que faz dela uma “moral altruísta” (p. 344), é o “Viver para outrem”: “Qualquer que seja a reação contínua da moral individual sobre a moral pública, a moral doméstica comporta uma eficácia mais direta e mais decisiva, em virtude de uma melhor similitude, sobretudo quando ela é socialmente instituída. É nela que a máxima fundamental: *Viver para outrem* começa a receber seu complemento prático: *Viver às claras*, sem o qual ela se tornaria logo insuficiente, e mesmo freqüentemente ilusória. (...). Todavia, a obrigação de viver às claras não resume a moral social senão a subordinando à prescrição de viver para outrem, ...” (p. 312).

espontaneamente realizado por Frederico<sup>302</sup>. O positivismo chega aí desenvolvendo ao mesmo tempo estas duas condições, das quais ele faz sentir por toda parte a conexão necessária. (...) (...) a insuficiência de liberdade foi sobretudo devida à fraqueza do poder central sob o regime parlamentar, incompatível com a regeneração intelectual e moral.” (p. 378-379).

A liberdade continua suposta o tempo todo. Augusto Comte continua falando de “livre assentimento” (p. 123), “livre participação” (p. 125), “servidores voluntários” (p. 229), “livre convergência” (p. 264), “livre concorrência” (p. 384), “liberdade de ensino” (p. 389), “atividade pacífica, que deve permanecer sempre livre” (p. 519). Mas, também como antes, trata-se de liberdade sob regras. Assim, “Mesmo que a livre discussão se torne abusiva em um meio desprovido de convicções quaisquer, é preciso sempre a respeitar como necessária ao surgimento da disciplina intelectual e moral que regravará seu curso ulterior.” (p. 380). Trata-se de pré-condição da regeneração da ordem: “Após ter assim constituído a plena liberdade de exposição e de discussão, não em virtude de um direito anárquico<sup>303</sup>, mas como garantia da ordem e meio de regeneração, é preciso a completar pela inteira abolição do orçamento teórico teológico, metafísico e científico.” (p. 384).

A liberdade se situa entre a arbitrariedade anárquica da ausência de regras e a fixidez do regramento absoluto: “Este estado futuro devendo ser modificado por nossos próprios esforços, sua apreciação não poderia se tornar tão precisa quanto aquela do passado. Mas, além de que uma precisão destas seria então supérflua, nossa intervenção não adquire eficácia senão se conformando

<sup>302</sup> Na *Carta a Henry Dix-Hutton*, de 21/1/1855 Augusto Comte diz: “Sem os preconceitos britânicos, não teríeis nenhum embaraço para bem apreciar, a partir de quaisquer fontes, um tipo tão plenamente caracterizado quanto aquele de Frederico, oferecendo a melhor realização do desejo confuso de Hobbes sobre a aliança da ditadura com a liberdade.” (*Correspondência VIII*, p. 20).

<sup>303</sup> A ojeriza de Augusto Comte contra a possibilidade de anarquia, implícita na reivindicação do direito é crescente: “A moral teológica não podia prescrever senão a veneração para os inferiores, deixando o devotamento sempre facultativo para os superiores, (...). Não pertencia senão à religião relativa extinguir os direitos quaisquer instituindo por toda parte os deveres, em nome da Humanidade, quando nossa maturidade nos conduz a disciplinar as forças surgidas durante nossa preparação. Então a moral positiva prescreveu ao mesmo tempo o devotamento e a veneração a todos os servidores do Grande-Ser, ...” (p. 342). Mas o dever e a felicidade se identificam: “Identificando a felicidade e o dever, a religião positiva os faz irrevogavelmente consistir no aperfeiçoamento moral, fonte exclusiva da verdadeira unidade.” (p. 324). Na *Carta ao czar Nicolas*, de 20/12/1852, é dito que com a religião positiva “Viver para outrem se torna enfim a lei da felicidade como aquela do dever, ...” (*Correspondência VI*, p. 459). Vejamos também nas p. 272: “Sempre próxima de sucumbir sob o peso do corpo ou do meio, a alma desenvolve até o fim uma atividade que a conduz ao aperfeiçoamento moral, fonte inalterável da felicidade e da dignidade.” e 553: “Sou assim conduzido a sentir melhor o quanto a dignidade, a felicidade, e mesmo a saúde, consistem na unidade, cuja alteração constitui nossas principais doenças, morais, intelectuais, ou físicas.”

sempre, por um lado, à nossa imutável natureza <sup>304</sup>, e, por outro, ao seu desenvolvimento sucessivo. Daí resulta a subordinação objetiva da moral, mesmo prática, à sociologia, primeiramente estática, depois dinâmica, que determina a direção fundamental de nossas tendências quaisquer. Nossa marcha não pode jamais apanhar um caráter verdadeiramente positivo senão repousando ao mesmo tempo sobre a teoria da ordem e sobre aquela do progresso, únicas capazes de nos preservar, uma, do arbitrário <sup>305</sup>, a outra, do absoluto. Sem a primeira, uma insuficiente apreciação da unidade geral nos exporia a flutuações indefinidas; sem a segunda, nossa conduta não comportaria senão prescrições inoportunas ou vagas, por falta de uma harmonia especial com cada situação.” (p. 2-3).

Trata-se da relatividade positiva: “A partir desta irrevogável preponderância da moral, a existência humana sofre enfim uma disciplina real e completa, sempre conforme as nossas verdadeiras necessidades. A relatividade que a distingue, longe de alterar sua regularidade, consolida-a e a desenvolve, eliminando tanto o arbitrário quanto o absoluto, ...” (p. 7). Enfim, trata-se de um “fatalismo relativo” <sup>306</sup>.

<sup>304</sup> Nós podemos prever e espontaneamente podemos amar: “É-se assim conduzido a reconhecer, na religião positiva, duas propriedades conexas, uma intelectual, outra moral, cujo desenvolvimento deve dirigir as principais concepções do volume atual. Elas consistem: por um lado, em completar nossa constituição mental introduzindo por toda parte a previsão; por outro, em fundar a harmonia afetiva sobre a existência espontânea das inclinações simpáticas. Estes dois atributos permanentes da verdadeira positividade resultam da substituição simultânea das crenças sobrenaturais e da vida guerreira pela fé demonstrável e pela atividade pacífica.” (p. 18). Trata-se das duas conquistas da ciência moderna: “Uma tal experiência [de determinar o futuro que é, ao mesmo tempo, a determinação da verdadeira síntese] proporciona à moral o ascendente subjetivo e a dependência objetiva, cuja digna combinação a constitui logo em base imutável da unidade teórica e prática. Qualquer que seja a importância deste atributo intelectual da positividade, o atributo afetivo que o completa deve ser julgado superior, mesmo mentalmente, influenciando mais sobre a verdadeira síntese. Eis porque a teologia e a metafísica rejeitam o altruísmo espontâneo mais profundamente do que a previsão sociológica. A inerência das inclinações benevolentes e o movimento da terra constituem os principais resultados da ciência moderna, pondo as duas bases essenciais, uma subjetiva, outra objetiva, da verdadeira relatividade.” (p. 19-20).

<sup>305</sup> Na p. 443 se falará de arbitrariedade do Povo e de Deus: “Que o ceticismo permaneça hipócrita, ou que se torne liberal, ele é sempre incapaz de construir. Apesar do desejo universal de eliminar igualmente a arbitrariedade do Povo e aquela de Deus, a lei não pode por toda parte substituir a vontade senão sob a invocação contínua da Humanidade.”. Vejamos também na *Carta a Armand Barbès*, de 12/9/1852: “A soberania do Povo e aquela de Deus se tornaram igualmente anárquicas e retrógradas. (...) (...), sendo tanto imorais quanto absurdas, a partir de sua natureza egoísta.” (*Correspondência VI*, p. 358); “Eles tentam substituir a ridícula divisa *Deus e o Povo* ao velho princípio *Deus e o Rei*, que, embora atrasado, pôde inspirar devotamentos respeitáveis, enquanto que sua parodia não preside senão a vis intrigas.” (p. 359); “A supremacia da Humanidade substitui doravante a soberania de Deus como aquela do Povo, ...” (p. 360).

<sup>306</sup> Ora, este concerto de opiniões permanece incompleto e precário tanto que os preconceitos públicos resultem de inspirações essencialmente subjetivas, antes de poder repousar sobre a apreciação objetiva da ordem universal. Assim concebida, a ciência adquire uma santidade até então impossível, consolidando ao mesmo tempo a liberdade verdadeira e a verdadeira moralidade. Ambas

Antes de passar às novidades do *Sistema IV* em relação à moral, registremos dois momentos dele nos quais aparece a convicção de Augusto Comte quanto à sua religião e ao seu positivismo. Quanto à religião: "Fora de seu [da verdadeira religião] seio, tudo é ao mesmo tempo anárquico e retrógrado, tanto moralmente quanto intelectualmente, e nada pode se regenerar senão a partir de sua unidade, necessariamente concentrada inicialmente no seu fundador, único intérprete da Humanidade." (p. 371-372); e quanto ao seu positivismo: "Além de seu próprio encanto, intelectual e moral, a síntese e a simpatia se fortificam mutuamente, instituindo a verdadeira unidade, sempre buscada por toda parte, e doravante impossível fora do positivismo." (p. 539).

Passando a focalizar as novidades do *Sistema IV* em relação à moral, retomemos, antes, em relação a ele, a história da moral em Augusto Comte (as dificuldades, a ambigüidade) até a promessa do tratado de moral, história já comentada em parte, acima, a partir do quarto parágrafo do período religioso (p. 93). O *Sistema IV* tem referências que, de certo modo, retomam a evolução de Augusto Comte a respeito da moral.

Na Invocação final, ao explicitar que dedicará o tratado de moral à sua mãe, ele acaba dizendo que inicialmente apenas pressentia a verdadeira moral: "O incomparável patronato que dirigiu a principal elaboração de minha segunda vida deve presidir também o tríplice complemento que ela exige. Apreciarei especialmente esta eficácia final dedicando o mais importante destes tratados

---

relativas à preponderância habitual das boas impulsões, elas repousam inicialmente sobre o amor. Mas ele não seria suficiente para as manter contra as perturbações diárias sem a submissão que ele nos inspira em relação à ordem independente de nós, e cujas principais leis são as únicas que podem fazer prevalecer o altruísmo comprimindo o egoísmo. Embora o dogma positivo pareça nos prender pelas fatalidades exteriores, ele nos propicia realmente a única liberdade que é possível e desejável, fazendo cessar uma arbitrariedade sempre favorável às más impulsões. O teologismo, sobretudo monotéico, fez prevalecer um tipo vicioso, superpondo ao mundo efetivo vontades necessariamente caprichosas. É preciso que o positivismo retifique estes hábitos anárquicos, completando e sistematizando as inspirações espontâneas do fetichismo em relação ao fatalismo universal, que, suposto inicialmente absoluto, torna-se finalmente relativo. Submetidos a leis modificáveis, somos verdadeiramente livres e morais, porque seu domínio nos ajuda sempre a fazer prevalecer nossas melhores inclinações." (p. 167-168). Na p. 266 se fala de "submissão voluntária", e na p. 267 de "submissão ativa e voluntária". Por sua vez, na p. 271 aparece a distinção entre "ordem voluntária" e "ordem necessária": "Fazendo apreciar a ordem voluntária, a educação privada institui o aperfeiçoamento moral; a partir do conhecimento da ordem necessária, a educação pública sistematiza o melhoramento material.". Na *Carta a C. de Blignières*, de 28/8/1853, ele comenta a respeito de discípulos que não sabem distinguir entre fatalismo absoluto e relativo: "Os espíritos que começam a passar ao regime das leis não sabem distinguir o fatalismo absoluto, limitado somente aos fenômenos imodificáveis, do fatalismo relativo, muito mais usual, e, portanto, o primeiro que proclamam, principalmente em relação aos casos vitais e sobretudo sociais, embora mais modificáveis." (*Correspondência VII*, p. 115).

àquela que, desde minha infância, fez-me espontaneamente pressentir a verdadeira moral.” (p. 554).

O tempo seguinte aparece no capítulo 3. Augusto Comte se refere aos “dignos teóricos”, mas certamente está simplesmente aplicando-lhes a sua própria experiência: “Durante a elaboração das ciências inferiores, os dignos teóricos sempre sentiram a preponderância normal do domínio moral, embora seu estudo sistemático permanecesse prematuro.” (p. 195). De fato, como vimos, desde os seus escritos de 1817, em nome de Saint-Simon, já dá posição de destaque à moral, e desde o *Curso* já fala de preponderância da moral, mas só a partir do capítulo primeiro do *Sistema II* ela volta a ser uma ciência distinta, e só a partir deste *Sistema IV* promete um tratado especial para ela, no qual deveria realizar o seu “estudo sistemático”.

O passo seguinte é a promessa, pela primeira vez (eis a maior novidade do *Sistema IV* em relação à moral), do tratado de moral, como parte da futura “sistematização decisiva do dogma positivo”<sup>307</sup>: “A inauguração de uma tal disciplina [sintética sobre as tendências analíticas] exige trabalhos enciclopédicos que, aliás, comportam uma utilidade permanente para a educação universal. (...). Minha carreira é demasiado avançada para me permitir executar inteiramente esta sistematização decisiva do dogma positivo, e devo aqui me limitar a caracterizá-la. Os dois volumes precedentes já a cumpriram suficientemente em relação à última ciência preliminar, pois eles sistematizam a sociologia, fundada pelo meu primeiro tratado. Entre as três obras que sucederão esta que acabo, duas serão destinadas a duas construções equivalentes para os dois termos extremos da escala positiva, sistematizando respectivamente a matemática e a moral. Quanto às ciências intermediárias, sua renovação sintética se encontra assaz indicada no primeiro

<sup>307</sup> Terminando o *Sistema*, Augusto Comte projeta a *Síntese Subjetiva*, inicialmente com nove volumes (matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia, moral teórica ou moral propriamente dita, moral prática ou educação, enciclopédia concreta ou filosofia 3ª – ou tratado sobre a ação, ou sobre a prática, ou regras práticas, ou indústria) e depois colocando a filosofia 1ª antes da matemática. Ele prometeu escrever os tratados de matemática, moral teórica e prática, de filosofia 3ª e 1ª, e antecipadamente já deixou os outros cinco (astronomia, física, química, biologia e sociologia) a serem escritos pelos sucessores. Dos prometidos só conseguiu escrever o de matemática. O próprio título já diz que se trata de uma síntese “subjetiva”, e o restante do título (“... ou Sistema universal das concepções próprias ao estado normal da humanidade”) faz ver que se trata de uma sistematização das teorias que, segundo Augusto Comte, serão as verdades do futuro estado normal a ser implantado. Note-se, portanto, o tempo e o lugar nos quais o prometido tratado de moral (cujo método próprio é o subjetivo) é enquadrado. A moral prática ou educação, por sua vez, será exercida a partir desses volumes, dessas sínteses subjetivas. Esse enquadramento constitui também uma das novidades do *Sistema IV* em relação à moral.

volume deste tratado, sobretudo em relação à biologia. É suficiente, portanto, para mim, esboçar agora os apanhados ou resumos que concernem esta sistematização completa do domínio especulativo, seguindo a ordem enciclopédica.” (p. 197-198).

Depois de caracterizados os cinco primeiros volumes (da matemática à biologia) da “filosofia segunda”, ele passa aos dois últimos (sociologia e moral)<sup>308</sup>. Primeiramente ele corrige o erro de Gall e também seu, transferindo a moral de sua localização entre a biologia e a sociologia, para depois da sociologia, como sétima ciência<sup>309</sup>.

No *Curso*, seguindo Gall, Augusto Comte também passou do “corpo” para as “funções intelectuais e morais”, isto é, da biologia para a moral, quando o certo era passar do “corpo” para a sociologia (que trata das leis intelectuais e físicas coletivamente), e só depois para a moral (que trata das leis morais, intelectuais e físicas no homem propriamente dito).

Mas apesar da correção, ela ainda não funcionou no próprio *Sistema*. Surgiu nele, mas não pôde prevalecer suficientemente nele<sup>310</sup>. Enfim se chega à moral e à explicitação da promessa do seu tratado<sup>311</sup>.

<sup>308</sup> “Devo agora completar a instituição da filosofia segunda caracterizando suas duas últimas partes, cuja irrevogável separação resume a principal superioridade do presente tratado sobre minha obra fundamental. Embora esta apreciação deva sobretudo concernir à moral, é preciso inicialmente indicá-la em relação à sociologia, à qual será consagrado o tomo sexto da enciclopédia abstrata. Mas, a partir da elaboração cumprida neste tratado que termino, esta sistematização final se reduz essencialmente a combinar em um só os dois volumes nos quais respectivamente constituí as duas partes da ciência social.” (p. 228).

<sup>309</sup> “Estas duas apreciações [a introdução e a conclusão] se tornam aí [na sociologia] mais urgentes e mais difíceis do que nos casos anteriores, pois a aproximação do fim dispõe a saltar os degraus. Quando se esboçou a biologia, tenta-se fundar a moral, sem ter instituído a sociologia; e a iniciação individual tenderá sempre a reproduzir esta precipitação espontânea da evolução coletiva. Minha carreira não se tomou decisiva senão pela construção da ciência social, da qual importará constantemente motivar a interposição necessária, embora esta explicação não exija mais os esforços e os desenvolvimentos que demandou de mim. Após ter estudado primeiramente o meio, depois o corpo, é preciso começar o estudo sistemático da alma, desvelando as leis, estáticas ou dinâmicas, da inteligência e da atividade, a partir da existência coletiva, diretamente relativa ao Grande-Ser. Sua apreciação conduz a completar a ciência sagrada estudando a verdadeira unidade, para desenvolver e consolidar a verdadeira Providência, regando os sentimentos, os pensamentos e os atos de seus servidores voluntários.” (p. 228-229).

<sup>310</sup> “Vê-se que este plano [do futuro tratado de sociologia] consiste em condensar a dupla elaboração própria ao tratado que termino, sem exigir nenhuma concepção verdadeiramente nova, após ter separado a moral, cujo acontecimento, surgido de meu trabalho, não pôde prevalecer suficientemente nele. Quanto ao estudo direto do estado normal, ele pertence à ciência final, em relação à qual a sociologia constitui uma última preparação. Mas a necessidade de uma tal separação não deve fazer jamais desconhecer a afinidade mais pronunciada que as duas metades da ciência sagrada apresentam, comparativamente às diversas partes da ciência profana.” (p. 229).

<sup>311</sup> “Todo o resto do presente capítulo deve concernir à ciência final, ponto de chegada normal das teorias quaisquer, e fonte comum das concepções práticas. Até então a especulação permanecia, mesmo em sociologia, abstrata e preparatória, a partir da separação decrescente entre o sujeito e o objeto. Mas aqui sua plena coincidência institui o estado definitivo da razão humana; pois o

Note-se, neste texto da nota 311, em primeiro lugar, que a moral é o ponto de chegada das teorias e fonte das “concepções práticas”. Retorna-se a última porção que o sujeito ainda abstraía do objeto de conhecimento, isto é, ele próprio (mas sem nenhuma *introspecção*). A “análise objetiva” chega na última parte e se identifica com a “síntese subjetiva”. O objeto do dogma atinge a mesma extensão do objeto já cultuado. E começa o retorno da ação, do “regime”: agir sobre si, sobre e com o coletivo, sobre a vida e sobre o mundo. Neste sentido é estabelecida a ponte “entre a existência teórica e a vida ativa”. Mais adiante se fala também de “enciclopédia concreta”, o que acabará pondo três termos, teoria, prática e concreto, ao invés de apenas teoria e prática, conforme já comentamos anteriormente.

Em segundo lugar, note-se o esclarecimento explicitador do dualismo entre a especulação, a “moral teórica, isto é, o estudo direto do homem”, e “sua aplicação à moral prática, destinada a reger a vida humana”<sup>312</sup>. Trata-se,

---

desenvolvimento da análise objetiva completa aí o estabelecimento da síntese subjetiva. Em uma palavra, o dogma se une ao culto, a fim de sistematizar o regime. É lá que se opera a transição geral entre a existência teórica e a vida ativa. Todavia, o tomo sétimo da filosofia segunda deve conservar o caráter especulativo de um tal conjunto, a fim de marcar melhor sua terminação sintética. As explicações que vou indicar devem, portanto, ter somente em vista a moral teórica, isto é, o estudo direto do homem, reservando ao capítulo seguinte sua aplicação à moral prática, destinada a reger a vida humana. Mas o tratado especial que acima prometi sobre a ciência suprema limitará esta divisão a distinguir os dois volumes que o comporão, em conformidade com seu duplo título, *Sistema de moral positiva*, ou *Tratado sobre a educação universal*. É sob este segundo título que o anunciei, em 1842, no fim de minha obra fundamental, na qual eu não tinha ainda separado a moral da sociologia. Desde que esta separação decisiva foi irrevogavelmente estabelecida, de mais em mais senti que o estudo direto da arte humana devia ser especialmente precedido pela construção da ciência humana, que até então não pudera surgir distintamente. Eis como, ao invés de um só volume conforme eu tinha inicialmente prometido, esta obra terá dois tomos, nos quais serão respectivamente tratadas a moral teórica e a moral prática, segundo a feliz ambigüidade do termo moral, que representa a síntese universal. Devo aqui limitar minhas indicações ao tomo primeiro, que formará o sétimo e último volume da filosofia segunda, instituindo a ciência sintética, a partir das bases fornecidas pela hierarquia das ciências analíticas. A introdução religiosa deste tratado final deverá, ...” (p. 230-231).

<sup>312</sup> Na p. 55 a moral teórica e a moral prática são estudo da natureza humana e direção da conduta humana, são “elaborações, tanto teóricas quanto práticas”: “Ora, o estado sintético exige que cada teoria positiva se tome um afluente normal da ciência na qual o homem estuda sua natureza para dirigir sua conduta. Pois o regime analítico prevalece até que as leis da materialidade, completadas por aquelas da vitalidade, sejam restabelecidas ao domínio direto, primeiramente coletivo, depois individual, da humanidade, única fonte da unidade especulativa. Eu não poderia melhor caracterizar uma tal convergência senão a especificando em relação ao principal problema da moral, o desenvolvimento contínuo dos instintos simpáticos, que seria suficiente para consagrar todas as suas elaborações, tanto teóricas quanto práticas.” Na p. 181 elas são estudo da nossa natureza e regimento da nossa existência: “Diretamente emanada da teoria fundamental do Grande-Ser, e plenamente idealizada pelo culto, a primeira [a constituição sintética do dogma positivo] condensa todas as doutrinas na moral, na qual estudamos nossa natureza a fim de reger nossa existência.” Na p. 406 elas são estudo e aperfeiçoamento de nossa natureza: “Até que o positivismo cumpra, invocando a Humanidade, a síntese moral e poética esboçada pelo catolicismo ao nome de Deus, o místico resumo da idade média nos servirá de guia diário para estudar e aperfeiçoar nossa natureza.” Na *Carta a George Frederick Holmes*, de 15/10/1853, fala-se de estudo e melhoramento da natureza humana: “Pois a verdadeira unidade mental devendo resultar da preponderância universal da moral, na qual a natureza humana é estudada a fim de a melhorar, este ascendente normal deve ser

respectivamente, de "ciência humana" e de "arte humana", "ciência sintética" e educação. Mesmo tendo usado a expressão "ciência moral" até 1841-1842 (ver acima, na nota 40), ele diz que até 1842 a "ciência humana" "não pudera surgir distintamente". Compreende-se que nesse tempo (e até o capítulo primeiro do *Sistema II*) ela se localiza entre a biologia e a sociologia, isto é, no final da primeira e no começo da segunda e, portanto, não era *distinta*. Era ciência como parte da biologia e da sociologia, que são ciências, mas não uma ciência separada, distinta, como cada uma delas é.

Trata-se de um tratado ("sobre a ciência suprema") com dois volumes. Ao tratado sobre a educação se prepõe o tratado de moral: "*Sistema de moral positiva, ou Tratado sobre a educação universal*". Temendo, talvez, a crítica, Augusto Comte retoma a expressão "feliz ambigüidade" em relação ao "termo moral, que representa a síntese universal".

Na seqüência Augusto Comte explicita a superioridade formal e material da moral, por causa do método subjetivo e por ter por objeto o homem <sup>313</sup>.

O método subjetivo é aquele que coloca o objeto do ponto de vista do homem, mesmo tendo que conformar a subjetividade à realidade. Ele pode idealizar os objetos reais em vista de um aperfeiçoamento, pode criar "meios subjetivos", seres fictícios, etc., conforme a utilidade para o homem individual e ou coletivo. Trata-se do método que fez a "teoria subjetiva do cérebro ou alma", que já agia no *Discurso preliminar*, e do qual o próprio *Curso* já propunha a conciliação com o método objetivo que então vigorava.

Quanto ao objeto, a superioridade consiste em que, se as ciências anteriores já traduzem o ponto de vista humano, na moral o objeto é o próprio ponto

---

potentemente secundado pelas impulsões emanadas das necessidades sociais." (*Correspondência VII*, p. 136-137). Enfim, na *Carta a Audiffrent*, de 21/12/1854, elas são conhecimento e governo: "É assim que a ciência e a arte tendem por toda parte a se fundir finalmente na moral, que, teórica, estabelece o conhecimento, e, prática, o governo, da natureza humana, único objeto de nossas sãs especulações." (p. 284).

<sup>313</sup> "Será preciso diretamente caracterizar a superioridade, lógica e científica, da ciência moral, em relação à qual todas as outras não constituem senão preparações necessárias. É unicamente assim que se apreende o conjunto do método positivo, após ter apreciado a dedução em matemática, a observação em astronomia, a experimentação em física, a nomenclatura em química, a comparação em biologia, e a filiação em sociologia. Com efeito, o método subjetivo, próprio da moral, constitui um sétimo degrau, único apto a reger todos os outros, a partir de uma inteira coincidência entre o objeto e o sujeito, sempre separados até lá, embora de menos em menos. Esta coincidência se torna também a fonte da superioridade da ciência final quanto à doutrina, que não poderia de outro modo comportar uma plena racionalidade. O ponto de vista humano estando misturado subjetivamente em todos os aspectos teóricos, o estudo prévio destes não pode jamais proporcionar senão noções incompletas, que sempre esperam uma sistematização que emana somente do conhecimento do homem." (p. 231-232).

de vista humano. Trata-se também, sem dúvida, do ponto de vista individual, mas sobretudo do ponto de vista coletivo. É neste sentido que Augusto Comte afirma que os pensamentos e os atos, as leis intelectuais e físicas, os 3 estados teóricos e os 3 estados práticos, são objeto da sociologia, como fenômenos coletivos, isto é, que só são possíveis pelo desenvolvimento coletivo.

Finalmente se chega ao balanço final antes da caracterização do volume de moral teórica <sup>314</sup>. Como se pode ver neste texto da nota 314, a “ciência profana” estuda o “meio” e o “corpo”, isto é, a biologia dos seres vivos, mas sem passar aos seres vivos intelectuais e transformadores (agentes). Estes são estudados pela “ciência sagrada” sociologia, mas sem o “sentimento”, o que não permite “apreciar senão resultados, cuja fonte e destinação” pertencem à “ciência sagrada” moral. Note-se que aqui o objeto da moral é o sentimento, fonte dos pensamentos (da inteligência) e destinação dos atos (da atividade).

O que livrou o *Sistema* desta dificuldade foi a mescla da “elaboração da moral” à “construção da sociologia”. O *Curso*, por sua vez, teve que ir estudando a moral na medida em que a sociologia exigia (“É assim que minha obra fundamental provisoriamente evitou a obrigação de instituir a sociologia estática antes de abordar a dinâmica social, estudando incidentemente a existência à medida que o [estudo do] movimento exigia.”).

---

<sup>314</sup> “Depois que a ciência profana esboçou convenientemente o conhecimento do meio completado por aquele do corpo, a ciência sagrada aborda o estudo sistemático da alma, apreciando a existência coletiva, primeiro estática, depois dinâmica. Mas este exame necessário constitui somente uma última preparação, cujo caráter incompleto permanece irrecusável. Sente-se nele que o estudo especial da inteligência e da atividade estando aí separado daquele do sentimento, não permite apreciar senão resultados, cuja fonte e destinação pertencem à ciência seguinte. Se esta falsa posição do espírito não se manifesta no tratado que termino, isto acontece unicamente porque a elaboração da moral se encontra aí misturada espontaneamente na construção da sociologia. É assim que minha obra fundamental provisoriamente evitou a obrigação de instituir a sociologia estática antes de abordar a dinâmica social, estudando incidentemente a existência à medida que o [estudo do] movimento exigia. Sem me fazer nenhuma ilusão sobre a natureza e a destinação da dupla carreira que o conjunto da evolução humana me marcou, sempre senti que o desenvolvimento da sistematização final pertenceria aos meus sucessores. Para mim estava reservado somente pôr as bases diretas, e caracterizar o espírito, após ter concebido o plano. Em uma palavra, eu devia instituir a religião positiva, mas sem poder a constituir. Apesar da superioridade sistemática de minha construção religiosa sobre minha fundação filosófica, o tratado que termino não poderia comportar a racionalidade completa a qual eu sempre aspirava. Pois a separação normal entre a sociologia e a moral, única sinteticamente decisiva, surgiu enquanto eu executava uma elaboração que ela devia dominar. A atitude que uma dogmatização direta exigia não podia prevalecer irrevogavelmente senão neste volume final, depois do conjunto das preparações sucessivas que, ousado dizer, não convinhm menos ao público do que a mim mesmo. Devo, pois, acabar de caracterizar, aqui, uma sistematização decisiva, da qual o resto de minha carreira me reserva somente a execução normal dos dois termos extremos da filosofia segunda, entre os quais meus sucessores intercalarão cinco degraus necessários.” (p. 232-233).

A separação da moral é tão importante, que ter sido tardia joga "o desenvolvimento da sistematização final" aos sucessores. Tamanha é a quase sinonímia, a transitividade entre moral e religião, que, se em trecho anterior se fala do termo "moral" como representando a síntese universal (p. 230-231, nota 311), aqui se passa indistintamente para a religião como sistematização final: "Em uma palavra, eu devia instituir a religião positiva, mas sem poder a constituir.". A separação tardia revela que o *Sistema* "não poderia comportar a racionalidade completa" aspirada.

Para Augusto Comte "estava reservado somente pôr as bases diretas, e caracterizar o espírito, após ter concebido o plano", em relação à "sistematização final". A atitude exigida só passou a existir neste volume quatro. Conformado, ele vai passar a caracterizar o futuro volume de moral teórica: "Devo, pois, acabar de caracterizar, aqui, uma sistematização decisiva, da qual o resto de minha carreira me reserva somente a execução normal dos dois termos extremos da filosofia segunda, entre os quais meus sucessores intercalarão cinco degraus necessários.".

Feito o balanço, Augusto Comte passa a caracterizar os capítulos do futuro volume de moral teórica <sup>315</sup>.

Eis, portanto, no texto da nota 315, o volume um do tratado de moral, a moral teórica. Serão sete capítulos. Mas os três primeiros quase nem são moral, e sim base dela, isto é, "doutrinas sobre as quais repousa diretamente o conjunto da ciência moral". Trata-se, no capítulo 1, da "teoria positiva da natureza humana", a partir da "concepção subjetiva da harmonia cerebral", isto é, da antropologia subjetiva condensada no "Quadro cerebral". Sobre esta antropologia, o segundo capítulo tratará do coletivo, da humanidade, única "que apresenta o desenvolvimento

<sup>315</sup> "Após ter considerado suficientemente a introdução própria ao último volume da enciclopédia abstrata, é preciso apreciar, mais especialmente do que para os outros tratados, os sete capítulos dos quais ele é composto. Consagrarei os três primeiros ao estabelecimento sistemático das doutrinas gerais sobre as quais repousa diretamente o conjunto da ciência moral. O capítulo inicial instituirá a teoria positiva da natureza humana, a partir de minha concepção subjetiva da harmonia cerebral. Sobre esta base, o segundo capítulo construirá a teoria do Grande-Ser, único que apresenta o desenvolvimento decisivo de uma tal existência. Então o terceiro capítulo poderá diretamente estabelecer a teoria definitiva da verdadeira unidade, cuja natureza e fonte estarão assim determinadas. Eis como o tratado que acabo contém todos os princípios fundamentais daquele que anuncio, mas sem poder dispensar de sua elaboração sintética. Nos seus quatro outros capítulos, o tomo final da filosofia segunda deve diretamente instituir a ciência indivisível do homem, estabelecendo as leis reais de nossa existência normal, a partir do conjunto das fatalidades que nos dominam. O quarto capítulo concernirá ao corpo, cujo estudo não pode ser senão preparatório em biologia, mesmo em relação aos animais, por falta das únicas noções cerebrais que permitem conceber a sua harmonia. Então os três últimos capítulos serão diretamente dedicados ao estudo especial da alma, estabelecendo as leis gerais da existência sintética, primeiramente afetiva, depois especulativa, enfim ativa." (p. 233-234).

decisivo” dessa “natureza humana”. Só o coletivo consegue desenvolver a atividade e a inteligência, e, como conseqüência do desenvolvimento delas, o sentimento. Em seguida o terceiro capítulo fará (poderá fazer) a teoria da unidade, isto é, da religião, a partir daquela fôrma (a antropologia) e desde esse motor (o coletivo). Trata-se de unificar o indivíduo sob o amor e ligar os indivíduos sob a ordem social e natural.

Os quatro outros capítulos farão o que parece ser a moral teórica propriamente dita, “... a ciência indivisível do homem, estabelecendo as leis reais de nossa existência normal, a partir das fatalidades que nos dominam.”. Trata-se do corpo humano, isto é, do corpo que tem cérebro, no capítulo 4, e do cérebro ou alma do corpo humano nas suas três partes: coração, espírito e caráter, isto é, leis morais (afetivas), intelectuais (especulativas) e físicas (ativas).

O único capítulo sem tratamento anterior é o capítulo 4, o qual Augusto passa, coerentemente, a caracterizar <sup>316</sup>.

Trata-se de completar o “Quadro cerebral”, no sentido de “considerar as funções exteriores do aparelho central”, sobretudo quanto ao conhecimento: “determinar, pelo método subjetivo, o número e a posição dos gânglios cerebrais que presidem” o conhecimento, e “a enumeração prévia dos sentidos propriamente ditos”. Seria, talvez, se pudesse ter sido escrita, uma espécie de gnosiologia ou teoria do conhecimento. Augusto Comte diz que se trata da realização da doutrina esboçada por Cabanis: “Após este duplo preâmbulo, o capítulo que caracterizo deve sobretudo estudar as relações corporais da principal região do cérebro. Seu conjunto constituirá a doutrina, tão dignamente esboçada por Cabanis, sobre as relações gerais entre o físico e o moral do homem.” (p. 237) <sup>317</sup>.

<sup>316</sup> “Um tal trabalho [o capítulo 4, sobre o corpo] deve principalmente consistir em completar e sistematizar minha teoria subjetiva do cérebro, a partir das bases lógicas e científicas estabelecidas no tomo primeiro do tratado que termino. Para isto, deve primeiramente considerar as funções exteriores do aparelho central, sobretudo seu ofício sensitivo, em relação ao qual minhas indicações iniciais deixaram muitas incertezas. É preciso, como já fiz quanto aos órgãos da alma, determinar, pelo método subjetivo, o número e a posição dos gânglios cerebrais que presidem as relações passivas do ser com o meio. Esta pesquisa exige a enumeração prévia dos sentidos propriamente ditos.” (p. 234-235).

<sup>317</sup> Em 1857 Augusto Comte trabalhava para viabilizar o tratado de moral e sobre o capítulo 4: “Durante o presente ano meu descanso não é senão aparente e consiste, sem nada escrever, na elaboração meditativa dos dois volumes da *Moral positiva*. Pois sentis que quando eu tiver, no próximo ano, terminado um, não terei senão um puro repouso a cumprir, durante alguns meses, antes de abordar o outro, que devo, portanto, preparar desde 1857. Trata-se aqui de minha obra final, que não comportará mais reparação essencial e sobre a qual devo hoje concentrar todos os esforços que sua alta dificuldade exige, sobretudo quanto ao volume de 1858, do qual já elaboro a grande doutrina da harmonia vital entre o corpo e o cérebro.” (*Carta a Audiffrent*, 16/1/1857, *Correspondência VIII*, p. 385); “... grande preparação meditativa à qual este ano é exclusivamente dedicado. Estou definitivamente amarrado, por cinco anos, à *Síntese subjetiva*, que vou elaborar continuamente, sob

À “enciclopédia teórica” ou “abstrata”, como antecipamos acima, Augusto Comte junta a “enciclopédia concreta”, através da moral. Ambas mais a moral prática (enciclopédia prática? das artes? hierarquia das artes?) constituem (com nove volumes), por enquanto, “a sistematização final do dogma positivo” <sup>318</sup>. “Tendo suficientemente apreciado a conclusão sintética do tomo final da filosofia segunda, a enciclopédia teórica se encontra convenientemente caracterizada. Eu não podia aqui definir melhor seu conjunto do que indicando especialmente cada um dos sete tratados cuja sucessão hierárquica deverá a constituir, embora só a execução dos dois extremos me esteja reservada. Mas, para ter plenamente instituído a sistematização final do dogma positivo, devo terminar este capítulo indicando a filiação normal da enciclopédia concreta em relação à enciclopédia abstrata. Vê-se surgir esse complemento no tratado do qual acabo de terminar o programa. Pois não considere até agora senão o primeiro dos dois volumes que o comporão, conforme a promessa formulada acima. Eu não devia me ocupar especialmente do segundo, suficientemente caracterizado no discurso preliminar da obra que termino, e a partir do conjunto do presente capítulo, além do início do seguinte. Mas este tomo final do tratado que termina a enciclopédia abstrata a reúne espontaneamente à enciclopédia concreta, passando da moral teórica à moral prática. A educação constitui, com efeito, a primeira das artes, a única plenamente geral, aquela que aperfeiçoa a ação melhorando o agente.” (p. 245-246).

Quanto à moral prática ou educação, Augusto Comte diz já tê-la caracterizado no *Discurso preliminar*, no conjunto deste capítulo 3, e no início do capítulo seguinte, o capítulo 4, na seqüência. Neste, de fato, retoma-a: “Devo agora examinar o principal ofício do clero positivo, caracterizando a educação universal, da

---

diversos modos, até que ela esteja inteiramente acabada. (...), sobretudo em relação aos dois tomos da *Moral positiva* e especialmente quanto ao primeiro, no qual estou principalmente ocupado em sistematizar a harmonia vital a partir das relações fundamentais entre o corpo e o cérebro.” (29/1/1857, p. 394). Em maio o capítulo já está “esboçado”: “... tomo biológico da enciclopédia abstrata, caracterizado, sob todos os aspectos essenciais, no fim de minha *Política* e logo esboçado pelo principal capítulo de minha *Moral*.” (28/5/1857, p. 479).

<sup>318</sup> Logo se acrescentou o volume de “filosofia primeira” (Esta consiste nas “... quinze leis universais, precedidas da teoria positiva da abstração e seguidas pela hierarquia enciclopédica.”: *Síntese Subjetiva I*, p. 67. A promessa do volume sobre a filosofia primeira foi feita na *Décima primeira confissão anual* [12ª, segundo R. T. Mendes], escrita de 12 a 14/10/1856: *Correspondência VIII*, p. 316.), e se passou a falar então de *Síntese subjetiva*, com 10 volumes. Como já fizemos notar anteriormente, apesar de normalmente Augusto Comte utilizar teoria e prática, aqui até se poderia entender uma sucessão ternária: teoria, prática e concreto; hierarquia das ciências, das artes ou belas-artes e das técnicas ou práticas (ou regras técnicas, regras práticas, regras concretas). Se a moral se tornou a 7ª ciência, Augusto Comte nunca avançou nenhuma indicação no sentido da educação ou moral prática se tornar uma 8ª ciência.

qual ele cumpre a sistematização. Suficientemente esboçada no meu discurso preliminar, uma tal explicação não tem mais necessidade aqui senão de ser completada, coordenada, e sobretudo resumida, salvo as retificações secundárias que a execução deste tratado que termino gradualmente sugeri. A educação positiva institui a unidade real, ensinando-nos a viver para outrem. Destinada a nos adaptar ao serviço contínuo do Grande-Ser, ela permanece sobretudo moral, mesmo se tomando intelectual. Fundada sobre a existência natural das inclinações simpáticas, ela lhes subordina os instintos pessoais, ..." (p. 259-260).

Como se pode notar, a imbricação da educação com a moral e com a religião avançou muitíssimo. Além da educação se identificar com a moral prática, "A educação positiva institui a unidade real ...", ou seja, a educação institui a religião real, "... ensinando-nos a viver para outrem.", isto é, ensinando-nos a praticar a máxima moral <sup>319</sup>. A educação nos adapta ao serviço da divindade, isto é, constrói os seus servidores e, com os que vingarem, a própria divindade. Além disso, assim como a moral teórica propriamente dita se funda na natureza humana, assim também a educação ou moral prática se funda na "existência natural das inclinações simpáticas", mas em um sentido prático, isto é, para lhes subordinar os instintos pessoais. A educação deve viabilizar a preponderância do amor e, deste modo, a preponderância do coletivo.

Na seqüência do capítulo 4 Augusto Comte discorre sobre as várias fases da educação ou moral prática. Enquanto a instrução termina aos 28 anos, a educação continua na vida inteira <sup>320</sup>, e sobretudo a educação moral <sup>321</sup>.

<sup>319</sup> Na p. 88 é a religião que ensina a "viver para outrem" e torna "artificialmente altruísta": "Nada pode caracterizar melhor o estado plenamente sintético [do que o dogma positivo da humanidade], no qual todos os nossos conhecimentos, teóricos e práticos, condensam-se na moral. Destinada sobretudo a nos ensinar a viver para outrem, a religião deve essencialmente consistir em regularizar a cultura direta dos instintos simpáticos. Ela se reduziria mesmo a isto, se nossas necessidades materiais não exigissem o duplo complemento resultante do dogma e do regime, a fim de tornar artificialmente altruísta a reação naturalmente egoísta de nossa atividade contínua."

<sup>320</sup> Desde a concepção: "Mas antes vos convido a guardar a cópia anexa, há muito tempo preparada para vós, do plano de minha *Moral positiva*. Notareis, na segunda parte, que faço remontar a educação até a concepção, de maneira a incluir o estado fetal, aperfeiçoando a presidência materna e a influência social que ela transmite." (*Carta a Audiffrent*, 24/3/1857, *Correspondência VIII*, p. 413-414). Quanto à relação entre estudos literários e científicos, ver na *Carta a Léon Landmann*, de 7/7/1857 (*Correspondência VIII*, p. 519).

<sup>321</sup> "Enquanto esta [a instrução] acaba com a idade preparatória, aí incluso o seu complemento prático, a outra [a educação] se prolonga necessariamente durante toda a duração da vida objetiva, que constitui uma preparação contínua à existência subjetiva, única verdadeiramente fixa. Quando nossas aquisições teóricas e práticas cessam de oferecer algo essencial, nossos sentimentos exigem e comportam um notável aperfeiçoamento, que normalmente persiste até a morte, sobretudo em relação ao nosso domínio sobre nós mesmos. Mas este progresso espontâneo pode e deve ser

Além das novidades constituídas pela promessa do tratado de moral, pela promessa da *Síntese Subjetiva*, e pelo avanço do estreitamento da imbricação e transitividade entre religião, moral e educação, outra novidade é o alinhamento de expressões que acentuam (e revelam) cada vez mais a preponderância do sentimento (do subjetivo, da subjetividade, da síntese subjetiva), na obra de Augusto Comte. Neste sentido, em primeiro lugar recordemos da quase sinonímia entre religião e moral. Aquela engloba esta, e esta constitui o núcleo daquela; ao mesmo tempo as necessidades morais exigem uma ou outra religião, e a moral é o amálgama que constitui a unidade <sup>322</sup>. Por sua vez, fala-se também de preponderância e dominação do sentimento, e dele como “domínio essencial da moral” <sup>323</sup>. Concomitantemente a arte passa a ser mais empregada do que a ciência e a filosofia <sup>324</sup>. E se fala também de “supremacia feminina” <sup>325</sup>, de “supremacia do

---

secundado por todas as influências contínuas que contribuem para a nossa educação moral.” (p. 297).

<sup>322</sup> “É assim que a positividade, sempre caracterizada pela realidade combinada com a utilidade, encontra enfim seu principal domínio, ao mesmo tempo teórico e prático, no estudo e na cultura dos instintos benevolentes [moral]. A verdadeira unidade [religião], tanto individual quanto coletiva, resulta de sua preponderância normal, pois eles constituem igualmente a fonte da ordem e o termo do progresso.” (p. 48); “Intelectualmente apreciada, a construção própria deste volume cumpre, portanto, a condição exterior da unidade real, acabando de ligar o homem ao mundo. Mas, moralmente vista, ela é decisiva também em relação à sua condição interior, pois ela faz diretamente resultar a síntese da simpatia.”; “Um tal resultado é tão conforme ao princípio da síntese relativa quanto à sua destinação, pois a ordem intelectual e moral constitui o domínio essencial do positivismo.” (p. 525). Institui-se a verdadeira religião sistematizando a moral: “Aquele que o Grande-Ser encarrega de instituir a verdadeira religião sistematizando a moral positiva, não podia ele próprio escapar desta lei; ...” (p. 551). Vejamos também nas p. 514: “... realizando suas [dos melhores conservadores da teocracia] invencíveis aspirações à religião universal, pela preponderância sintética da moral.” e 526-527: “Desde então, o segundo volume pôde instituir a síntese universal, a partir da supremacia teórica da moral, ...”.

<sup>323</sup> “A presidência enciclopédica da moral será diretamente realizada nele [neste tomo final], a partir da convergência normal de todas as teorias positivas para reger a conduta geral dos povos e dos indivíduos. Esta constituição definitiva da síntese humana pode ser utilmente resumida a partir de sua correspondência necessária com nossa natureza cerebral. Embora eu tenha sempre proclamado a universal preponderância do sentimento, eu devia até agora fixar principalmente a atenção sobre a inteligência e a atividade, que prevalecem em sociologia. Mas seu desenvolvimento decisivo tendo agora chegado na época de sua verdadeira sistematização, esta destinação final conduziu a fazer explicitamente a dominação do sentimento, domínio essencial da moral.” (p. 5).

<sup>324</sup> “Agora que é preciso diretamente reger nossos meios quaisquer, a religião deve empregar mais a arte do que a ciência, como mais próxima do princípio da unidade. Embora uma e a outra tendam, sob uma viciosa cultura, a superexcitar o orgulho e a vaidade, o desenvolvimento teórico exerce, além disto, uma reação moral mais perniciosa, que ele não pode jamais evitar, desviando da vida afetiva pela concentração que ele exige. (...). Mesmo em relação à elaboração objetiva que a nossa sabedoria exige, ela [a arte] participa mais na apreciação da ordem mais importante e mais escondida, pois a poesia antecipa até hoje a filosofia por esboçar as leis intelectuais e sobretudo morais.” (p. 52).

<sup>325</sup> “Como a tendência em direção à unidade fornece a melhor medida da inteligência, a supremacia feminina se torna evidente quando se considera a disposição espontânea do sexo amante a fazer sempre prevalecer a moral, único ponto de chegada de todas as nossas concepções.” (p. 63).

culto”<sup>326</sup>, de “preponderância do coração”<sup>327</sup>, de regramento de todos os métodos pelo método subjetivo<sup>328</sup> e se acrescentará uma 7ª acepção ao termo “positivo”, sentido que exatamente representa toda essa inflexão<sup>329</sup>.

Finalmente, a utopia da reprodução exclusivamente feminina se torna o resumo do “conjunto de nosso aperfeiçoamento, físico, intelectual e moral” (p. 273), “... um progresso característico que representa a universal preponderância da moral.” (p. 274), o “resumo sintético da religião positiva”: “Eis como sou conduzido a representar a utopia da Virgem-Mãe como o resumo sintético da religião positiva, da qual ela combina todos os aspectos.” (p. 276).

Uma última novidade em relação ao *Sistema IV* se refere à divisão entre “filosofia natural” e “filosofia moral”. Se ela devia acabar, na medida em que tudo fosse sendo visto como natural, sob leis naturais, isto é, na medida em que a mentalidade positiva fosse superando a mentalidade metafísica na explicação dos fenômenos sociais e morais, como esta superou a mentalidade teológica<sup>330</sup>; e se no *Catecismo positivista* se fala que ela “se prolongou até nossos dias” e “... deve, assim, presidir à última transição da razão ocidental, dirigida pelo positivismo.”<sup>331</sup>,

<sup>326</sup> “Todavia, é preciso instituir a supremacia normal do culto tendo suficientemente em conta suas relações necessárias com o dogma e o regime, que permanecerão constantemente indispensáveis, embora de menos em menos, à sua destinação moral.” (p. 89).

<sup>327</sup> “Sob o aspecto moral, a passagem [direta do fetichismo ao positivismo] é mais fácil, pois o positivismo se limita a sistematizar a preponderância do coração sobre o espírito, espontaneamente erigida pelo fetichismo a base contínua da síntese humana. Só a assimilação fictícia da ordem exterior pela ordem humana pode permitir à religião final completar nossas concepções e desenvolver nossas emoções, sem suscitar nenhum perigo para quem aprecie sempre a natureza subjetiva de uma tal instituição.” (p. 517).

<sup>328</sup> “Com efeito, o método subjetivo, próprio da moral, constitui um sétimo degrau, único apto a reger todos os outros, a partir de uma inteira coincidência entre o objeto e o sujeito, sempre separados até lá, embora de menos em menos.” (p. 231).

<sup>329</sup> “Entre as sete acepções que ele [o título de positivista] combina, a última, que eu não podia suficientemente sentir sem você, permanece a menos apreciada, embora seja a mais decisiva, concernindo diretamente à única fonte da verdadeira unidade. Até aqueles que melhor reconhecem a conexão necessária entre as seis características próprias ao espírito positivo, ao mesmo tempo real, útil, certo, preciso, orgânico, e mesmo relativo, não cumpriram suficientemente sua regeneração a ponto de ligar os títulos intelectuais à qualificação moral. Mas, embora eu seja ainda a única alma para a qual *positivo* tenha se tomado também, graças a você, o equivalente de *simpático*, não duvido de que todos os meus verdadeiros discípulos logo me seguirão até lá, sob a irresistível impulsão da síntese que acabo de terminar. Então o conjunto da revolução ocidental será familiarmente resumido pela plena regeneração de um termo fundamental, que doravante caracterizará a melhor moralidade, sem perder as vantagens próprias à sua materialidade primitiva.” (p. 547).

<sup>330</sup> Com relação a esta questão no *Curso*, ver, por exemplo, acima, no nosso texto entre as notas 103 e 105 e entre as notas 116 e 118.

<sup>331</sup> P. 104-105. Ver o texto inteiro acima, na nota 269. Na *Carta ao czar Nicolas*, de 20/12/1852, ele diz que “Na verdade, esta submissão [do espírito moderno aos dogmas científicos] permanece limitada ainda à filosofia natural. Mas sua continuada extensão indica suficientemente que ela pode abraçar também o domínio moral e social, contanto que as teorias superiores sejam elaboradas a partir do mesmo método que regenera as inferiores.” (*Correspondência VI*, p. 453). Note-se, nesta

no *Sistema IV* ela é prolongada, e até perpetuada, só que transformada em constituição binária que será a mais utilizada <sup>332</sup>.

#### 1.4.3. Escritos de 1855 em diante

Este tempo compreende os escritos de 1855 e 1856, e as cartas de 1855 a 1857 <sup>333</sup>.

O *Apelo*, escrito de 3/6 a 10/7/1855 (o Prefácio é de 17/7), dirigido especialmente "aos homens de Estado ocidentais", e com a intenção de conciliar os revolucionários e os retrógrados (católicos) sob os conservadores <sup>334</sup>, contém 71 referências diretas à moral. Trata-se de uma nova sistematização, sem maiores novidades.

A quase sinonímia entre a religião e a moral continua do mesmo modo. Reconstruir a "disciplina espiritual", fazer a "reconstrução religiosa" é fazer a moral

---

citação, que a submissão não é automática, compulsória. Haveria aqui uma possível nova antecipação de uma *retratação* implícita em relação à negação ou diminuição da liberdade? Rever a nota 194, acima.

<sup>332</sup> "Antes de buscar a instituição sintética dos sete tratados destinados a fixar a constituição analítica do dogma positivo, devo caracterizar aqui a separação especial que, no seu encadeamento geral, sempre se fará sentir entre os cinco primeiros e os dois últimos. A divisão histórica da filosofia segunda em filosofia natural e filosofia moral não convém somente à iniciação abstrata, individual ou coletiva. Prolongando os motivos que a fizeram espontaneamente surgir, reconhece-se que ela deve finalmente se tornar, tanto junto aos teóricos quanto entre os práticos, a mais usual das constituições binárias que o dogma positivo comporta. (...). É preciso ver, portanto, o principal dualismo do entendimento como definitivamente resultado da distinção, primeiramente espontânea, depois sistemática, entre a ordem humana e a ordem exterior, cujos estudos devem ser comparados sob os nomes expressivos de ciência sagrada e ciência profana." (p. 226). Vejamos também em dois trechos anteriores: "Uma só decomposição desta [constituição analítica] fornece dois modos binários, um mais objetivo e mais dogmático, outro mais subjetivo e mais histórico. O primeiro consagra a divisão mais clara que comporta o conjunto das especulações reais, distinguindo nele o domínio inorgânico e o sistema orgânico, ou o estudo da terra e aquele do homem, a cosmologia e a sociologia. No segundo, a economia universal se decompõe separando a ordem exterior ou física e a ordem humana ou moral; de onde resulta a divisão da filosofia geral em natural e moral." (p. 188) e "Logicamente apreciada, a parte superior da filosofia natural completa a relatividade, surgida de sua parte inferior, e desenvolvida por sua parte média, para fundar a filosofia moral." (p. 220).

<sup>333</sup> Para conferir as 320 referências diretas à moral, ver os Apêndices 12 e 13, no CD que acompanha este trabalho.

<sup>334</sup> Estes serão, segundo Augusto Comte, os construtores, os positivistas, isto é, os verdadeiros conservadores, os que conservam melhorando: "Quando se quiser substituir por um termo único as duas combinações atualmente próprias para caracterizar aqueles que conciliam a ordem e o progresso, o nome de construtor distinguirá este partido dos dois campos opostos que persistem em sonhar a demolição ou a retrogradação. Mas este título, que marca a disposição a construir sem determinar a natureza da construção, será logo absorvido na qualificação de positivista, única apta para definir o conjunto das tendências orgânicas, tanto religiosas quanto políticas." (p. 114-115).

prevalecer sobre a política <sup>335</sup>, e fazer a “cultura simpática” prevalecer sobre a “atividade material” <sup>336</sup>. A ligação que a religião é, é feita pela moral; a unidade é feita na Humanidade, que é o Deus da religião <sup>337</sup>. Trata-se de uma fé que, ao mesmo tempo, desemboca em uma moral (“felicidade”, “dever”, “instintos simpáticos”) e em uma lei de evolução que prescreve que o progresso acontece no sentido da religião (unidade): “... uma síntese que, representando o progresso como o desenvolvimento da ordem, faz a regeneração ocidental consistir em disciplinar todas as forças humanas. Por seu lado, as mulheres apreciarão a moralidade da única fé capaz de identificar a felicidade e o dever, situando uma e o outro no exercício contínuo dos instintos simpáticos, (...). (...) a fé que resume toda a evolução humana na lei: *O homem se torna de mais em mais religioso.*” (p. 79-80)

<sup>338</sup>

<sup>335</sup> Recordemo-nos de que desde os escritos não reconhecidos posteriormente Augusto Comte já buscava a melhor equação para a relação entre moral e política. A respeito da preponderância da moral sobre a política no *Apelo*, vejamos também nas p. 102: “... os dignos comunistas poderão espontaneamente se tornar os auxiliares ativos de uma sistematização que deve subordinar a política à moral, para instituir a verdadeira sociabilidade.” e 103: “Mas o comunismo dispõe os proletários à admissão desta base [a separação dos dois poderes], tendendo a fazer prevalecer a moral sobre a política, a fim de instituir a disciplina que ele busca.”. Destacando a posição da inteligência, ver na p. 132.

<sup>336</sup> “O sistema de regulação, instituído pelos verdadeiros conservadores, receberá seu complemento normal na nobre liga que os positivistas devem organizar entre todos os teologistas dignamente penetrados da necessidade de reconstruir a disciplina espiritual. Toda alma que sente a urgência de fazer habitualmente prevalecer a moral sobre a política, e de subordinar a atividade material à cultura simpática, pode, qualquer que seja a sua crença, contribuir para a reconstrução religiosa.” (p. 74-75).

<sup>337</sup> “Esta aptidão do positivismo para ligar ativamente todas as almas religiosas para superar o conjunto dos instintos irreligiosos deve ser sentida sobretudo pelas mulheres, (...). Diretamente impelidas a fazer as necessidades morais prevalecerem por toda parte, elas reconhecerão que, referindo tudo à Humanidade, a unidade se torna mais completa e mais estável do que se esforçando por ligar tudo em Deus.” (p. 75). Vejamos também na *Carta a de Tholouze*, de 4/1/1856: “O homem aspira sempre à unidade, pessoal e social, onde residem ao mesmo tempo seu dever e sua felicidade, e mesmo sua saúde. Esta concentração permanente de nossa existência não podendo mais se referir a Deus, ao menos em relação às almas ativas, ela não pode doravante comportar outra fonte senão a Humanidade, que inicialmente cria os deuses para se conduzir antes de poder diretamente guiar seus servidores.” (*Correspondência VIII*, p. 180).

<sup>338</sup> “Religioso” inclui “sinérgico”, “sintético” e “simpático”: “Dentre todos os meus discípulos, escolhi cuidadosamente estes treze, após quinze meses de exame secreto, como sendo mais simpáticos, mais sintéticos e mais sinérgicos, em uma palavra, mais religiosos do que os outros.” (*Carta a Papot*, 10/1/1856, *Correspondência VIII*, p. 185). Ver também na *Carta a Audiffrent*, de 17/4/1857: “Se minha primeira grande obra manifesta a superioridade filosófica do positivismo, minha principal construção estabelece a sua preeminência moral e social, enquanto que minha composição final vai agora desvelar a sua excelência poética; de tal maneira que uma tal convergência não deixa nenhuma incerteza sobre a incomparável plenitude da religião da Humanidade. Embora não possa jamais me pertencer o desenvolver de uma maneira verdadeiramente decisiva esta última aptidão da doutrina universal, terei suficientemente posto todas as bases sistemáticas e sinto já eminentes discípulos dispostos a marchar nesta direção, mais eficaz do que qualquer outra para nossa instalação ocidental.” (p. 439-440).

Como se vê pelo começo desta citação anterior, continua a perspectiva de atualização de potências <sup>339</sup>, de disciplinamento das forças, de sistematização da sabedoria comum. Outro modo interessante de propor esta sistematização é afirmar que as soluções são feitas sempre a partir de soluções espontâneas ou, ao menos, anteriores: "... nenhum grande problema pode ser verdadeiramente posto senão a partir de uma solução qualquer. Esta necessidade, sensível em relação aos menores domínios, deve sobretudo convir ao mundo moral e social, no qual as questões são espontaneamente negligenciadas enquanto permanecem desprovidas de alguma resposta <sup>340</sup>. Além da necessidade de se apoiar sobre a retrogradação para combater a anarquia, vê-se assim surgir um motivo teórico que representa as disposições para restabelecer o regime decaído como provisoriamente necessárias para a elaboração da doutrina regeneradora." (p. 56) <sup>341</sup>.

O alinhamento das expressões coerentes com a síntese subjetiva continua inalterado: Neste sentido ele continua falando de "filosofia moral" como contemplando o âmbito da sociologia e da moral (p. 7), de "cultura moral" como sendo a cultura sobretudo dos sentimentos (p. 10).

Neste sentido, afirma-se que o *Sistema* se condensa no dogma da Humanidade e na elevação da moral a ciência final <sup>342</sup>. O *Sistema* se condensa no

---

<sup>339</sup> Na p. 33 se escreve "todo progresso consiste em desenvolver a ordem": "Embora o conhecimento da natureza humana ofereça mais realidade, mais importância e mais dificuldade do que qualquer outro, ele permanece sempre relacionado ao ser eterno e composto, do qual o indivíduo deve objetivamente se tornar o digno servidor, a fim de permanecer subjetivamente incorporado. Seu estudo consagra e disciplina todas as nossas especulações; a ordem moral repousa sobre a ordem social, que depende da ordem vital, como esta da ordem material, primeira base da verdadeira síntese, tanto prática quanto teórica, na qual todo progresso consiste em desenvolver a ordem. (...). Todo o contraste do regime final com o modo provisório pode, portanto, ligar-se a esta máxima: Entre o Homem e o Mundo, é preciso a Humanidade. O primeiro hemistíquio tendo consagrado o dualismo da antiga síntese, o segundo institui a progressão que distingue a nova, intercalando o Grande-Ser sem o qual o mundo não poderia dominar suficientemente o homem, nem o homem modificar suficientemente o mundo, para estabelecer a harmonia universal."

<sup>340</sup> Pode-se também ir do fácil ao difícil: "Em moral, como em lógica, importa que as máximas importantes sejam inicialmente introduzidas em relação às questões fáceis." (a *Richard Congreve*, 12/6/1856, *Correspondência VIII*, p. 266-267); "É preciso introduzir os grandes princípios através de aplicações simples, em moral como em lógica, ..." (a *Henry Edger*, 26/6/1856, p. 272-273). E do voluntário ao regrado: Pertence ao positivismo desenvolver, regrando-os, os laços plenamente voluntários, que não puderam ser senão esboçados sob o empirismo egoísta, e dos quais devem normalmente surgir os melhores tipos humanos." (a *Alfred Sabatier*, 17/10/1856, p. 320). Note-se que se normalmente se deve tomar voluntário o que é determinado, nesta citação aparece o caminho inverso, isto é, regrar o que é voluntário.

<sup>341</sup> Recordemo-nos de que desde 1817 Augusto Comte já propunha a *paciência histórica* em relação ao Antigo Regime.

<sup>342</sup> "Dois aperfeiçoamentos conexos dominam o conjunto de minha segunda elaboração, preenchendo as lacunas, simpáticas e sintéticas, que deixam a primeira abaixo de sua destinação social. Todo o positivismo se condensa aí no dogma da Humanidade, centro contínuo de nossos sentimentos, de nossos pensamentos e de nossos atos, surgido de minha filosofia, sob a impulsão

desenvolvimento da aptidão moral do positivismo, por sobre a “superioridade mental”<sup>343</sup>. E a 7ª acepção de “positivo” não é senão a “fonte moral da doutrina universal”<sup>344</sup>. Neste sentido, enfim, na p. 32 aparecem quase todas essas expressões, a saber, “Preponderância da moral”, do “coração”, do “altruísmo”, da “Humanidade”, dos “sentimentos”<sup>345</sup>.

Com relação à educação, ela aparece normalmente como antes de sua identificação com a moral prática. Ela é função exclusiva da mulher até aos 14 anos, e continuará sob sua vigilância mesmo durante o “noviciado sistemático” (p. 44-46).

Quanto à liberdade, ela também continua suposta sem nenhum problema. Se o mundo domina o homem, este modifica suficientemente o mundo<sup>346</sup>.

feminina, para dirigir minha política. Ao mesmo tempo, a decomposição normal da ordem humana erige a moral, que eu tinha inicialmente confundido com a sociologia, a termo supremo da hierarquia enciclopédica, enfim formada por sete domínios: matemático, astronômico, físico, químico, vital, social, e moral.” (p. 12).

<sup>343</sup> “Embora minha segunda elaboração tenha desenvolvido sobretudo a aptidão moral do positivismo, a superioridade mental da verdadeira síntese se encontra, nela, desde o início, profundamente caracterizada por três reações capitais, ao mesmo tempo científicas e filosóficas. A primeira consiste em simplificar o conjunto da concepção enciclopédica fazendo definitivamente coincidir a separação entre o abstrato e o concreto com a divisão entre a teoria e a prática, de maneira a dissolver a viciosa intercalação que eu tinha inicialmente consagrado [Note-se a reafirmação de que os âmbitos são apenas dois, o teórico e o prático]. Em segundo lugar, o princípio simpático me permitiu instituir a verdadeira lógica, fundada sobre a combinação dos sentimentos com as imagens e os sinais: o que faz surgir logo o método subjetivo, supremo complemento da investigação humana, primeiramente dedutiva, depois indutiva, e finalmente construtiva [Note-se que o método subjetivo é o construtivo]. Um terceiro passo prova a eficácia transcendente do novo modo, construindo minha teoria cerebral, tipo normal e primeiro fundamento da sistematização biológica, da qual já coloquei, aliás, as principais leis. (...). Segundo a natureza e a destinação deste opúsculo, minha segunda elaboração se encontra principalmente caracterizada nele pela construção decisiva da filosofia da história [Note-se que se as linhas anteriores falaram de “três reações”, a “filosofia da história” é uma espécie de quarta reação], que a primeira pôde apenas esboçar.” (p. 12-13).

<sup>344</sup> “A nova síntese pode ser previamente caracterizada a partir de uma suficiente combinação entre as sete qualificações irrevogavelmente condensadas sob o título *positivo*, que doravante significa ao mesmo tempo *real, útil, certo, preciso, orgânico, relativo*, e mesmo *simpático*. Cada uma estando especialmente comparada à seguinte, a primeira dupla indica as condições fundamentais, a segunda os atributos intelectuais, e a terceira as propriedades sociais da doutrina universal; sua sucessão conduziu a marcar sua fonte moral como a *acepção final*.” (p. 17).

<sup>345</sup> “1ª *Preponderância da moral*. Nada pode fazer melhor apreciar a potência orgânica da nova síntese do que sua aptidão espontânea a situar a moral no cume da hierarquia enciclopédica, como resumo, teórico e prático, de todo o saber humano. (...). O estado revolucionário não podia, portanto, ser irrevogavelmente terminado senão sistematizando a submissão do espírito ao coração pela supremacia enciclopédica da moral, segundo a lei de classificação surgida do conjunto dos estudos reais. Do ponto de vista positivo, todo o problema humano consiste em constituir a unidade, pessoal e social, pela subordinação contínua do egoísmo ao altruísmo. É assim que os indivíduos, as famílias, e os povos são inteiramente votados ao serviço da Humanidade, como o exigem ao mesmo tempo seu dever e sua felicidade. Diretamente destinada a guiar nossa conduta, a moral não pode ser erigida a supremo estudo sem que a subordinação da especulação à ação se encontre normalmente estabelecida. Impelida, por sua natureza e sua destinação, a se ocupar sobretudo dos sentimentos, como motores necessários de toda a existência, ela faz espontaneamente prevalecer o coração sobre o espírito e o caráter.”

<sup>346</sup> “Entre o Homem e o Mundo, é preciso a Humanidade. (...), intercalando o Grande-Ser sem o qual o mundo não poderia dominar suficientemente o homem, nem o homem modificar

A "disciplina involuntária" é necessária para a "regra voluntária", pois ela dá consistência aos sentimentos: "É assim que a indivisibilidade da síntese universal é profundamente sentida, de maneira a fazer amar a disciplina involuntária sobre a qual deve sempre repousar a regra voluntária; toda consistência é interdita aos sentimentos que não são assistidos por convicções." (p. 43).

Além disso, fala-se que a mulher "deve abandonar livremente os dotes e as heranças" (p. 46), critica-se a renúncia que os comunistas fazem em relação à liberdade para obter a igualdade (p. 100), defende-se a liberdade de exposição, de discussão e a liberdade necessária <sup>347</sup>.

Do *Testamento*, também de 1855, mas com adições posteriores, no qual a educação e a liberdade continuam do mesmo modo <sup>348</sup>, ressaltamos também que com as divisas, os lemas positivistas, entre eles o moral, foram confeccionados "carimbos": "Dão meus três carimbos usuais, político (*Ordem e Progresso*) de 18/1/1847, moral (*Viver para outrem*) de 17 Descartes 61 [24/10/1849] e prático (*Viver às claras*) de 17 Moisés 67 [17/1/1855], o primeiro ao Sr. Laffitte, o segundo ao Sr. Lonchamp e o terceiro ao Sr. Magnin." (p. 18).

E ressaltamos ainda, enfim, conforme já fizemos anteriormente (nota 283), que a transitividade entre a moral e a religião é tanta, que, segundo Augusto Comte, tenta-se impedir a religião para impedir a moral: "É hoje minha reputação, privada e pública, só o que podem atacar aqueles que, temendo a disciplina moral, querem me impedir de transformar a filosofia em religião." (p. 29-30) <sup>349</sup>.

suficientemente o mundo, ..." (p. 33; ver o texto inteiro acima, na nota 339). Na p. 45 aparece apenas a Humanidade: "... da ordem universal que a Humanidade sofre e modifica resumindo-a." Ver também na *Carta a Eugène Robinet*, de 27/2/1855, *Correspondência VIII*, p. 31 (nota 397, adiante).

<sup>347</sup> "Nada justifica que o poder temporal proíba a liberdade de exposição e mesmo de discussão, desde que os perigos que ela suscita em um tempo de anarquia mental e moral podem ser suficientemente superados pelo poder espiritual, a partir de uma doutrina completa e decisiva. (...). Quanto melhor se aprecie a necessidade de uma disciplina espiritual, mais se deve sentir a importância de uma liberdade necessária ao seu surgimento, seja para tirar dos anarquistas o prestígio da perseguição, seja a fim de provar ao povo que as bases da sociedade não temem nenhum exame." (p. 93-94).

<sup>348</sup> "Sempre me felicitei por ter nascido no catolicismo, fora do qual minha missão dificilmente teria surgido, por seqüência dos perigos, intelectuais e morais, próprios da educação protestante ou deísta." (p. 9), "... meu respeito geral pelos lugares de meditação que a liberalidade católica mantém sempre abertos às almas ávidas de cultura moral." (p. 11), "Além de que eu estava demasiado desprovido de preconceitos bem instituídos, sem os ter ainda reconstruído, embora meu opúsculo fundamental já tivesse surgido, minha vocação filosófica me fazia desde então sentir a necessidade de uma íntima afeição própria para compensar as lacunas involuntárias de minha educação moral." (p. 36e).

<sup>349</sup> Vejamos também nas cartas a *Hadery*, de 7/7/1857: "... agitadores quaisquer que vão se esforçar agora para prolongar, sob cor positivista, o interregno religioso, a fim de perpetuar a indisciplina favorável à sua imoralidade pessoal, doméstica e cívica." (*Correspondência VIII*, p. 516),

A *Síntese Subjetiva I*, último volume escrito (de 1/2 a 9/9/1856) por Augusto Comte, faz 227 referências diretas à moral <sup>350</sup>.

A maior parte das referências é feita em um sentido reafirmador a partir do ponto de vista intencional e explicitamente sintético-subjetivo. Afinal, trata-se do primeiro volume de uma *Síntese Subjetiva*.

A síntese <sup>351</sup> é “unidade moral”, “harmonia afetiva”, “harmonia moral”, “preponderância normal do sentimento”, “*Síntese subjetiva*”, que coordena “tudo pelo princípio da Humanidade” <sup>352</sup>.

“... querendo, sob pretexto de progresso, perpetuar a agitação política e o interregno religioso, a fim de prolongar a indisciplina moral.” (p. 517) e a James B. Winstanley, de 16/7/1857: “... aqueles cujas aspirações reais consistem, sob pretexto de progresso, em perpetuar o interregno religioso, a fim de manter a indisciplina moral.” (p. 527).

<sup>350</sup> Para conferir estas referências ver o Apêndice 12, e quanto às referências da correspondência desse período, ver o Apêndice 13, ambos no CD que acompanha este trabalho.

<sup>351</sup> A *Síntese Subjetiva* completa a “trilogia”, sendo “complemento sintético” do *Sistema*, isto é, “de minha construção religiosa”: “... vou começar, (...). Minha *Síntese subjetiva*, ou *Sistema universal das concepções próprias ao estado normal da Humanidade*, vai continuar minha *Política positiva*, como esta prolonga minha *Filosofia positiva*, início necessário de minha grande trilogia. (...). De seus três elementos necessários, teórico, moral e prático, dos quais só o segundo terá dois tomos, vou abordar o primeiro, meu *Sistema de lógica positiva*, ou *Tratado de filosofia matemática*, que espero terminar em outubro. Este trabalho será seguido de um novo ano de repouso, essencialmente consagrado à preparação especial da segunda e principal parte do complemento sintético de minha construção religiosa.” (*Sétima circular anual*, 15/1/1856, *Correspondência VIII*, p. 201-202). Trata-se do “... conjunto da síntese que convém à religião racional e social.”: “Embora ele seja essencialmente relativo à filosofia matemática, sua introdução vos indicará o conjunto da síntese que convém à religião racional e social.” (*a de Tholouze*, 25/12/1856, p. 356).

<sup>352</sup> “Subordinar o progresso à ordem, a análise à síntese e o egoísmo ao altruísmo; tais são os três enunciados, prático, teórico e moral, do problema humano, cuja solução deve constituir uma unidade completa e estável. Respectivamente próprios aos três elementos de nossa natureza, estes três modos distintos de pôr uma mesma questão não são somente conexos, mas equivalentes, vista a dependência mútua entre a atividade, a inteligência e o sentimento. Apesar de sua coincidência necessária, o último enunciado supera os dois outros, sendo o único relativo à fonte direta da solução comum. Pois a ordem supõe o amor, e a síntese não pode resultar senão da simpatia: a unidade teórica e a unidade prática são, portanto, impossíveis sem a unidade moral; assim, a religião é superior tanto em relação à filosofia como em relação à política. O problema humano pode finalmente se reduzir a constituir a harmonia afetiva, desenvolvendo o altruísmo e comprimindo o egoísmo: desde então o aperfeiçoamento se subordina à conservação, e o espírito de detalhe ao gênio de conjunto. Embora minha principal obra [o *Sistema*] tenha irrevogavelmente instituído esta maneira, única verdadeiramente religiosa, de conceber todas as questões reais, ela não pôde elaborar suficientemente as soluções correspondentes [sobre esta incompletude ver acima, no início do subitem 1.4.1: parágrafos referentes às notas 180 e 181]. Terminando-a, caracterizei separadamente cada um dos três tratados que devem completá-la durante a última metade de minha segunda carreira. Minha construção final deve começar agora manifestando a íntima conexão das três composições assim prometidas para 1856, 1859, e 1861. Os dois tomos da principal [volumes II e III, moral teórica e moral prática] serão especialmente consagrados à harmonia moral, enquanto que o volume precedente [*Síntese Subjetiva I*] e o volume seguinte [*Síntese Subjetiva IV*] devem respectivamente desenvolver a preponderância normal do sentimento sobre a inteligência e a atividade. Isto que o fim de minha *Política positiva* anuncia, para maior clareza, como três tratados separados, vai formar, portanto, as três partes, distintas mas conexas, de uma mesma obra, que se tomará o complemento sintético de minha construção religiosa. Nesta *Síntese subjetiva* [que acabou sendo prometida com 9 tratados, 10 volumes – o de moral teria 2 volumes], vou coordenar tudo pelo princípio da Humanidade, que minha *Política* tirou de minha *Filosofia*; o estado normal da natureza humana estará diretamente caracterizado nela sob cada aspecto fundamental.” (p. 1-2).

Note-se neste trecho das p. 1-2 a quase sinonímia, a transitividade entre a moral e a religião quando simplesmente se passa da "unidade moral" para a superioridade da religião ("... unidade moral; assim, a religião é superior ..."). Esta superioridade faz a síntese maior, que é religiosa <sup>353</sup>.

A principal parte dessa síntese, a moral, "... é especialmente consagrada à preponderância normal do coração, do qual ela desenvolve primeiro o impulso natural [moral teórica ou moral propriamente dita, *Síntese Subjetiva II*], depois a cultura artificial [moral prática ou educação, volume III].", e, do mesmo modo, os volumes I e IV regram a inteligência e a atividade, subordinando-as ao coração ("sentimento") <sup>354</sup>.

<sup>353</sup> Sobre o enquadramento religioso, ver também nas p. 63 ("Referidas à Moral, a Lógica e a Física são irrevogavelmente incorporadas na religião positiva, ..."), 92, 260 e 261.

<sup>354</sup> "Apesar de que uma tal síntese não possa diretamente se dirigir senão à inteligência, ela engloba também o sentimento, e mesmo a atividade, pois ela expõe as concepções relacionadas a eles. A segunda e principal parte [a moral] é especialmente consagrada à preponderância normal do coração, do qual ela desenvolve primeiro o impulso natural [teórica ou moral propriamente dita], depois a cultura artificial [prática ou educação]. Os pensamentos correspondentes são sistematicamente representados nela como superiores a todas as outras noções, teóricas ou práticas. Nas suas duas partes extremas, a síntese final não rege a inteligência ou a atividade senão a partir de sua digna subordinação ao sentimento. Ele não poderá prevalecer melhor do que pelos quadros puramente poéticos cuja elaboração não poderia me pertencer, embora eu possa conceber a natureza e prever o surgimento deles. Em relação ao futuro que ela caracteriza, esta síntese é destinada a guiar o conjunto da educação universal, conforme as indicações finais de minha principal obra. Para que ela possa diretamente cumprir este ofício, será suficiente preencher, no tempo oportuno, as lacunas gerais que agora devo deixar. Na sua última parte, a enciclopédia concreta ou prática, ela será suficientemente caracterizada. Mas a enciclopédia abstrata ou teórica não poderia ser suficientemente instituída pelas duas outras [a matemática e a moral], que serão somente relativas aos seus dois termos extremos. Todavia, a ciência fundamental e a ciência final estando plenamente constituídas nela [na *Síntese Subjetiva*], meus sucessores poderão facilmente estender a sistematização até às ciências intermediárias, das quais somente a dupla físico-química deverá exigir grandes trabalhos. Estas lacunas provisórias não poderiam impedir minha construção final de exercer, sobre o presente, sua reação necessária, disciplinando, a partir do futuro, as forças surgidas do passado. A anarquia ocidental concerne sobretudo à inteligência, cuja desordem constitui a principal fonte das alterações do sentimento e dos desvios da atividade. Minha *Síntese subjetiva* está, portanto, em harmonia especial com as necessidades essenciais da situação moderna, na qual somente o espírito teórico se tornou diretamente perturbador. Ela deve naturalmente lhe prescrever uma irresistível disciplina, primeiro regenerando sua fonte matemática, depois constituindo sua destinação moral. Após ter radicalmente retificado as especulações mais gerais, ela fará as teorias mais eminentes prevalecerem convenientemente, nas quais a ação se encontra imediatamente ligada à contemplação. É preciso mesmo considerar as lacunas intermediárias como inicialmente podendo facilitar a correlação direta dos dois termos extremos. Se os pensadores antigos e modernos fizeram as especulações matemáticas e as meditações morais freqüentemente coexistirem, antes que sua conexão pudesse ser apreciada, esta dupla cultura deve prevalecer ativamente quando a ligação for estabelecida. Devo ver, portanto, as lacunas atuais da síntese final como incapazes de alterar sua principal eficácia, seja em relação ao futuro, seja quanto ao presente. Considerada no seu conjunto, ela é tanto prática quanto teórica, permanecendo sempre moral; estes atributos são diretamente combinados pela sua principal parte [moral teórica e moral prática, volumes 2 e 3 dos 4 aos quais ele se refere neste momento]; os dois outros são respectivamente dedicados às concepções mais abstratas [matemática, volume 1] e às mais concretas [a enciclopédia concreta ou prática, isto é, o tratado sobre a ação, volume 4]. Dos quatro volumes que vão compor minha última obra, dois regram a contemplação, primeiramente a mais simples [*Síntese Subjetiva I*], depois a mais nobre [*Síntese*

Note-se, nesta citação das p. 4-5 (nota 354), as caracterizações de moral teórica e moral prática: “impulso natural” e “cultura artificial”, “contemplação” e “ação”, “teórica” e “prática”. Mais adiante elas serão ditas “estudo” e “aperfeiçoamento” da “natureza humana” (p. 18), “ciência” e “... arte, diretamente próprias ao sentimento.” (p. 58), instituição de “noções comuns” e instituição de “... regras comuns a todos os homens, ou pelo menos a todos os membros de uma mesma classe.” (p. 63). A educação (“educação universal”), apesar de ser, desde o *Sistema IV*, a moral prática, continua aparecendo como antes. Ver também nas p. 40ss. Note-se a reafirmação implícita da identificação entre abstrato e teórico e entre concreto e prático. Mas note-se também que no final deste mesmo trecho aparece a sucessão: abstrato – teórico – prático – concreto, referindo-se, respectivamente, aos volumes I a IV da *Síntese Subjetiva*. Note-se ainda também que a sistematização disciplina, “... a partir do futuro, as forças surgidas do passado.”. Algumas linhas adiante se fala da prescrição de “uma irresistível disciplina”.

A sistematização do que emanava espontaneamente da ordem, a realização das potencialidades é explicitada com a novidade do fechamento do círculo também pelo aspecto prático-concreto e não mais apenas teórico. A incorporação realizadora do fetichismo, além de aperfeiçoar a teorização, aperfeiçoa também em relação “à poesia e à moral”, e em relação às “especulações concretas”

<sup>355</sup>

Trata-se da assunção do sentimento, da moral, mas a incorporação aparece em termos de religião. O fetichismo ou religião primitiva, o teologismo e os “estudos abstratos”, que levarão à religião comtiana <sup>356</sup>.

---

*Subjetiva II*], e dois instituem a ação, primeiro a mais eminente [*Síntese Subjetiva III*], depois a mais grosseira [*Síntese Subjetiva IV*]; o tratado médio [moral] concerne ao mesmo tempo uma [teórica, *Síntese Subjetiva I*] e outra [prática, *Síntese Subjetiva III*].” (p. 4-5).

<sup>355</sup> “Considerada teoricamente, a incorporação do fetichismo ao positivismo deve mesmo aperfeiçoar a meditação abstrata pela assistência do sentimento. Com mais forte razão, este regime [fetichista] é próprio para secundar as especulações concretas, que habitualmente preocupam a maior parte das inteligências. Sua eficácia mental consiste sobretudo em tornar as imagens mais vivas e mais claras, de maneira a facilitar uma atenção mais concentrada. Todavia, sua principal influência concerne à poesia e à moral, por causa da sua aptidão direta para desenvolver as emoções simpáticas e as inspirações estéticas. Concebe-se então o mundo como aspirando a secundar o homem para melhorar a ordem universal sob a impulsão do Grande-Ser.” (p. 12).

<sup>356</sup> “Sob o fetichismo, este império [da ordem] não pôde ser adorado senão atribuindo-o aos astros. Então ele não podia abraçar diretamente senão a ordem material, objeto preponderante da religião primitiva. O teologismo alterou este culto representando a matéria como passiva, e dissimulou a ordem moral sob os caprichos dos deuses. Uma sã apreciação da fatalidade suprema não podia resultar senão do conjunto dos estudos abstratos. Todos convergem para nos provar que, sem este ascendente contínuo, o sentimento se tornaria vago, a inteligência fluante, e a atividade estéril.” (p. 15-16).

A grande sistematização, a grande potência a ser realizada é a submissão voluntária: "Mas a reação moral é eficaz sobretudo quando a obediência se torna voluntária, pois a simpatia é diretamente desenvolvida, sem que nenhum murmúrio impeça o proveito da submissão." (p. 16). Só a religião comtiana consegue realizá-la <sup>357</sup>.

O culto da religião comtiana é imediatamente à Humanidade (ordem social), e mediatamente à ordem natural <sup>358</sup>. Do culto por medo se passa, na "verdadeira religião", ao culto por amor: "Mas este culto nascente [ao destino] era essencialmente fundado sobre o medo, sem poder resultar do amor, por falta de uma sã apreciação dos efeitos morais da imutabilidade. Desaparecida logo sob a arbitrariedade teológica, esta disposição inicial devia permanecer latente até o surgimento da verdadeira religião." (p. 18). O dogma cede a sua preeminência ao culto <sup>359</sup>.

---

<sup>357</sup> "... a obediência voluntária (...). (...) não resultou senão do positivismo, que, sistematizando e desenvolvendo as inspirações fetichicas, estende as leis naturais a todos os fenômenos, e proclama a existência espontânea das inclinações benevolentes. Uma tal preparação era necessária para transformar as disposições resultadas do regime preliminar. Nossa iniciação se cumpriu sob uma síntese radicalmente pessoal que prescreveu a obediência sem a enobrecer, em um tempo no qual a felicidade parece consistir em comandar, sobretudo arbitrariamente. É preciso aspirar à unidade simpática para apreciar a dignidade da submissão, como principal base do aperfeiçoamento moral. Venerar um destino inflexível se torna então o sinal mais decisivo e a melhor garantia de uma verdadeira regeneração." (p. 17). Note-se a liberdade reafirmada. Nas p. 41-42 a liberdade, em plena sintonia com o cristianismo, é situada no amor: "Religiosamente considerada, a lógica positiva faz sentir profundamente que nosso aperfeiçoamento consiste sobretudo no progresso contínuo da submissão voluntária. (...) Sob o aspecto prático, o coração encontra menos embaraço para fazer a sua supremacia ser dignamente aceita pelo caráter, que, mais sábio do que o espírito, dirige facilmente sua principal atividade para o desenvolvimento do império interior, situando a liberdade no amor."

<sup>358</sup> "Sob este aspecto, a principal característica do culto positivo consiste em glorificar a fatalidade, mesmo imodificável, em nome de sua eficácia moral. A apreciação destas reações normais não poderia ser suficientemente sistematizada no início de um volume que se limita a constituir o elemento lógico da síntese subjetiva. Um estudo especial será diretamente consagrado a esta influência na parte moral de minha construção, seja tratando da natureza humana, seja instituindo seu aperfeiçoamento. (...) Aqui é suficiente constatar a necessidade de estender o culto positivo até o termo mais geral e mais distante. Estabelecido em relação à Humanidade, a adoração normal se aplica em seguida ao Mundo, e deve se completar abraçando o destino." (p. 17-18).

<sup>359</sup> "Tornada tão poética quanto filosófica, a síntese positiva deve subordinar sempre o dogma ao culto, sem alterar a sua justa independência. Não se pode instituir a harmonia normal dos três elementos religiosos senão destinando a contemplação a sistematizar a afeição e a ação. (...) Então começam a prevalecer os motivos de utilidade, sobretudo moral, que devem completar a instituição dos pensamentos humanos. O ideal vem se combinar com o real para consolidar a síntese desenvolvendo a simpatia. Eles podem assim compor instituições ao mesmo tempo morais e mentais, nas quais a separação entre o subjetivo e o objetivo se torna freqüentemente difícil." (p. 19-20).

Trata-se de realizar o “estado mais simpático”, que será também “... o mais sintético e o mais sinérgico, de maneira a desenvolver a existência mais religiosa.”<sup>360</sup>

Depois de trabalhar científico-filosoficamente, o espírito passa a trabalhar artisticamente, passa “... à poesia, para desenvolver o culto, no qual consiste sobretudo a religião. Deve-se ver este segundo domínio como o complemento normal do primeiro; pois passando ao serviço direto do sentimento, a inteligência não cessa de servir a atividade, finalmente destinada a aperfeiçoar a constituição moral.” (p. 36).

A própria lógica agora é religiosa. Trata-se de completar a realidade com a “idealidade”, de situar “... a arte antes da ciência, como o culto acima do dogma, ...”<sup>361</sup>.

Quanto ao método compatível, trata-se do construtivo que, na “síntese moral”, coordena, “sob o princípio religioso”, a dedução e a indução<sup>362</sup>.

<sup>360</sup> “Simplificada tanto quanto possível, a construção da síntese subjetiva consiste em constituir, pelo entendimento, o estado mais simpático. Pode-se antecipadamente garantir que ele será, por isto mesmo, o mais sintético e o mais sinérgico, de maneira a desenvolver a existência mais religiosa. Fundada sobre a teoria positiva da alma [note-se a reafirmação da fundação no “Quadro cerebral”], uma tal construção não podia ser senão esboçada no início de um volume cujo domínio é especialmente lógico, embora ele deva a instituir, como primeiro elemento da síntese final. É preciso, portanto, esperar o tratado de moral teórica e prática para o desenvolvimento sistemático das percepções acima introduzidas. Somente à poesia pertence, em seguida, fazer suficientemente sentir a principal eficácia das instituições destinadas a generalizar o tipo humano ligando nele, tanto quanto possível, a matéria e o espaço.” (p. 26).

<sup>361</sup> “A lógica religiosa, libertada do empirismo científico, não se restringe mais ao domínio das hipóteses verificáveis, único que convinha à preparação positiva. Ela deve ser finalmente completada pelo domínio, muito mais vasto e não menos legítimo, das concepções próprias para desenvolver o sentimento sem chocar a razão. Mais bem adaptadas às nossas necessidades morais, as instituições da verdadeira poesia são tão conformes quanto aquelas da sã filosofia às condições intelectuais da síntese relativa. Elas devem obter doravante muita extensão e influência na sistematização lógica, que, contudo, não exporá jamais a confundir dois modos abertamente consagrados um à realidade, o outro à idealidade. De conformidade com este regime, o plano geral da educação positiva, estabelecido pela minha principal obra, situa a arte antes da ciência, como o culto acima do dogma, de maneira a prevenir as dificuldades essenciais de uma tal regeneração. Um profundo desenvolvimento simpático, seguido de uma longa evolução estética, precede a cultura teórica, e permite fazer o sentimento prevalecer espontaneamente nela, em tanto que fonte normal da sistematização. A vida ativa deve em seguida completar ...” (p. 40). Note-se a educação (“educação positiva”). Ver também nas p. 41ss, 86, 90, 276, 277 (“Reatada à religião da Humanidade, a educação enciclopédica deve sempre tender a desenvolver a fé positiva, ao invés de encorajar as discussões científicas, cujos vícios intelectuais equivalem a seus perigos morais.”), 280s, 763ss, 767-768 e 772.

<sup>362</sup> “Apreciado em seu estado sistemático, o método universal é necessariamente composto de três elementos: a dedução, a indução, e a construção, cuja sucessão é representada por sua classificação, segundo a importância e a dificuldade crescentes. Nós podemos imediatamente deduzir quando as especulações são suficientemente simples para que seus princípios sejam espontaneamente apreensíveis. Graduada segundo a complicação dos fenômenos, a indução prevalece se a instituição dos pontos de partida oferece mais importância e embaraço do que o desenvolvimento das conseqüências. Ela constitui o principal elemento do método objetivo, e fornece

A estes três elementos do “método universal” correspondem os três auxiliares do pensamento, os três deuses da trindade positiva e as três partes da doutrina a seu respeito <sup>363</sup>. Trata-se de um paralelismo entre a constituição lógica e a construção sintética que caracterizam a subjetividade final <sup>364</sup>.

A maior novidade da *Síntese Subjetiva I* é esta condensação ternária das ciências <sup>365</sup>, na qual a moral aparece com “m” maiúsculo. Mais adiante Augusto Comte diz que ela “... constitui a melhor combinação entre o ponto de vista histórico e o ponto de vista dogmático.” (p. 55). E, depois de “... recordar a destinação, essencialmente didática, de uma tal marcha.”, diz que “Ela prepara o estado normal da razão humana, levando a inteligência ao domínio moral, no qual se opera a fusão entre a teoria e a prática, para se dedicar habitualmente ao principal

---

sua transição direta para o método subjetivo, sobretudo quando surge a comparação biológica. A filiação sociológica se torna então o primeiro estado da construção que, na síntese moral, deve finalmente coordenar, sob o princípio religioso, todos os materiais sucessivamente emanados da análise teórica.” (p. 45-46). Na p. 58 se diz que “Elevado sobre esta série de preparações objetivas, o método subjetivo se torna o supremo regulador do entendimento humano, construindo a ciência, e por seqüência, a arte, diretamente próprias ao sentimento.”. E na p. 518 que “...a plenitude da integração filosófica é necessariamente reservada à moral propriamente dita, onde a universal convergência dos aspectos teóricos, a partir da irrevogável coincidência entre o objeto e o sujeito, faz diretamente prevalecer o método puramente subjetivo.”.

<sup>363</sup> “Torna-se então possível instituir um paralelismo fundamental entre os três auxiliares do pensamento, sinais, imagens, sentimentos, e os três objetos de contemplação ou de adoração, Espaço, Terra, Humanidade. Mas, para que esta correspondência seja suficiente, é preciso, de uma parte e de outra, ligar cada termo ao método ou doutrina que ele concerne. Deve-se sempre combinar os três meios com as três partes, dedutiva, indutiva, construtiva, do método, e os três domínios com as três partes, lógica, física, moral, da doutrina.” (p. 48-49).

<sup>364</sup> “Nenhuma obscuridade poderia agora entrar a apreciação direta do paralelismo fundamental entre a constituição lógica e a construção sintética que devem igualmente caracterizar a subjetividade final. Uma inalterável harmonia deve respectivamente ligar o Grande-Meio, o Grande-Fetiche e o Grande-Ser, com os sinais, as imagens e os sentimentos, intelectualmente aptos a deduzir, induzir e construir. Então surgiu a instituição final da verdadeira ciência, necessariamente composta de três partes nas quais o espírito teórico aprecia sucessivamente o Espaço, a Terra e a Humanidade. Gradualmente contraída pela síntese subjetiva, minha hierarquia enciclopédica chega a esta classificação, combinando duas condensações separadamente familiares, inicialmente entre os três elementos da filosofia inorgânica, depois entre os três domínios orgânicos. Ela é assim conduzida a concentrar todo o saber teórico na progressão normal que a *Lógica*, a *Física* e a *Moral* formam; as duas primeiras ciências sendo puramente preliminares, uma em método, a outra em doutrina, e final somente a última.” (p. 54).

<sup>365</sup> Esta condensação ternária levará Augusto Comte a falar, uma única vez em toda a sua obra, em uma classificação das ciências com 9 termos: “Normalmente erigida a primeiro termo da progressão enciclopédica, ela [a ciência fundamental] se decompõe em cálculo, geometria e mecânica; como o segundo em astronomia, física e química; e o último em biologia, sociologia e moral. Sua história geral é filosoficamente resumida, do mesmo modo que aquela dos dois outros termos, pela preponderância sucessiva de seus três elementos, cuja coordenação segue uma lei semelhante àquela dos três grupos científicos. (...) Eis por que o número total dos degraus enciclopédicos, fundado sobre a independência científica e lógica, permanece geralmente reduzido a sete, ao invés dos nove que a decomposição ternária da progressão geral parece inicialmente exigir.” (Prefácio, p. XVII).

aperfeiçoamento, que poderá às vezes suscitar episódios lógicos ou físicos.” (p. 56-57)<sup>366</sup>.

Se a sociologia ainda abstraía as “perturbações individuais”, os sentimentos, o indivíduo, assumidos pela moral, agora, nesta *Síntese Subjetiva I*, quem assume as diferenças individuais é a prática (outra novidade importante). Se, por um lado, fala-se de especulações práticas e de especulações concretas, estendendo, portanto, de algum modo, a teoria, ou, trazendo a prática e o concreto para dentro da teoria, por outro lado se exclui dela as diferenças individuais. A moral trata dos indivíduos em geral, do que vale para todos os indivíduos em geral, e não de cada um individualmente, concretamente. A moral teórica institui noções comuns e a moral prática regras comuns a todos do grupo, mas as aplicações individuais cabem à prática: “Estendida até o domínio moral, a evolução teórica se torna enfim satisfatória, (...). Seu estado de abstração, então reduzido tanto quanto possível, não descarta senão as diversidades individuais, cuja consideração impediria instituir noções e regras comuns a todos os homens, ou pelo menos a todos os membros de uma mesma classe. Todavia, a individualização final da cada operação do Grande-Ser obriga a prática a levar empiricamente em conta as diferenças que a teoria negligenciou.” (p. 63)<sup>367</sup>.

Se no *Sistema IV* Augusto Comte acenou no sentido do prolongamento do dualismo entre “filosofia natural” e “filosofia moral”, como “ciência profana” e

<sup>366</sup> Esta afirmação da fusão entre teoria e prática, no domínio moral, possibilita a volta à prática e ao concreto que são retomados em uma incorporação continuadora: “Mesmo em moral, a abstração oferece, ao coração como ao espírito, perigos (...). É preciso ver, portanto, a razão concreta como um tipo espontâneo na direção do qual deve tender de mais em mais a razão abstrata, a fim de instituir o estado normal do entendimento humano, combinando a generalidade teórica com a realidade prática. Não podemos assaz cumprir uma tal convergência senão após ter inteiramente acabado a ascensão enciclopédica, chegando ao único domínio no qual a síntese absorve a análise a partir da coincidência final entre o objeto e o sujeito.” (p. 752).

<sup>367</sup> Sobre esta abstração das diversidades individuais também em moral, vejamos também na p. 97: “Mesmo em Moral, onde a eliminação acaba por se reduzir às diversidades individuais, a abstração é mais difícil do que nas especulações matemáticas, pois a convergência dos fenômenos, nela, desvia mais de toda alteração artificial dos casos naturais. Para confirmar esta apreciação, é suficiente notar quanto os espíritos desprovidos de cultura teórica rejeitam considerar as leis morais independentemente das diferenças pessoais.”. Vejamos a antecipação dessas posições na *Carta a Audiffrent*, de 2/9/1855: “Tendes plena razão em não separar a patologia da terapêutica, à qual todas as concepções devem diretamente visar. No fundo a medicina sempre permaneceu, como a moral, rebelde a toda vã separação entre a teoria e a prática, cujos domínios se confundem em relação a tudo o que concerne imediatamente ao homem propriamente dito, vista a coincidência entre o objeto e o sujeito, de onde resulta que a abstração é reduzida tanto quanto possível. Ela se limita aí ao que é exigido pela generalidade dos preceitos, sempre destinados ao homem em geral, sem levar em conta as diversidades individuais, as quais devem finalmente prevalecer na aplicação, que não poderiam assim comportar jamais uma racionalidade completa.” (*Correspondência VIII*, p. 112).

“ciência sagrada”<sup>368</sup>, aqui se retoma a acentuação da superação<sup>369</sup>. O que aparece mais é a tentativa de síntese<sup>370</sup>.

Neste sentido, no domínio moral acontece a fusão entre a teoria e a prática<sup>371</sup>; na moral há “... a coincidência entre o objeto e o sujeito ...” (p. 69)<sup>372</sup>, e “a moral propriamente dita” é o “... estudo onde o abstrato se encontra mais aproximado do concreto.” (p. 258)<sup>373</sup>.

<sup>368</sup> Ver acima, no trecho referente às notas 330 a 332 e nestas notas. Na *Síntese Subjetiva I* a expressão “filosofia moral” só aparece uma vez: “Eis como a reação filosófica da instituição da inércia se encontra normalmente ligada à principal destinação da mecânica, como transição necessária entre a Lógica e a Física. Apreciada segundo este tipo, a lei da abstração foi logo estendida às partes superiores da filosofia natural, e finalmente à filosofia moral, na qual reside sua terminação normal, quando o objeto coincide com o sujeito.” (p. 605). O que aparece mais, ao invés de “filosofia moral”, são as expressões “domínio moral” (p. 56, 63, 521, 738, 754), “domínio sagrado” (p. 63), “domínio humano, coletivo e individual” (p. 359: “Desde que o espírito positivo realmente abraçou o domínio humano, primeiro coletivo, depois individual, ...”), “domínio final” (p. 509), “ordem intelectual e moral” (p. 515: “Os destinos gerais da humanidade dependiam da extensão sistemática do espírito científico, desde que o esgotamento e a degeneração do monoteísmo não permitiam reconstruir a ordem intelectual e moral senão a partir do princípio positivo.”), “domínio moral e poético” (p. 542), “domínio social e moral” (p. 715: “... a partir da extensão decisiva da positividade racional ao domínio social e moral, ...”), “especulações morais e sociais”, “domínio humano” (p. 720), “domínio diretamente humano” (p. 722: “... suscitou a extensão decisiva da positividade racional ao preâmbulo vital do domínio diretamente humano. (...) (...) as impulsões emanadas das duas extremidades da filosofia natural [matemática e biologia] permaneceram necessariamente incapazes de ...”), “ordem social e moral” (p. 728), “especulações morais e sociais” (p. 749) e “teorias políticas e morais” (p. 768).

<sup>369</sup> “Então cessa a distinção provisória entre o domínio profano e o domínio sagrado; ...” (p. 63).

<sup>370</sup> “Gradualmente estendidas aos domínios superiores, as especulações científicas se enobrecem e se coordenam complicando-se. Elas devem, contudo, permanecer analíticas até que tenham atingido sua destinação moral, na qual a coincidência entre o objeto e o sujeito faz cessar a abstração e a síntese prevalecer.” (p. 69). Ver também nas p. 97-98 (ver adiante, na nota 375) e 369.

<sup>371</sup> “... domínio moral, no qual se opera a fusão entre a teoria e a prática, ...” (p. 56-57). Vejamos também na *Carta a Audiffrent*, de 12/2/1857: “Isto me conduz a vos fazer melhor precisar a verdadeira distinção normal entre a teoria e a prática, (...). No fundo, a teoria e a prática não são claramente separáveis senão em relação ao domínio inorgânico; para além da cosmologia, elas permanecem necessariamente misturadas, embora distintas, como a álgebra e a aritmética. (...) Chegada na moral, mesmo no seu início biológico, a concepção positiva se torna ao mesmo tempo teórica e prática. Pode-se assim conceber historicamente a restrição espontânea do regime puramente científico ao âmbito matemático e cosmológico, fora do qual os médicos têm, todo o tempo, desenvolvido disposições essencialmente sintéticas, que hoje devem fornecer o melhor apoio teórico para a regeneração universal.” (*Correspondência VIII*, p. 401).

<sup>372</sup> Ver também nas p. 399, 518 (“Todavia, a plenitude da integração filosófica é necessariamente reservada à moral propriamente dita, onde a universal convergência dos aspectos teóricos, a partir da irrevogável coincidência entre o objeto e o sujeito, faz diretamente prevalecer o método puramente subjetivo. Sob sua supremacia, a integração e a diferenciação se combinam de maneira a dissipar toda separação normal entre seus domínios teóricos, cuja divisão decrescente caracteriza as ciências preliminares, incluindo aí a biologia, e mesmo a sociologia.”), 605 e 752.

<sup>373</sup> Os três aspectos aparecem nas p. 359: “O encadeamento enciclopédico não pode verdadeiramente instituir a disciplina teórica senão quando ele é dignamente impellido até o termo, no qual o abstrato confina com o concreto, a partir da coincidência entre o objeto e o sujeito. Desde que o espírito positivo realmente abraçou o domínio humano, primeiro coletivo, depois individual, ele naturalmente sofreu a regra suscitada por sua inteira extensão, e que não pudera jamais resultar de uma fonte heterogênea. Ligados à sua destinação moral, na qual a teoria confina com a prática, todos os estudos científicos são dignamente disciplinados, a partir do único ponto de vista verdadeiramente universal.” e 752 (ver este texto acima, na nota 366).

Na condensação ternária a Moral com “m” maiúsculo, e que engloba a biologia, a sociologia e a moral, é a ciência final: “Subordinada à Moral, a Lógica deve ser sistematicamente reduzida às especulações exigidas pela preparação normal da ciência final, para a qual é preciso reservar a elaboração decisiva de todas as concepções, tanto para o método quanto em relação à doutrina.” (p. 65). É nela que se ligam as impulsões diretamente religiosas <sup>374</sup>. Nela prevalece a doutrina, as construções mais vastas e mais difíceis e até os principais triunfos da análise <sup>375</sup>.

Se até na moral cada ciência anterior é em vista da posterior, no caso da moral, posteriores são a prática e o concreto, que a regram <sup>376</sup>. A moral rege as forças teóricas e práticas <sup>377</sup>. Mas só com subordinação livre e se tornando religião: “... a disciplina prematura da idade média tinha de tal modo desacreditado o remédio moral, que ele não podia prevalecer senão quando o espírito positivo tivesse sido

<sup>374</sup> “... impulsões diretamente religiosas, sempre ligadas à ciência final.” (p. 68). Um pouco adiante, na seqüência, reaparece um eco da ambigüidade entre a sociologia e a moral, colocando a sociologia como “o elemento mais decisivo”: “Pode-se utilmente comparar esta constituição da ciência fundamental [cálculo, geometria e mecânica; número, extensão e movimento] àquela da ciência final, na qual a biologia se mistura intimamente aos dois outros estudos, enquanto que a moral permanece distinta, e a sociologia forma o elemento mais decisivo. Referida à ciência preparatória, a Lógica apresenta, como a Moral, uma composição mais homogênea e mais sistemática, embora a classificação siga por toda parte a mesma regra.” (p. 72). Na p. 364 aparece indiretamente a fundação da moral como consequência da fundação da ciência social: “Reservada ao positivismo, esta saída [a superação do materialismo] surgiu diretamente quando ele fundou a ciência social, e por seqüência moral, sobre o conjunto das preparações teóricas.” Na p. 518 a Moral é a “ciência da Humanidade”: “Uma tal instituição do trabalho teórico marca a diferenciação à Lógica, enquanto que a integração, preparada em Física, cumpre-se em Moral. (...) (...), a integração pertence à ciência da Humanidade, única apta a combinar todas as apreciações teóricas, tanto subjetivas quanto objetivas.”

<sup>375</sup> “É na Moral que a doutrina prevalece sobre o método, apesar da extensão que este recebe nela, pois a iniciação enciclopédica encontra aí sua terminação necessária.” (p. 87); “Somente à Moral são naturalmente reservadas as construções ao mesmo tempo mais vastas e mais difíceis, que ela não poderia evitar, como a ciência preparatória, pois sua finalidade sintética e seu ofício prático as tornam indispensáveis.” (p. 97-98); “Mesmo os principais triunfos da análise são necessariamente reservados à Moral, na qual, sem esperar sua sistematização, os poetas frequentemente produziram, sobre o estudo positivo da natureza humana, obras primas analíticas que superam todas aquelas dos geômetras. Limitada ao seu verdadeiro domínio, a razão matemática pode aí admiravelmente cumprir o ofício universal da sã lógica: induzir para deduzir, a fim de construir.” (p. 98).

<sup>376</sup> “O encadeamento enciclopédico não pode verdadeiramente instituir a disciplina teórica senão quando ele é dignamente impelido até o termo, no qual o abstrato confina com o concreto, a partir da coincidência entre o objeto e o sujeito. Desde que o espírito positivo realmente abraçou o domínio humano, primeiro coletivo, depois individual, ele naturalmente sofreu a regra suscitada por sua inteira extensão, e que não pudera jamais resultar de uma fonte heterogênea. Ligados à sua destinação moral, na qual a teoria confina com a prática, todos os estudos científicos são dignamente disciplinados, a partir do único ponto de vista verdadeiramente universal.” (p. 359).

<sup>377</sup> “Limitado, durante muito tempo, ao domínio matemático, no qual reside sua fonte espontânea, o materialismo gradualmente prevaleceu, durante estes cinco séculos, em todas as partes da filosofia natural. (...) Nada pôde retardar este desenvolvimento até que o desenvolvimento das forças teóricas e práticas manifestou irrevogavelmente a necessidade de as regram, subordinando-as à influência moral. (...) Se o positivismo não tivesse prevalecido, a razão ocidental teria indefinidamente persistido na sua flutuação espontânea entre o materialismo, de mais em mais anárquico, e o espiritualismo, de mais em mais retrógrado.” (p. 362-363).

conduzido, por sua própria evolução, a se subordinar livremente ao coração, tomando-se religioso.” (p. 363).

A moral faz a síntese entre a subjetividade e a objetividade: “Examinada a partir da progressão ternária que a condensa, a evolução positiva fez sucessivamente prevalecer a subjetividade na Lógica, em Física a objetividade, para instituir, em Moral, sua convergência normal.” (p. 605-606)<sup>378</sup>. Se a Lógica, a Física e a Moral correspondem, respectivamente, ao “triumvirato religioso” (Espaço, Terra e Humanidade)<sup>379</sup>, “Uma sã apreciação das condições fundamentais da verdadeira unidade faz diretamente reconhecer que ela não é jamais possível senão em relação ao conjunto de nossa existência, moral, intelectual e prática, onde tudo pode e deve se referir à Humanidade, como fonte e fim necessários.” (p. 626)<sup>380</sup>.

Coerentemente com toda a retomada incorporadora e continuadora do passado, o sacerdócio retoma e sintetiza as três aptidões teóricas que se separaram do tronco teocrático<sup>381</sup>. Elas são retomadas e reunidas no sacerdócio positivo: “Somente à religião universal devia pertencer a irrevogável terminação da separação provisória de mais em mais desenvolvida, depois da ruptura ocidental do jugo teocrático, entre a ciência, a filosofia e a poesia. Reunidas no sacerdócio positivo, as três aptidões especulativas fundam uma autoridade espiritual que sua dispersão

<sup>378</sup> Vejamos também na p. 738: “Ela [a elaboração dogmática] os faz [os pontos de vista objetivo e subjetivo] finalmente coincidir constituindo a preponderância enciclopédica do domínio moral, no qual a sistematização abstrata é irrevogavelmente combinada com a espontaneidade concreta. Ligada à síntese subjetiva, a análise objetiva tira daí sua consistência e sua dignidade, porque lhe propicia mais extensão e realidade, de maneira a desenvolver e consolidar a harmonia entre o interior e o exterior. Imediatamente conforme a esta destinação, a progressão enciclopédica consagra seus três termos gerais, a Lógica, a Física e a Moral, ao estudo respectivo dos três objetos essenciais da adoração positiva, o Espaço, a Terra e a Humanidade. Desde então, o dogma desenvolve e consolida o culto, como o regime deve em seguida desenvolver e consolidar o dogma, de maneira a constituir a unidade religiosa, sempre acompanhada da continuidade normal.”

<sup>379</sup> Pode-se, também, seguindo a escala setenal, falar de 7 deuses: “Vereis, desde a introdução [da *Síntese Subjetiva* I], o Espaço, a Terra e a Humanidade constituir o triumvirato religioso, no qual o Grande-Meio se liga ao Grande-Fetichismo pelo céu e pelo duplo envoltório terrestre [água e ar], como o Grande-Fetichismo ao Grande-Ser pela vegetabilidade seguida da animalidade. Tais são os sete degraus da escala sagrada ...” (*Carta a Alfred Sabatier*, 16/9/1856, *Correspondência VIII*, p. 302). Luis Lagarrigue, na sua *Moral practica* ..., fala Grande-Meio, Céu, Fluido, Grande-Fetichismo, Vegetabilidade, Animalidade e Grande-ser.

<sup>380</sup> Vejamos também na p. 747: “Não podemos verdadeiramente regar ou reunir senão ajudando o amor com a fé; o que, no estado positivo, exige que a educação enciclopédica seja inteiramente universal, a fim de fazer normalmente apreciar a Humanidade como o resumo necessário da ordem fundamental.” Ver também na p. 760.

<sup>381</sup> “Vista em geral, esta emancipação, garantia necessária de uma evolução decisiva para a positividade racional, exigia três degraus decisivos, respectivamente próprios inicialmente aos poetas acompanhados dos diversos artistas, depois aos filósofos propriamente ditos, enfim aos puros sábios [isto é, os cientistas]. Historicamente é preciso ver estas três classes transitórias como tendo sempre tentado, cada uma à sua maneira, fundar um novo sacerdócio, na medida em que elas se destacavam do tronco teocrático.” (p. 714).

tomava impossível, apesar da influência contínua de cada uma delas. Elas não se tomaram plenamente conciliáveis senão a partir da extensão decisiva da positividade racional ao domínio social e moral, no qual o espírito científico perde ao mesmo tempo sua *secura* e sua especialização, naturalmente conexas. Uma tal saída deve sistematicamente transformar em convergência o conflito espontâneo que durante muito tempo foi próprio ao desenvolvimento simultâneo dos três atributos especulativos. Sempre reunidos no sacerdócio universal, eles conciliam nele a moralidade poética com a consistência teórica e a generalidade filosófica com a realidade científica.” (p. 715)<sup>382</sup>.

O sacerdócio, a Humanidade, isto é, a religião da Humanidade, engloba a moral, a moral teórica e a moral prática (“regrar”) ou educação (“funções didáticas”): “Estas funções didáticas [dos professores] são sempre inseparáveis do ofício sacerdotal, destinado sobretudo a regrar o conjunto da vida humana, moral, intelectual e prática, referindo tudo à Humanidade.” (Prefácio, p. VII).

Enfim, repitamos o trecho que mostra o fechamento do círculo do sistema comtiano na chegada ao aspecto prático-concreto, a retomada incorporadora continuadora do âmbito prático-concreto: “Mesmo em moral, a

<sup>382</sup> Vejamos também nas p. 724: “Então as três classes sucessivamente emanadas da ruptura ocidental da unidade teocrática foram irrevogavelmente dissolvidas, incorporando-se ao sacerdócio da Humanidade. Geralmente extintas na mesma ordem de seu nascimento, a poesia, a filosofia e a ciência tinham respectivamente esgotado sua eficácia separada, quando o positivismo as fez normalmente convergir para a instalação da religião universal.” e 725: “Naturalmente investida do ofício regenerador, sucessivamente abandonado pela poesia e pela filosofia, a ciência esqueceu sua missão no tempo marcado para a realizar. Estreita e seca, ela rejeita as visões gerais tanto quanto as inspirações morais, e se torna tão retrógrada quanto anárquica, aspirando a perpetuar ou restabelecer, sob forma objetiva, o reino do absoluto, quando preparou suficientemente a relatividade subjetiva. Sem a impulsão social, a ciência, em consequência de sua degradação acadêmica, teria entravado mais a regeneração ocidental do que a teologia e mesmo a metafísica.” No Prefácio, ver na p. XVIII. Vejamos também na *Carta a Alfred Sabatier*, de 17/10/1856: “Normalmente fundidos no caráter sacerdotal, estes três modos [os poetas, os filósofos e os sábios] da influência espiritual devem já se combinar nos dignos inauguradores do regime final.” (*Correspondência VIII*, p. 320). A mesma separação e a mesma reincorporação acontece, como já vimos, também com a medicina: “Quando a medicina estiver reinserida na moral, da qual ela é normalmente inseparável, seu comum caráter sintético se tomará plenamente irresistível, ...” (*Carta a Audiffrent*, 2/9/1855, p. 112). “Pela plenitude decisiva de suas visões habitualmente sintéticas, eles [os médicos positivistas] serão necessariamente conduzidos a transformar seu ofício em sacerdócio, compreendendo aí o moral tanto quanto, e mesmo mais, do que o físico.” (1/11/1855, p. 135). Mas o aproveitamento é mais em relação aos médicos práticos (*Sétima circular anual*, 15/1/1856, p. 200). Enquanto os “sábios” serão incorporados no sentido de dissolvidos, superados, os médicos se constituem em “apoio teórico” (a *Audiffrent*, 12/2/1857, p. 401). Mas pouquíssimo tempo depois os próprios médicos também foram superados: “Após ter me libertado sucessivamente da teologia, da metafísica e mesmo da ciência, embora guardando o que cada uma tem de incorporável ao positivismo, estou finalmente emancipado da medicina; ...” (*para a Sra. Nísia Floresta Brasileira*, 24/8/1857, p. 553-554). Ver também nas cartas a *Francis Otter*, de 28/8/1857 (p. 555) e ao *Barão W. de Constant-Rebecque*, de 1/9/1857, quatro dias antes de falecer (p. 558).

abstração oferece, ao coração como ao espírito, perigos (...). É preciso ver, portanto, a razão concreta como um tipo espontâneo na direção do qual deve tender de mais em mais a razão abstrata, a fim de instituir o estado normal do entendimento humano, combinando a generalidade teórica com a realidade prática. Não podemos assaz cumprir uma tal convergência senão após ter inteiramente acabado a ascensão enciclopédica, chegando ao único domínio no qual a síntese absorve a análise a partir da coincidência final entre o objeto e o sujeito." (p. 752)<sup>383</sup>.

O prático-concreto, conforme aparece em um trecho a respeito da "teoria dos números", refere-se à "existência humana", à "vida real": "Estas diversas indicações devem ser suficientes aqui para caracterizar a natureza e assinalar a importância da verdadeira teoria dos números, que, normalmente situada no começo da Lógica, faz diretamente ressaltar aí a destinação sintética do desenvolvimento analítico. Não pertence senão à Moral tornar plenamente apreciável um estudo que realmente consiste em apanhar as leis numéricas da existência humana. Já a filosofia primeira naturalmente preparou esta maneira de considerar a teoria subjetiva dos números, embora uma tal concepção não possa ser convenientemente seguida senão quando o cumprimento do noviciado enciclopédico dispõe a sistematizar a vida real." (p. 120)<sup>384</sup>.

<sup>383</sup> As ciências "... só têm valor preparando o estudo da natureza humana.", isto é, a moral teórica. Mas esta, por sua vez, só é "sistematizável" a partir de "sua destinação prática", do âmbito prático, "para o aperfeiçoamento do homem", aperfeiçoamento que se faz através da moral prática ou educação: "Já espontaneamente desiludido, quanto aos sábios, é preciso também que vos emancipeis sistematicamente da ciência como da metafísica e da teologia. (...). Sem se libertar assim de todo prestígio científico, não poderíeis conservar suficientemente a plena liberdade de espírito que a regeneração final exige. Todas as ciências só têm valor preparando o estudo da natureza humana. Mesmo este não é verdadeiramente sistematizável senão ligando-se à sua destinação prática, para o aperfeiçoamento do homem: todo o resto é vaidade." (*Carta a Audiffrent*, 29/1/1857, *Correspondência VIII*, p. 394).

<sup>384</sup> Trata-se de "regrar a vida" ("Elas [as almas verdadeiramente religiosas] já podem sentir o quanto a vida humana, tanto privada quanto pública, tem necessidade de ser sistematicamente regrada, em uma situação na qual o empirismo político não mantém a ordem material senão alterando a ordem moral.": *Oitava circular anual*, 15/1/1857, *Correspondência VIII*, p. 380). Esta é a "missão normal" da religião: "... e cada um mostrou muita simpatia em relação à religião que realmente já se mostrou, (...), em plena posse de sua missão normal: regrar a vida humana fazendo sempre prevalecer o aperfeiçoamento moral." (*a Audiffrent*, 13/3/1856, p. 234). Esta é a destinação da religião: "Enquanto que a religião é sempre destinada a regrar indiretamente ou diretamente o conjunto da vida humana, ..." (*ao Barão W. de Constant-Rebecque*, 24/2/1857, p. 405). Da "fé": "... crença [errônea] própria desta jovem dama, a saber, que a vida humana não tem de nenhum modo necessidade de ser sistematicamente regrada e que o sentimento é sempre suficiente para nos conduzir sem nenhuma fé." (30/3/1857, p. 427). E do positivismo: "O positivismo (...) vem irresistivelmente regrar a vida humana, tanto privada quanto pública, ao meio da anarquia universal." (*a Henry Edger*, 3/4/1857, p. 431). Vejamos também na *Oitava circular anual*, de 15/1/1857: "Só o positivismo restabelece e realiza, a partir de melhores bases, o irrevogável programa universal que a Idade Média colocou: regrar a vida humana, tanto privada quanto pública, subordinando ao sentimento a inteligência e a atividade, únicas que os modernos cultivaram." (p. 374). A "verdadeira

O fechamento do círculo chegará ao ponto no qual a sistematização quase atingirá o fim do progresso, isto é, a imobilidade, “único termo normal das aspirações humanas sob qualquer regime”: “Meu recente volume já faz sentir que a noção do progresso permanece essencialmente própria da evolução preliminar, a segunda vida não comportando individualmente e coletivamente senão um simples aperfeiçoamento contínuo, tomado de mais em mais insensível, a ponto de tender para a plena imobilidade, único termo normal das aspirações humanas sob um regime qualquer.” (a *Audiffrent*, 7/5/1857, *Correspondência VIII*, p. 459)<sup>385</sup>.

Finalmente, retomemos a questão da história recente da moral que envolve o próprio Augusto Comte e a questão da ambigüidade entre a sociologia e a moral, conforme aparecem no final da *Síntese Subjetiva I*.

Analisando a partir da condensação ternária do dogma, Augusto Comte julga que no século XVIII a positividade se elevou da Lógica à Moral sem se deter na Física senão quanto ao indispensável<sup>386</sup>.

Depois a “evolução matemática” “... suscitou a extensão decisiva da positividade racional ao preâmbulo vital do domínio diretamente humano.”. E então a pressa impeliu os biólogos, Gall e o próprio Augusto Comte a saltar a interposição da sociologia entre a biologia e “os estudos morais”; só foi possível iniciar a sociologia após o abalo da Revolução Francesa<sup>387</sup>.

religião” só vai “prevalecer irrevogavelmente” quando “... manifestar, pela experiência, sua aptidão para regenerar seus verdadeiros adeptos.”: a *Audiffrent*, 1/11/1855, p. 134. Ver também na *Carta a Henry Dix-Hutton*, de 29/5/1856, p. 261 e 262 (adiante, no nosso texto entre as notas 394 e 395).

<sup>385</sup> Mas que ninguém se engane, pois estamos apenas “no começo do aperfeiçoamento”: “Não estamos, em todo gênero, senão no começo do aperfeiçoamento, mesmo em relação à nossa situação, e sobretudo quanto à nossa natureza. (...). Embora a filosofia positiva descarte tais quimeras [a longevidade indefinida], ela confirma a esperança contínua de um sucesso notável e crescente a partir dos progressos do regime humano, completado pela hereditariedade. Isto me conduz a terminar minha resposta vos indicando, a este respeito, uma concepção geral, que encontrará normalmente seu lugar em 1858, no tratado sobre a natureza humana, no qual deve consistir a primeira metade de minha *Moral positiva*. É preciso ver como a principal imperfeição de nosso organismo individual, a insuficiente harmonia entre o corpo e o cérebro. O cérebro poderia, creio, usar dois corpos, e talvez três, se a sucessão [o transplante] fosse possível, tanto sua constituição é mais estável. (...). Podeis então sentir qual importância nossos meios de aumentar a longevidade terão, quando forem sistematicamente dirigidos para a instituição de uma melhor harmonia entre o corpo e o cérebro, pelo desenvolvimento, apenas esboçado até agora, das reações do moral sobre o físico.” (a *Audiffrent*, 22/6/1855, p. 63-64).

<sup>386</sup> “Os mais eminentes pensadores do século XVIII se ocuparam diretamente com as especulações sociais e morais, ou se dedicaram às meditações vitais que a elaboração sistemática do domínio humano exigia. Examinada em sua marcha geral, a positividade racional então se elevou da ciência fundamental à ciência final, sem se deter na ciência preparatória para além das necessidades próprias ao preâmbulo físico-químico da biologia.” (p. 720-721).

<sup>387</sup> “Reagindo sobre o conjunto das especulações abstratas, a evolução matemática, apesar dos desvios próprios da sua última fase, suscitou a extensão decisiva da positividade racional ao preâmbulo vital do domínio diretamente humano. Então uma pressa irrefletida para atingir o termo

Criada a sociologia, faltava subordinar a inteligência ao sentimento, que ocorreu a partir da revolução oportunizada por Clotilde de Vaux, e levou a sociologia a se transformar na verdadeira filosofia e depois na religião universal <sup>388</sup>.

Depois Augusto Comte se refere ao *Curso* como se nele a não separação da moral em relação à sociologia fosse apenas uma questão de nomes; e diz que os nomes geometria, física e sociologia prevaleceram na evolução preliminar, mas que os nomes deverão ser Lógica, Física ou Química e Moral <sup>389</sup>.

Faltava a sociologia para a incorporação da moral ao sistema teórico, e a Revolução Francesa era indispensável para o surgimento daquela: "Enquanto a mecânica não tinha surgido, o domínio matemático permaneceu radicalmente isolado do tronco enciclopédico, vista a insuficiência da ligação resultada da geometria. Vê-se igualmente a moral permanecer essencialmente exterior ao sistema teórico, até a criação da sociologia, que a uniu à biologia. (...). À explosão protestante pertenceu o surgimento decisivo do complemento mecânico da ciência fundamental; e a grande crise fez em seguida surgir o preâmbulo sociológico da ciência final." (p. 749-750).

---

normal da elaboração objetiva impeliu os principais pensadores biológicos a saltar a interposição necessária do ponto de vista social entre as teorias vitais e os estudos morais. Não podendo assim fundar senão concepções puramente provisórias, eles contribuíram, contudo, em dirigir a evolução científica para sua destinação final. Guiadas por visões igualmente insuficientes, as impulsões emanadas das duas extremidades da filosofia natural permaneceram necessariamente incapazes de abordar o domínio social, até que as necessidades práticas tivessem suficientemente retificado as tendências abstratas. Sem o abalo político do povo central, a sociologia não podia surgir irrevogavelmente para fundar a hierarquia enciclopédica, superando o duplo materialismo teórico, primeiramente matemático, depois médico." (p. 722).

<sup>388</sup> "Imediatamente cumprida pela criação da sociologia, esta extensão [total do dogma positivo] não deixava outras necessidades senão aquelas de uma suficiente subordinação da inteligência ao sentimento. Ele prevaleceu logo quando uma angelical impulsão privada regenerou moralmente o fundador da ciência final, assim transformada em religião universal, após ter irrevogavelmente suscitado a verdadeira filosofia. Tornou-se então possível constatar o cumprimento essencial da transição ocidental entre a teocracia e a sociocracia, durante os trinta séculos decorridos desde o começo espontâneo da elaboração grega até o surgimento sistemático do culto da Humanidade." (p. 724).

<sup>389</sup> "... ciência final [Moral], na qual o domínio diretamente relativo à destinação prática prevalece a ponto de impor seu nome [moral] ao grupo ternário. (...). Tal foi o aperfeiçoamento que minha principal obra [*Sistema*] aporta à constituição que meu tratado fundamental [*Curso*] tinha espontaneamente esboçado para a ciência final [Moral], na qual fiz inicialmente prevalecer o domínio médio [sociologia], ao qual devo em seguida preferir o extremo [moral]. Após ter suficientemente instituído a preponderância do domínio mais concreto [mecânica e moral] em cada extremidade da progressão enciclopédica, será preciso necessariamente cumprir uma equivalente transformação em relação ao termo intermediário [Física], e desde então mudar seu nome [para Química]. A física não prevaleceu aí, como a geometria em Lógica e a sociologia em Moral, senão durante a evolução preliminar: o ascendente normal da química foi espontaneamente pressentido aí desde a idade média, na qual o título de filósofo passa dos astrónomos aos químicos. (...). Mas a sistematização definitiva da ciência fundamental [Lógica] não deve conduzir a pegar seu nome, como na ciência final [Moral], do domínio normalmente preponderante [Mecânica]: a qualificação excepcional de Lógica pode manifestar melhor sua principal destinação." (p. 739-741).

Finalmente, o próximo volume fará "... a sistematização da ciência final, instituída, mas não constituída, ..." pelo *Sistema*, sem precisar esperar a sistematização da Física; sistematizará "a ciência final, que, surgida sob a impulsão social, regenerará o entendimento humano."<sup>390</sup>

Mas esta *Síntese Subjetiva I* é o último volume que Augusto Comte conseguiu escrever. Desta *Síntese Subjetiva I* até 5/9/1857, quando faleceu, só escreveu cartas<sup>391</sup>.

Das cartas de 1855 a 1857, além das citações que já fizemos, cumpre comentar especialmente uma espécie de *retratação* da negação ou diminuição teórica da liberdade, uma constatação da pertinaz continuidade da preocupação de Augusto Comte com a solução do problema moral, a preparação do tratado de moral, e, enfim, a permanência da incompletude, da ambigüidade, da confusão, ainda, que ele não teve tempo de continuar dissipando.

Quanto à recuperação teórica da liberdade, ela aparece na separação entre se submeter sem mérito e com mérito, entre não poder se abster de admitir e admitir em confiança, entre o que é evidente e o que parece duvidoso, entre o que ainda não é teoricamente admissível e mesmo assim se lhe concede o benefício do respeitoso silêncio, porque ninguém pode se apropriar das demonstrações de todas as noções que deve usar<sup>392</sup>.

---

<sup>390</sup> "Após ter irrevogavelmente regenerado, neste volume, a ciência fundamental, devo diretamente consagrar o tomo seguinte para a sistematização da ciência final, instituída, mas não constituída, pela minha principal obra. (...) Durante sua última fase, a evolução preliminar se lançou na direção da ciência final logo que a ciência fundamental foi suficientemente elaborada, sem parar na ciência preparatória senão para o esboço necessário de suas ligações normais com o domínio superior. É preciso igualmente proceder na instalação direta da síntese universal, a partir da décima quinta lei da filosofia primeira, que por toda parte subordina o meio aos extremos. Retardada assim em uma geração, a sistematização física, ou melhor, química, não é mais indispensável à sistematização moral do que à sistematização lógica. Ela deve, contudo, separar e combinar seus estudos respectivos no conjunto da educação universal, que não será plenamente desenvolvível senão após uma tal instalação. Recolocados no ponto de vista histórico, julgamos a ciência preparatória suficientemente esboçada para que possamos, tendo aqui constituído a ciência fundamental, sistematizar a ciência final, que, surgida sob a impulsão social, regenerará o entendimento humano." (p. 772).

<sup>391</sup> Em substituição ao restante não escrito de sua *Síntese Subjetiva*, pode-se ler com proveito as tentativas de substituição feitas por Luis Lagarrigue (quanto à moral teórica, à moral prática e à ação) e por Pierre Laffitte (quanto à filosofia primeira), conforme constam na nossa Bibliografia.

<sup>392</sup> Rever as notas 86, 194 e 331, acima. "O desejo de atingir convicções fixas somente pela potência do espírito sem nenhuma participação do coração, constitui uma pura quimera do orgulho metafísico. Se fizerdes uma leitura diária da *Imitação*, reconheceréis isto, que vos servirá mais bem do que os resultados, intelectuais ou morais, de uma ávida leitura de jornais, revistas ou panfletos. Não se pode, sem a veneração, aprender, ou aproveitar, ou sobretudo obter algum estado fixo de espírito ou de coração, não somente em moral ou sociologia, mas também na geometria ou na aritmética. Dir-se-ia que vos acreditaríeis suficientemente disciplinado quando admitisse uma noção a partir de uma demonstração compreendida. Mas não tendes nesta situação nenhum mérito de

Note-se que há a possibilidade de se abster, de não admitir, de conceder maior ou menor influência, de não utilizar, "... porque ninguém, (...), pode jamais se apropriar das demonstrações de todas as noções que deve usar.". Além desta última afirmação, Augusto Comte sempre afirmou que as nossas teorias são somente aproximações da verdade, apesar do desejo e da obrigação de serem espelhos da realidade; sempre afirmou que nossas especulações são mais completas apenas abstratamente, perdendo esta completude na medida em que caminham para a prática e para o concreto; sempre afirmou a pequenez de nosso entendimento em relação ao universo tão complicado, do qual, por opção, propõe que nos limitemos à terra e suas adjacências, ... Enfim, note-se que, portanto, permanece o espaço para a liberdade ...

Há que se admitir "em confiança", é preciso *livremente, voluntariamente* "... conceber a fé positiva como sendo sempre demonstrável, e não exigir que ela seja atualmente demonstrada: ...", pois isto faria "... desaparecer o maior mérito, e mesmo a principal utilidade, da confiança." <sup>393</sup>

---

submissão, pois não poderíeis se abster, a partir das leis intelectuais que vos dominam. A fé não começa senão em relação às noções que vos parecem duvidosas, e que admitis em confiança, concedendo-lhes tanta influência quanto àquelas que vos são demonstradas, (...). Quanto às noções que vos parecem inadmissíveis, não podeis as utilizar enquanto choquem o conjunto de vossa economia teórica; mais deveis a elas um respeitoso silêncio, (...). Tais são as condições elementares da disciplina espiritual, (...), e sem as quais nenhuma harmonia é possível, porque ninguém, mesmo entre os teóricos, pode jamais se apropriar das demonstrações de todas as noções que deve usar." (a *Henry Dix-Hutton*, 12/1/1855, *Correspondência VIII*, p. 9-10) – "mérito de submissão": Na *Carta a Hadery*, de 23/11/1855, fala-se de "submissão conveniente": "Ela [a marcha descendente, na qual o coração deve preceder e guiar o espírito] convém mesmo aos dignos teóricos, que devem, aliás, constituir uma imperceptível minoria, mas os conduzindo aos estudos enciclopédicos exigidos pela sua destinação sacerdotal, e dos quais as outras classes podem se abster durante a transição, contanto que elas os supram por uma submissão conveniente em relação à autoridade espiritual." (*Correspondência VIII*, p. 150-151).

<sup>393</sup> "Não se saiu realmente do estado revolucionário, tanto que se se limite a reconhecer os princípios pessoalmente demonstrados (o que fazem mais ou menos os anarquistas quaisquer), ao mesmo tempo em que se reservando a construção individual da síntese universal. A conversão não está cumprida e a autoridade reconstruída senão quando se adote e pratique noções puramente admitidas em confiança, a partir de sua ligação, mesmo confusamente sentida, com os pontos fundamentais que já se recebeu. É somente assim que se pode consagrar utilmente sua vida a desenvolver as conseqüências ao invés de a perder discutindo os princípios sem poder nada estabelecer. É preciso, em uma palavra, conceber a fé positiva como sendo sempre demonstrável, e não exigir que ela seja atualmente demonstrada: o que faria verdadeiramente desaparecer o maior mérito, e mesmo a principal utilidade, da confiança. (...). *Estando ligado, sou livre*. Esta bela máxima [de São Paulo] caracteriza a salutar influência de uma digna disciplina, única que, com efeito, livra-nos do tédio, da dúvida e da irresolução que sofrem habitualmente as almas desprovidas de regras. Indispensável aos crentes quaisquer, esta disposição convém sobretudo aos padres da Humanidade, para que sejam suficientemente reunidos ao pontífice universal, dos quais devem se tornar dignos apêndices. Não conferirei jamais o sacerdócio a quem não cumpra uma tal condição, satisfatórias quanto sejam suas provas enciclopédicas, e mesmo as outras garantias morais." (a *Audiffrent*, 19/10/1855, *Correspondência VIII*, p. 131) – "atualmente demonstrada": A moral também é apenas "sempre demonstrável" e não demonstrada: "A insuficiência social, tanto privada quanto pública, das

Enfim, na *Carta a Audiffrent*, de 29/3/1857, é suposta uma motivação moral para além e independente da “incompetência mental”, que sugere uma separação entre a vontade e a inteligência, aquela podendo escolher independentemente desta: “Arno e choro a multidão que sirvo sem a estimar, por causa do deplorável apoio que maus motivos morais, tanto quanto e mais do que a incompetência mental, fazem-na voluntariamente dar a seus indignos guias.” (*Correspondência VIII*, p. 422).

Coerentemente, a liberdade continua suposta: “Não pertence senão ao positivismo cumprir a promessa, inutilmente feita até agora, de obter a unidade necessária, a liberdade permitida e a caridade contínua, que uma síntese absoluta e fictícia não podia comportar.” (*a Henry Dix-Hutton*, 29/1/1856, p. 214)<sup>394</sup>.

Quanto à constatação da pertinaz continuidade da preocupação de Augusto Comte com a solução do problema moral, trata-se de perceber que a sua filosofia moral ou ética começou supondo a moral no ou do sujeito, na regra exterior e assumida interiormente (as três acepções de “moral”), *tateando* no sentido de fazer dela uma ciência distinta (no sentido de fazer dela uma sistematização em termos de ciência), mas *recuando* e incluindo-a na biologia e na sociologia, que são ciências. Mas ao mesmo tempo falando de sua preponderância e dela como sendo o que restava de legítimo e necessário da religião. Em seguida passou a acentuar a distinção entre moral sistemática e moral espontânea. Depois começou a tratá-la como uma arte. Na seqüência, depois de afirmar a existência de sua religião, eleva-a a 7ª ciência distinta, última e suprema. Em seguida a divide em teórica e prática ou educação, e promete um tratado a seu respeito. Enfim, a moral começa a ser escrita com “m” maiúsculo, englobando a própria sociologia (e a biologia), em uma condensação temária da escala enciclopédica. Mas, finalmente, repetimos, a sua filosofia moral ou ética termina nas três acepções, equacionando a capacidade moral, a regra moral e a sua assunção e cumprimento voluntários, isto é, desde o

---

crenças sobrenaturais faz universalmente respeitar a moral, sempre demonstrável, que, libertada das preocupações celestes, consagra e disciplina todas as relações humanas, segundo as leis que lhes são próprias.” (*Oitava circular anual*, 15/1/1857, *Correspondência VIII*, p. 374).

<sup>394</sup> Ver também nas cartas a *Eugène Robinet*, de 27/2/1855, *Correspondência VIII*, p. 31 (“liberdade poética”), a *Audiffrent*, de 19/10/1855, p. 131 (“*Estando ligado, sou livre.*”) e a *Alfred Sabatier*, de 17/10/1856, p. 319 (“As almas verdadeiramente estéticas tendo continuamente em vista o aperfeiçoamento, sobretudo moral, devem espontaneamente reconhecer que ele tem por base normal a submissão, principalmente voluntária.”); na *Oitava circular anual*, de 15/1/1857, p. 374 (“liberdade espiritual”, “libertada”) e na *Carta a Audiffrent*, de 29/1/1857, p. 394 (“emancipeis”, “libertar”, “plena liberdade de espírito”).

interior: “É sobretudo de nossa atitude e de nossa conduta que dependerá a eficácia de nossa missão, em um tempo no qual todos sentem a necessidade de reger a vida humana, tanto privada quanto pública, e reconhecerão logo nossa aptidão a este respeito, se nossa existência estiver em suficiente harmonia com nossa doutrina, cuja superioridade moral se toma agora tão pronunciada quanto sua preeminência intelectual.” (*Carta a Hadery, 29/5/1856, Correspondência VIII, p. 261*).

Note-se que se trata de “aptidão”, de “reger”, de “doutrina”, e de “atitude”, “conduta”, “existência” “em harmonia com”. Espontânea ou sistemática, como ciência ou como arte, teórica ou prática, o que estava sempre em jogo era a solução do problema moral. A moral foi ou era teológica, teocrática, monotéica, cristã, cavaleiresca, católica, metafísica; era ou seria moderna, científica, positiva, sociocrática, altruísta ... todas expressões usadas por Augusto Comte com o intuito de solucionar o problema moral. A moral tem extensão privada (isto é, íntima, individual ou pessoal e doméstica ou familiar) e pública ou universal, extensão que o equacionamento do problema moral deve ter ou alcançar.

Os positivistas devem “reger a vida humana” “regrado primeiro a sua”; o que conta é a “moralidade prática”: “Esta atitude coletiva deve ser dignamente completada pela conduta individual, a partir da qual os mais obscuros positivistas podem participar melhor ao surgimento de nossa fé do que seus mais brilhantes apóstolos, escritos ou verbais, provando que aqueles que vêm reger a vida humana regeram primeiro a sua, de maneira a dissipar a única incerteza que resta aos empíricos honestos sobre a eficácia moral do positivismo. Determinando, nos retrógrados sinceros, impressões análogas àquelas que vossa nobre existência produz sobre a tia fanática da qual me falais, os positivistas serão involuntariamente julgados como tendo naturezas de elite, pois se explicará sua moralidade prática apesar de seu estado teórico.” (p. 262).

Com relação ao tratado de moral, que deveria ser escrito em 1858 (moral teórica) e 1859 (moral prática), além da caracterização já feita no *Sistema IV*, e além do que já apareceu na *Síntese Subjetiva I*, as referências da correspondência de 1855 a 1857 são muitas <sup>395</sup>.

<sup>395</sup> Ver nas cartas do *Correspondência VIII* referentes às p. 31, 39-41, 63-64, 111, 114, 135-136, 138-139 (1855), 201-202, 226-227, 234, 260, 316, 347, 354-355, 356 (1856), 362-364, 368, 384-385, 385, 387, 389, 394, 413-414, 439, 441, 479, 490-491, 503-504, 522, 534-535, 549-550, 555 e 558 (1857).

A maior insistência é em relação à incorporação do fetichismo. Trata-se de absorção e de fusão <sup>396</sup>. É uma combinação, uma incorporação de um complemento, de uma ligação <sup>397</sup>. A incorporação faz com que a religião da Humanidade seja suficiente para todas as nossas necessidades: "... minha concepção fundamental sobre a sistemática incorporação do fetichismo ao positivismo, sem a qual a religião da Humanidade não poderia satisfazer plenamente a todas as nossas necessidades morais, teóricas e mesmo práticas." (a *John Fisher*, 19/1/1857, p. 387).

A incorporação, que poderia ser antecipada oralmente, acabou sendo antecipada na *Síntese Subjetiva I*; a moral apenas completaria <sup>398</sup>. Ela foi diretamente esboçada na *Síntese Subjetiva I*, mas seria plenamente desenvolvida apenas do "*Tratado de moral*" <sup>399</sup>.

A introdução da *Síntese Subjetiva I* abordou sumariamente a incorporação do fetichismo e a instituição dos meios subjetivos <sup>400</sup>. Tratar a respeito

<sup>396</sup> "Como apreciastes profundamente a absorção necessária do fetichismo pelo positivismo, creio dever vos indicar minha recente concepção sobre o modo especial de uma tal fusão. Esta exposição não será normalmente cumprida senão no primeiro volume de minha *Moral positiva*, salvo o esboço verbal que eu teria logo lugar para fazer publicamente, se me deixam fazer meu curso anunciado." (*Carta a Eugène Robinet*, 27/2/1855, *Correspondência VIII*, p. 31).

<sup>397</sup> "Tal é, portanto, o fetichismo da idade madura, único combinável com o positivismo, ao qual ele fornece intelectualmente o complemento necessário, e moralmente ou poeticamente, a ligação geral em relação ao mundo inorgânico, caracterizado sobretudo pelo Grande-Fetice, a Terra, que domina a Humanidade, destinada a aperfeiçoá-la. A fim de melhor harmonizar estes dois elementos do dualismo sintético e simpático, pode-se conduzir os privilégios da liberdade poética até a fingir que a Terra foi outrora inteligente, ..." (p. 31).

<sup>398</sup> "Por uma tal plenitude de instituição, encontro-me necessariamente conduzido a constituir, neste tratado [a *Síntese Subjetiva I*], a incorporação do fetichismo ao positivismo e o desenvolvimento conexo dos meios subjetivos, que tinha inicialmente reservado para a obra seguinte [moral], que deverá somente completar esta dupla explicação." (a *Audiffrent*, 1/11/1855, p. 135-136).

<sup>399</sup> "Para determinar o lugar que o culto fetichico deve ocupar no conjunto de nossas práticas, semanais ou diárias, é preciso esperar minha teoria especial sobre a incorporação do fetichismo ao positivismo, que será diretamente esboçada pelo volume que vou compor no próximo ano, mas não será plenamente desenvolvida senão no meu *Tratado de Moral*, que será publicado só em 1859, como sabeis." (a *Henry Edger*, 2/11/1855, p. 138-139).

<sup>400</sup> "... a incorporação do fetichismo ao positivismo e a instituição correspondente dos meios subjetivos. Esta dupla explicação, embora normalmente destinada ao meu tratado de moral, devia ser sumariamente abordada na introdução que acabo à minha lógica, (...). (...) A hierarquia enciclopédica se condensa doravante em uma progressão normal de três ciências: fundamental, preparatória e final. Consagrando aí os nomes mais conformes aos usos espontâneos, que são: a lógica (antiga matemática), a física (astronomia, física propriamente dita e química) e a moral (biologia, sociologia e moral propriamente dita)." (a *Audiffrent*, 21/2/1856, p. 226-227). O mesmo, isto é, a mesma abordagem sumária acontece também com a condensação ternária: "Condensando a hierarquia enciclopédica na progressão das três ciências (...), diretamente senti que lhe dava sua constituição mais usual tanto para o público quanto para o sacerdócio, e tanto hoje quanto para o futuro. (...) É somente pela nomenclatura que ela difere da classificação principal que eu adotava desde 1826 [Matemática, Ciência dos corpos brutos: astronomia, física, química, Ciência dos corpos organizados: fisiologia, física social], na minha exposição inicial da filosofia positiva, como o prova o pequeno quadro manuscrito que fiz recentemente imprimir no fim do prefácio próprio do *Apêndice geral*, que

da incorporação do fetichismo na introdução da *Síntese Subjetiva I* possibilita caracterizar toda a *Síntese Subjetiva* <sup>401</sup>. Enfim, a fusão, própria do volume de moral teórica, já foi caracterizada na *Síntese Subjetiva I* <sup>402</sup>.

Outra referência importante é a respeito do capítulo 4 da moral teórica, sobre a relação entre o corpo e o cérebro. Nas cartas a *Audiffrent*, de 16/1/1857 e de 29/1/1857, ele está elaborando "... a grande doutrina da harmonia vital entre o corpo e o cérebro." e "... ocupado em sistematizar a harmonia vital a partir das relações fundamentais entre o corpo e o cérebro." (p. 385 e 394, respectivamente). Um pouco depois este capítulo já foi meditado: "... tomo biológico da enciclopédia abstrata, caracterizado, sob todos os aspectos essenciais, no fim de minha Política e logo esboçado pelo principal capítulo de minha *Moral*." (p. 479) <sup>403</sup>.

---

reúne meus opúsculos primitivos. (...). As duas partes extremas da filosofia natural se encontram aí igualmente consagradas e disciplinadas, tomando-se a lógica e começando a moral. (...). Segundo vossa justa apreciação, tudo isto não pode ressaltar suficientemente senão no meu *Tratado de Moral*, embora o tenha esboçado no começo de minha filosofia matemática." (a *Audiffrent*, 13/3/1856, p. 233-234).

<sup>401</sup> "... creio, contudo, dever vos anunciar diretamente que o tomo inicial de minha *Síntese subjetiva* finalmente apareceu a 17 de novembro. Embora ele seja essencialmente relativo à filosofia matemática, assim transformada em lógica positiva, sua introdução caracteriza o conjunto da construção que completa o positivismo fundando aí o fetichismo. É, aliás, ao meu próximo volume que pertence o desenvolvimento normal de uma tal constituição religiosa, ligando aí o [volume] seguinte: todos os dois concernindo diretamente à natureza humana, o primeiro quanto ao seu conhecimento, o outro por seu aperfeiçoamento." (p. 354-355). Note-se as definições de moral teórica e moral prática como conhecimento e aperfeiçoamento da natureza humana. Vejamos também nas cartas a *Louis Comte*, de 26/1/1857: "A ligação destes dois tomos é tão íntima que eles instituem, um o conhecimento, o outro o aperfeiçoamento da natureza humana." (p. 389) e a *Alexander J. Ellis*, de 6/4/1857: "Mas devo declarar hoje que não publicarei nada neste ano, que será totalmente empregado na forte preparação meditativa que é exigida pelos tomos II e III de minha *Síntese subjetiva*, consecutivamente publicados nos dois anos seguintes. Escreverei o primeiro em 1858, para instituir sob o título de *Moral teórica* o *Conhecimento da natureza humana*; o outro, em 1859, instituirá a *Moral prática* ou o *Aperfeiçoamento da natureza humana*." (p. 439). Na *Carta a Audiffrent*, de 29/1/1857, elas são "estudo da natureza humana" e "aperfeiçoamento do homem" (p. 394; ver acima, na nota 383). Na *Carta a de Tholouze*, de 22/8/1857, elas são "conhecimento da natureza humana" e [manifestação da aptidão do culto íntimo (oração)] para conduzir do egoísmo para o altruísmo (p. 549-550). Enfim, na *Carta a Francis Otter*, de 28/8/1857, elas são "noções sobre a natureza humana", "compreender a natureza humana" e divulgação das "noções", isto é, instrução, educação (p. 558).

<sup>402</sup> "... vossa natureza, eminentemente sintética e simpática, pode diretamente aproveitar a extensão decisiva que minha *Síntese subjetiva* deve proporcionar irrevogavelmente à religião universal, incorporando o fetichismo no positivismo. Esta fusão, que será própria sobretudo ao volume seguinte, já se encontra caracterizada no tomo inicial, que publiquei a 17 de novembro. Embora ele seja essencialmente relativo à filosofia matemática, sua introdução vos indicará o conjunto da síntese que convém à religião racional e social." (a *de Tholouze*, 25/12/1856, p. 356).

<sup>403</sup> Os textos completos referentes a estes 3 últimos trechos se encontram na nota 317, acima. Os estigmas de Francisco de Assis são reações do cérebro sobre o corpo: "Estou, por exemplo, tão disposto quanto os Italianos a crer nos estigmas excepcionais que precederam a morte do incomparável reformador do século XIII [São Francisco de Assis], mas vendo neles um simples resultado desta reação [do cérebro sobre o corpo] sobre um organismo eminentemente impressionável, sem nenhuma impulsão exterior misteriosa. Sobre estes aspectos, como sobre os precedentes, aconselho-vos a esperar os esclarecimentos e desenvolvimentos naturalmente próprios ao segundo volume da *Síntese subjetiva*, que será construído no próximo ano para aparecer em

Finalmente, Augusto Comte não teve tempo para dissipar mais as ambigüidades de sua sistematização. No ano de sua morte ele ainda estava modificando a sua lei dos 3 estados, confessando a presença de confusão, até então, no seu pensamento, em relação a ela, e tendo que se auto-repreender <sup>404</sup>.

E como já vimos, menos de quinze dias antes de falecer ele falava de sua emancipação também em relação à medicina. Ver nas cartas *para a Sra. Nísia Floresta Brasileira*, de 24/8/1857, p. 553-554, *a Francis Otter*, de 28/8/1857, p. 555, e *ao Barão W. de Constant-Rebecque*, de 1/9/1857, p. 558 (ver acima, no final da nota 382).

---

outubro de 1858." (*Carta a Alfred Sabatier*, 23/6/1857, p. 490). A questão da relação entre a Humanidade e os grandes homens também seria tratada no volume de moral teórica: *a Henry Dix-Hutton*, 28/6/1857, p. 503-504 (este texto se encontra na nota 228, acima).

<sup>404</sup> "... a emancipação científica (...). É preciso diretamente ver uma tal libertação como o complemento normal da evolução fundamental que caracteriza a lei dos três estados. O último estado deve ser, para este efeito, decomposto em seus dois modos sucessivos, um científico, o outro filosófico, respectivamente analítico e sintético. É somente ao segundo que pertence a qualificação de *definitivo*, inicialmente aplicada confusamente ao seu conjunto. No fundo, a *ciência* propriamente dita é tão preliminar quanto à teologia e a metafísica, e deve ser finalmente tão igualmente eliminada pela religião universal, em relação à qual estes três preâmbulos são, um provisório, o outro transitório e o último preparatório. (...). A este respeito, devo com simplicidade estender uma palavra de minha última circular que prolonga esta repreensão até mim, ..." (*a Audiffrent*, 12/2/1857, p. 400-401).

Capítulo II: A moral como possibilitadora da continuidade no ou do pensamento e obra de Augusto Comte – A propósito da obra *A doutrina da educação universal na filosofia de Augusto Comte*, de Paul Arbousse-Bastide

Como mostramos ao longo do primeiro capítulo, a moral (e a filosofia moral ou ética) está presente na obra de Augusto Comte do início ao fim. Ela é, ao nosso ver, a possibilitadora da continuidade no seu pensamento e obra, superando todas as descontinuidades. Ela é o núcleo da continuidade, rodeada, por um lado, pela religião (ou, pode-se alargar, pela sociologia e religião), e, por outro, pela educação (ou, pode-se dizer, pela educação e política). Trata-se da quase sinonímia, por um lado, entre religião e moral, e, por outro, entre moral e educação.

Durante o tempo no qual Augusto Comte foi anti-religioso, a moral era o que restava de legítimo e necessário da religião. Ele era anti-religioso, mas reivindicava e propunha um novo poder espiritual, justamente encarregado do âmbito espiritual, teórico, moral. Como se negava a religião, o lugar mais natural que restava para o cultivo desse setor era a educação, a instrução, a escola. Literalmente, se não se podia cultivar a moral no templo, devia se fazer isto na escola.

Mas na medida em que as necessidades, e as necessidades morais chamaram de volta a religião <sup>405</sup>, ela voltou a ser o lugar principal da moral. Na medida em que Augusto Comte fundou a sua religião, em 1848, a religião voltou a ser o lugar principal da moral.

---

<sup>405</sup> Ver acima, no parágrafo referente à nota 285.

A moral permaneceu no poder espiritual, no sacerdócio, no vigente (moral monoteísta), mas também no reivindicado ou proposto (moral positiva)<sup>406</sup>. Se historicamente o poeta, o filósofo, o cientista e o médico se separaram do sacerdócio teocrático<sup>407</sup>, desde 1848 o sacerdócio positivo os reincorporava.

O mesmo processo que ocorreu com a moral ocorreu também com a educação, pois ela ensina tudo, e, portanto, também a moral e a religião.

Como há, em Augusto Comte, uma quase sinonímia entre religião e moral<sup>408</sup>, quase identificando as duas, e como há apenas uma quase sinonímia entre a moral e a educação, e, aliás, bem menos intensa do que a anterior<sup>409</sup>, achamos exagerada a afirmação de Paul Arbousse-Bastide que faz da educação o fio condutor do pensamento de Augusto Comte. Tendo que escolher, preferimos afirmar a moral teórica ou moral propriamente dita, que é, segundo Augusto Comte, o núcleo da religião, como o fio condutor do seu pensamento e obra. O que ele sempre quis foi superar a moral do Antigo Regime, sua fundamentação sobrenaturalista, e o próprio regime ou sistema. Mas é possível conciliar as duas posições afirmando que o fio condutor é a moral, núcleo da religião, como ciência e como arte, e que, como (arte e) moral prática é a educação. O fio condutor inteiro seria, então, o âmbito religioso-moral-educacional. Com outras palavras: o fio condutor é a moral, teórica ou propriamente dita, que é o núcleo da religião, e prática, que foi identificada com a educação a partir de 1854.

A acentuação exagerada que P. Arbousse-Bastide faz sobre a educação ou moral prática<sup>410</sup> segue a afirmação de uma identificação entre a moral

---

<sup>406</sup> Recordemo-nos da *Sumária apreciação*, de 4/1820, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 627-628 (ver este texto acima, no parágrafo referente à nota 48) e 645: "O poder espiritual [do antigo sistema] (...) não tem mais outra influência senão aquela derivada do fato de que o ensino da moral ainda se encontra em suas mãos, estando fundado ainda sobre suas doutrinas."; "No espiritual, a capacidade científica obteve sobre a educação nacional toda a influência que ela pode ter, enquanto o ensino da moral ainda não tiver passado para as suas mãos."

<sup>407</sup> Ver acima, no trecho referente às notas 381-382. Quanto à separação do filósofo e do cientista, ver no opúsculo *Considerações filosóficas*, de 1825, in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854, p. 166-167.

<sup>408</sup> Recordemo-nos de que em 1817 ele falava de "... instituições morais (...), isto é, as instituições religiosas, ..." (*A Indústria*, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 181).

<sup>409</sup> Augusto Comte nunca identificou explicitamente moral e educação. O que ele identificou explicitamente, a partir do *Sistema IV*, é a moral prática com a educação.

<sup>410</sup> Vejamos, por exemplo, nas p. XV (*op. cit.*): "A continuidade comtiana não é só uma forma; ela tem um conteúdo. Ele é fornecido pelo tema educativo, apanhado em toda sua amplitude, com todas as suas aderências e seus prolongamentos.", 137-138: "Assim, é suficiente ler o *Curso* com atenção para encontrar nele esta confissão capital de Comte: a filosofia positiva reduzida à coordenação das ciências não teria sido empreendida sem a idéia educativa. Diante de tais textos, tem-se dificuldade para compreender que a teoria da educação em Comte tenha sido considerada durante muito tempo algo acessório ao seu sistema. Ela é, segundo seu testemunho formal, a chave de acesso e o principal motor.", 139: "Não é a educação que é consequência da coordenação, mas a coordenação

e a educação, de uma sinonímia entre as duas, para além da quase sinonímia que constatamos no primeiro capítulo: “A ação não deve esconder o agente. A idéia de educação tem a vantagem de nos aproximar dele. Sua identificação com a noção de moral cessa, desde então, de nos espantar. A sétima ciência, irmã gêmea da educação, sempre esteve presente nas meditações de Comte.” (p. 299).

Como Augusto Comte, provavelmente para justificar a promessa tardia do tratado de moral, disse que este foi anunciado, em 1842, sob o título de tratado sobre a educação <sup>411</sup>, P. Arbousse-Bastide toma essa afirmação literalmente, para afirmar uma sinonímia prática entre moral e educação: “O *Tratado de moral* foi inicialmente apresentado sob o título de *Tratado sobre a educação universal* porque a moral era considerada, em 1842, como uma ‘arte humana’, diretamente derivada da sociologia, e podendo praticamente ser designada pelo termo *educação*.” (p. 464-465).

---

que é imposta pelas necessidades da educação. (...). Se a primeira consequência da educação positiva deve ser aportar à coordenação do saber sua verdadeira razão de ser, assim como a impulsão necessária à sua ativação, sua ação sobre a moral não é menos importante. Também a seu respeito ela se torna um princípio primeiro. A sistematização final da moral humana constitui uma das características da educação positiva (...). (...) É a educação positiva que aportará as regras fundamentais necessárias à ação. Estas regras diretamente inspiradas pelo conhecimento das leis naturais constituirão a única moral independente possível.”, 200-201: “Se há uma unidade material na carreira de Comte que possa ser o signo de uma unidade espiritual, é preciso a procurar em seu ensinamento oral e no público que o dirige e sustenta a intenção. Durante vinte anos (...), de 1831 a 1851, Comte passou da exposição à predicação, sob a pressão de um notável esforço didático que constitui a verdadeira ligação entre o *Curso* fundamental e o *Sistema* de política. (...) O período que se estende de 1842 a 1851 constitui o que se poderia chamar de os anos transformadores do positivismo comtiano. As obras que o balizam exprimem muito imperfeitamente a complexidade dele. Sua verdadeira continuidade reside em um ensinamento oral de intenção educativa.”, 241: “Atributo essencial e exclusivo do poder espiritual, a educação se encontra investida de uma missão análoga àquela do Espírito Santo ou da Graça na perspectiva cristã.”, 300: “O filósofo, o reformador social, o Grande-Padre da Humanidade encontram seu denominador comum no professor. O positivismo é uma filosofia *professada*, mesmo quando ela se torna *anunciada*, como uma Boa Nova. (...) Comte se sentia tão profundamente professor que esperou o fim de sua vida para renunciar definitivamente à função de ensinar. (...) Doravante ele não falará mais senão como padre.”, 328: “De 1842 a 1850, Comte passou da exposição à predicação. O curso de 1847 constitui a manifestação pública de uma mutação que não deve ser interpretada como uma ruptura. A única constante que pode fornecer um fio condutor no labirinto das influências recebidas e das experiências vividas é a preocupação educativa. (...) Certamente a idéia educativa é inseparável daquela do poder espiritual. Mas ela permanece a manifestação concreta que permite melhor do que toda outra sentir e reencontrar a unidade de um pensamento cuja efervescência e inquietude contrastam com sua expressão dogmática.”, 336: “O tema educativo é um desses sintetizadores escolhidos que é fácil de descobrir desde a pré-história do positivismo.” e 672: “... o fio condutor, (...) Pareceu-nos que a doutrina educativa tinha a vantagem de fornecer uma constante da continuidade comtiana. Como ela se anuncia desde os primeiros escritos e desemboca nos últimos projetos, o ir e o voltar permanecem possíveis. Se o primeiro coloca em evidência a persistência do tema educativo e a consistência da doutrina, o segundo impõe a fidelidade ao sistema, tal como ele aparecia ao seu autor. Vimos, finalmente, em sua doutrina educativa, uma peça essencial de seu pensamento religioso.”

<sup>411</sup> O que, ao nosso ver, deve ser creditado às ambigüidades, incertezas ou confusões que Augusto Comte não conseguiu terminar de dissipar.

Como vimos no primeiro capítulo (no trecho entre as notas 143 e 144), a moral só começou a aparecer como arte a partir do *Discurso*, de 1844. Além disso, nesse tempo ela já era ciência, como parte da biologia e da sociologia, indiscutivelmente tratadas como ciências. Augusto Comte diz que não a tinha separado ainda da sociologia. Mas fala explicitamente da educação como sendo a arte humana à qual fez preceder a ciência humana: “Mas o tratado especial que acima prometi sobre a ciência suprema limitará esta divisão a distinguir os dois volumes que o comporão, em conformidade com seu duplo título, *Sistema de moral positiva*, ou *Tratado sobre a educação universal*. É sob este segundo título que o anunciei, em 1842, no fim de minha obra fundamental, na qual eu não tinha ainda separado a moral da sociologia. Desde que esta separação decisiva foi irrevogavelmente estabelecida, de mais em mais senti que o estudo direto da arte humana devia ser especialmente precedido pela construção da ciência humana, que até então não pudera surgir distintamente. Eis como, ao invés de um só volume conforme eu tinha inicialmente prometido, esta obra terá dois tomos, nos quais serão respectivamente tratadas a moral teórica e a moral prática, segundo a feliz ambigüidade do termo *moral*, que representa a síntese universal.” (*Sistema IV*, p. 230-231) <sup>412</sup>.

Citando os anúncios do tratado sobre a educação feitos por Augusto Comte, em 1822 e 1842, nos quais preferimos ver apenas uma quase sinonímia, uma transição muito forte, entre moral e educação, P. Arbousse-Bastide, depois de apenas citar o de 1822 <sup>413</sup>, e de citar e comentar a “associação” do de 1842 <sup>414</sup>, evolui no sentido da sinonímia: “O sistema completo de educação positiva que convém à sociedade regenerada que se constitui para agir sobre a natureza.’. É

<sup>412</sup> Em Augusto Comte moral e educação equivalem a moral propriamente dita e moral prática, moral teórica e moral prática, ciência e arte, teoria e prática. Portanto, identificar moral e educação equivale a perder de vista esta divisão comtiana entre teoria e prática.

<sup>413</sup> “A segunda série [de trabalhos, prometida no *Plano*] devia tender a ‘fundar o sistema completo de educação positiva que convém a uma sociedade regenerada que se constitui para agir sobre a natureza; em outros termos, ela se propõe a aperfeiçoar esta ação em tanto quanto ela depende das faculdades do agente.’” (p. 33). Note-se que o aperfeiçoamento do agente se tomou a função da moral prática desde que ela foi distinguida da moral teórica.

<sup>414</sup> “Tratar-se-á, portanto, no terceiro tratado [prometido no *Curso VI*], da educação ‘propriamente dita’, isto é, da educação individual, vista na perspectiva da preponderância mental do ponto de vista social. A destinação social deste tratado é capital. Ele deve constituir ‘a primeira base universal da regeneração política’ (*Curso VI*, p. 891). E mais, ele é inseparável da ‘organização positiva da moral que constituirá a principal parte de uma tal elaboração’ (ibidem, p. 891). Desde 1842, ‘educação’ é, portanto, associada à ‘moral’ e a ‘moral’, tanto quanto podemos julgar a partir do *Curso*, é estreitamente ligada à interpretação positiva da natureza humana, isto é, à fisiologia frenológica.” (p. 157).

preciso 'aperfeiçoar esta ação em tanto quanto ela depende das faculdades do agente'. Temos aqui o anúncio, claramente, do *Tratado sobre a educação universal* para o estado normal e em vista da ação do homem sobre o homem, isto é, da moral<sup>415</sup>. (...). O anúncio é retomado, vinte anos mais tarde, em 1842, no fim do *Curso de filosofia positiva* (Cf. *Curso VI*, p. 887, 893). (...). O *Tratado especial de educação positiva* é explicitamente lembrado desde a página 547 do tomo VI. (...). O *Tratado fundamental sobre a educação positiva* permanece na linha das indicações de 1822. A ligação com a moral se torna somente mais explícita. Em 1822 a questão envolvia apenas a 'sociedade regenerada que se constitui para agir sobre a natureza' e o 'aperfeiçoamento desta ação por aquele das faculdades do agente'. Em 1842 a educação se torna 'a primeira base universal da regeneração política' (*Curso VI*, p. 892). É formalmente afirmado 'que a organização positiva da moral constituirá a principal parte desta elaboração' (ibidem, p. 892)." (p. 489-490).

Chegando ao *Sistema IV*, de 1854, no qual Augusto Comte faz o anúncio do tratado de moral, P. Arbousse-Bastide se fixa no "ou" entre o "*Sistema de moral*" e o "*Tratado sobre a educação*"<sup>416</sup>: "O volume sobre a educação universal mencionado em 1822, em 1842 e em 1851 no prefácio do tomo I [do *Sistema*], mas também na *Introdução fundamental*, que, contudo, não se estendia senão sobre a renovação cosmológica, torna-se o *Sistema de moral positiva ou Tratado sobre a educação universal* (Cf. *Sistema*, p. 230)." (p. 492).

O "*Sistema de moral positiva*" e o "*Tratado sobre a educação universal*" se equivalem, segundo ele: "O *Tratado sobre a educação*, precedido por um importante preâmbulo, torna-se, de fato, se não de direito, a segunda parte do *Sistema de moral positiva*. Dizemos somente 'de fato' porque o duplo título da obra separado pelo sinal de equivalência 'ou' deixa entender que não há dualidade de intenção. O *Sistema de moral positiva* equivale ao *Tratado sobre a educação universal* e reciprocamente. O 'ou', empregado pela primeira vez no anúncio do programa do acabamento [de sua obra], manifesta o desejo de reduzir a inovação ao mínimo, e, por seqüência, de grifar ao máximo a continuidade do conjunto do projeto." (p. 492).

<sup>415</sup> Note-se que o autor entende como "moral", e não como moral prática. O mesmo ocorre na seqüência do trecho.

<sup>416</sup> No original, ao menos na edição que utilizamos, que promete que é "inteiramente conforme à edição de 1854", consta uma vírgula entre o "positiva" e o "ou": "*Sistema de moral positiva, ou Tratado sobre a educação universal*" (*Sistema IV*, p. 230)

Trata-se de uma "... identidade natural por trás de uma simples diferença de ponto de vista."; "... os dois títulos correspondem de fato a duas partes distintas, mas de direito a identidade está posta, ...": "O uso do sub-título tem significações diferentes em Comte. Ele aporta uma explicação do título principal como nos casos do *Discurso sobre o conjunto ...* e o do *Catecismo*. Ele evoca uma lembrança, a despeito de uma alteração ou de uma inovação marcadas pelo título, por exemplo, no *Sistema de lógica positiva* ou *Tratado de filosofia matemática* e o *Sistema de indústria positiva* ou *Tratado sobre a ação total ...* Ele grifa uma idéia nova que o título não implicava, por exemplo, no *Sistema de política positiva* ou *Tratado de sociologia que institui a religião da Humanidade*. Enfim, ele pode subentender uma identidade natural por trás de uma simples diferença de ponto de vista. É o caso do *Sistema de moral positiva* ou *Tratado sobre a educação universal*. Esta interpretação não exclui aquela da lembrança, mas postula que há mais. O caso do *Sistema de moral* é o único no qual os dois títulos correspondem de fato a duas partes distintas, mesmo que de direito a identidade esteja posta, porque o tomo I não é senão um preâmbulo <sup>417</sup> do tomo II, concebido por primeiro." (p. 493).

A passagem do "*Tratado sobre a educação*" ao "*Sistema de moral*" "funde a moral na educação": "Se se admite, como ensaiamos mostrar, que a passagem do *Tratado sobre a educação* ao *Sistema de moral* desemboca, na realidade, na fusão da moral na educação, pode-se dizer que todas as alterações de execução, e mesmo de apresentação, do programa de acabamento foram comandadas pela doutrina da educação." (p. 495).

Segundo ele, a moral é a educação, o nome da moral é educação; esta é o verdadeiro lugar da moral: "O estudo do sujeito universal, o homem, é a única via de acesso ao objeto total, a humanidade. Mas seu conhecimento está subordinado ao seu melhoramento que não tem sentido senão por sua incorporação ao Grande-Ser. A educação, atualizando o esforço de aperfeiçoamento no curso de toda a vida objetiva, está no coração da finalidade moral. Comte é o único filósofo que teve a coragem de chamar a moral pelo seu nome – a educação – e de a situar no seu verdadeiro lugar." (p. 587).

Enfim, P. Arbousse-Bastide faz a inversão. A moral teórica acaba sendo apenas a introdução, enquanto que a moral prática ou educação se torna a

<sup>417</sup> Mais adiante (p. 588) é dito que ele não é senão introdução.

moral propriamente dita: “Esperamos ter dissipado todo motivo de espanto diante da conjunção da educação e da moral prática, finalmente operada no plano de 1857. Uma vez admitidas a missão religiosa e a função reguladora do poder espiritual, representado pelo sacerdócio, o essencial da moral reside em um melhoramento do agente em vista do aperfeiçoamento de sua atividade. Ela o melhora situando-o e mantendo-o na única via na qual ele pode se realizar plenamente, aquela que conduz ao serviço do Grande-Ser. O termo *Educação* traduz perfeitamente essa marcha ascendente e inspirada. Tudo o que a prepara e a facilita pelo conhecimento das leis da natureza humana não é senão uma introdução à moral, como o *Curso* era uma introdução à política. Mas no ponto de maturidade filosófica no qual Comte chegou em 1857, esta introdução, plenamente beneficiária do método subjetivo, deve ser incorporada ao conjunto do *Sistema de moral* sob o nome de *moral teórica*, a *moral prática*, ou *Tratado sobre a educação universal* constituindo a moral propriamente dita, isto é, a ação modificadora. Se a identificação da moral e da educação parece, em Comte, tão evidente quanto legítima, seria demasiado sumário concluir disso que ele chegou na sétima ciência apenas pela via da idéia educativa.” (p. 588).

Além da identificação da moral com a educação como motivação para a acentuação da educação como o fio condutor do pensamento e da obra de Augusto Comte, há que se somar a ela, no mínimo, também o fato de P. Arbousse-Bastide não levar em conta a quase identificação, a quase sinonímia da moral com a religião, conforme mostramos no primeiro capítulo. Não se toca nesta transitividade, no “isto é” entre as “instituições morais” e as “instituições religiosas”<sup>418</sup>, apesar de se levar em conta o pensamento religioso: “A educação dispõe à contemplação ativa da Potência suprema à qual o homem deve tudo: por isto ela é adoração. A educação elabora o dom do homem à Humanidade: por isto ela é sacrifício. Coroada pela moral com a qual ela se confunde, ela é a grande reguladora. Ela conduz do homem ao mundo pela Humanidade, e à fé pelo amor. A educação é o ato religioso por excelência. O serviço que ela assegura é total porque a própria existência do Grande-Ser se subordina a ele.” (p. 671-672)<sup>419</sup>.

<sup>418</sup> Ver acima, na nota 408. Ver o trecho inteiro da *A Indústria* in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 181-182. Ver também o final da nota 23.

<sup>419</sup> Um pouco abaixo, na seqüência do texto, retomando o caminho, P. Arbousse-Bastide escreve que “Vimos, finalmente, na doutrina educativa, uma peça essencial de seu [de Augusto Comte] pensamento religioso.” (p. 672).

Como aparece no primeiro capítulo deste trabalho, a continuidade do pensamento, da obra e da vida de Augusto Comte (o fio condutor) deve ser vista na problemática religiosa-moral-educacional, ou simplesmente moral. Trata-se da substituição do sistema sobrenaturalista pelo "sistema terrestre e positivo", da substituição da "moral teológica" e da "moral metafísica" pela "moral terrestre e positiva" <sup>420</sup>. Trata-se, enfim, da construção e manutenção do homem "terrestre e positivo" e da humanidade "terrestre e positiva".

---

<sup>420</sup> As fontes bibliográficas destas expressões se encontram na nota 30.

Capítulo III: A questão da liberdade em Augusto Comte – A propósito da obra *A concepção moral no sistema de Augusto Comte*, de Jorge Riezu

No primeiro capítulo mostramos que Augusto Comte sempre supôs a existência da liberdade humana, uma liberdade no mínimo do tipo da afirmada pela filosofia cristã, isto é, uma liberdade dada, permitida, enquadrada. Mas suficiente, como a liberdade cristã, para permitir a transformação educativa, política e até material. E, nesta última possibilidade de transformação, pressupondo até mais do que a própria filosofia cristã, pois os indivíduos, pensados como membros agentes da divindade, reunidos nela podem como um deus. Como a humanidade só age através de órgãos individuais, e como ela pode tudo o que consegue, podemos perceber a total liberdade que Augusto Comte pressupõe aos indivíduos, principalmente aos “grandes homens”: Só não se pode o que não se consegue. Trata-se de deuses, da deusa humanidade. Tudo o que se descobrir ou inventar já existia potencialmente na ordem. Mas quem decide são os indivíduos, a humanidade, ou melhor, os “grandes homens”. Como não há uma espécie de quadro continente do que se pode, pode-se tudo o que se consegue. Se, nesta reunião de humanidades, na humanidade, descobrirem ou inventarem uma alavanca suficiente, mudam o mundo.

Mas mostramos também que, apesar desta suposição e afirmação prática da liberdade, em dois momentos aparece uma negação ou diminuição teórica da liberdade, a saber, no *Plano* (1822-1824) e no *Catecismo* (1852), colocando a vontade como incapaz de decidir contra a evidência. Porém, constatamos que Augusto Comte supõe evidências que não se verificam na prática, e que, deste modo, acaba praticamente na mesma situação da filosofia cristã: como a realidade não aparece para nós evidentemente, acabamos tendo liberdade em relação a ela e

nela. Como não conseguimos juntar todas as variáveis que constituiriam a solução evidente, acabamos agindo a partir de opções voluntárias, de decisões livres. Como não há evidência total, quem acaba recolhendo ou rejeitando as variáveis, considerando-as suficientes ou insuficientes é a vontade livre do sujeito.

Enfim, mostramos ainda, também, que em cartas dos últimos anos de sua vida há o que se pode chamar de uma *retratação* implícita desta negação ou diminuição, a partir da idéia de que a evidência tira a liberdade e, portanto, o mérito da obediência, da afirmação de que a fé positiva é demonstrável (*evidenciável*) e não demonstrada (*evidente*), e, finalmente, a partir de uma situação que implica a possibilidade da vontade decidir independentemente da inteligência <sup>421</sup>.

Apesar dessa *retratação* implícita aparecer em cartas, ela ajuda a compreender que a posição predominante de Augusto Comte a respeito da liberdade é a suposição e a afirmação da sua existência, mesmo que a sombra daquela negação ou diminuição teórica possa persistir.

Praticamente Augusto Comte sempre supôs e afirmou a liberdade. Teoricamente aparecem as duas negações ou diminuições já referidas, do *Plano* (nota 86, acima) e do *Catecismo positivista* (acima, imediatamente após a nota 272), e aparecem também o que chamamos de *retratações* implícitas, referidas nas notas 194 e 331 e no nosso texto referente às notas 392-394, acima. Ao nosso ver, no cômputo geral, também teoricamente a obra de Augusto Comte não nega a liberdade e, portanto, não inviabiliza uma moral.

Em oposição a isto, isto é, supondo a negação da liberdade em Augusto Comte, e principalmente por isto, Jorge Riezu <sup>422</sup> afirma a impossibilidade da ética na concepção de Augusto Comte, e a impossibilidade de falar de um sistema moral em Augusto Comte: "Na enorme bibliografia sobre sua concepção científica, social e religiosa, falta uma investigação sobre seu pensamento ético (...), pois a negação dos pressupostos fundamentais da ordem moral obrigou à afirmação da impossibilidade da ética na concepção de Comte. Por outro lado, ele fala

<sup>421</sup> Ver acima, imediatamente após a nota 391. Rever as notas 86, 194 e 331, acima.

<sup>422</sup> Dizemos *principalmente* porque J. Riezu se referirá também a outros fundamentos: "Comte não se apercebe de que ao estabelecer este agnosticismo, mata e nega a própria natureza do entendimento humano que necessariamente busca as causas e entidades das coisas. Desta maneira acabam negadas, a priori, as leis do pensar e do ser. E como veremos mais adiante, negados estes fundamentos metafísicos e gnosiológicos já não é mais possível uma construção moral." (*op. cit.*, p. 166). Ver também nas p. 169, 171, 173, 174, 178, 185-186 e 186 ("A conclusão crítica clara é que os pressupostos metodológicos e sistemáticos do positivismo impossibilitam uma verdadeira sistematização moral.").

insistentemente da ordem moral e concretamente da ordem moral-social. Portanto, e se não se pode falar de um sistema moral em Comte, é possível ao menos ordenar suas afirmações de moral social e tentar conhecer este aspecto novo dentro do significado de Comte como ponto de partida do sociologismo." (p. 11-12) <sup>423</sup>.

Diferentemente de nossa constatação da dificuldade teórica (e não prática) para a moral em Augusto Comte, J. Riezu afirma uma negação prática da liberdade em Augusto Comte: "O problema da liberdade é um problema central em toda teoria moral; de tal maneira que a negação da liberdade impossibilita toda sistematização moral. Comte, como veremos, nega praticamente a liberdade e este é o motivo pelo qual os autores têm afirmado a não existência de uma verdadeira ética ou teoria moral no positivismo de Augusto Comte." (p. 125) <sup>424</sup>.

<sup>423</sup> Vejamos também nas p. 140-141: "Desta maneira se fecha o círculo, mais ou menos sistemático, do pensamento moral de Comte. Nos limitamos a um trabalho de exposição como pressuposto necessário para um possível julgamento crítico e avaliação objetiva. Intentamos resumir, da maneira mais objetiva possível, o sistema moral do positivismo comtiano apesar de ter sido negada a possibilidade de uma teoria ética no pensamento de Comte pela maioria dos autores investigadores de sua obra. Na realidade esta afirmação é, levando em conta as exigências sistemáticas clássicas de toda teoria moral, verdadeira; porém, com certas limitações. Como vimos o sistema moral de Comte é um sistema de moral social sem a unidade estrutural que tentamos lhe dar através deste estudo, já que Comte não escreveu uma Moral ordenada. Foi necessário reunir os pensamentos e afirmações dispersas em suas obras com o fim de lhe dar uma certa unidade orgânica. A conclusão imediata, sem que pretendamos estabelecer agora um juízo crítico, é que não se pode falar de um sistema moral científico no positivismo de Comte. Encontramos afirmações e princípios de indubitável conteúdo e valor éticos; porém permanecem sem estruturar regiões importantes da vida e da atividade humana. Por outro lado e como vimos, toda a ordem moral acaba absorvida pela ordem social sem margem suficiente para a atividade pessoal livre que é o terreno primeiro da moralidade. Além disso as pretensões exageradas de Comte o levam a afirmações claramente anticientíficas.", 161: "A ordem moral tem uma base metafísica e também física, porém o caráter próprio da ordem moral não é produto de uma evolução física, conforme Comte pensa, e sim tem realidade própria e independente que consiste na orientação livre e voluntária ao fim. A ordem moral é autônoma com a mesma autonomia que têm a ordem física e a ordem metafísica. Esta autonomia da ordem moral, Comte nem a reconhece nem a respeita.", 172: "Porém em Comte a atitude voluntária, como expressão da vontade, é negada e, portanto, é negada a própria moral como realidade específica.", 178: "Comte nega a liberdade humana, ou, se se preferir, tem um conceito falso e determinista da liberdade, o qual implica sua negação.", 179: "Por isto ao se negar a liberdade com seus elementos de voluntariedade e racionalidade, nega-se, necessariamente, a ordem moral, pois esta ordem é edificada sobre os atos humanos voluntários e livres." e 179-180: "A negação explícita da liberdade humana é a razão pela qual todos os autores negam a possibilidade de uma ética no sistema de Augusto Comte. A razão é clara: a ordem ética ou moral é a ordem que contém e regula a direção dos atos livres e racionais para o fim. A primeira condição para que um ato possa ser considerado como moral ou imoral é que seja ato livre e racional. Isto quer dizer que a liberdade é um elemento essencial e constituinte do ato moral e, portanto, da própria ordem moral. A finalidade consciente e livre é necessidade imanente ao homem e especifica todo seu agir moral, que precisamente é dito moral pela livre determinação da criatura ao fim. Ambos elementos essenciais, a finalidade e a liberdade são negados por Comte, com o que se torna impossível uma construção sistemática da moral."

<sup>424</sup> Vejamos também nas p. 127-128: "Seria conveniente uma análise mais demorada da margem da liberdade e de sua natureza no pensamento de Comte para compreender sua limitação e, melhor ainda, sua negação prática; porém são suficientes estas indicações orientadoras da direção do pensamento comtiano, para conhecer sua atitude intelectual frente a este problema fundamental de

Provavelmente o problema da interpretação de J. Riezu se explique justamente pela falta da “análise mais demorada” julgada “conveniente” neste trecho da nota 424. Se houve aqueles dois momentos (do *Plano* e do *Catecismo positivista*) de dificuldade teórica, e depois superados principalmente na correspondência de 1855 a 1857, Augusto Comte nunca negou explicitamente a liberdade. Implícita ou praticamente Augusto Comte sempre supôs a liberdade, como mostramos ao longo do primeiro capítulo.

Se constatamos que em Augusto Comte a liberdade não é afirmada como contraditória com o determinismo (relativo), mas sim com a arbitrariedade <sup>425</sup>, e que Augusto Comte distingue entre um determinismo absoluto inexistente na ordem humana e um determinismo relativo existente <sup>426</sup>, J. Riezu, diferentemente, afirma que “Na realidade Comte nega a liberdade e implicitamente estabelece um determinismo absoluto.” (p. 127) <sup>427</sup>. E sem perguntar pela contradição ou conciliação com este determinismo, afirma também o relativismo de Augusto Comte: “Esta substituição da ordem de causa e efeito pela ordem de fenômeno-lei, é também uma consequência do método de Comte. Utiliza um método de observação e de medida, que situa todas as realidades nesta ordem dos fenômenos. A única ciência, por consequência, é a ciência física, de maneira que as demais ciências são partes da ciência física. Os próprios fenômenos sociais e morais acabam, dentro desta consideração física, submetidos a uma ordem de leis. As investigações morais consistirão em descobrir as leis dos fenômenos morais com o fim de os prever. Esta consideração física do moral destrói a verdadeira realidade moral estabelecendo um determinismo físico que impossibilita a realidade moral, pois a ordem moral é por natureza livre e independente. O determinismo e relativismo que a relação fenômeno-lei implica, destrói a possibilidade da ordem moral.” (p. 160) <sup>428</sup>.

Apesar de todo o esforço comtiano no sentido de fundar uma moral científica, o julgamento de J. Riezu é no sentido inverso: “Em Comte, apesar de suas

toda teorização moral. Preferimos nos manter dentro deste caráter indicador, com o fim de oferecer uma visão mais antológica da concepção moral e moral social de Comte.”.

<sup>425</sup> Ver acima, no parágrafo referente às notas 304-305.

<sup>426</sup> Ver acima, no parágrafo referente à nota 306.

<sup>427</sup> Vejamos também na p. 186: “Além disso o seu conceito de liberdade, como vimos, dá à sua concepção moral um caráter determinista.”.

<sup>428</sup> Vejamos também na p. 171: “Como vimos, a negação do absoluto e a declaração do relativismo criam uma moral relativa e variável, dependente das circunstâncias.”. Sobre a relação entre a geometria e a moral em Augusto Comte, ver acima o nosso texto referente às notas 136-143.

afirmações, a ciência ética ou moral não tem caráter de ciência, nem possibilidade de ser concebida como tal.” (p. 172).

A razão da negação da liberdade individual em Augusto Comte, segundo J. Riezu, é acentuar o social: “Assim, para salvar a primazia do social, que é o que se propõe, nega a liberdade individual.” (p. 179). E vice-versa: “Este coletivismo é exigido pela negação da liberdade.” (p. 180).

Quanto ao indivíduo, é possível afirmar que, de algum modo, a moral o recupera. Ela trata do sentimento e do indivíduo em geral <sup>429</sup>, que não são tratados na sociologia. Esta assunção do indivíduo coincide com a crítica crescente que Augusto Comte fará ao comunismo, tradicionalmente acusado de coletivismo.

A liberdade do indivíduo, como já comentamos, é a liberdade de um agente da divindade, de um órgão da divindade, enfim, é a liberdade da própria divindade.

Finalmente, não houve, em Augusto Comte, nenhuma negação, nem teórica nem prática, da liberdade, que pudesse impedir a priori uma sua filosofia moral ou ética.

---

<sup>429</sup> Mas cada indivíduo concretamente é objeto apenas da prática. Sobre a relação entre o coletivo e os indivíduos, ver os dois parágrafos referentes às notas 227 e 228 e a nota 264, acima.

## Conclusão

Como vimos, a continuidade do pensamento e da obra de Augusto Comte foi possibilitada pelo aspecto religioso-moral-educacional. Principalmente pela moral, tratada como núcleo da religião e, como moral prática, identificada à educação desde 1854.

E a moral só não foi escrita devido ao falecimento de Augusto Comte. Ele não negou a liberdade de maneira a tentar um empreendimento autocontraditório. A própria dificuldade teórica encontrada na sua obra, em relação à liberdade, é superada, no sentido de supor evidências que não ocorrem na prática, e no sentido de testemunhos principalmente da sua correspondência supondo situações nas quais a vontade decide independentemente da inteligência.

Resumidamente, a trajetória da moral em Augusto Comte percorreu o seguinte caminho:

Ela sempre foi suposta por Augusto Comte, como sendo, no seu tempo, monotéica e em transição para ser positiva. Desde o segundo uso explícito que ele faz do termo “moral”, a moral já aparece em termos de ciência (“ciências morais”), como que sugerindo uma ciência distinta. Mas no mesmo ano ele fala também de “sistema” (e, conseqüentemente, supondo *sistematização*), e sistematiza a moral na sociologia (“... a ciência social toda inteira (isto é, a política e a moral), ...”). A seguir ela é sistematizada na biologia, e, enfim, desde a 2ª metade do *Curso* ela é reenquadrada, com a biologia, na sociologia. Ele fala dela até 1841-1842 como se tratando de uma ciência distinta (ver a nota 40), mas já desde bem antes a incluía na sociologia-biologia ou biologia-sociologia, conforme se olhe *em geral* ou se olhe na medida em que ele faz a filosofia da biologia e a seguir funda a sociologia (na medida em que, portanto, faz a filosofia da sociologia).

Mas o *Curso* reivindica, propõe muitas vezes a preponderância da moral, tanto em relação à teoria (e aos teóricos) quanto em relação à prática (e aos práticos).

A partir do *Discurso*, de 1844, Augusto Comte começa a se referir à moral como sendo uma arte.

Em 1848 ela foi reenquadrada na religião, na religião comtiana da humanidade.

Desde o capítulo primeiro do *Sistema II*, escrito de 12/1850 a 1/1851, a moral é tomada, enfim, uma ciência distinta, a última e suprema.

Em 1854, no *Sistema IV*, ela foi dividida em teórica e prática, esta sendo identificada com a educação, e aquela sendo a moral propriamente dita. E foi prometido o *Tratado de moral*, em dois volumes, um de moral teórica e o outro de moral prática ou educação, que seriam escritos respectivamente em 1858 e 1859.

Enfim, em 1856, na *Síntese Subjetiva I*, por conta de uma condensação temática da escala enciclopédica, Augusto Comte começou a escrever o termo "moral" também com "m" maiúsculo, "Moral", englobando a biologia, a sociologia e a moral propriamente dita.

A moral sempre foi vista como amálgama social e pessoal. A partir de três acepções: o indivíduo tem esta capacidade ou faculdade; o exterior (natural e social) impõe ou sugere a unidade; e ela pode e deve se exteriorizar provindo do interior, assumida desde o próprio sujeito.

De 1817 a 1848 a moral substituía a religião. Desde esse último ano a religião, definida como unidade, síntese (amálgama, amalgamador), reenquadrou a moral. Como a educação fornecia, de certo modo, o *local* para a moral, suprimindo a falta do *templo*, e como a moral, voltando a ser ciência distinta, precisava de um "tratado", a educação foi identificada com uma parte prática da moral, de maneira que assim se justificava o tratado de moral a partir do tratado sobre a educação. Para tanto a moral foi repartida em teórica e prática.

A moral diz o que é e o que deve ou deverá ser o homem plenamente construído, ordenado, desde a ordem. No sentido de descobrir e realizar a natureza humana. Este realizar é, de certo modo, um *projetar* ou *inventar*, pois a ordem, apesar de conter tudo, não apresenta nada que esteja pronto o possa ser simplesmente descoberto. Ela diz o que é o homem plenamente unido, unificado, sintetizado, tanto pessoal quanto coletivamente. Isto é, ao mesmo tempo, a

realização da religião. Quanto à educação, ela é a viabilizadora prático-concreta do homem. Ela é a moral prática, arte. Ela é a moral enquanto arte ... e técnica (no sentido de fabricante do artista e do técnico ...).

A moral é a ciência dos indivíduos em geral porque a sociologia não desce até os órgãos, os agentes ... Do mesmo modo ela é a ciência do sentimento. O altruísmo, síntese dos instintos altruístas, sociais, ao qual os instintos pessoais devem ser conduzidos, e que é, ao mesmo tempo dever e felicidade, deve acontecer na prática e no concreto (três aspectos do caráter, da praticidade: coragem, prudência e perseverança), e para tanto é necessária a inteligência (quatro partes referentes ao conhecimento e uma parte comunicativa). Sendo a preocupação com a realização (caráter) do altruísmo (sentimento), a moral envolve também o conhecimento.

Quanto à extensão a moral positiva, positivista ou altruísta é privada (subdividida em íntima, individual ou pessoal e doméstica ou familiar) e pública, social ou universal.

Enquanto pessoal ela trata do direcionamento dos instintos pessoais no sentido da sociabilidade. Ela desenvolve a veneração, o apego e a bondade. Enquanto familiar ela desenvolve a filiação, a fraternidade e a paternidade. Os nove sacramentos ligam os indivíduos ao social. Enquanto social, ela realiza o calendário das festas públicas, fazendo a coesão social, pública, tanto em relação à pátria quanto em relação à humanidade.

Enfim, a moral, como ciência e como arte, é o conhecimento do homem e da humanidade (teoria) e a construção do homem e da humanidade (prática). Para poder ser, ao mesmo tempo, teórica e prática, ela é o núcleo da religião e, na sua parte prática, identificada com a educação.

Finalmente, retomando as nossas três hipóteses iniciais, mostramos, em primeiro lugar, a moral como a 7ª ciência na escala enciclopédica comtiana; em segundo lugar, que a moral é a possibilitadora da continuidade da sua obra, e, em terceiro lugar, que ela não foi inviabilizada por nenhuma negação apriorística da liberdade. O que, no seu conjunto, reinsere a obra comtiana na cada vez mais urgente necessidade de discussão também científica a respeito da possibilidade de consenso moral.

Apêndice 1 – Quadro da utilização do termo “moral” e derivados nos escritos de Augusto Comte:

	= 5.090
De 1798 a 1812: Nenhum uso	= 0
De 1812 a 1817: 3 usos [ <i>Cartas a Valat</i> , de 13/10/1816 (“moralmente”), 12/2 (“ciências morais e políticas”) e 25/2/1817 (“nos desmoralizou”)]	= 3
De 1817 a 1848:	= 1.845
De 1817 a 1830:	= 310

Nos escritos não reconhecidos posteriormente por Augusto Comte (*A Indústria*, de 9 e 10/1817 = 66 usos; *Reflexões sobre o espírito militar a propósito do discurso de um sargento*, provavelmente de 1817 = 1; *Cartas ao Sr. H. Saint-Simon*, da parte de uma pessoa que se identificará mais tarde, de 4 ou 5/1818, 2ª carta = 8; *Carta de um antigo aluno da Escola Politécnica aos Senhores autores da revista O Político*, de 27/12/1818 = 6; *Sobre o orçamento – Primeiro artigo: Sobre a importância da lei das finanças*, de 1819 = 2; *Carta servindo de introdução a um artigo sobre a liberdade de imprensa*, de 23/1/1819 = 2; *Sobre uma doutrina singular professada recentemente na Câmara dos Deputados*, publicada no dia 16/6/1819 = 3; *Notas sobre um artigo do Courier*, posterior a 21/6/1819 = 5; (4)a. – 54. *Sobre a divisão que tem existido até agora entre a moral e a política (1819) = 20; Apêndice – 1819. Considerações sobre as tentativas que têm sido feitas para fundar a ciência social sobre a fisiologia e sobre algumas outras ciências = 6; Terceira parte (1819). Considerações sobre as tentativas que têm sido feitas para tornar positiva a ciência*

*social, fazendo-a derivar de alguma outra ciência* (Trata-se de outra versão do anterior) = 4; (3) c. 53. *Sobre a ideologia* (1819) = 1; *Apêndice – (1819). Sobre os trabalhos políticos de Condorcet* = 7): 131 usos = 131

Nos reconhecidos e republicados no *Sistema IV*, *Apêndice*, 1854 = 121 (*Sumária apreciação do conjunto do passado moderno*, de 4/1820 = 16 usos; *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*, de 1822/1824 = 17; *Considerações filosóficas sobre as ciências e os sábios*, de 1825 = 15; *Considerações sobre o poder espiritual*, de 1826 = 67; *Exame do tratado de Broussais sobre a irritação*, de 1828 = 6) e em escritos de 1828 = 2: 123 usos = 123

Em *Cartas* (1818 = 3 usos; 1819 = 6; 1824 = 28; 1825 = 17; 1826 = 1; 1829 = 1): 56 usos = 56

De 1830 a 1848: = 1.535

No *Curso* {*Curso I*, 1ª lição = 2; *II*, 33ª = 1; *III* = 54 [40ª (1ª de biologia) = 10; 43ª = 1; 44ª = 5; 45ª = 38]; *IV* (1839) = 145 [46ª = 59; 47ª = 5; 48ª = 24; 49ª = 4; 50ª (estática / ordem) = 33; 51ª (dinâmica / teoria da evolução) = 20]; *V* = 389 [52ª (fetichismo) = 17; 53ª (politeísmo) = 113; 54ª (monoteísmo) = 145; 55ª (transição metafísica) = 114]; *VI* = 340 [56ª (época da especialidade) = 56; 57ª (época da generalidade) = 187; 58ª (método) = 26; 59ª (resultados) = 8; 60ª (ação final) = 51; Prefácio pessoal = 12]}; 931 usos = 931

No *Discurso* (1844): 63 usos = 63

No *Tratado de astronomia popular*: 1 uso = 1

Em *Cartas* (1832 = 9; 1836 = 2; 1837 = 3; 1838 = 3; 1839 = 8; 1840 = 11; 1841 = 2; 1842 = 44; 1843 = 40; 1844 = 38; 1845 = 166; 1846 = 135; 1847 = 19; 1848 = 60): 539 usos = 540

De 1848 a 1857: = 3.242

No *Programa do curso filosófico sobre a história geral da Humanidade*, ministrado 4 vezes, nos anos 1848 (apenas as primeiras lições), 1849, 1850 e 1851: 1 uso = 1

No *Sistema I* [*Discurso preliminar* (1848) = 462; *Introdução fundamental* (escrita de 10/1849 a 24/2/1850) = 153; *Complemento da Dedicatória* (27/7/1850),

introduzindo o texto <i>Lúcia</i> , de Clotilde de Vaux e outros = 2; Prefácio do <i>Sistema I</i> (20/3/1851) = 25]; 642 usos	= 642
No <i>Calendário positivista</i> (1ª ed 5/4/1849): 12 usos	= 12
No Preâmbulo (8/3/1850) ao <i>Relatório à Sociedade Positivista feito pela comissão encarregada de examinar a questão do trabalho</i> : 1 uso	= 1
No <i>Discurso pronunciado nos funerais de Blainville</i> (7/5/1850): 15 usos	= 15
Na Introdução (12/11/1850) ao <i>Relatório à Sociedade Positivista feito pela comissão encarregada de examinar a natureza e o plano da Escola positiva destinada sobretudo a regenerar os médicos</i> : 6 usos	= 6
No <i>Sistema II</i> [Cap. 1 (escrito de 12/1850 a 1/1851) = 144; cap. 2 em diante (escritos no 1º quadrimestre de 1852) = 235; Prefácio do <i>Sistema II</i> (2/5/1852) = 2]; 381 usos	= 381
Na <i>Biblioteca do Proletário no século XIX</i> (2ª ed. melhorada, 4/9/1852): 3 usos	= 3
No <i>Catecismo positivista</i> (1852): 257 usos	= 257
No <i>Sistema III</i> [ <i>Sistema III</i> (escrito de 6/2 a 1/8/1853) = 333; Prefácio do <i>Sistema III</i> (7/8/1853) = 6]; 339 usos	= 339
No <i>Sistema IV</i> [ <i>Sistema IV</i> (escrito de 29/1 a 25/7/1854) = 377; Prefácio especial do Apêndice geral do <i>Sistema</i> = 1; Prefácio do <i>Sistema IV</i> (30/7/1854) = 3]; 381 usos	= 381
Na <i>Biblioteca positivista no século XIX</i> , 18/7/1854: 2 usos	= 2
No <i>Apelo</i> [ <i>Apelo</i> (escrito de 3/6 a 10/7/1855) = 66; Prefácio do <i>Apelo</i> (17/7/1855) = 5]; 71 usos	= 71
No <i>Testamento</i> (texto inicial escrito de 25/11 a 13/12/1855): 16 usos	= 16
Na <i>Síntese Subjetiva I</i> [ <i>Síntese Subjetiva I</i> (escrita de 1/2 a 9/9/1856) = 208; <i>Dedicatória a Daniel Encontre</i> (14/9/1856) = 7; Prefácio da <i>Síntese Subjetiva I</i> (terminado a 22/9/1856) = 12]; 227 usos	= 227
No <i>Esquema de composição da Síntese Subjetiva I</i> : 5 usos	= 5
Nas <i>Orações diárias</i> : 1 uso	= 1
Em <i>Cartas</i> (1849 = 83; 1850 = 69; 1851 = 155; 1852 = 152; 1853 = 57; 1854 = 45; 1855 = 93; 1856 = 106; 1857 = 122): 882 usos	= 882

OBSERVAÇÃO: Não estão computados os sinônimos e os pronomes substitutivos.

Apêndice 2 – Quadro dos escritos de Augusto Comte nos quais não aparece o termo “moral” ou derivados:

- = *Opinião sobre o projeto de lei relativo à imprensa, do Senhor Casimir Perier*, 12/1817, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 219-224.
- = *Notas de Augusto Comte à ANÁLISE GEOMÉTRICA de John Leslie*, que Augusto Comte traduziu, 1818, in: *Ibidem*, p. 229-241.
- = *Ensaio sobre alguns pontos da filosofia das matemáticas – Nota A*, 1818, in: *Ibidem*, p. 305-320.
- = *Cartas ao Senhor H. Saint-Simon, da parte de uma pessoa que se identificará mais tarde*, 1ª carta, 4 ou 5/1818, in: *Ibidem*, p. 265-275.
- = *Sobre a liberdade de imprensa*, 1818, in: *Ibidem*, p. 382-401.
- = *Sobre o orçamento – Segundo artigo: Sobre o espírito a partir do qual o orçamento tem sido concebido, até o presente, tanto pelos governantes quanto pelos governados*, 1819, in: *Ibidem*, p. 363-381.
- = *[Resenha do livro] História da navegação interior e particularmente daquela da Inglaterra e da França*, do Sr. J. Cordier, Primeiro vol., 17/7/1819, in: *Ibidem*, p. 415-421.
- = *Separação geral entre as opiniões e os desejos*, 7/1819, in: *Ibidem*, p. 421-425, ou in: *Sistema IV*, Apêndice, 1854, p. 1-3.
- = *[Resenha do livro] Abreviado sobre as revoluções do antigo governo francês*, de Thouret, segunda edição, 1819, in: R. T. MENDES, *Evolução original*, p. 428-436.
- = *Ensaio sobre alguns pontos da filosofia das matemáticas*, 1819, in: *Ibidem*, p. 509-516.

- = *Ensaio sobre a filosofia das matemáticas – Materiais*, 1819, in: *Ibidem*, p. 517-547.
- = *Fragmento (1819?)*, 1819, in: *Ibidem*, 439-443.
- = *Opúsculo político (1819?)*, 1819, in: *Ibidem*, p. 443-446.
- = (1) a. – *INTRODUÇÃO (1819)*. 1. *O que é a política positiva*, 1819, in: *Ibidem*, p. 447-450.
- = *Ensaio sobre a filosofia das matemáticas*, 5, 20/1 e 1/2/1820, in: *Ibidem*, p. 548-575.
- = *Ensaio de filosofia matemática – Materiais*, 15 e 26/1 e 31/3/1821, in: *Escritos de juventude*, p. 543-547.
- = *Memória sobre o cálculo das variações*, 1821, in: *Ibidem*, p. 563-569.
- = *Fragmento sobre a função da observação e da imaginação na política*, 1821, in: *Ibidem*, p. 573.
- = *Plano*, Advertência, 1824, in: Émile LITTRÉ, *Augusto Comte e a filosofia positiva*, p. 19-21.
- = *Ensaio de filosofia matemática*, 24/9 e 29/11/1824, in: *Escritos de juventude*, p. 547-562.
- = *Plano do Curso de Filosofia Positiva*, 1826, in: *Sistema IV*, Apêndice, p. IV.
- = [Resenha da obra] *Sobre o monopólio ...*, de Bidaut, 17/3/1828, in: R. T. MENDES, *Clotilde de Vaux e Augusto Comte ...*, II/2, p. 256-261.
- = *Economia política*, 2/5/1828, in: *Ibidem*, p. 279-284.
- = *Economia política*, 28/6/1828, in: *Ibidem*, p. 295-301.
- = *Economia política*, 30/9/1828, in: *Ibidem*, p. 331-337.
- = *Anúncio e programa do Curso de Filosofia Positiva*, 1828, in: *Escritos de juventude*, p. 577-579.
- = *Memória sobre a Cosmogonia de Laplace*, 1835, in: *Ibidem*, p. 581-608.
- = *Tratado de geometria analítica*, 1843.

[Anexo único] – [Transcrição incompleta da] Classificação positiva das 18 funções interiores do cérebro ou Quadro sistemático da alma [ver nota 212, acima]

Interesse .....	Instintos da conservação .....	do indivíduo, ou instinto nutritivo .....	1
		instinto sexual .....	2
7 pessoais		instinto materno .....	3
	Instintos do aperfeiçoamento .....	por destruição, ou instinto militar .....	4
		por construção, ou instinto industrial .....	5
Ambição .....	Temporal, ou orgulho, necessidade de domínio .....		6
	Espiritual, ou vaidade, necessidade de aprovação .....		7
3 sociais	Apego .....		8
	Especiais		9
	Geral	Bondade, ou amor universal (simpatia), humanidade .....	10
Concepção	Passiva, ou contemplação, de onde materiais objetivos .....	Concreta, ou relativa aos seres, essencialmente sintética .....	11
	Ativa, ou meditação, de onde construções subjetivas .....	Abstrata, ou relativa aos acontecimentos, essencialmente analítica .....	12
		Indutiva, ou por comparação, de onde generalização .....	13
		Dedutiva, ou por coordenação, de onde sistematização .....	14
Expressão .....	Mímica, oral, escrita, de onde comunicação .....		15
Atividade .....	Coragem .....		16
	Firmeza, de onde perseverança .....	Prudência .....	17
			18

#### Resumo da teoria cerebral

O conjunto destes dezoito órgãos cerebrais constitui o aparelho nervoso central, que, por um lado, estimula a vida de nutrição, e, por outro, coordena a vida de relação ligando suas duas espécies de funções exteriores. Sua região especulativa comunica diretamente com os nervos sensitivos, e sua região ativa com os nervos motores. Porém sua região afetiva não tem conexidades nervosas senão com as vísceras vegetativas e nenhuma correspondência imediata com o mundo exterior, que só se liga a ela por meio das outras duas regiões. Este centro essencial de toda a inteligência humana funciona continuamente, em virtude do repouso alternativo das duas metades simétricas de cada um de seus órgãos. Quanto ao cérebro, a intermitência periódica é tão completa como a dos sentidos e dos músculos. Assim, a harmonia vital depende da principal região cerebral, sob cujo impulso as outras duas dirigem as relações, passivas e ativas, do animal com o meio.

## Bibliografia

### 1. Obras de Augusto Comte:

COMTE, Auguste. *Écrits de jeunesse 1816-1828: suivis du Memoire sur la cosmogonie de Laplace, 1835*. Textes établis par P. E. de B. Carneiro et P. Arnaud. Paris: Mouton, 1970. Coll. Archives positivistes, 5. 608 p.

\_\_\_\_\_. *Cours de philosophie positive*. Paris: Hermann, 1975. Leçons 1-45 [primitivos vols. I-III]. 882 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Paris: Hermann, 1975. Leçons 46-60 [primitivos vols. IV-VI]. 800 p.

\_\_\_\_\_. *Traité élémentaire de géométrie analytique a deux et a trois dimensions, contenant toutes les théories générales de géométrie accessibles a l'analyse ordinaire* [1843]. Nouvelle édition précédée de *La géométrie de Descartes*. Paris / RJ: Louis Bahl / F. Briguier, 1894. 609 p.

\_\_\_\_\_. *Traité philosophique d'astronomie populaire* [1844] précédé du *Discours sur l'esprit positif* [1844]. Paris: Fayard, 1985. 492 p.

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre o espírito positivo* [1844]. Trad. R. B. R. Pereira e I. Lins. Porto Alegre / SP: Globo / Edusp, 1976. 129 p.

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre o espírito positivo* [1844]. Documentos anexos. Trad. M<sup>a</sup> E. G. G. Pereira. SP: Martins Fontes, 1990. 132 p.

\_\_\_\_\_. *Système de politique positive ou Traité de sociologie Instituant la religion de l'humanité* [1851]. Tome premier Contenant le Discours Préliminaire [1848] et l'Introduction fondamentale [1849-1850]. Troisième éd. Paris: Imp. Moderne, 1890. 748 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tome deuxième Contenant la Statique Sociale ou le Traité abstrait de l'ordre humain [1852]. Quatrième éd. Paris: Imp. de la société typographique, 1907. 472 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tome troisième Contenant la Dynamique Sociale ou Traité général du progrès humain (Philosophie de l'Histoire) [1853]. Troisième éd. Paris: Imp. Larousse, 1895. 624 p.

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tome quatrième et dernier, Contenant le Tableau synthétique de l'avenir humain. Ce volume final est terminé par un Appendice Général, qui reproduit tous les opuscules primitifs de l'auteur sur la philosophie sociale [1854]. Troisième éd. Paris: Imp. Larousse, 1895. 800 p.
- \_\_\_\_\_. *Catéchisme positiviste ou Sommaire exposition de la religion universelle en onze entretiens systématiques entre une femme et un prêtre de l'humanité* [1852]. Chronologie, introduction et notes par P. Arnaud. Paris: Garnier-Flammarion, 1966. 314 p.
- \_\_\_\_\_. *Catecismo positivista ou Sumária exposição da religião universal* [1852]. Trad. J. A. Giannotti e M. Lemos. SP: Nova cultural, 1988. Col. Pensadores. P. 63-264.
- \_\_\_\_\_. *Appel aux conservateurs*. Paris: E. Thunot, 1855. 136 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. [1855]. Deuxième éd. Paris: A. Dubuisson, 1901. 136 p.
- \_\_\_\_\_. *Testament d'Auguste Comte. Avec les documents qui s'y rapportent. Pièces justificatives. Prières quotidiennes. Confessions annuelles. Correspondance avec Mme de Vaux*. Seconde éd. Paris: Fonds typographique de l'exécution testamentaire d'Auguste Comte, 1896. 570 p.
- \_\_\_\_\_. *La synthèse subjective d'Auguste Comte ou Système universel des conceptions propres à l'état normal de l'humanité*. Tome premier (seul publié): *Système de logique positive ou Traité de philosophie mathématique* [1856]. Seconde éd. Paris: Fonds typographique de l'exécution testamentaire d'Auguste Comte, 1900. 775 p.
- \_\_\_\_\_. *Correspondance générale et confessions; Tome I (1814-40)*. Textes établis et présentés par P. E. de B. Carneiro et P. Arnaud. Paris / La Haye: Epehe / Mouton, 1973. Coll. Archives Positivistes. 437 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; T. II (avril 1841 – mars 1845). Textes établis et présentés par P. E. de B. Carneiro et P. Arnaud. Paris / La Haye: Ehes / Mouton, 1975. Coll. Archives Positivistes. 461 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; T. III (avril 1845 – avril 1846). Textes établis et présentés par P. E. de B. Carneiro et P. Arnaud. Paris / La Haye: Ehes / Mouton, 1977. Coll. Archives Positivistes. 445 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; T. IV (1846-48). Textes établis et présentés par P. E. de B. Carneiro et P. Arnaud. Paris / La Haye: Ehes / Vrin / Mouton, 1981. Coll. Archives Positivistes. 334 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_.; T. V (1849-50). Textes établis et présentés par P. E. de B. Carneiro et P. Arbousse-Bastide. Paris / La Haye: Ehes / Vrin / Mouton. 1982. Coll. Archives Positivistes. 352 p.

- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. T. VI (1851-52). Textes établis par P. E. de B. Carneiro et présentés par P. Arbousse-Bastide. Paris: Ehess / Vrin, 1984. Coll. Archives Positivistes. 491 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. T. VII (1853-54). Textes établis par P. E. de B. Carneiro et présentés par A. Kremer-Marietti. Paris: Ehess / Vrin, 1987. Coll. Archives Positivistes. 326 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. T. VIII (1855-57). Textes établis par P. E. de B. Carneiro et présentés par A. Kremer-Marietti. Paris: Ehess / Vrin, 1990. Coll. Archives Positivistes. 606 p.
- \_\_\_\_\_. *La science sociale*. Présentation et introduction de A. Kremer-Marietti. Paris: Gallimard, 1972. Coll. Idées, 261. 306 p.
- \_\_\_\_\_. *Reorganizar a sociedade*. Prefácio e tradução A. Ribeiro. Lisboa: Guimarães & cia Editores, 1977. 196 p.
- \_\_\_\_\_. *Calendário e biblioteca positivistas. Seguidos respectivamente de um índice onomástico e de um índice bibliográfico organizados por Miguel Lemos*. RJ: Igreja positivista do Brasil, 3/1902. 71 p.
- \_\_\_\_\_. *Auguste Comte – Le prolétariat dans la société moderne*; Textes choisies avec une introduction de R. P. Lópes. Paris: s/editora, 1946. Coll. Archives Positivistes, vol. Troisième. P. I-XLVIII e 224-275.
- \_\_\_\_\_. *Appréciation du communisme*. Extratos de textos de A. COMTE com notas feitas pela Délégation exécutive de l'Église positiviste du Brésil. RJ: Église positiviste du Brésil, 1948. 105 p.
- \_\_\_\_\_. *Circulaires annuelles*. Vincennés – France (Typographie Edmond Monnoyer): Églises brésilienne et chilienne, 1886. 107 p. No mesmo livro: LAGARRIGUE, Jorge. *Lettres sur le positivisme et sur la mission religieuse de la France*. Vincennés (Typ. E. Monnoyer): Église universelle, 1896. 155 p. e CREE, James Arthur. *La mission de la femme*. Paris: Émile Blanchard, Libraire (Alençon – Imprimerie Guy, veuve, fils et cia), 1897. 23 p.
- \_\_\_\_\_. *Lettres a John Stuart Mill (1841-46)*. Paris: Ernest Leroux, 1877. 426 p.
- \_\_\_\_\_. *Lettres et fragments de lettres*. SP: Centro positivista de SP, 12/1926. 268 p.
- \_\_\_\_\_. *Lettres inédites à C. de Blignièeres*. Présentés par P. Arbousse-Bastide. Paris: Vrin, 1932. 142 p.
- \_\_\_\_\_. *Nouvelles lettres inédites*; Textes présentés par P. E. de B. Carneiro. Paris: Imp. Jouve, 1939. Coll. Archives Positivistes, vol. Premier. 274 p.
- \_\_\_\_\_. e VAUX, Clotilde de. *Lúcia, Os pensamentos de uma flor, A infância* [Clotilde de VAUX], *Carta sobre a comemoração social, Orações quotidianas* [Augusto

COMTE]. Opúsculo editado em francês em 6/1903. Vários tradutores. RJ: Tipografia do Jornal do Comércio, 4/1936. 136 p.

## 2. Outras:

### 2.1. Sobre Augusto Comte ou do âmbito de Augusto Comte ou do positivismo:

ACEVEDO, Sybil de e outros. *Auguste Comte: Qui êtes-vous?* Lyon: La manufacture, 1988. 394 p.

*ANAIIS da 1ª reunião de positivistas.* Curitiba, 7 a 10/9/1978. 108 p.

*ANAIIS da 4ª reunião de positivistas.* RJ, 1981. 160 p.

ANDERSEN, Gilda. Introduction: "Les intimes connexites". In: Maison d'Auguste Comte. *Exposition commemorative du Bicentenaire d'Auguste Comte (1798-1998)*. Paris: s/editora, 1998. P. 1-6.

ANDERY, M<sup>a</sup> A. P. A. e SÉRIO, Tereza M. de A. P. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Augusto Comte. In: ANDERY, M<sup>a</sup> A. P. A. e outros. *Para compreender a ciência – Uma perspectiva histórica*. RJ / SP: Espaço e tempo / Educ, 1988. P. 378-401.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte*. Paris: Puf, 1957. Tome premier: De la foi a l'amour, Tome second: De l'amour a la foi. 734 p.

\_\_\_\_\_. *Auguste Comte*. Paris: Puf, 1968. Coll. "Philosophes". P. 1-48.

ARNAUD, Pierre. *Politique d'Auguste Comte*; Textes choisies et présentés par. Paris: Armand Colin, 1965. P. 1-42 e 293-391.

\_\_\_\_\_. *Sociologie de Comte*. Paris: Puf, 1969. Coll. Sup – "Le sociologue". 224 p.

= \_\_\_\_\_. *Pour connaître la pensée d'Auguste Comte*. Paris: Bordas, 1969. Coll. Pour connaître la pensée. 303 p.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. SP: Martins Fontes / Ed. Univ. Brasília, 1987 ("A. Comte"). P. 69-128.

AUDIFFRENT, G. *Exposé sommaire du positivisme ou religion de l'humanité d'après les dernières conceptions d'A. Comte*; Lettre a M. Le Colonel de Rochas. Paris: Paul Ritti, 1896. 16 p.

\_\_\_\_\_. *Auguste Comte et l'académie des sciences*. Réponse a M. J. Bertrand par. Avec um appendice par M. Luis Lagarrigue [Extraits d'une *Lettre a M. J.*

- Bertrand]. Paris: Fonds typographique de l'exécution testamentaire d'A. Comte, 1897. 72 p.
- BARBOSA, Luis B. Horta. *Sociologia positiva*. RJ: Igreja positivista do Brasil, 1972. 63 p.
- BARBOSA, Luís Hildebrando Horta. *O absoluto e o relativo a luz do positivismo*. Palestra proferida no Clube de Engenharia sob os auspícios da Sociedade Brasileira de Cultura Positivista. RJ: Sociedade brasileira de cultura positivista, 1946. Publicações positivistas, 6. 32 p.
- BELTRÃO PERNETTA, Augusto. *Filosofia primeira*. RJ: Laemmert, 1957. Série estudos de ciência positiva, 1. 329 p.
- BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia comteana: gênese e devir*. SP: Discurso editorial, 1999. Col. Clássicos e Comentadores. 427 p.
- BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. L'astronomie populaire, priorité philosophique et projet politique. *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n° 1, p. 49-59, janv.-mars 1991.
- BERGO, Antonio Carlos. O positivismo: caracteres e influência no Brasil. *Reflexão*, Puccamp, 25:47-97, jan/abril 1983.
- BOUDOT, Maurice. De l'usurpation géométrique. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 387-402, octobre-décembre 1985.
- BOURDET, Eugène. *Vocabulaire des principaux termes de la philosophie positive avec notices biographiques appartenant au calendrier positiviste*. Paris: Germer-Baillièrre, 1875. 229 p.
- \_\_\_\_\_. *Principes d'éducation positive*. Paris: Germer-Baillièrre, 1877. 276 p.
- BOURNE, H. R. Fox. *John Stuart Mill: notices of his life and works. Together with two papers written by him on the land question*. London: Routledge / Thoemmes press, 1997. 75 p.
- BOUTROUX, Émile. *Science et religion dans la philosophie contemporaine*. Paris: Ernest Flammarion, 1913 ("Première partie: La tendance naturaliste. Chapitre I: A. Comte et la religion de l'humanité"). P. 37-79.
- BRAGA, Theophilo e MATTOS, Julio de (Diretores). *O Positivismo – Revista de Philosophia*. Porto – Portugal: Livraria universal, de Magalhães & Moniz – editores, 1879 e 1880. 4 vols. 1959 p.
- BRAUNSTEIN, Jean-François. Antipsychologisme et philosophie du cerveau chez Auguste Comte. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, n° 203, 1998/1, p. 7-28, mars 1998.

- BUZON, Frédéric de. Auguste Comte, le cogito et la modernité. *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n° 1, p. 61-73, janv.-mars 1991.
- CARNEIRO JR., David A. S. (Org.). *Positivismo e Humanismo*. Anais do I Simpósio Internacional Positivismo e Humanismo, Curitiba, 1990. Curitiba: Centro positivista do Paraná, 1993. 217 p.
- \_\_\_\_\_. *O "ethos cultural" das classes dominantes no Brasil*. Curitiba: digitado, 12/1995. 24 p.
- CARTOLANO, M<sup>a</sup> Teresa Penteado. Educação e positivismo: algumas reflexões. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas / Caçador: Autores associados / Universidade do Contestado, 2003. Col. educação contemporânea. P. 209-217.
- CARVALHO, José Mauricio de. *Mauá e a ética saint-simoniana*. Londrina: Edel, 1997. 293 p.
- CASTRO, A. R. Gomes de. *A lógica – sua instituição positiva segundo A. Comte*. RJ: Typographia Leuzinger, 5/1909. 73 p.
- CAVALCANTI, M. de Almeida. *Introdução à synthèse subjective dos conhecimentos humanos. Iniciação philosophica*. Notas coligidas por. RJ: Imprensa nacional, 1914. 210 p.
- \_\_\_\_\_. *A educação sob o ponto de vista religioso de accôrdo com a moral positiva* [11/11/1918]. RJ: Papelaria e typographia Villas-boas de O., 1921. 27 p.
- CAIRD, Edward. *Philosophie sociale et religion d'Auguste Comte*. Paris: V. Giard & E. Brière, 1907. Bibliothèque sociologique internationale, 35. 195 p.
- CLAVEL, Adolphe. *La morale positive*. Paris: Germer-Baillièrre, 1873. 381 p.
- COELHO, Ruy. *Indivíduo e sociedade na teoria de Augusto Comte*. SP: Ffclusp, 1963. Boletim 297, Sociologia II, n° 2. 127 p.
- CORRA, Émile. *La morale sociale*. [Paris]: E. Pelletan, 1905. Bibliothèque sociale et philosophique. 129 p.
- COSTA, João Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo; Origens da filosofia e da política de Augusto Comte*. 2<sup>a</sup> ed. rev. SP: Cia editora nacional, 1959. 137 p.
- CUPANI, Alberto. Positivismo, 'positivismo' e objetividade científica. *Reflexão*. Puccamp, 46: 103-107, jan/abril 1990.
- DAGOGNET, François. D'une certaine unité de la pensée d'Auguste Comte: science et religion inséparables? *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 403-422, octobre-décembre 1985.

- DELAMARRE, Alexandre J.-L. Le pouvoir spirituel et la ruine de la constitution catholique chez Joseph de Maistre et Auguste Comte. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 423-460, octobre-décembre 1985.
- DELVOLVÉ, Jean. *Réflexions sur la pensée comtienne*. Paris: Félix Alcan, 1932. P. I-VIII e 1-27.
- DESTEFANIS, Gian Luigi. *A ordem política e social em Augusto Comte*. Trad. Ed. Vila do príncipe. Revisão da trad e notas A. Virmond de Lacerda Neto. Ciba: Ed. Vila do príncipe, 2003. 162 p.
- DUCASSÉ, Pierre. *Méthode et intuition chez Auguste Comte*. Paris: Félix Alcan, 1939. 620 p.
- \_\_\_\_\_. *Les origines intuitives du positivisme*. Paris: Félix Alcan, 1939. 272 p.
- = DUMAS, Georges. *Psychologie de deux messies positivistes: Saint-Simon et Auguste Comte*. Paris: Félix Alcan, 1905. 314 p.
- DURKHEIM, Émile. *La educación moral [1902-03]*. Trad. P. Fauconnet. Buenos Aires: Editorial Losada, 1947. 262 p.
- \_\_\_\_\_. *Educação e sociologia [1902-03]*; com um estudo da obra de Durkheim pelo Prof. P. Fauconnet. Trad. Lourenço Filho. 11ª ed. SP / RJ: Melhoramentos / Fundação nacional de material escolar, 1978. 91 p.
- \_\_\_\_\_. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o estado*. Trad. e notas de J. B. Damasco Penna. SP: T. A. Queiroz / Edusp, 1983. Biblioteca básica de ciências sociais, Série 2ª: Textos, vol. 5. 206 p.
- ELEY, Lothar. Auguste Comte – A positividade do espírito filosófico. In: FLEISCHER, Margot e HENNIGFELD, Jochem (Orgs.). *Filósofos do século XIX – Uma introdução*. Trad. Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo – RS: Editora Unisinos, 2004 [edição alemã de 1998]. Col. História da Filosofia 7. P. 181-199.
- FREUND, Julien. La politique d'Auguste Comte. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 461-487, octobre-décembre 1985.
- FRICK, Jean-Paul. Le problème du pouvoir chez Auguste Comte et la signification de sa philosophie politique. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 3, p. 273-301, juillet-septembre 1988.
- \_\_\_\_\_. *Auguste Comte ou la république positive*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1990. Coll. "Théories et pratiques sociales", 6. 380 p.
- GARCIA PAULA, Ruben Descartes de. O milagre e a conciliação (?) entre a ciência e a religião. Separata dos *Anais da VII reunião de positivistas*. Vitória, 1984. P. 115-126.

- \_\_\_\_\_. O que é psicologia? Qual o seu lugar na classificação das ciências e qual o seu status entre elas? Separata dos *Anais da VIII reunião de positivistas*. RJ, 1986. 7 p.
- GIACÓIA JR., Oswaldo. *Discurso filosófico e discursos científicos: convergência e dispersão. Estudo sobre o conceito e a função da filosofia no Curso de filosofia positiva de Augusto Comte*. Dissertação de mestrado. Puc-SP, 1983. 152 p.
- GILSON, Étienne. *Les métamorphoses de la cité de Dieu*. Paris: Vrin, 1952 ("Chapitre IX: La Cité des Savants"). P. 248-268.
- GOES, Alexandre. *O positivismo e a religião da humanidade*. Bahia: s/editora, 1921. 91 p.
- GOUHIER, Henri. *La vie d'A. Comte*. Quatrième éd. Paris: Gallimard, 1931. 300 p.
- \_\_\_\_\_. *La jeunesse d'Auguste Comte et la formation du positivisme*. Vol. I: Sous le signe de la liberté. Paris: Vrin, 1933. 315 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Vol. II: Saint-Simon jusqu'à la Restauration. Paris: Vrin, 1936. 388 p.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Vol. III: Auguste Comte et Saint-Simon. Seconde éd. corrigée. Paris: Vrin, 1970. 448 p.
- \_\_\_\_\_. Liminaire. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 385-386, octobre-décembre 1985.
- \_\_\_\_\_. *La philosophie d'Auguste Comte; Esquisses*. Paris: Vrin, 1987. 205 p.
- GRANGE, Juliette. Du corps politique à l'organisme social. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, n° 203, 1998/1, p. 95-110, mars 1998.
- GRATELOUP, Leon-Louis. Auguste Comte et "la question de l'être". *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 3, p. 305-315, juillet-septembre 1988.
- HAAC, Oscar A. Auguste Comte et l'Orient. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, n° 203, 1998/1, p. 111-126, mars 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Connaissance et intérêt*. Traduit de l'allemand par G. Cléménçon. Paris: Gallimard, 1976 ("Chapitre IV: Comte et Mach: L'intention du positivisme primitif"). P. 105-123.
- HÖFFLING, Luciana M. G. Reflexões sobre a influência positivista no pensamento brasileiro. *Reflexão*. Filosofia no Brasil: caminhos. Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano VII, n° 22, p. 15-26, jan.-abril/82.

HUBERT, René. *Auguste Comte. Choix de textes et étude du système philosophique* par. Paris: Louis-Michaud, s/d. Coll. Les grands philosophes français et étrangers. P. 1-62.

IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL. *Catálogo da exposição comemorativa do 1º centenário de fundação da Igreja Positivista do Brasil, realizada da Biblioteca Nacional*. RJ, 1981. 54 p.

KOFMAN, Sarah. *Aberrations. Le devenir-femme d'Auguste Comte*. Poitiers / Ligugé – France: Aubier Flammarion, 1978. Coll. La Philosophie en effet. 315 p.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *Auguste Comte et la théorie sociale du positivisme*. Présentation, choix de textes, bio-bibliographie par. Paris: Seghers, 1970. Coll. Philosophes de tous les temps. P. 1-129.

\_\_\_\_\_. *Entre le signe et l'histoire: L'anthropologie positiviste d'Auguste Comte*. Paris: Klincksieck, 1982. 262 p.

\_\_\_\_\_. Présentation e Auguste Comte et l'éthique de l'avenir. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, nº 203, 1998/1, p. 3-5 e 157-177, mars 1998.

\_\_\_\_\_. Resenhas: PETIT, Annie. *Heurs et malheurs du positivisme. Philosophie des sciences et politique scientifique chez Auguste Comte et ses premiers disciples (1820-1900)*. Thèse de doctorat, Paris – Sorbonne I, dactylographié, 3 tomes; PICKERING, Mary. *Comte: An intellectual biography*. Cambridge: Cambridge university press, 1993. Vol. 1, 776 p.; SCHARFF, Robert C. *Comte after positivism*. Cambridge: Cambridge university press, 1995. In: *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, nº 203, 1998/1, p. 179-188, mars 1998.

LACROIX, Jean. *La sociologie d'Auguste Comte*. Deuxième édition. Paris: Puf, 1961. P. 13-25, 60-81 e 101-113.

\_\_\_\_\_. *A sociologia de Augusto Comte [1957]*. Trad. A. Virmond de Lacerda Neto. Notas G. Biscaia de Lacerda. Ctba: Ed. Vila do príncipe, 2003. 122 p.

LAFFITTE, Pierre. *Cours de philosophie première*. Tome premier: Théorie générale de l'entendement. Paris: Émile Bouillon, 1889. 406 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tome deuxième: Des lois universelles du monde. Paris / Verseilles: Société positiviste / Imp. Aubert, 1894. 300 p.

\_\_\_\_\_. *Moral positiva. Sua necessidade atual, seus caracteres fundamentais, suas principais aplicações*. Conferência feita no Havre, a 4/12/1878, posteriormente desenvolvida e publicada. Conferência redigida por E. Antoine. Versão brasileira de J. F. de Souza e A. Rangel Filho. RJ: J. R. de Oliveira & cia. Papelaria Rio Branco, 1938. 334 p.

- LAGARRIGUE, Jorge. *Les partis actuels devant le positivisme: a propos de l'attitude de le docteur Robinet, ex-positiviste dans la crise actuelle*. Paris: Apostolat positiviste, 1889. 23 p.
- \_\_\_\_\_. *La dictature républicaine d'après Auguste Comte*. RJ: Fonds typographique "Auguste Comte", 1937. 84 p.
- LAGARRIGUE, Juan Enrique. *La religión de la humanidad*. 2ª ed. Santiago de Chile: [Imp. Ercilla], 1896. 228 p.
- LAGARRIGUE, Luis. *Moral teórica – Bosquejo del Sistema de Moral Teórica, Proyectado por el Supremo Maestro Augusto Comte*. Santiago de Chile: Fundación Juan Enrique Lagarrigue / Editorial Ercilla, 1943. 450 p.
- \_\_\_\_\_. *Moral práctica – Bosquejo del Sistema de Moral Práctica O Tratado de educación universal, Proyectado por el Supremo Maestro Augusto Comte*. Santiago de Chile: Fundación J. E. Lagarrigue / Imprenta universitaria, 1944. 385 p.
- \_\_\_\_\_. *Síntesis subjetiva o Sistema universal de las concepciones propias al estado normal de la humanidad. Industria. Bosquejo del Sistema de industria proyectado por el supremo maestro Augusto Comte*. Santiago de Chile: Fundación J. E. Lagarrigue, 1946. 271 p.
- LAZINIER, Marie-Lydia. *J'ai dit non à l'école*. Paris: Éditions Retz, 1987. 127 p.
- LEBRUN, Gérard. L'idée d'epistemologie. *Manuscrito*. Unicamp, I, 1: 7-21, 10/1977.
- LE LANNOU, Jean-Michel. L'esthétique d'Auguste Comte. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, nº 4, p. 489-500, octobre-décembre 1985.
- LE MOS, Jefferson de. *Augusto Comte e a instituição positiva da alma humana*. Conferência lida no dia 13/3/1957, no Clube de Engenharia, em solenidade comemorativa do centenário da morte de Augusto Comte. RJ: Laemmert, 1957. 36 p.
- LE VERRIER, Ch. Introduction. In: COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive* (Première et deuxième leçons). *Discours sur l'esprit positif*. Édition nouvelle avec une introduction et un commentaire par. Tome premier. Paris: Garnier frères, s/d. P. V-XLVI.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. *La philosophie d'Auguste Comte*. Cinquième éd. Paris: Félix Alcan, s/d. 417 p.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. *A concepção do direito e da felicidade perante a moral positiva*. Conferência realizada no Instituto de Música, a convite de um grupo de alunos da Faculdade Nacional de Direito. RJ: s/editora, 1939. 63 p.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivas de Augusto Comte*. RJ: Livraria São José, 1965. 278 p.

- \_\_\_\_\_. *É o positivismo ateu? Pode ser considerado uma religião?* Carta ao vereador Hélio Walcácer, de 14/8/56. RJ: Editado por um grupo de positivistas, 1956. 15 p.
- LINS PEIXOTO, Sofia Beatriz. Introduction. In: COMTE, Auguste. *Opúsculos de filosofia social: 1819-1828*. Trad. I. Lins e J. F. de Souza. Porto Alegre / SP: Globo / Edusp, 1972. P. XV-XX.
- LITTRÉ, Émile. Préface d'un disciple [3/1864] / Étude sur les progrès du positivisme ou seconde préface [11/1876]. In: COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Tome premier ... Quatrième éd. Paris: J. B. Baillière et fils, 1877. P. V-LXVII.
- \_\_\_\_\_. *Auguste Comte et la philosophie positive*. Paris: Typ. Lahure, 1877. 671 p.
- LONCHAMPT, J. *Epítome da vida e dos escritos de Augusto Comte*. Trad e anotado por M. Lemos. RJ: Igreja positivista do Brasil, 1959. 222 p.
- LUBAC, s. j., Henri de. *Le drame de l'humanisme athée*. Sixième éd. Paris: Spes, 1959 ("Deuxième partie: Auguste Comte et le christianisme"). P. 135-278.
- MACHEREY, Pierre. Le positivisme entre la révolution et la contre-révolution: Comte et Maistre. *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n° 1, p. 41-47, janv.-mars 1991.
- MARCONDES CESAR, Constança. Skinner e Comte: aproximações. *Reflexão*. Ciência e sociedade. Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano IX, n° 28, p. 59-62, jan.-abril/84.
- MARQUET, J. F. Religion et vie subjective chez Auguste Comte. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n° 4, p. 501-517, octobre-décembre 1985.
- MARTINEAU, Harriet. *La philosophie positive d'Auguste Comte*. Traduite de l'anglais par Ch. Avezac-Lavigne. Deuxième éd. Paris / RJ: Louis Bahl / F. Briguiet, 1894. Tome premier. P. I-X (Préface) e 1-37 (Introduction).
- MARVIN, F. S. *Comte*. Versión española de S. Echavarría. México: Fondo de cultura económica, 1941 (Primera edición inglesa, 1936). 148 p.
- MENDONÇA, Pedro B. *O enigma da evolução humana – uma visão geral resumida*. Ctba: digitado, 1989. 8 p.
- MORAES FILHO, Alfredo de. *Positivismo ou religião da humanidade; Sumária exposição*. RJ: Igreja positivista do Brasil, 15/11/82. 8 p.
- \_\_\_\_\_. *Humanidade – A Deusa do futuro; Oração proferida na Igreja Positivista do Brasil*, a 1/1/1970. RJ: Gráfica editora do livro, 12/1982. 16 p.

- \_\_\_\_\_. *A educação e a instrução no positivismo*. RJ: Igreja positivista do Brasil, 1985. 6 p.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Comte – Sociologia*. SP: Ática, 1978. Col. Grandes Cientistas Sociais ("Introdução"). P. 1-49.
- MOUSSATCHÉ, Iara. *Igreja Positivista do Brasil: acervo bibliográfico*. Compilado por I. Moussatché, M<sup>a</sup> I. G. de Sant'Anna e R. C. A. Batista. 2<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. RJ: Museu da república, 1994. Col. Biblioteca Museu da República, 1. 96 p.
- MUGLIONI, Jacques. L'idée d'éducation universelle chez Auguste Comte. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Auguste Comte. Paris, n<sup>o</sup> 4, p. 519-540, octobre-décembre 1985.
- NAMER, Émile. Resenha: FISICHELLA, Domenico. *Il potere nella società industriale: Saint-Simon e Comte*. Naples: Morano, 1965. 380 p. In: *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Logique – Auguste Comte. Paris, n<sup>o</sup> 3, p. 326-327, juill.-sept. 1976.
- OLIVEIRA, Henrique B. da Silva. *A idéia de Deus*. RJ: Igreja positivista do Brasil, 21/2/35. 8 p.
- \_\_\_\_\_. *Nota sobre o positivismo*. 4<sup>a</sup> ed. RJ: Igreja positivista do Brasil, 1979. 20 p.
- \_\_\_\_\_. *Pelo presidencialismo*. RJ: Igreja positivista do Brasil, s/d. 10 p.
- OLIVEIRA FILHO, Benjamim de. *A filosofia social de Augusto Comte*. RJ: Haddad, 1954. 316 p.
- PACHEU, Jules. *Du positivisme au mysticisme – Étude sur l'inquiétude religieuse contemporaine*. Paris: Blond, 1906. P. 1-34.
- PÉRIGNON, Sylvain. Introduction. In: COMTE, Auguste. *Cours de philosophie positive*. Premier volume ... Paris: Anthropos, 1968. Coll. Oeuvres d'Auguste Comte, Tome I. P.VII-LXIV.
- PERRONE-MOISÉS, Leila (Org.). *Do positivismo à desconstrução: Idéias Francesas na América*. SP: Edusp, 2004. 300 p.
- PETIT, Annie. La révolution occidentale selon Auguste Comte: entre l'histoire et l'utopie. *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n<sup>o</sup> 1, p. 21-40, janv.-mars 1991.
- \_\_\_\_\_. Resenha: ACEVEDO, Sybil de e outros. *Auguste Comte: Qui êtes-vous?* Lyon: La manufacture, 1988. 394 p. In: *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n<sup>o</sup> 1, p. 120-121, janv.-mars 1991.
- \_\_\_\_\_. Resenha: FRICK, Jean-Paul. *Auguste Comte ou la république positive*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1990. Coll. "Théories et pratiques

- sociales”, 6. 380 p. In: *Revue de synthèse*. Auguste Comte. Politique et Sciences. Paris, quatrième série, n° 1, p. 121-122, janv.-mars 1991.
- \_\_\_\_\_. Du catholicisme au positivisme. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1988. Paris, n° 203, 1998/1, p. 127-155, mars 1998.
- \_\_\_\_\_ e BENSUADE-VINCENT, Bernadette. Le féminisme militant d’un auguste phalocrate (Auguste Comte, “Système de politique positive”). *Revue Philosophique de la France et de l’étranger*. Logique – Auguste Comte. Paris, n° 3, p. 293-311, juill.-sept. 1976.
- POËY, André. *M. Littré et Auguste Comte*. Deuxième éd. Paris: Germer Baillière, 1880. Bibliothèque positiviste – vulgarisation du positivisme. 244 p.
- RIBEIRO JR., João. Crítica à concepção comteana do direito. *Reflexão*. Campinas. Instituto de Filosofia e Teologia – Puc. Ano II, n° 6, p. 203-212, julho 1977.
- \_\_\_\_\_. Religião e positivismo. *Reflexão*. Puccamp, 23: 86-110, mai/ago 1982.
- \_\_\_\_\_. Subsídios para a análise do discurso religioso positivista. *Reflexão*. Filosofia da linguagem. Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano X, n° 32, p. 115-118, mai/ago 1985.
- RIEZU, Jorge. *La concepción moral en el sistema de Augusto Comte*. Granada: Universidad de Granada, 1981. Col. Monográfica, 71. 194 p.
- ROBERTY, Eugene de. *Auguste Comte et Herbert Spencer*, contribution a l’histoire des idées philosophiques au XIXe siècle. Paris: Félix Alcan (ancienne Germer Baillière), 1894. 200 p.
- ROBINET, Dr. *Notice sur l’oeuvre et sur la vie d’Auguste Comte*. Seconde éd. Paris: Richelieu, 1864. 668 p.
- \_\_\_\_\_. *Philosophia positiva*. Trad. B. V. Ramos. RJ: Cia Brasil, s/d. 145 p.
- ROUVRE, Charles de. *Auguste Comte et le catholicisme*. Paris: Rieder, 1928. 264 p.
- SAINTE SUZANNE, R. de Boyer de. *Essai sur la pensée religieuse d’Auguste Comte*. Paris: Émile Nourry, 1923. 84 p.
- SALVIA COELHO, Lúcia M<sup>a</sup>. *Fundamentos epistemológicos de uma psicologia positiva*. Trad. Z. Y. Riskallah. SP: Ática, 1982. 184 p.
- SAMPAIO, Felipe. *Filosofia positiva: com Deus e a alma e moral persuasiva justificada pelo maior de todos os instintos*. Belém: s/editora, 1946. 37 p.
- SILVA, Elizabeth Pereira da. A influência do positivismo na educação brasileira. *An. Filos.* São João del-Rei, n° 3, p. 43-57, jul. 1996.

- SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil; 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: Age editora / Editora da Universidade federal do RS, 1998. 206 p.
- STUART MILL, John. *Auguste Comte et le positivisme*. Trad. G. Clémenceau. Paris: Germer Baillière, 1879. 200 p.
- TEIXEIRA MENDES, Raimundo. *As últimas concepções de A. Comte ou ensaio de um complemento ao catecismo positivista*. Treze conferencias nas quais um apóstolo da humanidade explica a uma mulher os textos do mestre, dispostos em dois grupos de dialogos, separados por duas meditações íntimas. RJ: Igreja positivista do Brasil, 6/1898. 592 p.
- \_\_\_\_\_. *O culto católico*. Reflexões positivistas sobre o culto católico, considerado como o herdeiro das religiões anteriores pela adoração do redentor e precursor imediato da religião da humanidade pela adoração da virgem-mãe. RJ: Igreja positivista do Brasil, 4/1903. 224 p.
- \_\_\_\_\_. *Auguste Comte – Évolution originale; Documents publiés jusqu'ici montrant la parfaite continuité de cette évolution sans pareille, malgré les troubles profonds dus à la funeste liaison avec Saint-Simon*. Premier vol. (1798-1820). RJ: Apostolat positiviste du Brésil, 1913. 655 p.
- \_\_\_\_\_. *Clotilde de Vaux et Auguste Comte. Le positivisme – Esquisse d'un tableau de la fondation de la religion de l'humanité. Tome deuxième (Seconde partie): Rosalie Boyer – Évolution d'Auguste Comte avant sa bienheureuse rencontre avec Clotilde de Vaux. 1797 à 10/1844. Précis biographique*. RJ: Église positiviste du Brésil, 1918. 660 p.
- \_\_\_\_\_. *Clotilde de Vaux et Auguste Comte. Le positivisme – Esquisse d'un tableau de la fondation de la religion de l'humanité. Tome troisième: L'année sans pareille. Méditation religieuse de l'incomparable union à laquelle les fondateurs du positivisme durent l'accomplissement de leur mission*. Traduction, avec des amendements et des additions, de la primitive édition, en portugais, de 12/1900. Deuxième éd. RJ: Église positiviste du Brésil, 1918. 1166 p.
- \_\_\_\_\_. *A preeminência social e moral da mulher, segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva. A solução da questão social, segundo os ensinamentos da verdadeira ciência positiva*. Conferências realizadas no salão do Instituto Nacional de Música a 27 e 30/11/1908 respectivamente. 4ª ed. RJ: Igreja positivista do Brasil, 1958. 102 p.
- THAMIN, Raymond. *Éducation et positivisme*. Paris: Félic Alcan, 1892. 186 p.
- THOMPSON, Kenneth. *Auguste Comte. Los fundamentos de la sociología [1876]*. Trad. do inglês C. Valdés. México: Fondo de cultura económica, 1995 (Primera reimpresión. Primera edición mexicana 1988). Col. Popular, 378. 335 p.
- TISKI, Sergio. *A questão da religião em A. Comte: uma periodização da sua vida e do seu pensamento a respeito da religião*. Dissertação de mestrado. Puc-SP. 1995. 193 p. (versão corrigida e ampliada de 10/2003).

- \_\_\_\_\_. *Contribuição para repensar A. Comte: o seu relativismo*. Comunicação apresentada no IX Colóquio de História da Ciência (70º Encontro Cle): Ceticismo e Realismo na Ciência, promovido pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (Cle) – Unicamp, em Águas de Lindóia – SP, de 26 a 30/11/95. 7 p.
- \_\_\_\_\_. *Urgência da moral: a questão da moral em A. Comte e algumas sugestões quanto a preocupação moral contemporânea*. Londrina: digitado, 1997. Texto antecipador da Tese de doutorado. 33 p.
- TRINDADE, Héglio (Org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. Universidade / Ufrgs, 1999. Col. Academia / Série Humanas. 154 p.
- VANTIL DE SOUZA, Nazarete. A ética e o positivismo de Augusto Comte. *Simpósio – Revista Teológica da Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste)*. SP, vol. 8 (2), ano XXVIII, nº 38, p. 177-180.
- VAUX, Clotilde de. *Les pensées d'une fleur, L'enfance, Les sept maximes*; Publication commémorative de l'inauguration du buste de Clotilde de Vaux, dans la rue du même nom, fait par Decio Vilarés, et offert par les positivistes brasiiliens. RJ: Église positiviste du Brésil – Édition de H. B. S. Oliveira, 1990. 15 p.
- VIRMOND DE LACERDA NETO, Arthur. *A república positivista – Teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte*. Ctba: Centro positivista do Paraná, 1993. 139 p.
- WEIRICH, Paul. Comte e Mill sur l'économie politique. *Revue Internationale de Philosophie*. Auguste Comte – 1798-1998. Paris, nº 203, 1998/1, p. 79-93, mars 1998.
- 2.2. Obras de referência:
- A ética e os comportamentos sociais. Entrevista de Jean LAUAND ao jornal *Gazeta do Povo*, Ctba, 3/8/98, Caderno "G", p. 3.
- AMES, José Luiz. *Liberdade e libertação na ética de Dussel*. Campo Grande: Cefil, 1992. Série Reflexões sobre a América Latina. 165 p.
- APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Trad. B. Dischinger. Petrópolis: Vozes, 1994. 294 p.
- \_\_\_\_\_, DUSSEL, Enrique e FORNET-BETANCOURT, Raúl. *Fundamentación de la ética y filosofía de la liberación*. Trad. L. F. Segura. México: Siglo XXI / Istepalapa, 1992. 104 p.
- ARANHA, M<sup>a</sup> L. de Arruda e MARTINS, M<sup>a</sup> H. Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2<sup>a</sup> ed. rev. e atualizada. SP: Moderna, 1993. 395 p.

- BASBAUM, Leôncio. *Sociologia do materialismo – Introdução à história da filosofia*. 2ª ed. SP: Obelisco, 1959. Col. Estante de cultura filosófica, 1. 431 p.
- \_\_\_\_\_. *Alienação e humanismo*. 6ª ed. SP: Global, 1985. Col. Teses – 4. 157 p.
- CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. SP: Moderna, 1994. Col. Polêmica. 191 p.
- DUSSEL, Enrique D. Puebla: rapporti tra etica cristiana ed economia. In: *Concilium – Rivista internazionale di teologia*. Sezione Morale. Brescia – Itália: Queriniana, 1980. Fascicolo 10. P. 194-212.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia da libertação*. Trad. L. J. Gaio. SP / Piracicaba: Loyola / Unimep, [1980]. Col. Reflexão latinoamericana, 2, V. 163 p.
- \_\_\_\_\_. *Práxis latinoamericana y filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1983. 329 p.
- \_\_\_\_\_. *Introduction a la filosofía de la liberación; Ensaio preliminar y bibliografía*. 2ª ed. Bogotá: Nueva América, 1983. 221 p.
- \_\_\_\_\_. *Método para uma filosofia da libertação; superação analética da dialética hegeliana*. Trad. J. J. Zanotelli. SP: Loyola, 1986. 292 p.
- \_\_\_\_\_. *Ética comunitária*. Trad. J. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1986. 285 p.
- \_\_\_\_\_. *1492: o encobrimento do outro: A origem do “mito da Modernidade”*; Conferências de Frankfurt. Trad. J. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. 196 p.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Trad. G. I. Maissiat. SP: Paulus, 1995. Col. Pesquisa & projeto. 157 p.
- \_\_\_\_\_. *Ética de la liberación en la Edad de la globalización y de la exclusión*. 2ª ed. Madrid: Trotta, 10/1998 (1ª ed. 5/98). Col. Estructuras y Procesos, Série Filosofía. 661 p.
- GALVÃO, Antonio Mesquita. *A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social*. Petrópolis: Vozes, 1997. 100 p.
- GIACÓIA JR., Oswaldo. Resenha: LOPARIC, Zeljko: *Ética e finitude*. SP: Educ, 1995. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Filosofia da Crise Ecológica. Campinas, série 3, vol. 6, nº 2, p. 171-177, jul.-dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Hans Jonas: o princípio responsabilidade. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Filosofia da Crise Ecológica. Campinas, série 3, vol. 6, nº 2, p. 63-84, jul.-dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Labirintos da alma: Nietzsche e a auto-supressão da moral*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Col. Repertórios. 188 p.

- \_\_\_\_\_. Crítica da moral como política em Nietzsche. *Humanas – Interfaces Nietzscheanas*. Londrina. Clch – Uel. Vol. 1, nº 2, p. 145-167, set. 1999.
- KONINGS, johan e ZILLES, Urbano (Coordenadores). *Religião e cristianismo; manual de cultura religiosa*. 2ª ed. Porto Alegre: Est / Vozes, 1981. 341 p.
- LAMPE, Armando (Org.). *Ética e a Filosofia da Libertação. Festschrift E. Dussel; Edição bilingüe*. Petrópolis / SP: Vozes / Cehila, 1995. 325 p.
- LÉVINAS, Emmanuel. *Totalità e infinito. Saggio sull'esteriorità* [1971]. Trad. italiana A. Dell'Asta. Milano: Jaca Book Edizioni, 2/1980 (seconda ristampa 10/1986). 315 p.
- \_\_\_\_\_. *Ética e infinito; Diálogos com Philippe Nemo* [1982]. Trad. J. Gama. Lisboa: Edições 70, 1988. Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 7. 116 p.
- \_\_\_\_\_. *Transcendência e inteligibilidade* [1984]. Trad. J. F. Colaço. Lisboa: Edições 70, 1991. Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 15. 53 p.
- \_\_\_\_\_. *Humanismo do outro homem*. Trad. P. S. Pivatto (Coord.). RJ: Vozes, 1993. 131 p.
- \_\_\_\_\_. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. P. S. Pivatto (Coord.). Petrópolis: Vozes, 1997. 302 p.
- LURIA, Aleksandr Romanovich. *Fundamentos de neuropsicologia*. Trad. J. A. Ricardo. RJ / SP: Livros técnicos e científicos / Edusp, 1981. 346 p.
- MARITAIN, Jacques. *A filosofia moral: exame histórico e crítico dos grandes sistemas*. Trad. A. A. Lima. 2ª ed. RJ: Agir, 1973. 508 p.
- \_\_\_\_\_. *Problemas fundamentais da filosofia moral*. Trad. [da 2ª ed. francesa, de 1965], prefácio e notas de G. D. Barreto. RJ: Agir, 1977. 208 p.
- NOVAES, Adauto (Org.). *Ética*. SP: Cia das letras / Secretaria municipal de cultura, 1992. 394 p.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Ética e racionalidade moderna*. SP: Loyola, 1993. Col. Filosofia, 28. 194 p.
- PIZZI, Jovino. *Ética do discurso: a racionalidade ético-comunicativa*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994. Col. Filosofia, 15. 158 p.
- Reflexão – Ética e hermenêutica I*. Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXIII, nº 70, 128 p., jan.-abril 1998.
- Reflexão – Ética e hermenêutica II*. Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXIII, nº 71, 96 p., maio-agosto 1998.

- Reflexão – Ética, ciência e verdade.* Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXIII, nº 72, 91 p., set.-dez. 1998.
- Reflexão – Ethos.* Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXV, nº 76, 98 p., jan.-abril 2000.
- Reflexão – Ética e política III.* Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXV, nº 77, 93 p., maio-agosto 2000.
- Reflexão – A ciência, a ontologia e a ética.* Campinas. Instituto de Filosofia – Puc. Ano XXV, nº 78, 172 p., set.-dez. 2000.
- RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias.* Org., trad. e apresentação H. Japiassu. 2ª ed. RJ: Francisco Alves, 1983. 172 p.
- RONAN, Colin A. *História ilustrada da ciência.* Trad. J. E. Fortes. RJ: Jorge Zahar, 1987. 4 vols. 600 p.
- ROSSI, Leandro e VALSECCHI, Ambrogio (Orgs.). *Dizionario enciclopedico di teologia morale.* 4ª ed. Roma: Paoline, 1976 (con supplemento). 1436 p.
- SIDEKUM, Antonio (Org.). *Ética do discurso e filosofia da libertação, modelos complementares.* São Leopoldo: Unisinos, 94. Série Estudos Ibero-Americanos, 2. 264 p.
- SUCUPIRA FILHO, Eduardo. *Introdução ao pensamento dialético; O materialismo, da Grécia clássica à época contemporânea.* SP: Alfa-omega, 1984. 104 p.
- SUNG, Jung Mo e SILVA, Josué Candido da. *Conversando sobre ética e sociedade.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 117 p.
- TISKI, Sergio. Resenha: GIACÓIA JR., Oswaldo. *Labirintos da alma: Nietzsche e a auto-supressão da moral.* Campinas. Editora da Unicamp, 1997. Col. Repertórios. 188 p. In: *Humanas – Interfaces Nietzscheanas.* Londrina. Clch – Uel. Vol. 1, nº 2, p. 253-264, set. 1999.
- TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética.* Trad. grupo de doutorandos do curso de pós-graduação em Filosofia da Universidade do RS. Petrópolis: Vozes, 1997. 430 p.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánches. *Ética.* Trad. J. Dell'Anna. 7ª ed. RJ: Civilização brasileira, 1984. Col. Perspectivas do homem, 46. Série Filosofia. 267 p.
- WILGES, Irineu. *Cultura religiosa; As religiões no mundo.* 3ª ed. reformulada. Petrópolis: Vozes, 1982. Vol. 1. 214 p.